

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DO CURSO DE DIREITO

MARINA LEITE DE ALMEIDA

A REVISTA BRASILEIRA “DISCURSOS SEDICIOSOS” (2000-2012): o “grande
encarceramento” no eixo euroamericano

Florianópolis
2015

A REVISTA BRASILEIRA “DISCURSOS SEDICIOSOS” (2000-2012): o “grande encarceramento” no eixo euroamericano

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof^ª Dr^a Vera Regina Pereira de Andrade

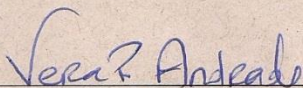
Florianópolis,
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

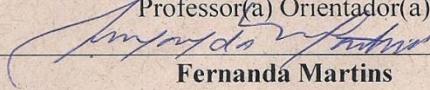
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "**A revista Brasileira Discursos Sediciosos (2000-2015): o 'grande encarceramento' no eixo euroamericano**", elaborado pelo(a) acadêmico(a) **Marina Leite de Almeida**, defendido em **27/11/2015** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10 (Dez), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

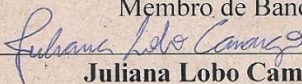
Florianópolis, 27 de Novembro de 2015



Vera Regina Pereira de Andrade
Professor(a) Orientador(a)



Fernanda Martins
Membro de Banca



Juliana Lobo Camargo
Membro de Banca

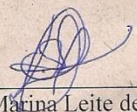
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E
ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Aluno(a): **Marina** **Leite** **de** **Almeida**
RG:
CPF:
Matrícula: **11101515**
Título do TCC: **A revista Brasileira Discursos Sediciosos (2000-2015): o**
"grande encarceramento" no eixo euroamericano
Orientador(a): **Vera** **Regina** **Pereira** **de** **Andrade**

Eu, **Marina Leite de Almeida**, acima qualificado(a); venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido

Florianópolis, 27 de Novembro de 2015



Marina Leite de Almeida

AGRADECIMENTOS

À Vera Andrade, porque não existe lugar melhor do que em sua jangada, onde se alimenta o espírito e o coração.

À família, pequena torre minha.

Ao Giovanni e seus pés, que o trouxeram até mim.

À Janine e Lorrainy, família, qualquer coisa como a luz e o pão.

Agradeço ainda ao Instituto Carioca de Criminologia e seus diretores, Nilo Batista e Vera Malaguti Batista, cuja generosidade e prestimosidade transbordantes foram essenciais para que essa pesquisa se realizasse.

Agradeço também ao CNPq pelo financiamento da bolsa de iniciação científica da qual resultou este trabalho.

RESUMO

O presente trabalho trata de uma pesquisa cujo objeto é a investigação sobre o movimento do “grande encarceramento”, em seus aspectos políticos e econômicos, na Revista Discursos Sediciosos, no período entre 2000 e 2012. Para isso, utilizou-se a metodologia indicada pela historiadora Tânia Regina de Luca sobre como trabalhar com periódicos, a fim de levantar hipóteses sobre a forma de estruturação do conteúdo desejado. A seguir, buscou-se reconstituir uma das narrativas fornecidas pelo substrato da revista sobre o processo de “grande encarceramento”, na Europa e nas Américas. O processo de “grande encarceramento”, tal como se propõe aqui, refere-se uma designação frequente nos trabalhos consultados quanto a um processo de profunda transformação do panorama criminal em razão das mudanças estruturais sofridas pelo capitalismo, desde a década de 1990 do século passado. Essas mudanças incluem um intenso processo de recrudescimento das estratégias penais, uma crescente prisionização, mudanças legislativas endurecedoras, restrições à liberdade condicional, mercantilização da vida e diversificação das técnicas de controle e disciplinamento.

Palavras-chave: Revista Discursos Sediciosos; Criminologia; Economia política da pena.

ABSTRACT

The present work aims to investigate the political-economical aspects that take place in Discursos Sediciosos Journal, between 2000 and 2015. Therefore, the methodology indicated by the historian Tânia Regina de Luca about how to work with magazines was used in order to raise hypothesis about the structure of the journal content. Thereafter, it sought to reconstitute one of the multiple narratives provided by the substrate of the magazine on the “big incarceration” process, taken both in general and analytical form, including Brazilian specificities. The process of “big incarceration” as proposed here refers to a frequent designation regarding a profound transformation in the criminal perspective since 1990, due to structural changes endured by capitalism. These changes include an intense process of stricter penal strategies, of harder laws, of growing prisonization, of restrictions on parole, of commodifying the daily life, of increasing control and discipline techniques.

Keywords: Discursos Sediciosos Journal; Criminology; Political Economy of Punishment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A REVISTA “DISCURSOS SEDICIOSOS”	1
1.1. A revista científica como fonte de pesquisa e objeto teórico.....	1
1.2. A construção de discursos sediciosos: origem, história e identidade da Revista Discursos Sediciosos.....	2
1.3. Saberes sediciosos: análise das temáticas da Revista, por seção	18
2. O “GRANDE ENCARCERAMENTO” NA REVISTA DISCURSOS SEDICIOSOS: O EIXO CENTRAL EUROAMERICANO	35
2.1. O grande encarceramento e suas manifestações visíveis.....	36
2.2. A emergência do neoliberalismo e a convergência das práticas penais repressivas: liberdade apenas aos mercados?	51
2.3. As matrizes econômica e político-econômica do desvio na Revista Discursos Sediciosos (2000-2015)	59
2.3.1. Crítica e atualização da hipótese de Rusche e Kirchheimer	65
2.3.2. Loïc Wacquant: Do Estado caritativo ao Estado Penal, na Revista Discursos Sediciosos.....	73
3. O “GRANDE ENCARCERAMENTO” NA REVISTA DISCURSOS SEDICIOSOS: EM BUSCA DA BRASILIDADE.....	94
3.1. A disjuntiva recepção x construção no debate criminológico latino-americano e a Revista Discursos Sediciosos.....	94
3.2. A perspectiva socioeconômica: inflexões a partir da relação entre punição e mercado de trabalho	99
3.2.1. Trabalho e repressão penal do corpo negro	106
3.3. A perspectiva política: inflexões a partir do simbólico	111
3.3.1. O processo de formação e as continuidades do Estado brasileiro	112
3.3.2. As instituições políticas	126
3.3.2.1. A assistência social e instituições políticas periféricas	126
3.3.2.2 A mídia.....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
ANEXO 1 – CAPAS DA REVISTA DISCURSOS SEDICIOSOS	145

ANEXO 2 – IDENTIDADE VISUAL DA EDIÇÃO 9/10 (2000)	146
ANEXO 3 – IDENTIDADE VISUAL DAS EDIÇÕES 12 (2002) E 13 (2003)	147
ANEXO 4 – IDENTIDADE VISUAL DA EDIÇÃO 14 (2005).....	148
ANEXO 5 – IDENTIDADE VISUAL DA EDIÇÃO 15/16 (2007)	149
ANEXO 6 – IDENTIDADE VISUAL DA EDIÇÃO 17/18 (2010)	150
ANEXO 7 – IDENTIDADE VISUAL DA EDIÇÃO 19/20 (2012)	151
ANEXO 8 – RELAÇÃO COMPLETA DOS ARTIGOS, POR SEÇÃO E AGRUPADOS POR TEMÁTICAS (SEÇÕES ARTE E LITERATURA, CRÔNICA JUDICIÁRIA, POLÍCIA, JUSTIÇA E MÍDIA)	152
ANEXO 9 – QUADRO DOS ARTIGOS DA SEÇÃO HISTÓRIA, AGRUPADOS POR TEMÁTICA.	159
ANEXO 10 – QUADRO DOS ARTIGOS DA SEÇÃO DIREITO, AGRUPADOS POR TEMÁTICA	161
ANEXO 11 – QUADRO DOS ARTIGOS DA SEÇÃO CRIMINOLOGIA, AGRUPADOS POR TEMÁTICA	163

ÍNDICE

GRÁFICO 1: Distribuição dos artigos, por seção da revista	18
GRÁFICO 2: Histórico da seção “Arte e Literatura”	20
GRÁFICO 3: Histórico da seção “Crônica Judiciária”	21
GRÁFICO 4: Histórico da seção “Polícia”	21
GRÁFICO 5: Histórico da seção “Justiça”	23
GRÁFICO 6: Histórico da seção “Resenha bibliográfica”	24
GRÁFICO 7: Histórico da seção “Mídia”	25
GRÁFICO 8: Histórico da seção “História”	27
GRÁFICO 9: Histórico da seção “Direito”	29
GRÁFICO 10: Histórico da seção “Criminologia”	31
GRÁFICO 11: Distribuição temática da seção Criminologia.....	32

INTRODUÇÃO

Este trabalho insere-se no projeto de pesquisa desenvolvido pela Prof^a Vera Regina Pereira de Andrade entre os anos de 2012 a 2015, intitulado “Bases para uma Criminologia do controle penal no Brasil: em busca da brasilidade criminológica”, tendo se iniciado em 2013, a partir de um estudo mais amplo e genérico acerca das características gerais, semelhanças e diferenças da produção criminológica crítica brasileira realizada pelas revistas científicas dirigidas pelo Instituto Carioca de Criminologia e Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, respectivamente, Revista Discursos Sediciosos e Revista do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Em momento posterior, a Revista Discursos Sediciosos foi adotada como objeto único de estudo, especialmente a seção intitulada “Criminologia”, vez que o objetivo primeiro era contribuir ao estudo sobre a produção criminológica crítica brasileira.

Em primeiro lugar, foi elaborado um trabalho de análise dos elementos básicos das edições da Revista, em que se incluíram o estudo de sua identidade visual, o conjunto gráfico de suas capas e ilustrações e, principalmente, um detalhado estudo sobre seus sumários. Para a consecução desta etapa, foi imprescindível a prestativa e generosa colaboração do Instituto Carioca de Criminologia, nas pessoas de Nilo e Vera Malaguti Batista e sua equipe, os quais prestimosamente disponibilizaram os exemplares utilizados nesta pesquisa, além dos sumários das edições já totalmente esgotadas. Diante da dificuldade em encontrar e adquirir alguns dos volumes mais antigos, foram analisados os sumários de 20 das 21 edições publicadas.

Partindo do estudo prévio dos sumários, foram levantadas hipóteses iniciais para a segunda etapa da pesquisa, que se centrou em identificar as temáticas trabalhadas pela Revista, no marco da Criminologia Crítica. Para isso, trabalhou-se com as indicações metodológicas de Tânia Regina de Luca (2005), Fernanda Martins (2014) e Camila Cardoso de Mello Prando (2012). Após o levantamento inicial destes trabalhos, procedeu-se a uma tentativa de configuração do perfil da publicação, tomando como base uma pesquisa efetuada no currículo dos autores publicados, nas temáticas trabalhadas e na variação quantitativa da produção. Mais recentemente, à luz da pesquisa histórica e de conteúdo concretizada a partir das hipóteses iniciais, esses primeiros resultados foram revistos e atualizados, especialmente no que se refere ao lapso temporal primeiramente considerado, vez que só foi possível obter fisicamente os volumes do período entre 2000 e 2012 (volumes 9 a 20), janela temporal menor que do a inicialmente considerada (1996-2014).

Os dados coletados e as conclusões alcançadas durante esta fase dita analítica estão consubstanciados no primeiro capítulo desta monografia em forma gráfica e interpretativa.

Além disso, compõe-no, também, a análise histórica das edições publicadas no período 2000-2012 e a revisão panorâmica dos temas trabalhados, dentro de cada seção. Buscou-se, a partir do conjunto analítico levantado, esboçar o universo de produção do periódico a partir de algumas das suas características principais e de seu projeto político-editorial, mais bem denotado através da pesquisa documental realizada.

Em um segundo momento, orientada pelo conhecimento acerca dos aspectos formais da publicação, procedeu-se a uma análise de conteúdo dos artigos inseridos no marco da Criminologia Crítica. Rapidamente, despontou a presença de um elemento integrador, espécie de pano de fundo sobre o qual se estruturavam temas e seções muito variados, situando-os historicamente. Embora descrito de maneiras díspares a depender da orientação do olhar de cada autor, foi possível identificar a percepção de um movimento geral de recrudescimento penal e punitivo em escala global, doravante chamado de “o grande encarceramento”, por ser uma das designações sistemáticas mais vezes encontrada na produção da Revista.

Situado o contexto histórico geral que se refletia, direta ou indiretamente, em todas as seções do periódico, privilegiou-se o estudo pormenorizado da seção intitulada “Criminologia”, na qual se concretizou uma das hipóteses que surgira durante a fase analítica da pesquisa e que percebera a predominância da análise macroestrutural (ou macrosociológica) da questão criminal, com importantes contribuições de autores provenientes do eixo euroamericano. É na seção Criminologia em que encontramos a maior produção quanto ao movimento do “grande encarceramento” e onde ele mais vezes aparece como objeto imediato. Nesse sentido, a pesquisa revelou um processo dialógico estabelecido entre a publicação, o ICC e o autor Loïc Wacquant durante o período analisado, traduzido na publicação de oito de seus trabalhos, um de seus livros (“Punir os pobres”, publicado em 2002), na reedição do número 124 da Revista “Actes de la recherche en sciences sociales” – intitulada “De l’État social à l’État penal” -, cuja empreitada foi intermediada por Wacquant, na reedição do volume 3 da Revista Ethnography – intitulada “In and out of the belly of the beast: dissecting the prison” -, cujo co-editor era, à época (2003), o próprio Wacquant e também na publicação, pelo ICC, do livro “Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal”, em 2012. Além disso, notou-se, que o autor foi sendo crescentemente referenciado por autores brasileiros na seção “Criminologia”, tendo seu auge em 2012, quando então foram publicados dois trabalhos que diretamente dialogavam com sua teoria¹.

¹ Tratam-se dos artigos “Do Estado Social ao Estado Penal: invertendo o discurso da ordem”, de Katie Arguello, e “Repensando Loïc Wacquant. Do Estado social ao Estado penal: o nazismo está de volta?” de Otávio Bravo.

Paralelamente ao eixo de influência de Wacquant, percebeu-se a coexistência de um eixo de análise macroestrutural mais orientado segundo a matriz econômica tradicionalmente ligada ao campo de estudo da economia política da pena. Em relação a esses trabalhos, foi possível vislumbrar forte influência da clássica obra de Rusche e Kirchheimer e seus desenvolvimentos posteriores, especialmente aqueles ligados ao trabalho de Ivan Jankovic. Essa perspectiva encontra seu máximo ponto de elaboração no volume de número 11, reedição do número 124 da Revista “Actes de la recherche en sciences sociales” – intitulada “De l’État social à l’État penal” e publicada em 2001. Entre as perspectivas de Wacquant e da chamada “matriz econômica”, encontramos mais semelhanças do que diferenças: ambas são protagonizadas por autores estrangeiros e buscam erigir um modelo teórico que remete o desvio às categoriais estruturais de análise, tomando como lugar de fala o movimento do “grande encarceramento” nos países da modernidade central. No entanto, existe significativa diferença entre elas, vez que a obra de Wacquant utiliza pressupostos predominantemente políticos e simbólicos, em detrimento do conceito de “mercado de trabalho”, cuja posição de centralidade caracteriza a perspectiva econômica.

Para se referir a esses dois modos de abordar metodologicamente o mesmo objeto, recorremos aqui a Alessandro Baratta, o qual vislumbrava, dentro do campo da economia política da pena, uma diferença entre as abordagens de Rusche e Kirchheimer e Foucault (BARATTA, 2011, p.191). Vera Andrade (2003) caracteriza essa diferença como sendo a oposição entre a obra de Rusche e Kirchheimer como “historiografia revisionista com enfoque materialista-marxista”, e a obra de Foucault como uma “historiografia revisionista materialista político-econômica”. É dessa leitura epistemológica que identificamos a perspectiva apresentada por Wacquant como similar à de Foucault², no que se refere ao uso de um acúmulo sociológico, político e simbólico, enquanto que os trabalhos publicados na esteira de “Punição e estrutura social” notabilizam-se pelo olhar materialista.

Assim, o segundo capítulo deste trabalho reúne as considerações resultantes das percepções narradas, refletindo o caminho trilhado pela própria pesquisadora em torno do campo de produção político-econômico da seção Criminologia. Em primeiro lugar, desejava-se abordar o grande encarceramento, a fim de situar o contexto de fala dos artigos pesquisados, tomando-o como objeto mediato dos mesmos. O problema que se colocava, no entanto, era a pluralidade de descrições e interpretações feitas quanto a este movimento, cujo alcance e complexidade ultrapassam os instrumentos disponíveis da pesquisa. Dessa forma,

² Observe-se que um dos capítulos do livro “Punir os pobres” é chamado justamente “A “reforma” da assistência social para vigiar e punir”.

privilegiando uma interpretação não totalizante da realidade, o texto inicia delimitando de quais manifestações visíveis do grande encarceramento tratam os trabalhos publicados na esteira da economia política da pena. Se, com isso, obtêm-se uma descrição fragmentada da questão criminal, por outro lado delimita-se seu campo de estudo, contribuindo para a compreensão de sua inerente complexidade. A partir daí, é feita uma reconstrução das manifestações ideológicas do movimento de “grande encarceramento”, tal como entendido pelos autores consultados, que o relacionam estruturalmente ao capitalismo e, mais especificamente, ao neoliberalismo.

A segunda metade do capítulo destina-se, por sua vez, a recontar a trilha dos artigos publicados no marco da economia política da pena, dialetizando-se nas análises econômica e político-econômica, ora representadas, respectivamente, pela tradição do pensamento de Rusche e Kirchheimer e Wacquant. Dessa forma, empreende-se um trabalho de recuperação do conteúdo apresentado nesses trabalhos, iniciando pela atualização da “hipótese de Rusche e Kirchheimer” como forma de refletir, também, a passagem que ocorre na Revista, de um pensamento pautado mais pela análise materialista – frequente no fim dos anos 90 e início dos anos 2000 - a uma predominância da análise político-econômica de Wacquant quanto ao desmantelamento do Estado social em penal.

Com isso, consolida-se a recuperação de um eixo teórico que reflete a modernidade central e os respectivos desenvolvimentos do capitalismo central. O projeto em que se insere a presente pesquisa, no entanto, destina-se a investigar bases para uma criminologia brasileira e da brasilidade. Por esse motivo, para finalizar a pesquisa, procurou-se identificar, por dentro da perspectiva político-econômica da pena, a leitura feita sobre o Brasil e para o Brasil, nos trabalhos consultados. Para tanto, foi necessário alargar tanto as categorias metodológicas quanto as fontes de pesquisa, pois o objeto se mostrava muito mais fluido e de maior complexidade. De fato, se é possível falar, na literatura estrangeira, de um corpo de estudo referente à “economia política da pena”, o mesmo se torna difícil em relação à produção criminológica brasileira. Destarte, optou-se por trabalhar com a ideia de narrativa, buscando encontrar, dentre a produção apresentada nas seções “Criminologia”, “História”, “Mídia”, “Polícia”, “Justiça” e “Resenha bibliográfica”; especificidades brasileiras que aprofundassem as análises econômica e político-econômica esboçadas no capítulo anterior.

A busca pela brasilidade nos leva diretamente a uma antiga questão colocada pela Criminologia latino-americana e que se refere ao processo de importação acrítica de teorias estrangeiras, em detrimento de uma produção teórica de raiz periférica. Em termos metodológicos, este debate tomou a forma de uma oposição conceitual entre “recepção” e

“tradução” das teorias produzidas no Centro para a Periferia. Retomamos aqui, no entanto, a lição de Vera Andrade (2012, p.113), para quem não teria havido uma disjuntiva entre recepção da Criminologia crítica norte-americana e europeia na América Latina “e” construção de uma Criminologia crítica latino-americana, mas, ao contrário, “uma complementariedade mais sutil e complexa”, ao passo que tanto se recepcionou o paradigma central quanto que “quase que simultaneamente ou no próprio processo, conferiu-se-lhe uma continuidade latina periférica específica nos diferentes países, como o Brasil”.

O estudo da Revista *Discursos Sediciosos* comprovou a hipótese de Vera Regina Pereira de Andrade, na medida em que encontrou, na estrutura do periódico, eixos diversificados de abordagem da questão penal, muitas vezes plenamente associados às teorias do centro, por outras tomados de perspectivas históricas brasileiras e características particulares, ou ainda no interregno do questionamento sobre a aplicabilidade das primeiras ao contexto nacional e continental periférico. A maneira como esses saberes combinam é diversificada e plural, caracterizada por uma interação dinâmica e por vezes ambígua entre o acúmulo criminológico central sobre a modernidade e o acúmulo criminológico marginal, desde as perspectivas colonial e periférica. Dela emerge um mosaico complexo de saberes, pois que constituído de rupturas e continuidades, notavelmente crítico e liberto do colonialismo intelectual.

Assim sendo, procurou-se identificar e recontar uma das narrativas possíveis da brasilidade na Revista e que se relacionasse aos tópicos tratados no capítulo precedente. Verificou-se que foi a análise histórica quem mais forneceu subsídios para discernir especificidades marginais, especialmente aquelas que apontavam um processo constante de modernização conservadora das formas estatais e políticas, na história nacional. De fato, o estudo sobre a modernização conservadora, no Brasil, congregava tanto aspectos da análise materialista, quanto de simbologia política e por esse motivo foi escolhido como fio condutor da narrativa que se pretende recontar.

No que se refere às inflexões sobre punição e mercado de trabalho na sociedade brasileira, embora hajam sido consultados dois artigos que trabalham tradicionalmente a matriz econômica da punição, foi mais frequente encontrar, na Revista, trabalhos pautados no criticismo histórico do que na categoria de mercado de trabalho. A análise histórica do período escravista, em especial do período imperial, mostrou-se bastante profícua para refletir sobre as relações que se estabeleciam entre o sistema penal e as necessidades produtivas, primordialmente no papel desempenhado pelo primeiro, através do Direito Penal, em manter

atendidas as exigências do sistema produtivo a despeito da modernização jurídica em direção ao liberalismo constitucional.

Tratando mais acuradamente da perspectiva simbólica e política, buscou-se priorizar análises em que o Estado figurasse como objeto central, a fim de fornecer um contraponto ao trabalho apresentado por Wacquant e abordado no capítulo 2 referente ao processo de desmantelamento do Estado social em penal, nos Estados Unidos. Nesse sentido, mais uma vez o fio condutor da modernização conservadora do Estado brasileiro forneceu o subsídio metodológico a fim de orientar a pesquisa. Foram consultados e recuperados trabalhos de autores brasileiros que refletem sobre as modernizações e continuidades do Estado brasileiro em diversas épocas históricas, sua fragmentação e dificuldade em penetrar no “Brasil profundo”, a homologia de seus interesses e os das elites econômicas e sua cultura política autoritária. Em um segundo momento, recuperou-se análises acerca do funcionamento de algumas das instituições políticas brasileiras, entre elas a assistência social e a mídia.

Adverte-se que o resultado final conforma-se na recuperação de uma das narrativas, de tantas possíveis a partir do universo da Revista Discursos Sediciosos. O periódico científico tomado como objeto coloca, a um só tempo, grandes possibilidades de estudo e desafios na mesma proporção. O objeto de estudo eleito reflete tão somente um recorte segmentado e parcial em relação ao seu aporte real. Mesmo assim, acredita-se que foi possível recuperar e aprofundar importantes reflexões sobre a perspectiva político-econômica do grande encarceramento e seus contornos específicos no contexto brasileiro, considerando-se que a compreensão do contexto periférico-marginal exige situar tanto o seu posicionamento na dinâmica do capitalismo global quanto suas especificidades próprias – o que intentou-se fazer, nesta pesquisa.

1. A REVISTA “DISCURSOS SEDICIOSOS”

1.1. A revista científica como fonte de pesquisa e objeto teórico

O periódico como fonte de pesquisa, tal como nos explica Tânia Regina de Luca (2005), nem sempre foi considerado viável pelos historiadores, seja por que não proporcionaria objetividade, seja porque, ao contrário, apresentaria uma “desanimadora complexidade”, ou mesmo porque propiciaria uma instrumentalidade ingênua. Segundo a autora, no entanto, desde a década de 70 e do estatuto da imprensa, ao lado da História **da** imprensa e **por meio** da imprensa, despontou a viabilidade da imprensa enquanto **objeto** da pesquisa histórica. Nesse sentido, ela cita o trabalho de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, publicado em 1974, no qual as autoras se valeram do estudo dos editoriais do jornal republicano “O Estado de S. Paulo” a fim de evidenciar a atuação do jornal como porta voz dos interesses da classe dominante, entre o período de 1927 a 1937.

É este o sentido esboçado por Luca ao relacionar a ascensão do periódico enquanto fonte de pesquisa e a História Nova, a qual importou numa renovação temática da disciplina, que passou a incluir o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas diárias, etc; rumo a passagem de um paradigma de centralidade da análise histórica macroeconômica - uma espécie de “história total”- para uma História que focaliza os sistemas culturais. No âmbito dessa transformação, caracterizada pela autora como epistemológica, desponta o fortalecimento da História Cultural e, na sua esteira, da História imediata e da História política.

No trabalho de Tânia Regina de Luca (2005), encontramos através da citação do historiador Jean-François Sirinelli³ o delineamento do periódico como *pontos de encontro*, por constituírem-se enquanto empreendimentos coletivos que agregam diferentes autores em torno de um projeto comum de ideias, crenças e valores que se pretende difundir. Fernanda Martins (2014) e Camila Prado (2012), por sua vez, utilizam Roger Chartier como referencial do estudo da História Cultural e do uso de Revistas como fontes de análise historiográfica, observando que “a reconstituição documental dos textos produzidos pela Revista é também reconstituição de uma história cultural singular no campo da produção criminológica e penal” (PRANDO, 2012, p.18;) e que permite “encontrar novos sujeitos com falas diversas nas esferas do estudo do Direito, permitindo ainda mais uma compreensão

³ “Uma revista é antes de tudo lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade” (SIRINELLI, 1996)

sobre o momento do recorte temporal e espacial a que a pesquisa se propõe” (MARTINS, 2012, p.19).

É precisamente dessa compreensão do periódico como espaço de sociabilidade, no âmbito de uma História Cultural, que desponta a advertência de Tânia Regina de Luca (2005) para que tais fontes sejam *historicizadas*. No sentido proposto por ela, historicizar as fontes implica um percurso metodológico minucioso, descrito em etapas: encontrar as fontes e constituir uma longa e representativa série; localizar a(s) publicações na história da imprensa; atentar para as características de ordem material (periodicidade, impressão, papel, uso/ausência de iconografia e publicidade); assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo; caracterizar o material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação; caracterizar o grupo responsável pela publicação; identificar os principais colaboradores; identificar o público a que se destina; identificar as fontes de receita e, por fim, analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida.

A pesquisa apresentada neste capítulo buscou seguir o roteiro acima descrito, naquilo que com ele esteve compatível em termos de objetivos e informações disponíveis. Ela constitui o conjunto de observações alcançadas a partir do estudo de aspectos formais e materiais da Revista Discursos Sediciosos.

1.2. A construção de discursos sediciosos: origem, história e identidade da Revista Discursos Sediciosos

Em 1996, como resultado do acúmulo de saberes e esforços entre o Instituto Carioca de Criminologia e seus fundadores, Nilo Batista e Vera Malaguti Batista, nasce a Revista Discursos Sediciosos, um periódico acadêmico científico destinado à questão criminal. Sobre esse momento inicial, reconta a sinopse da vigésima edição:

Quando começamos, nos anos noventa, com a inesquecível presença de Carlos Magno Nazareth Cerqueira, Nilo Batista brincava dizendo que "se a revista não deslanchasse daria um bom calço de mesa". Tudo conspirava contra sua permanência: saíamos do governo de Leonel Brizola amplamente derrotados em todos os sentidos. Era exatamente naquela conjuntura que o estado de polícia se espalhava, nos primeiros movimentos do neoliberalismo ascendente. Como fazíamos questão de apontar, a questão criminal começava a ocupar os corações e mentes do Brasil. Naquele momento, começava a se quebrar uma cultura de resistência à truculência policial que determinava uma renaturalização que viria a se constituir em aplauso.

Neste inquieto contexto, a Revista coloca-se, desde o começo, com uma proposta libertária e crítica, cujo compromisso militante em construir e divulgar, amplamente,

discursos sediciosos, é mais bem retratado no trecho do acórdão estampado na contracapa de seus volumes e que compõe os autos de devassa da Inconfidência Mineira:

Mostra-se que entre os chefes e cabeças da Conjuração, o primeiro que suscitou as ideias de República foi o Réu Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, Alferes que foi da Cavallaria paga da Capitania de Minas, o qual há muito tempo que tinha concebido o abominável intento de conduzir os povos daquela Capitania a uma rebelião, pela qual se subtrahissem da justa obediência devida à dita Senhora, formando para este fim publicamente discursos sediciosos (trecho do acórdão de 18 de abril de 1792, constante dos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira).

Desde então, foram publicados vinte e dois volumes que mantém e aprofundam o projeto editorial inicial, os quais consagraram a Revista Discursos Sediciosos como um espaço privilegiado de discussão da questão criminal, importante *locus* de publicação e produção científica, cuja qualidade e prestígio dentre os pesquisadores da área é notória. Não à toa, compõe e compuseram o seu conselho editorial alguns dos grandes expoentes das chamadas ciências criminais, tais como Juarez Cirino dos Santos, Lola Aniyar de Castro, Massimo Pavarini, Loïc Wacquant, Augusto Thompson, Alberto Silva Franco, Arthur Lavigne, Beatriz Vargas R.G de Resende, Caridad Navarrete Calderón, Carlos Heitor Cony, Edson Passetti, Eugenio Raúl Zaffaroni, Geraldo Carneiro, Gisálio Cerqueira Filho, Gizlene Neder, Helena Bocayuva, Jock Young, Juan Pegoraro, Luis Fernando Niño, Luiz Benito Viggiano Luisi, Maria Lucia Karam, Renato Guimarães, Salo de Carvalho, Sidney Chalhoub, Sylvia Moretzsohn, Vera Malaguti Batista, Vera Regina Pereira de Andrade e Yolanda Catão.

O acervo da revista constitui-se de vinte e dois volumes exclusivamente físicos, cujas dimensões são de aproximadamente 26 centímetros de comprimento e 16 centímetros de largura, sendo que a cor da capa é predominantemente branca. O título e subtítulo são impressos em roxo, exceto pela palavra “sediciosos” que é vermelha, sendo que o subtítulo aparece em caixa alta, enquanto que o título em itálico. A parte central das capas traz o nome dos colaboradores de cada edição e uma imagem que varia conforme o tema de cada número.

O lançamento da publicação dava-se, inicialmente, a cada seis meses, em volumes individuais. Desde a edição de número 15/16, datada do ano 2007, no entanto, os volumes tornaram-se duplos e passaram a ser publicados anualmente. Antes disso, no ano 2000, o volume 9/10 já se mostrara duplo - a fim de “reduzir as “angústias” com a editoração”, segundo o diretor. A frequência das publicações, todavia, não se manteve constante, sendo que por vezes foi comum passarem-se hiatos longos entre uma edição e outra, como no caso dos três anos que se passaram entre o volume de número 14 e o de número 15/16.

A primeira edição foi publicada pela editora Relume Dumará e data do primeiro semestre de 1996. Na parte central de sua capa, são apresentados os nomes dos colaboradores sobrepostos a uma imagem em que se vê a representação de uma favela e um tanque de guerra, de onde sai um soldado com uma arma na mão. Naquele momento, as seções da revista foram divididas em: Editorial, Depoimento, Literatura, Direito, Criminologia, Justiça, Polícia, História, Mídia, Crônica Judiciária, Resenha bibliográfica e Florilégio. No semestre seguinte, a publicação dá-se de forma independente pelo próprio ICC, a contracapa passa a apresentar um pequeno trecho de acórdão sobre a Inconfidência Mineira que justifica o nome “Discursos Sediciosos” e o título da seção “Literatura” é substituído permanentemente pelo título “Arte e literatura”. Tal organização interna manter-se-á inalterada durante os demais volumes. Na quarta edição, datada de 1997, a Revista passa a ser publicada pela editora Freitas Bastos, o que só se modificaria em 2002, quando ela seria substituída pela Editora Revan. Tanto a décima primeira quanto a décima terceira edições são números especiais, sendo que a primeira foi uma edição brasileira do número 124 da Revista “De l’État social à l’État penal” - dirigida à época por Pierre Bourdieu; e a segunda uma reprodução brasileira de revista *Etnography*, dirigida por Loïc Wacquant.

Constante em seus aspectos formais, a transferência que se dá para a malha da Editora Revan reveste-se de grande importância para o periódico, uma vez que ocorre uma reformulação no quadro de seus colaboradores, o qual era até então composto por Arthur Lavigne, Augusto Thompson, Carlos Heitor Cony, Geraldo Carneiro, Gisálio Cerqueira, Gizlene Neder, Maria Lucia Karam, Vera Malaguti Batista, Yolanda Catão; Sylvia Moretzsohn como secretária de redação, Luiz Fernando Gerhardt como responsável pelo projeto gráfico e Nilo Batista na direção. Em 2002, no entanto, abandonam o conselho editorial Arthur Lavigne, Carlos Heitor Cony, Geraldo Carneiro e Yolanda Catão. Por outro lado, passam a integrá-lo Alberto Silva Franco, Beatriz Vargas R.G de Resende, Caridad Navarrete Calderón, Edson Passetti, Eugenio Raúl Zaffaroni, Helena Bocayuva, Jock Young, Juan Pegoraro, Juarez Cirino dos Santos, Loïc Wacquant, Lola Aniyar de Castro, Luis Fernando Niño, Luiz Benito Viggiano Luisi, Massimo Pavarini, Renato Guimarães, Salo de Carvalho, Sidney Chalhoub, Sylvia Moretzsohn e Vera Regina Pereira de Andrade.

Outro momento importante no que se refere à sua organização interna dá-se em 2010, quando a direção passa de Nilo para Vera Malaguti Batista, acompanhada de uma pequena alteração em seu quadro de colaboradores. Deixam o conselho editorial Augusto Thompson e Luiz Benito Viggiano Luisi, em decorrência de falecimento, e também Jock Young e Salo de Carvalho. Nilo Batista passa a integrá-lo, bem como Sylvia Moretzsohn abandona a secretaria

da revista, que passa a contar com André Nascimento na editoria e Maurício Caleiro na revisão. A partir desse momento, os volumes crescem consideravelmente de tamanho e, em decorrência, as temáticas trabalhadas dentro de cada seção e de cada edição tornam-se mais variadas.

A identidade visual da Revista, por sua vez, constitui outro importante elemento de sua integração⁴. Para além dos componentes formais das capas, já descritos anteriormente, a ilustração dos volumes varia a cada edição e conta, em geral, com a colaboração de artistas plásticos ou ilustradores, com exceção do volume 15/16 cuja composição iconográfica foi de autoria do fotógrafo Ivan Cardoso e do volume 21/22, cuja composição visual foi realizada pela arquiteta e designer de luz, Diana Joels⁵. Em geral, o material iconográfico é estampado na capa e também utilizado a fim de ilustrar alguns artigos selecionados cujo tema com ele dialogue. Os artistas convidados a colaborar com a publicação no período analisado foram: Cláudia Malaguti (v. 9/10), Oscar Niemeyer (v. 12), J.S Batista (v. 14), Ivan Cardoso (v. 15/16), Suzana Queiroga (v. 17/18), Carlos Vergara (v. 19/20) e Diana Joels (v. 21/22).

O grupo responsável pela publicação é formado, notadamente, por Nilo Batista, Vera Malaguti Batista e o Instituto Carioca de Criminologia, cuja principal contribuição bibliográfica, além da revista *Discursos Sediciosos*, é a coleção *Pensamento Criminológico*, responsável por divulgar ao público nacional trabalhos clássicos e contemporâneos no âmbito da Criminologia. Nilo e Vera, efetivamente, além de organizarem e dirigirem a revista, são dois de seus principais autores, tendo contribuído, juntos, com 33 trabalhos – sendo que a maioria foi publicada na seção “Resenha Bibliográfica”. Além deles, é possível vislumbrar alguns colaboradores que, devido à frequência das publicações, compõe um núcleo definidor da própria identidade do periódico, no período analisado (2000-2012). São eles⁶:

- a) **Loïc Wacquant**, que responde por 9 artigos publicados na seção *Criminologia*;
- b) **Lolita Aniyar de Castro**, que responder por 7 artigos, sendo 5 deles publicados na seção *Criminologia*, 1 na seção *Justiça* e 1 na seção *Arte e literatura*;
- c) **Sylvia Moretzsohn**, que responde por 7 artigos publicados na seção *Mídia*, perfazendo, sozinha, 33% dos trabalhos lá publicados desde 1999;
- d) **Carlos Magno Nazareth Cerqueira**, grande nome da seção *Polícia*, o qual responde por 6 artigos lá publicados, embora apenas 1 deles dentro do período 2000-2012;

⁴ Sendo este um elemento que depende do acesso direto ao volume físico, adverte-se que só foi possível completar a análise em relação às edições de número 9 a 22.

⁵ O conjunto das capas, bem como os quadros visuais que representam cada um dos volumes pesquisados encontram-se anexos (nº1 a 7).

⁶ Para conferir a referência dos trabalhos publicados em cada seção, ver anexos .

- e) **Eugenio Raúl Zaffaroni**, que responde por 5 artigos, sendo 1 deles publicado na seção *Resenha bibliográfica* e os demais na seção *Direito*. Além disso, teve sua obra “Derecho penal, parte geral” resenhada por Pablo Veja e Daniel Raizman;
- f) A dupla **Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho** que, juntos, publicaram 2 artigos – sendo 1 na seção *História* e 1 na seção *Criminologia* – e separados publicaram, cada um, três trabalhos. Gizlene publicou-os todos na seção *História*, enquanto que Gisálio publicou- a maioria na seção *Arte e literatura*;
- g) **Juarez Cirino dos Santos**, autor de 4 artigos - sendo 2 deles publicados na seção *Direito*, 1 na seção *Criminologia* e 1 na seção *Crônica judiciária* -, teve também 2 de seus livros resenhados: “A moderna teoria do fato punível”, por Nilo Batista em 2000 e “Direito Penal e as premissas ideológicas do poder punitivo”, por Edson Fachin em 2010;
- h) **Maria Lúcia Karam**, que publicou 5 artigos, sendo 2 deles na seção *Criminologia*, os demais nas seções *Polícia*, *Justiça* e *Resenha bibliográfica*;
- i) **Vera Regina Pereira de Andrade**, autora de 4 artigos, metade deles na seção *Criminologia* e metade na seção *Resenha bibliográfica*.

Além dos citados autores, foi possível identificar como autores frequentes, os seguintes: Cristina Mair Barros Rauter, Maurício de Medeiros Caleiro e Megan Comfort, todos com 3 artigos publicados, sendo que tanto Rauter quanto Comfort publicaram-nos na seção *Criminologia* e Caleiro publicou 2 na seção *Arte e literatura* e 1 na seção *Mídia*.

Em relação ao conteúdo da Revista, a presente pesquisa identificou um projeto político-editorial crítico, comprometido em romper com a monopolização do Direito sobre a questão criminal e em promover, no seu lugar, um debate plural que integrasse organicamente diversas abordagens e diversos campos de saber. Tal pluralismo pôs em relevo a insuficiência dos conceitos de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade para a caracterização da maneira de articulação de seu conteúdo, vez que ambos mantém inalterados os limites epistêmicos de cada disciplina individualmente considerada. Mais apropriado seria, então, o conceito de transdisciplinaridade, vez que a Revista propõe um mosaico de conhecimentos que transcende os contornos da ideia de disciplina. No entanto, observa-se que para além da transdisciplinaridade, a integração dos saberes na Revista se dá de maneira a consolidar um projeto militante que busca dar condições para a criação de saberes verdadeiramente emancipatórios, razão pela qual se adapta melhor a ideia de uma ecologia de saberes (BOAVENTURA, 2008a, 2008b).

Análise histórica das edições pesquisadas

Seguindo as indicações de Tânia Regina de Luca (2005), Fernanda Martins (2014) e Camila Prando (2012) sobre como trabalhar com periódicos enquanto fonte de pesquisa tornou-se clara a necessidade de situar historicamente cada um dos volumes efetivamente pesquisados a fim de historicizar as fontes, o que se pretenderá neste ponto⁷.

A edição 9/10 é estruturada a partir do anteprojeto de Código Penal apresentado em 1999 por uma comissão de juristas instituída pelo Senado Federal para a reforma global do Código Penal e da sua Parte Especial, prioritariamente. A Revista Discursos Sediciosos se coloca veementemente contra o projeto de segurança pública que estava contemplado neste documento, manifestando-se através de uma carta redigida por seu diretor à época, Nilo Batista, à Secretária do Ministério da Justiça à época, Ivete Viegas – carta que é publicada neste mesmo volume. Assim, é possível vislumbrar nesta edição uma crítica que se estrutura a partir de dois eixos: um deles diretamente ligado à recepção das influências repressivas punitivas externas na legislação que se delineava, tomada a partir da lógica jurídica - seja a globalização e a emergência do neoliberalismo, seja a política de tolerância zero. Nesse sentido se orienta a seção Direito, em que são apresentados textos críticos quanto ao crescente funcionalismo do direito penal e a ideologia economicista do mesmo. Na seção História, Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho empreendem uma análise histórica sobre as reformas legais operadas na modernidade, nos países europeus e no Brasil, procurando identificar como se estrutura, neste último, o discurso jurídico iluminista. Na seção Criminologia, Wacquant inicia sua colaboração com a Revista, publicando dois artigos sobre a política de “Tolerância Zero”, enquanto Lola Aniyar de Castro e Sérgio Salomão Shecaira refletem sobre a epistemologia da própria Criminologia, sendo que a primeira procura apontar as características da Criminologia produzida na América Latina e sua importância na contemporaneidade, ao passo que Shecaira traz à tona as contribuições da Escola de Chicago no âmbito do planejamento de políticas criminais.

Doutro modo, estrutura-se um eixo crítico a partir de baixo, ou seja, a partir da ótica das classes reprimidas e marginalizadas que representam precisamente o grupo a que se destinaria o modelo de controle penal esboçado no anteprojeto em análise, e que se encontra simbolicamente representado neste volume pela figura de Gino Amletto Meneghetti. Gino, o qual fora conhecido no início do século XX como um dos “maiores bandidos” da cidade do

⁷ Adverte-se que apesar da fase que se chamou analítica ter compreendido o estudo de todas as revistas (com exceção do sexto volume), a análise histórica e de conteúdo só pôde ser realizada dentre os volume 9 e 20, compreendendo o período que vai de 2000 a 2012.

Rio de Janeiro em razão de uma série de furtos e roubos espetaculosos e que, mais tarde, seria diversas vezes preso por períodos que juntos ultrapassam três décadas; tem a sua história de vida contada através da entrevista fornecida por Abdias do Nascimento e do trabalho por este publicado, intitulado “Gino Amleto Meneghetti ou o símbolo da agonia presidiária”.

Possivelmente em homenagem à trajetória de Gino, a Revista traz, na seção História, quatro trabalhos versando sobre a 1ª República (1889-1930), época em que ele foi alçado à posição de destaque dos jornais e noticiários, antes de sofrer a sua mais longa internação, em 1926. Igualmente, podemos conjecturar que a presença de três trabalhos acerca da infância marginalizada poderia estar diretamente ligada ao fato de que Gino fora, ele mesmo, uma criança que passou pelo reformatório de São Mateus, na cidade de Pisa. Nesse sentido, Maurício de Medeiros Caleiro apresenta um texto literário sobre a infância marginalizada no cinema brasileiro, Juarez Cirino dos Santos trata a questão da adolescência a partir dos Direitos Humanos e Jorge Davila e Maria Livia Nascimento advertem sobre a necessidade de uma pesquisa histórica no sentido de proteção da infância.

A edição de número 11 traz, pela primeira vez, a reedição de uma revista estrangeira, neste caso o volume 124 da Revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, intitulado “De L’Etat social à l’Etat penal”, inicialmente publicado em 1998. A empreitada se dá na esteira da parceria já iniciada entre o ICC e Loïc Wacquant, que intermediou as comunicações com Pierre Bourdieu - à época, o diretor da Revista reeditada. No ano anterior, essa parceria já havia começado, com a publicação pela revista de dois de seus trabalhos e posteriormente com a publicação do seu livro “Punir os pobres”, pelo ICC.

O tema que permeia o volume do periódico francês, anunciado já pelo título, é o olhar criminológico crítico sobre as mudanças no Estado Previdenciário após o surto globalizante do neoliberalismo, a partir de uma visão predominantemente econômico-política. De fato, é nesta edição em que se dá o momento mais significativo de recuperação dos pressupostos teóricos da economia política da pena e, em especial, do trabalho de Rusche e Kirchheimer, ainda que já se esboçasse a perspectiva Wacquantiana que viria a ser fortalecida contemporaneamente. A marca da edição é a análise macrossociológica e estrutural, apresentada através de dois trabalhos de Wacquant nos quais ele analisa o Estado penal, nos Estados Unidos e na Europa; um artigo de Western, Beckett e Harding em que é trabalhada a “hipótese da severidade” formulada por Jankovic, aplicando-a aos Estados Unidos; um trabalho de Richard B. Freeman, em que ele analisa o mercado de trabalho americano, na perspectiva da economia política da pena; um artigo de David Garland em que ele aborda a estrutura e a crise de legitimidade política do sistema penal, a partir da ótica existencialista;

um breve artigo de Nils Christie em que ele empreende uma “geografia penal” da Europa, dos Estados Unidos e da América latina, a partir de dados sobre a tendência punitiva nesses países; e um trabalho de Dario Melossi sobre a questão punitiva na Europa, a partir da imigração.

A edição de número 12, publicada durante o decurso do ano de 2002, cuja importância tornou-se evidente para a história brasileira, traz a tônica das mudanças que se encaminhavam politicamente nos âmbitos global e local. Naquele ano, marcado, no cenário doméstico, pelo primeiro mandato do presidente Lula e pela chegada inédita do Partido dos Trabalhadores ao poder, o cenário global dava as mostras iniciais da conjuntura que levaria a décadas de conflito armado no Oriente Médio, cujas trágicas consequências mais tarde viriam a ser conhecidas. Além disso, tensionando diretamente a vida da sociedade brasileira, deu-se a vitória da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo da Fifa e as mortes violentas do jornalista da Rede Globo, Tim Lopes, e do casal Von Richtofen, num dos crimes que marcariam profundamente o ideário coletivo e a história afetiva do país.

Essas tensões são diretamente refletidas na temática comum que permeia a edição da Revista, a qual, segundo o próprio editorial, “tem o dedo posto na ferida aberta das consequências penais da chamada globalização”. Nesse sentido, destacam-se as relações empreendidas entre as seções Criminologia, Direito e Mídia. Enquanto que, na primeira, são apresentados textos que trabalham o processo de globalização política e econômica e suas consequências, a partir dos mais diversos aportes metodológicos – seja partindo da questão das drogas na Colômbia e no mundo, como Rosa del Olmo, da Política Criminal através de discursos que impactam esteticamente a cidade do Rio de Janeiro, como Vera Malaguti Batista, ou das aproximações e distanciamentos entre as Políticas Criminais e a questão racial na América do Norte e no Brasil, como Lindgren Alves –, a seção Direito, bem como diversos textos publicados na seção Justiça, assumindo uma postura minimalista-garantista, evidenciam as relações e os impactos gerados nas legislações penais e, especialmente, nas garantias penais, em face das flexibilizações geradas pelo processo globalizante e globalizador. Fica, então, a cargo da seção Mídia, notadamente privilegiada na edição, exemplificar tal dinâmica íntima entre o projeto de poder neoliberal e a cultura punitiva em sua forma midiática e espetacular. Abrindo a seção com o texto de Nilo Batista “Mídia e sistema penal no capitalismo tardio”, é posta a tônica que permeará os seis artigos que se seguem, os quais analisam diversos programas da Rede Globo – a novela “O Clone”, o programa “Linha Direta”, o “Jornal Nacional” –, bem como manchetes e trechos de jornais, além de questões éticas sobre o uso da câmera escondida em reportagens jornalísticas.

A importância dada ao tema da mídia na edição desponta, tal como nos conta Vera Andrade (2003, p.61), uma vez que seu poder na legitimação do sistema penal tem alcançado, em tempos de globalização neoliberal, “contornos tão específicos e importância tão decisiva, que o tema requer análise em separado”. Para a autora, dá-se o processo em que a Mídia passa, enquanto Instituição, a protagonizar a função legitimadora do sistema penal e suas demandas. Em suas palavras:

[a mídia, sobretudo televisiva] prodigaliza, a um só tempo, a cultura do "medo" do crime e do sentimento de insegurança e a indignação contra os criminosos, contribuindo para fortalecer a ideologia penal e radicalizar a separação entre o bem e o mal, "nós" e os outros - outsiders - contra os quais, "naturalmente" toda reação social, do aplauso ao extermínio, passa a ser válida. (ANDRADE, 2003, p.61).

A edição de número 13 traz, pela segunda vez, a reedição de uma revista estrangeira, neste caso a Revista *Ethnography*, publicação internacional e interdisciplinar de cuja fundação e posterior direção participou Loïc Wacquant. De fato, quando o terceiro volume da publicação internacional é reeditado e publicado pelo Instituto Carioca de Criminologia como edição de número 13 da Revista *Discursos Sediciosos*, em 2003, incumbia a ele o encargo de editar e dirigir o periódico, o que vem na continuidade de uma colaboração profícua entre o ICC e Wacquant.

O volume reeditado, uma edição especial, intitula-se “In and out of the belly of the beast: dissecting the prison” e seu objetivo era, tal como adiantado pelo título, fazer uma dissecação etnográfica e atual da prisão. Wacquant, em artigo de apresentação do periódico, “O curioso eclipse da etnografia prisional na era do encarceramento de massa”, explica as razões que o levaram a planejar e executar um volume sobre a etnografia do cárcere - o que chama de um “desafio arriscado”. Ele descreve como o processo de verticalização crescente do aprisionamento americano promoveu uma drástica interrupção no desenvolvimento da rica tradição etnográfica americana em relação à prisão, uma vez que as portas das penitenciárias foram gradualmente se fechando, tanto para a entrada de pesquisadores externos quanto para a saída do que era produzido pelos próprios apenados.

O resultado do fechamento da penitenciária para os pesquisadores sociais, que se tornou redundante pelo alijamento da noção de reabilitação e a negligência crescente dos pesquisadores em relação a um modo de punição considerado grosseiro e obsoleto, é que os estudos observacionais descrevendo o mundo cotidiano dos reclusos desapareceram no momento mesmo em que os Estados Unidos implantavam o encarceramento de massa e outros países avançados pavimentavam cuidadosamente a sua própria via na direção do Estado penal. Eclipsou-se então a etnografia da prisão,

exatamente quando era mais urgentemente necessária, tanto no terreno científico como no político⁸ (WACQUANT, 2003, p.23).

Nesse contexto, produzir uma edição voltada à etnografia da prisão conformar-se-ia tanto em desafio, como em um compromisso científico e cívico. Por isso, a proposta para o volume era tríplice: contribuir para a revigoração dos estudos de campo sobre o mundo carcerário, internacionalizar a discussão etnográfica e “sugerir que o mundo carcerário pode e deve ser investigado, tanto como microcosmos dotado de material distintivo e tropismo simbólico quanto como modelo ou vetor de forças sociais mais amplas, nexos políticos e processos culturais que atravessam seus muros” (WACQUANT, 2003, p.24). É interessante observar que mediante a proposição editorial estavam colocados questionamentos não somente quanto ao *acesso* às instituições de segregação, como também quanto aos limites das pesquisas acadêmicas em razão da organização contemporânea da atividade intelectual, cada vez mais restrita aos imperativos da produtividade e afastada do tempo necessário às pesquisas de campo.

Assim, seguindo a própria orientação de que a prioridade suprema da etnografia prisional, hoje, seria praticá-la, Wacquant brinda a edição e o leitor com suas notas pessoais resultantes de uma visita à Prisão do Condado de Los Angeles, cuja alcunha é de ‘a maior colônia penal do mundo livre’. Em seguida, apresentam-se outros sete trabalhos etnográficos que recontam experiências de prisões americanas, francesas e escocesas a partir de diversos olhares, seja sobre o recorte de classe, seja sobre o estigma penal no próprio espaço carcerário, seja sobre a importação e distorção da vida familiar no interior das instalações penais, seja sobre a insuficiência do estudo da prisão como um mundo em si mesmo.

Não obstante seja uma edição notadamente estrangeira, a contribuição da margem brasileira fica a cargo de Augusto Thompson que, partindo da apresentação de Wacquant, abre a edição aprofundando a perspectiva colonial latino-americana e o cotidiano trágico e genocida de suas instituições de segregação, altamente seletivas. A sua perplexidade está em verificar, no discurso público, como solução a essa “maluquice” - em suas palavras -, aquilo que caracteriza como “a mais maluca e incongruente solução possível”, no caso, a construção de mais presídios.

A edição de número 14 se dá no ano de 2004, logo após um dos momentos de maior tensão ocorrido durante a invasão levada a cabo pelos Estados Unidos, com o apoio das tropas inglesas, ao Iraque e que culminou na captura militar de Saddam Hussein, em dezembro de

⁸ Ele cita o trabalho de Lorna Rhodes (2001), em que ela constata que a etnografia da prisão nos Estados Unidos não está apenas ameaçada, mas virtualmente extinta, obrigando as ciências sociais a trabalharem apenas com textos jornalísticos e relatos esparsos de reclusos.

2003. Noutro plano, dava-se a eclosão dos problemas de segurança pública enfrentados na questão da administração prisional, as milícias e o narcotráfico aqui no Brasil, os quais foram vividos de maneira dramática na já histórica rebelião ocorrida em Bangu 1, em setembro de 2002, em razão de um acerto de contas entre o grupo Comando Vermelho (CV) e o Amigos dos Amigos (ADA). Ambos os direcionamentos históricos são contemplados no volume da Revista, ainda que com prevalência do último, e sob o pano de fundo recorrente das transformações estruturais do capital e do “grande encarceramento”. O olhar editorial adotado pelo periódico, no entanto, longe de representar um lugar comum na representação de ambos os temas, destaca-se por apresentar um projeto plural e criativo, que escolhe o que chama de “saberes *psi*” como principal interlocutor, além da marcante identidade visual produzida pelo traço de J.S Batista.

No eixo marcado pela centralidade estrutural e pelo contexto americano, diluído por dentre todas as seções da revista, destacam-se o breve texto de Eduardo Galeano sobre o “Service Members Protection Act” americano (Lei 107-206) e a reprodução do discurso do ex-governador do Estado do Illinois, George H. Ryan - que em 2003 indultou todas as 167 pessoas que então se encontravam no corredor da morte, comutando suas penas – além de diversos outros textos que tangenciam as consequências, no âmbito jurídico, das transformações causadas pela chamada “globalização” e pelos desdobramentos do capital tecno-científico. Aqui estão incluídos trabalhos cuja origem é diversificada, como o de Túlio Vianna sobre a construção de uma sociedade do controle mediante o vigilantismo cibernético, o de Marcello Cerqueira intitulado “Comunicação ao encontro de constitucionalismos mexicanos e brasileiros”, o de José Barcelos de Souza acerca da flexibilização das garantias penais que poderia decorrer da implementação do sistema de súmulas vinculantes, o de Juarez Cirino dos Santos acerca da criminalização de pessoas jurídicas como política criminal e pública (in)viável; e de Sylvia Moretzsohn sobre os escândalos éticos da cobertura jornalística dos casos de pedofilia, no contexto de máxima criminalização e máximo Direito Penal, em que os crimes sexuais passam a ocupar posição privilegiada em razão do moralismo funcional que serve tanto à ideologia neoliberal quanto ao processo de executivização do sistema penal pela mídia. Encontramos ainda, as resenhas de Vera Malaguti Batista sobre o trabalho de Joel Rufino dos Santos – “Épuras do Social” – e de Helena Maranhão trabalhando a terceira parte de “Vigiar e Punir”.

Um trabalho que merece destaque a fim de situar o momento que vivenciava a Revista é o de René Ariel Dotti intitulado “Carta para Maria Thereza” e que reconta como foi formado, em 25 de Abril de 2003, no Estado de São Paulo, um grupo de profissionais e

intelectuais das ciências criminais para a construção de uma pauta coletiva – fala-se da construção de um “movimento Antiterror” – para enfrentar propostas legislativas de emergência que surgiam em flagrante desconsideração das garantias penais e processuais penais e em favor do espetáculo punitivo.

Doutro modo, estrutura-se um eixo voltado para as questões nacionais e que se articula em trabalhos sobre o controle de drogas ilícitas e a psicanálise. Assim, Orlando Zaccone, encabeçando a seção “Polícia”, trabalha a seletividade do sistema penal diante das drogas ilícitas em “Sistema penal e seletividade punitiva no tráfico de drogas ilícitas” - artigo derivado da dissertação de mestrado que mais tarde viraria o livro “Acionistas do nada”; e é seguido pelo especial “Passado e presente” em que a Revista reflete sua criatividade ao associar fotos de Marcia Folleto a textos de historiadores (Barreto Filho, H. Lima, Thomas Haolloway) e romancistas (Manuel Antônio de Almeida) sobre uma diligência realizada pelo Brigadeiro Vidigal no quilombo de Santa Tereza, em 1823. Fica por conta da seção “Criminologia” complementar a questão, com textos de Joel Birman e Sebastian Scheerer, ambos sobre a questão das drogas, sendo que Scheerer destaca seus aspectos econômico-políticos – a questão da economia dirigida – e culturais; enquanto que Birman enfoca a relação entre globalização, neoliberalismo e o abandono das funções públicas com o processo de “conquista de territórios” por parte do narcotráfico, o qual se estabeleceria nos espaços da cidade, pressionando as elites, engatilhando a política de criminalização da pobreza e tornando a cidade “um espaço sitiado”.

A partir daí, é com Cristina Rauter que se segue o debate dos “saberes psi” iniciado por Joel Birman, através do artigo “Produção social do negativo: notas introdutórias”, no qual ela fornece elementos para pensar os contornos contemporâneos da ideia de filiação, limite, autoridade, desejo e amor, no marco do capitalismo global. Abrindo as portas para um verdadeiro debate ecológico de saberes, seguem-se trabalhos de Gizlene Neder sobre a ideia de filiação, no Estado brasileiro e em suas instituições de caridade do final do século XIX; de Maria Lúcia Karam a respeito do aborto de anencéfalos e do proibicionismo enquanto política de controle social; de Eduardo Leal Cunha sobre adultério, paixões e o senso comum da ideologia jurídica em Lemos Brito (1921) e de Halina Ulysses Faria da Silva sobre questões éticas e de classes no atendimento odontológico.

O volume 15/16 da Revista Discursos Sediciosos, publicado em 2007, apresenta uma identidade visual baseada em registros fotográficos de Ivan Cardoso sobre a obra de Hélio Oiticica, cuja forma relaciona-se à própria maneira de disposição do conteúdo, eis que empreende, através das seções, uma série de “retratos fotográficos” da questão criminal. Tal

como a apresentação estética, o conteúdo do periódico mostra-se alterado, fortemente influenciado pela dogmática jurídico-penal, em razão da reforma do Código de Processo Penal que aconteceria em 2008, a qual se encontrava em pleno debate quando da publicação do volume do periódico.

Nesse sentido, girando em torno das questões processuais penais e, especialmente, de suas reformas, o volume confirma a identidade fortemente crítica e pluralista da Revista, vez que produz uma análise integrada entre Dogmática Penal, Criminologia e Política Criminal, situadas no contexto do capitalismo neoliberal. É assim que as seções “Resenha Bibliográfica”, “Crônica”, “História”, “Polícia” e “Justiça” abordam, a partir de diferentes vieses, as questões do pensamento jurídico-penal brasileiro em sua origem e permanências históricas, sob um viés fortemente orientado pela dogmática penal – como o refletem os trabalhos “Os recursos cabíveis do indeferimento da suspensão condicional do processo”, “Contraditório fiscal e contraditório criminal (e outras questões de processo penal)”, “O interrogatório do réu e a lei nº 10.792, de 1º de outubro de 2003”, “Nova classificação dos ilícitos penais”, “As contraditas no processo inquisitorial”, “Impregnações religiosas no discurso jurídico-penal no Brasil em meados do século XX”, “A segurança como princípio fundamental e seus reflexos no sistema punitivo”, etc.

A seção Direito, por sua vez, é encabeçada pelo trabalho de Juan Manuel Otero – “A hipocrisia e a dor no sistema de sanções do Direito Penal” – que, criativamente, procura imaginar como seria uma aula sobre o sistema penal do início do século XXI, em 2102. Nele, empreende-se uma ampla análise crítica sobre o sistema penal e a teoria das penas, sinalizando o tempo de mudanças que se vivenciava então: eis o presente das mudanças que se anunciam. Nesse sentido, corrobora o trabalho de Alejandro W. Slokar, em que ele reflete sobre a crise epistemológica da dogmática penal. Em seguida, Túlia Lima Vianna e Salo de Carvalho apresentam trabalhos no campo da Política Criminal, sendo que o primeiro deles esboça as linhas político-criminais que deverão orientar o tratamento dos direitos patrimoniais do autor perante as novas tecnologias de reprodutibilidade das obras, e o segundo empreende um denso estudo sobre políticas criminais abolicionistas, minimalistas e garantistas.

Fica por contra da seção “Criminologia”, a mais extensa do volume em questão, construir, de fato e sequencialmente, a crítica mais alargada e contundente ao saber jurídico-penal e ao próprio controle penal, seja no campo da Criminologia ou da Política Criminal. Assim, o artigo de Roberto Bergalli, “Alessandro Baratta, filósofo do direito (penal) e da política”, abre a seção falando sobre o homem e a obra de Alessandro Baratta e sua intersecção com o Direito; seguido pelo trabalho “A criminologia da luta de classes”, em que

se discute estrutura e marxismo, dentro do saber criminológico. É Wacquant quem complementa a análise macroestrutural, com o seu “Rumo à militarização da marginalização urbana”.

A pesquisa crítica do e no discurso jurídico-penal propriamente dito, é levada a cabo em “Interpretação do Direito e retórica nas decisões penais”. Ela é seguida pelos artigos “O sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher: a soberania patriarcal”, de Vera Regina Pereira de Andrade e “Direitos Humanos: delinquentes e vítimas, todos vítimas”, de Lola Aniyar de Castro, os quais, partindo de uma visão instrassistêmica adensam a crítica ao modo de funcionamento do sistema de justiça criminal, tomado, respectivamente, no viés do patriarcado e das relações de gênero e dos direitos humanos, na América Latina.

Megan Comfort apresenta uma etnografia da prisão através de entrevistas com companheiras de detentos da prisão de San Quentin, mostrando funções secundárias exercidas pela prisão, no controle social. Em “Proibicionismo e abolição da pena”, Thiago Rodrigues trata do Abolicionismo enquanto Política Criminal para as drogas ilícitas e, por fim, em “Pega o bandido corno!”, Rejane Corrêa e Luiz Alberto Couceiro abordam a questão da representação e construção da figura do criminoso - um tema que é aprofundado pela seção Mídia. Ela, ao contrário das demais seções, apresenta-se de forma mais heterogênea, trazendo dois trabalhos que continuam a discussão já iniciada em volumes anteriores sobre as relações entre a Mídia, o capital financeiro e o capitalismo; e um trabalho acerca da efetiva construção, pela mídia, dos elementos do crime e do próprio crime.

A edição de número 15/16, publicada em 2010, após um hiato de três anos, demarca uma das maiores transformações sofridas pela Revista, em virtude da troca que se dá na direção de Nilo para Vera Malaguti Batista e também de seu corpo editorial. Esta é a segunda grande transformação que ocorre no quadro organizacional da publicação, notável por manter-se bastante constante. Assim, em 2010, com a assunção da direção por Vera Malaguti, dá-se uma pequena redução em seu conselho editorial com a saída de Augusto Thompson e Luiz Benito Viggiano Luisi, em decorrência de falecimento, e também de Jock Young e Salo de Carvalho. Doutro modo, Nilo Batista passa a integrar o conselho, bem como Sylvia Moretzsohn abandona a secretaria da revista, que passa a contar com André Nascimento na editoria e Maurício Caleiro na revisão.

Quanto ao seu conteúdo, a edição aparece, segundo as palavras da diretora, com uma “luxuriante transdisciplinariedade”. De fato, com um tempo maior entre uma publicação e outra, os temas trabalhados em cada volume passam a ser mais variados e menos coesos. No

caso do volume 15/16, a estreia de Vera Malaguti também demarca o momento de maior importância da seção “História”. No campo da Dogmática, percebe-se grande atenção dada, nos trabalhos selecionados, ao processo penal, sua história e transformações históricas, especialmente em decorrência da reforma sofrida apenas dois anos antes. É o caso de trabalhos como “Devido processo legal em perigo”, “Preso em flagrante quando vítima do Estado”, “O promotor de justiça e a construção jurídica dos fatos: dos fatos do mundo ao mundo dos fatos (jurídicos)” e “Justiça Criminal”.

No campo da Criminologia, mais uma vez a seção privilegiada da revista e com vasto alcance temático, observa-se o tratamento dado à questão do controle penal informal, seja mediante o uso de novas tecnologias de controle e vigilância – o trabalho de Cristina Zackseski e do grupo de pesquisa em Política Criminal do CEUB sobre o monitoramento eletrônico de liberdade nos “saidões” de presos no Distrito Federal –, seja através da investigação etnográfica de Anderson Moraes de Castro e Silva sobre o projeto criminalizador da empresa responsável pelo transporte ferroviário no Rio de Janeiro, seja através do trabalho etnográfico de Megan Comfort em “A punição além do infrator legal”.

Esse olhar integra-se com outra temática que perpassa o volume e que se refere à expansão das políticas de tolerância zero pelo mundo, acompanhadas de um projeto punitivista da miséria e de legislações de emergência, como é o caso do trabalho de Wacquant, “Apêndice teórico: um esboço do Estado neoliberal”, da análise filosófica de Paulo Arantes “Alarme de incêndio do gueto francês: uma introdução à Era de Emergência”, e das experiências recontadas por Lola Aniyar de Castro em “O regresso triunfante de Darwin e Lombroso: as diferenças humanas na Criminologia dos países de língua inglesa nos Simpósios Internacionais de Criminologia de Estocolmo”.

No entanto, é no campo da Política Criminal de drogas que a edição encontra toda sua potência, mais uma vez. Repetindo caminhos já parcialmente trilhados em 2004, o volume dedica espaço à ampla discussão acerca da Política Nacional de Drogas, convergindo com o lançamento que se daria, no mesmo ano, da publicação “Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas no Brasil”, por parte da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas da Presidência da República. Dessa vez, a discussão proposta para a Revista traz à tona não somente os “saberes *psi*”, mas em especial a História. Assim, na seção “Justiça”, Rita Buttes e Pedro Evangelista Ferreira tratam da Política Criminal de Drogas e dos Programas de Redução de Danos, sendo complementados pela visão da psicanálise em “Adolescência e risco”, de Silvia Alexim Nunes, “Passagem ao ato na constituição da Criminologia psicanalítica”, de Joel Birman; e “Enfraquecimento da lei ou aumento do poder punitivo?”, de Regina Neri. A seção

“História”, por sua vez, é quem efetivamente confere dimensão à questão, ao associar alcoolismo à política higienista levada a cabo na República, em que se tornou crescente a intervenção médica, jurídica e policial do cotidiano. Nesse sentido, não só o alcoolismo - como um veículo para abordar a questão das drogas, em geral -, mas também a capoeira nos é apresentada como a “mancha” a ser limpa pelo Estado, no mesmo período. É o que fazem os trabalhos “Alcoolismo e embriaguez no Rio de Janeiro do início do século XX” e “A arte perniciosa, a repressão aos capoeiras na República Velha”. Indo ainda mais além, Francisco Ferreira Jr retorna ao século XIX para abordar a pena de degredo na Freguesia de Nossa Senha do Belém de Guarapuava como um instrumento decorrente da ideologia que pretende “purificar” uma determinada região através do povoamento e da “civilização”. Para finalizar, Carlos Henrique Aguiar Serra relaciona Direito, História e Política entre 1937-1964 a fim de demonstrar as características e permanências autoritárias do Estado Brasileiro, cuja tradição de modernização conservadora resvala diretamente na identidade de seu controle penal - o que termina, então, por amarrar as questões proposta no volume.

Já a edição de número 19/20, publicada em 2012, dois anos após o volume anterior, marca um importante em que, completadas vinte edições e dezesseis anos de existência, o próprio editorial traz em seu bojo algumas reflexões imprescindíveis sobre a história da revista e da própria questão criminal. Diferentemente das demais edições, é a própria diretora quem nos entrega a análise histórica daquele número, a qual opta-se por reconstituir na literalidade:

A nossa revista chega ao número 20! Quando começamos, nos anos noventa, com a inesquecível presença de Carlos Magno Nazareth Cerqueira, Nilo Batista brincava dizendo que "se a revista não deslanchasse daria um bom calço de mesa". Tudo conspirava contra sua permanência: saíamos do governo de Leonel Brizola amplamente derrotados em todos os sentidos. Era exatamente naquela conjuntura que o estado de polícia se espraiava, nos primeiros movimentos do neoliberalismo ascendente. Como fazíamos questão de apontar, a questão criminal começava a ocupar os corações e mentes do Brasil. Naquele momento, começava a se quebrar uma cultura de resistência à truculência policial que determinava uma renaturalização que viria a se constituir em aplauso. Passamos esses quase vinte anos assistindo à construção daquilo que Loïc Wacquant descrevera como o Estado Penal. A população de brasileiros encarcerados pulou de cerca de 100.000 para mais de 500.000, com mais de 600.000 sob penas alternativas. O mais impressionante era a adesão intelectual, à direita e à esquerda, em torno das sistemáticas campanhas de lei e ordem estadunidenses dirigidas a um inimigo decorrente em nossa história: a juventude popular das favelas urbanas e bairros pobres. A política criminal de drogas atualizou nossos fantasmas tratando de, junto com a grande mídia, esculpir cotidianamente o homem matável. Esse movimento produziu uma colossal demanda por ordem e uma adesão subjetiva ao extermínio que nenhum governo popular

conseguiu deter. O resultado assustador é uma nova cultura criminológica e jurídica hoje hegemônica, que tem como bem jurídico tutelado a segurança pública. Nesse modelo as garantias são entendidas como privilégios, as favelas são territórios inimigos a serem ocupados e até a Corte Suprema, pautada pela grande mídia, discute se é obrigatório ter provas para punir. O nosso legado escravocrata e inquisitorial ibérico ressurgiu assustadoramente.

Nesse número reunimos um potente conjunto de autores e artigos que ajudaram a construir uma rede de resistência que hoje se multiplica pelo Brasil e também pela América Latina. Perdemos muitos grandes companheiros nesta árdua caminhada, mas recebemos também uma surpreendente recepção de uma juventude indômita que atua em diversas frentes dessa luta. Agradecemos a nossos fiéis leitores, àqueles que nos acompanharam nesses tempos difíceis e apresentamos aqui mais munição para as lutas contemporâneas contra as opressões penais que o capitalismo sempre atualiza. Nas seções desse número encontram-se diferentes olhares e diferentes maneiras de resistir: do Direito penal ao luxo de ter parte da obra de Carlos Vergara entoando cantos de liberdade.

1.3. Saberes sediciosos: análise das temáticas da Revista, por seção

Propomos aqui uma breve análise das seções da revista, procurando identificar seu tamanho proporcional, o papel desempenhado na organização interna, principais autores, momentos relevantes e temáticas trabalhadas. A análise procurou encontrar “eixos” temáticos dentro de cada uma delas, não porque se pretenda homogeneizar o conteúdo, mas apenas a fim de tornar mais compreensível um objeto fugidio. Adverte-se, no entanto, que dentre as edições publicadas entre 2000 e 2012 não foram utilizados os parâmetros das seções 11 e 13, uma vez que são edições especiais e apresentam organização interna diferente das demais⁹.

Distribuição dos artigos, por seção da revista

Gráfico 1: Distribuição dos artigos, por seção da revista

⁹ A lista completa dos trabalhos publicados em cada seção pode ser conferida a partir do anexo de número 8.

Gráfico 1: Distribuição dos artigos, por seção da revista

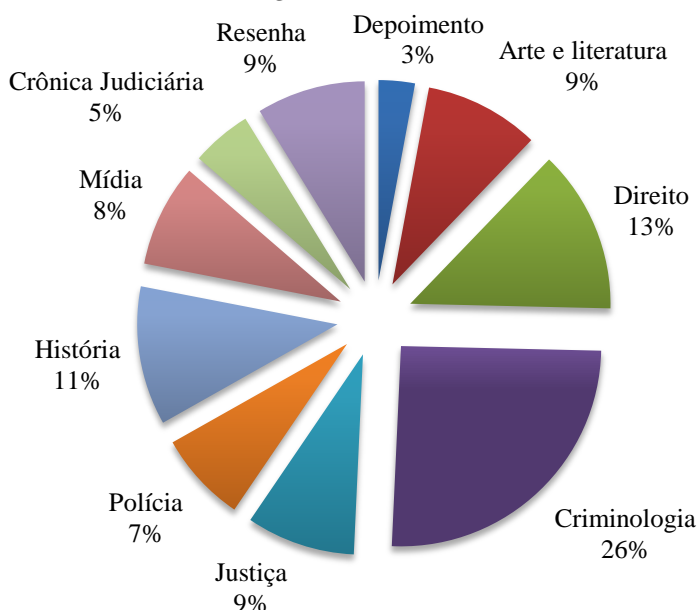


Gráfico 1

Observação: O gráfico apresenta a porcentagem de distribuição dos artigos publicados no período 2000-2012, em cada seção da revista. Adverte-se que não foram utilizados os parâmetros das seções 11 e 13, uma vez que são edições especiais e apresentam organização interna diferente das demais.

Seção: Depoimento

A seção depoimento, seção que encabeça a revista, manteve-se inalteradamente trazendo uma única entrevista, durante todos os seus volumes. Assim, no período analisado, foram entrevistados: Abdias do Nascimento, Massimo Pavarini, Simone Côrrea de Menezes, Mr. Catra, Cecília Coimbra e William da Silva Lima. Como é possível perceber, os motivos que ensejam as entrevistas são diversos e diversas são as pessoas de quem foi considerado importante o testemunho.

Dessa forma, foi entrevistado Massimo Pavarini, professor catedrático da Universidade de Bolonha, para quem interessava perguntar sobre todas as grandes questões do controle penal contemporâneo europeu; bem como foi entrevistado Wagner Domingues da Costa, ou Mr. Catra, cantor de funk carioca para quem cumpria comentar sobre a seletividade e suspeição com que as agências policiais tratam a arte popular do funk, no Rio de Janeiro. Para Cecília Coimbra, importava questionar sobre a luta contra a tortura e a brutalização dos presos políticos para os presos comuns, enquanto que, para Abdias do Nascimento, imperioso explicar sobre a luta contra o racismo e pela preservação da identidade da cultura afro

brasileira. A história de William da Silva Lima, por sua vez, cuja prisão perdura há mais de 40 anos, ensejou tanto uma entrevista com sua companheira, Simone Côrrea de Menezes, como também com o próprio quando da progressão de regime. Em ambos os casos, tratou-se da ditadura militar, da lei de anistia e das fantasias nefastas do direito penal.

Seção: Arte e literatura

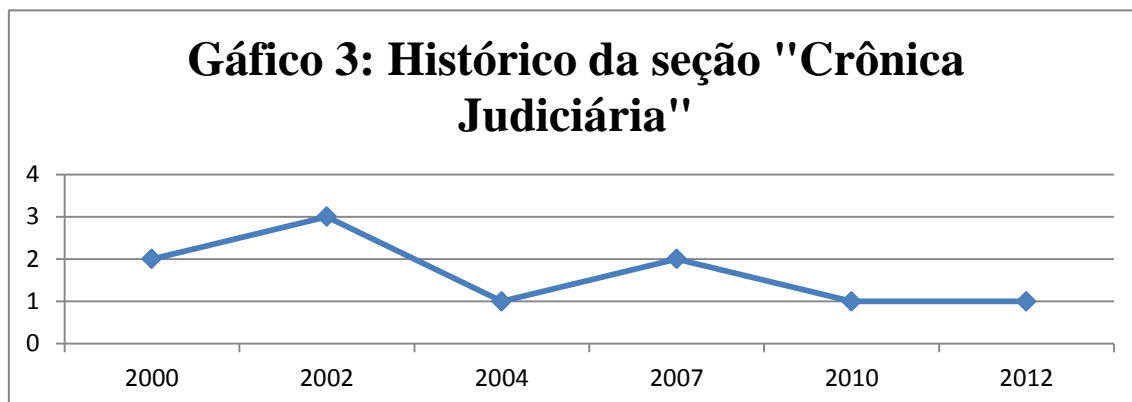
Gráfico 2: Histórico da Seção Arte e Literatura



A seção *Arte e literatura* responde, no período analisado, por 9% dos artigos publicados. Dentre eles, destaca-se predominantemente a influência de Machado de Assis, o qual teve sete contos reeditados. De fato, Machado corresponde a 37% de toda a publicação da seção. Em geral, trata-se de pequenas crônicas ou contos (muitos inominados) que ele tenha publicado a respeito de temas como a questão criminal e a marginalidade social.

Os demais trabalhos dividem-se em textos com conteúdo formal opinativo em formato total ou parcialmente literário, mais comum, ou trabalhos que buscam erigir análises formais utilizando-se de aportes artísticos, como é o caso da resenha escrita por Joel Rufino dos Santos sobre o filme “Quase dois irmãos”, de Lúcia Murat, e do artigo de Jubel Barreto acerca da fundação da narrativa policial, em Poe.

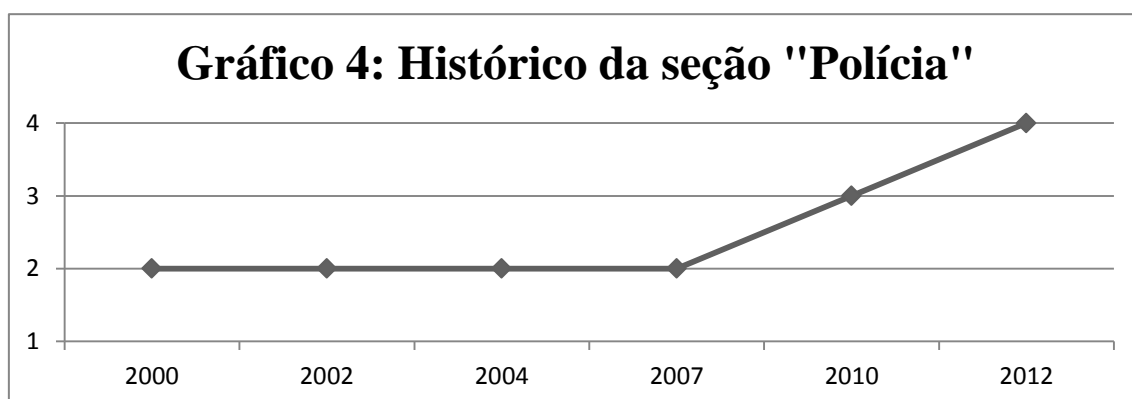
Seção: Crônica Judiciária

Gráfico 3: Histórico da Seção “Crônica Judiciária”

A seção *Crônica Judiciária*, que responde por 5% dos trabalhos analisados no período considerado e que manteve uma frequência de publicação relativamente constante, constitui-se de um espaço destinado principalmente a questões dogmáticas, seja referente ao Direito Penal - mais comum - ou ao Processo Penal, tratadas em textos geralmente mais enxutos e que contemplam situações específicas de caráter cotidiano.

No que se refere ao Direito Penal, foram discutidos aspectos relacionados à criminalização de pessoas jurídicas, à criminalização dos movimentos sociais, à justiça penal consensual e ao recurso cabível no caso de indeferimento da suspensão condicional do processo. No que se refere ao Processo Penal, foi discutida a prisão decorrente de acórdão condenatório recorrível, a defesa preliminar de funcionários públicos, bem como a reforma de 2008 do Código de Processo Penal e os perigos colocados ao devido processo legal. Destaca-se a publicação do parecer de Luiz Edson Fachin sobre o caso Gloria Trevi, em que o México desejava a extradição de uma mulher mexicana que se encontrava presa no Brasil e engravidou durante o cumprimento da pena.

Seção: Polícia

Gráfico 4: Histórico da seção “Polícia”

A seção polícia, que constitui 7% da produção analisada, a despeito de só trazer o último trabalho de Carlos Magno Nazareth Cerqueira, nesse período específico, é indissociável da produção e proposição do mesmo. Como mencionado no item anterior, Cerqueira foi um dos mais ativos colaboradores da revista, especialmente em seus anos iniciais, e foi também o coordenador da coleção de livros “Polícia Amanhã”, publicada pelo Instituto Carioca de Criminologia. O Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, que foi por duas vezes comandante-geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro (de 18 de fevereiro de 1983 a 15 de março de 1987 e de 15 de março de 1991 a 01 de janeiro de 1995), notabilizou-se por representar uma ruptura dentro da própria corporação, em razão do seu projeto democrático de sociedade e, portanto, também de polícia. O trabalho de Cerqueira, que além de negro e comandante da PM era também formado em psicologia e filosofia, abriu os caminhos para a modernização da instituição policial no tempo em que o Brasil principiava a se afastar da ideologia da segurança nacional herdada da ditadura militar.

Destarte, faz-se imprescindível remontar aqui, ainda que relativos a período anterior ao analisado, os trabalhos publicados por Cerqueira, na revista: 1: Remilitarização da Segurança Pública: a Operação Rio; Políticas de segurança pública para um estado de direito democrático chamado Brasil; 2: O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia; 3: A polícia comunitária: uma nova visão de política de segurança pública; 4: Outros aspectos da criminalidade da polícia; 5: A polícia e os direitos humanos: estratégias de ação.

Em se tratando de uma seção fortemente influenciada pela visão de Cerqueira e por seu trabalho propositivo em direção a uma verdadeira reforma da Polícia, persiste um eixo de trabalho que contempla precisamente questões atinentes às transformações ocorridas no âmbito da própria instituição, ou a mudanças econômicas estruturais que nela tenham sido diretamente refletidas, como é o caso da globalização. Nesse sentido, destaco e edição de número 19/20, publicada em 2012, bem como os trabalhos “Reforma da polícia: missão impossível”, “Robocop, o policial do futuro”, “A segurança como princípio fundamental e seus reflexos no sistema punitivo” e “Política e segurança pública: uma vontade de sujeição”; publicados, respectivamente, por Augusto Thompson, Déa Rita Matozinhos, Thiago Bottino do Amaral e Edson Lopes.

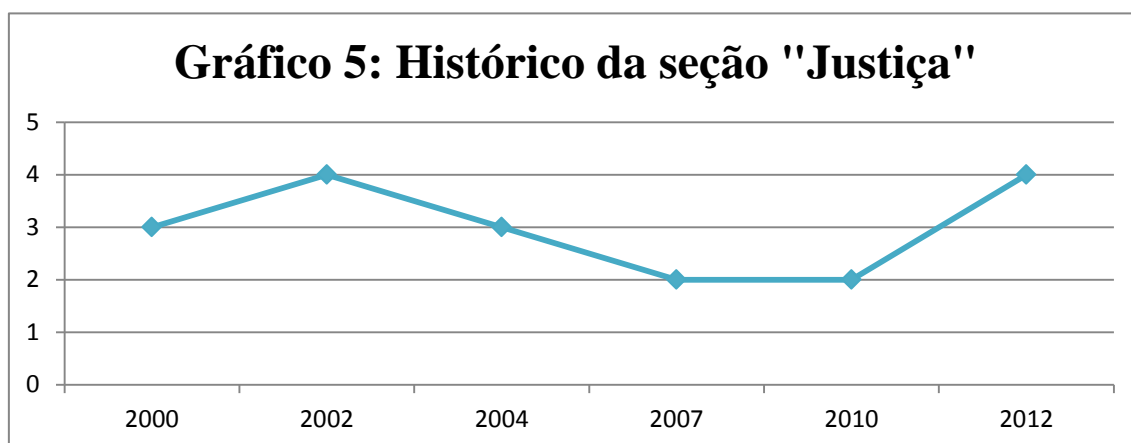
A citada edição marca, historicamente, o momento de maior expressividade da seção e denota a emergência da retomada da questão policial a partir da estrutura capitalista e seus desdobramentos contemporâneos, num momento em que o país vivia uma dramática onda de confrontos entre a PM e o PCC, em São Paulo, de queima de ônibus em diversos estados e também em Santa Catarina, além de uma longa greve da Polícia Militar.

Outro eixo constituinte da seção e que se encontra atualmente fortalecido diz respeito especificamente à seletividade penal e policial. Nesse ínterim, destaca-se a edição de número 14, publicada em 2003, quando a seção apresentou o trabalho “Sistema penal e seletividade punitiva no tráfico de drogas ilícitas”, de Orlando Zaccone, ilustrado por uma página dupla organizada pela própria revista em que se associam fotos de Marcia Folleto a textos de historiadores (Barreto Filho, H. Lima, Thomas Halloway) e romancistas (Manuel Antônio de Almeida) sobre uma diligência realizada pelo Brigadeiro Vidigal no quilombo de Santa Tereza, em 1823. No mesmo diapasão, está situada a tradução e publicação do texto “Soltos ocasionais”, da autoria de Lênin, o qual figura na edição de número 17/18, publicada em 2010.

Destaco ainda que a seção é integrada majoritariamente por autores brasileiros, com exceção da contribuição de Máximo Sozzo e do texto traduzido de Lênin.

Seção: Justiça

Gráfico 5: Histórico da seção Justiça



A seção *Justiça*, que responde por 9% da produção bibliográfica do período considerado, é formada inteiramente por autores brasileiros, em sua maioria provenientes das ciências jurídicas, e se encontra numa relação de continuidade residual com as seções *Crônica judiciária* e *Direito*. De modo genérico, podemos dizer que essas três seções compartilham um objeto em comum, atinente a questões dogmáticas de Direito ou Processo penal e às transformações do Direito como um todo. Nesse sentido, a identidade da seção *Justiça* se mostra residual.

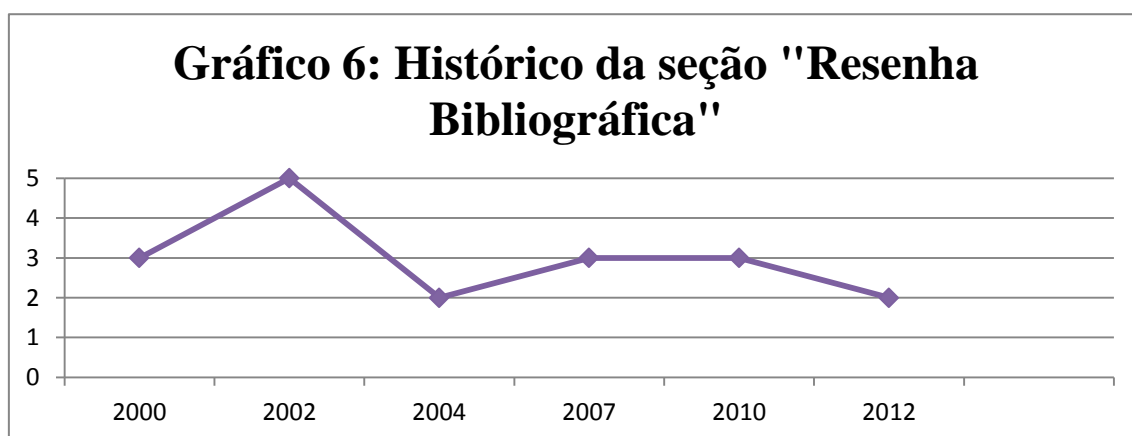
De maneira geral, tratam-se de diversificados assuntos através de 3 eixos: o eixo da Política Criminal, como mostram os trabalhos de Rita Buttes e Pedro Evangelista acerca dos Programas de Redução de Danos; o eixo da Dogmática, ainda dividido entre o Direito e o

Processo Penal; e o eixo que trata das Instituições jurídicas, como é exemplo o trabalho de Maria Lúcia Karam sobre o Poder Judiciário, “O processo de democratização do Estado e o Poder Judiciário”, o de Humberto Teles sobre a advocacia, “Origem da advocacia” e o de Luiz Figueira sobre o Ministério Público - “O promotor de justiça e a construção jurídica dos fatos: dos fatos do mundo ao mundo dos fatos (jurídicos)”.

Alguns trabalhos, no entanto, não se encaixam na divisão de eixos proposta e tangenciam temas diversos, como é o caso do artigo “A mulher enquanto metáfora do Direito Penal”, de Samantha Buglione, o trabalho “No espaço do cárcere e para além dele: a sociedade do trabalho abstrato, a dimensão do tempo e a (re)produção da “exclusão””, de Roberta Duboc Pedrinha e, por fim, “Estudo comparado entre distintos modelos de controle social punitivo”, de Salo de Carvalho e Mariana de Assis Brasil e Weigert.

Seção: Resenha Bibliográfica

Gráfico 6: Histórico da seção “Resenha bibliográfica”



A seção *Resenha bibliográfica*, que responde por 9% da produção do período analisado é um espaço, dentro da organização interna da revista, majoritariamente ocupado por seus diretores, Nilo e Vera Malaguti Batista (dos dezoito trabalhos resenhados no período, apenas cinco não foram escritos por eles), a fim de trazer à luz trabalho importantes sobre a questão criminal, em especial trabalhos acadêmicos e predominantemente nacionais.

Nilo Batista, especificamente, o grande autor da seção, costumar trazer à luz trabalhos produzidos e apresentados em programas de mestrado, donde se destaca o programa da Universidade Candido Mendes – nesse sentido os trabalhos: “Direitos e prática histórica da execução penal” de Rodrigo Duque Estrada; “Os tipos de perigo e a pós-modernidade” de Juliana Cabral; “História da Polícia no Rio de Janeiro”, de Marcos David Salém; “Repressão penal da greve - uma experiência antidemocrática” de Christiano Fragoso e “Crime

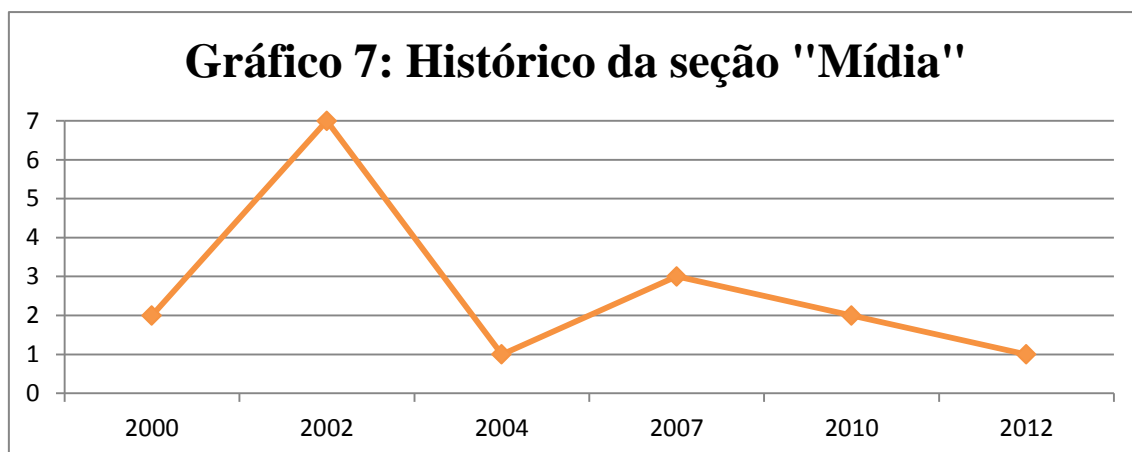
organizado e repressão policial no estado do Rio de Janeiro: uma visão crítica”, de Fernando Villas-Bôas Filho.

Vera Malaguti Batista, por sua vez, dedica-se mais (embora não exclusivamente) ao trabalho de resenha de livros clássicos, como o “Homo Sacer” de Agamben, “O mal estar na pós-modernidade”, de Bauman e “Épuras do Social”, de Joel Rufino dos Santos. Em se tratando de textos clássicos, destaca-se também “A moderna teoria do fato punível” e “Direito Penal - parte geral”, ambos de Juarez Cirino dos Santos, os quais foram resenhados, respectivamente, por Nilo Batista e Edson Fachin, nos anos 2000 e 2010 – comprovando sua permanente relevância.

Por fim, recupero as resenhas publicadas por outros autores que não Vera e Nilo, as quais foram: a resenha do livro “Derecho Penal – parte geral” de Zaffaroni, por Pablo Veja e Daniel Raizman; a resenha da terceira parte de “Vigiar e punir”, por Helena Ponce Maranhão; a resenha de “Criminology, Civilization and the New World Order”, de Wayne Morrison, por Eugenio Zaffaroni e a resenha de “Verso e reverso do controle penal: (des)aprisionando a sociedade da cultura punitiva”, por Vera Regina Pereira de Andrade.

Seção: Mídia

Gráfico 7: Histórico da seção “Mídia”



A seção *Mídia*, que responde por 7% da produção da revista do período considerado, é intensamente marcada pela obra da autora Sylvia Moretzsohn, a qual publicou ao menos um trabalho em todas as edições, assinando sozinha por 35% dos artigos veiculados. Nominalmente e em ordem cronológica, foram eles: “A ética jornalística no mundo ao avesso”, “O caso Tim Lopes: o mito da “mídia cidadã””, “Em nome da “justiça”, contra o direito: os escândalos do jornalismo nas denúncias de pedofilia”, “De Carcavelos ao Leblon: arrastões do preconceito”, “O crime que chocou o Brasil mídia, justiça e opinião pública na

primeira fase do caso Isabela Nardoni”, ““Eu não sou eu, nem sou o outro”: questões éticas sobre as dificuldades do jornalismo em lidar com “qualquer coisa de intermédio” no caso da cobertura criminal”.

Do exposto, é possível perceber a relevância, dentro da produção da referida autora, de reflexões quanto aos limites éticos e jurídicos da cobertura midiática de episódios criminais, incluídos alguns dos casos mais polêmicos da década que passou, como o foram o assassinato de Tim Lopes e de Isabela Nardoni. Da leitura de seus trabalhos, desponta a referência constante a Nilo Batista, especialmente o artigo “Mídia e sistema penal no capitalismo tardio”, e também de Wacquant, em especial no artigo ““Em nome da “justiça” contra o direito: os escândalos do jornalismo nas denúncias de pedofilia””.

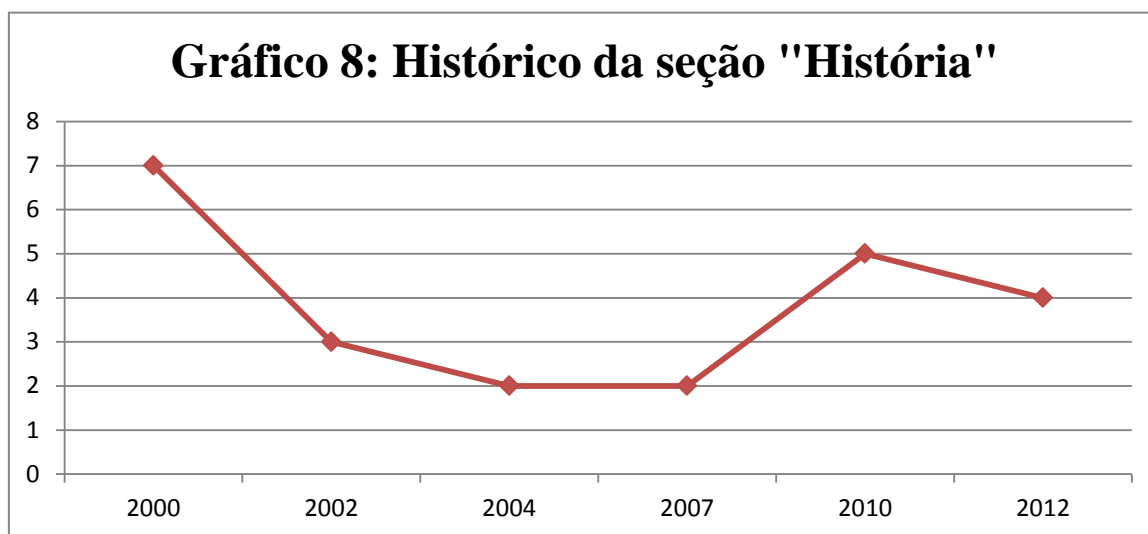
A despeito da regularidade da produção de Sylvia, a seção como um todo apresenta um interessante “pico” de publicação ocorrido no ano de 2002, durante o qual 7 trabalhos foram publicados na seção que costuma trazer uma média de 2 trabalhos por volume. Tal como trabalhamos no ponto 1.2, a mídia é colocada em relevo num momento em que o país encontrava-se intensamente conectado tanto à cobertura da copa do mundo, como à cobertura dos casos de Tim Lopes e do casal Von Richtofen. Naquele momento, além de dois trabalhos sobre o caso Tim Lopes, a revista reflete também sobre a maior empresa das telecomunicações no país, trazendo análises sobre a novela “O Clone”, o programa “Linha Direta”¹⁰ e o “Jornal Nacional”. São também publicados dois pequenos trabalhos de forte caráter crítico e criativo da autoria de Hugo R. C Souza e Paula Grassini – “Tecnicamente ético por trás das lentes do mundo perfeito” e “Peruas caridosas e lobos maus”.

Entretanto, fica por conta de Nilo Batista e do artigo que abre a seção realmente dar a tônica do tema que, de um ou outro modo surgiria nos volumes seguintes e que terminou por caracterizar a própria identidade da seção. Trata-se do trabalho “Mídia e sistema penal no capitalismo tardio”. O eixo que contempla as relações estruturais entre mídia e sistema penal tem efetiva origem no citado trabalho de Nilo e é complementado com vigor, mais especificamente, apenas em 2007, notadamente com o trabalho de Sylvio Lourenço da Silveira Filho sobre a contribuição dos meios de comunicação na organização do Estado policial, e de Jaqueline de Paiva Silva a respeito das relações entre a agência Broadcast e o mercado financeiro.

¹⁰ A respeito do artigo publicado por Kleber Mendonça, “A não-voz do criminoso: o Linha Direta como crônica moral contemporânea”, destaco sua relevância no corpo de produção da revista, uma vez que, no mesmo ano de sua publicação, foi também resenhado por Nilo Batista. Kleber viria a publicar novamente na seção apenas oito anos mais tarde, com um trabalho que buscou recuperar a cobertura jornalística da luta agrária.

Seção: História

Gráfico 8: Histórico da seção “História”



A seção *História*, a qual responde por 11% dos trabalhos publicados do período analisado e constitui uma das três maiores seções da revista, tem de fato grande importância na identificação da ecologia de saberes do seu projeto editorial. A respeito do gráfico apresentado, percebe-se que a seção passou por um considerável declínio durante o começo da década e só retomou a posição que costumava ocupar no fim dos anos 1990 com a passagem da direção de Nilo para Vera Malaguti Batista, em 2010. Esse duplo movimento, no entanto, não chegou a causar rupturas diretas no conteúdo publicado.

De fato, mesmo com o enxugamento da seção, o período histórico conhecido como “República velha” ou “Primeira República” permaneceu sendo o mais visitado para compreender a questão criminal, especialmente no que se refere à passagem que se dá do Império para a República. Ainda que se tratasse de olhares diversos no mesmo período, a temática constitui 40% de todos os textos publicados, dentre os quais o delineamento da política higienista como forma de controle social é uma constante. Remontando esses trabalhos, faz-se possível vislumbrar que a compreensão histórica da questão penal contemporânea passa por compreender de que forma o controle social foi montado quando do desmantelamento do sistema escravista, no âmbito de um processo de modernização conservadora. Assim, cidade, espaço, controle social e políticas públicas interagem para descrever o pânico que a mera existência da “massa excluída” recém saída da escravidão e recém chegada às cidades provocava nas elites locais, passando a exigir estratégias intensas e sofisticadas de controle urbano. É o que nos contam “O olhar da elite sobre a multidão nas reformas urbanas da Primeira República”, “O medo do outro: violência, imigração e

expulsão”, “Os espaços vigiados: cidade e controle social”, “Alcoolismo e embriaguez no Rio de Janeiro do início do século XX”, “A arte perniciosa, a repressão aos capoeiras na República Velha”, “O que fazer com os pobres? Repressão ou caridade: antigos dilemas no processo de controle social das “classes perigosas”” e “Entre o dever e a caridade: assistência, abandono, repressão e responsabilidade parental do Estado”.

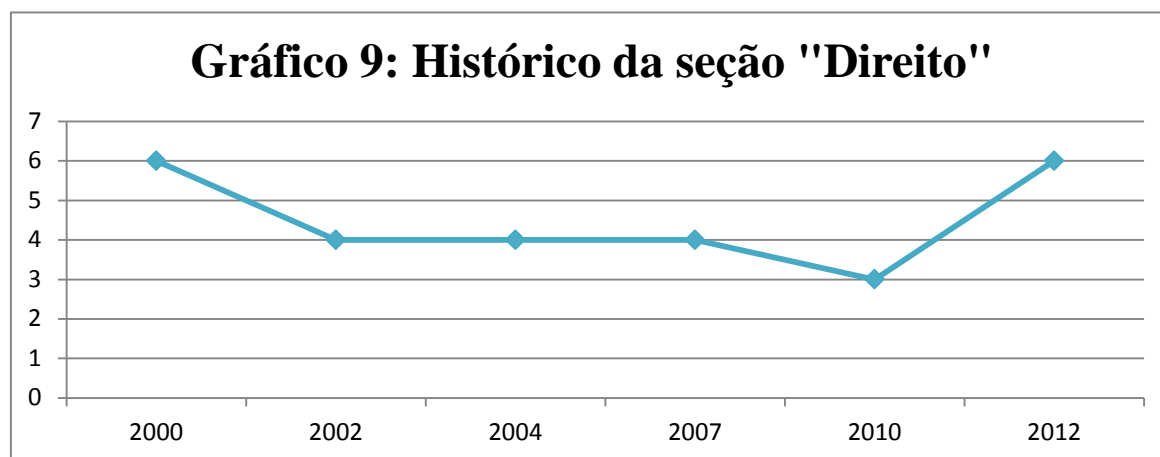
Ainda no período da República Velha, dois trabalhos abordam as relações de gênero representadas nos crimes passionais e espaço público, entre os anos 20 e 30, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo: são os trabalhos das historiadoras Andrea Borelli e Magali Gouveia Engel.

Os demais trabalhos, por sua vez, dividem-se nos eixos que chamei de “modernidade europeia”, “historiografias”, “império”, “ditadura militar” e “textos especiais”. Os dois primeiros deles compõem 13% da publicação enquanto que o segundo 4% e o terceiro 8%. O que chamo de “modernidade europeia” são trabalhos que tratam do processo de acusação e inquérito no Tribunal do Santo Ofício, do conceito de imputabilidade no século XVI, na Europa e em Roma, e da história das ideias jurídicas portuguesas do fim do século XVIII. Já o que chamo de historiografias, são textos que não se situam numa época específica, mas, antes, trabalham o mesmo tema de maneira ampla em diversas épocas históricas diferentes. É o caso dos trabalhos “Proteção à infância: por uma pesquisa histórica”, “Justiça criminal” e “As históricas ingerências do capital na conformação dos sistemas punitivos”, os quais tratam, respectivamente, da proteção da infância, do processo penal e do sistema penal. O Império brasileiro, por sua vez, é analisado por Francisco Ferreira Junior em “O degredo no Brasil no século XIX: um estudo de caso através da freguesia de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava (1809-1830)” e por Maurício Stegemann Dieter em “Sistema econômico e tutela penal do escravo no Brasil Imperial”. A ditadura militar é objeto do trabalho “Pelo buraco da fechadura: os arquivos do DOPS (RJ e SP)”, de Beatriz Kushnir, no qual a autora reflete sobre o período a partir de uma perspectiva mais técnica referente à conservação das fontes. Finalmente, o que chamo de “textos especiais” são textos que constituem, em si, a fonte histórica ou representam-na: é o caso do fac-símile habeas corpus de Olga Benário impetrado ao STF, da transcrição do discurso do ex-governador da Califórnia, George H. Ryan que indultou, em 2003, todas as pessoas que então se encontravam no corredor da morte, comutando suas penas; e da cópia da carta que Gimno Amleto Meneghetti escreveu a Abdias do Nascimento, ainda na prisão.

Para finalizar, ressalto que a seção é quase inteiramente nacional e estima-se que seja composta na maior parte por historiadores (52%)¹¹, com a presença em menor escala de juristas (14%) e psicólogos (9%).

Seção: Direito

Gráfico 9: Histórico da seção “Direito”



A seção *Direito*, a qual responde por 13% dos trabalhos publicados no período analisado e constitui uma das três maiores seções da revista, demonstra a extensão do compromisso militante e crítico de seu projeto editorial, ao escapar do estereótipo comum das chamadas “questões jurídicas”. Rompendo com a lógica cartesiana e positivista que reduz o campo do “jurídico” a assuntos pretensamente neutros e dogmáticos, o maior eixo de trabalho (33% dos trabalhos) encontrado na seção foi constituído de análises críticas sobre as mudanças sofridas pelo Direito Penal em razão dos processos estruturais do capitalismo, da globalização e da importação de doutrinas e políticas criminais. Esses trabalhos preocupam-se com a conjuntura político-criminal imposta pela globalização e pelo pensamento neoliberal que se reflete na introdução cada vez maior do funcionalismo na teoria do delito, do rigor punitivista que abandona a dogmática clássica e as garantias democráticas em direção a um grande processo de prisionização. Nesse contexto, é possível falar em identificação de uma crise epistemológica da dogmática penal, para cuja solução os autores apontam na direção do minimalismo-garantista.

No que se trata especificamente de identificar esses artigos, destaca-se a forte presença de autores estrangeiros (44%), dentre eles: a colombiana Olga Gaitán, Luigi Ferrajoli, e os argentinos Juan Manuel Otero e Alejandro W. Slokar, responsáveis por publicar,

¹¹ Quanto a esta estimativa, adverte-se que existe uma considerável margem de erro, já que 5 (24%) dos 21 autores do período não possuem currículo lattes ou este não foi encontrado, impossibilitando a consulta.

respectivamente, “Direito penal contemporâneo: da tutela penal a uma lesão à proteção de riscos”, “A pena em uma sociedade democrática”, “A hipocrisia e a dor no sistema de sanções do Direito Penal” e “Mutações e controvérsias do saber penal contemporâneo”. No marco desse eixo, os trabalhos publicados por autores brasileiros foram “As perspectivas do direito penal por volta do ano 2010”, “O papel do pensamento economicista no direito criminal de hoje”, “Comunicação ao encontro de constitucionalismo mexicanos e brasileiros”, “A era do controle: introdução crítica ao direito penal cibernético” e “Crítica à legitimidade do direito penal funcionalista”, dos autores Alberto Silva Franco, Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, Marcello Cerqueira, Túlio Lima Vianna e Heitor Costa Júnior.

Outro eixo de trabalho importante (18%) concerne a reflexões sobre as funções comumente atribuídas à pena e a produção de seus sentidos, como pode ser visto nos trabalhos “Fins educativos da prisão: interdiscursividade e produção de sentidos” de Selmo Haroldo de Rezende, “Teoria agnóstica da pena: entre os supérfluos fins e a limitação do poder punitivo” de Salo de Carvalho, “Política criminal: realidade e ilusões do discurso penal”, de Juarez Cirino dos Santos, “Crítica do humanismo penal moderno no pensamento de Michel Foucault” de Alexandre Fabiano Mendes e “Tribunal Penal Internacional. Prisão perpétua: inconstitucionalidade” de Cezar Roberto Bitencourt.

Em menor escala, foi verificada a presença dos eixos “seletividade” (11%) e “doutrina alemã” (7%), sendo que no primeiro discute-se o que foi colocado por Zaffaroni em “Culpabilidade por vulnerabilidade” e que se refere aos elementos subjetivos com que o Direito Penal opera; enquanto que no segundo os autores pesquisam G. H. Von Wright, James Goldschmit e as características da ciência penal alemã em confronto com as exigências latino-americanas, como é o caso do artigo “A ciência penal alemã e as exigências político-criminais da América Latina” de Zaffaroni.

Destaco que para além dos eixos nominados, percebeu-se uma miríade (18%) de textos de dogmática penal que abordam inovações legais, institutos problemáticos e questões práticas da legislação sem guardar entre si algum tipo de relação mais específica. Cumpre ressaltar, ainda, que o campo da Política Criminal constituiu o objeto secundário de diversos trabalhos, mostrando-se diluída em pelo menos 3% dos artigos.

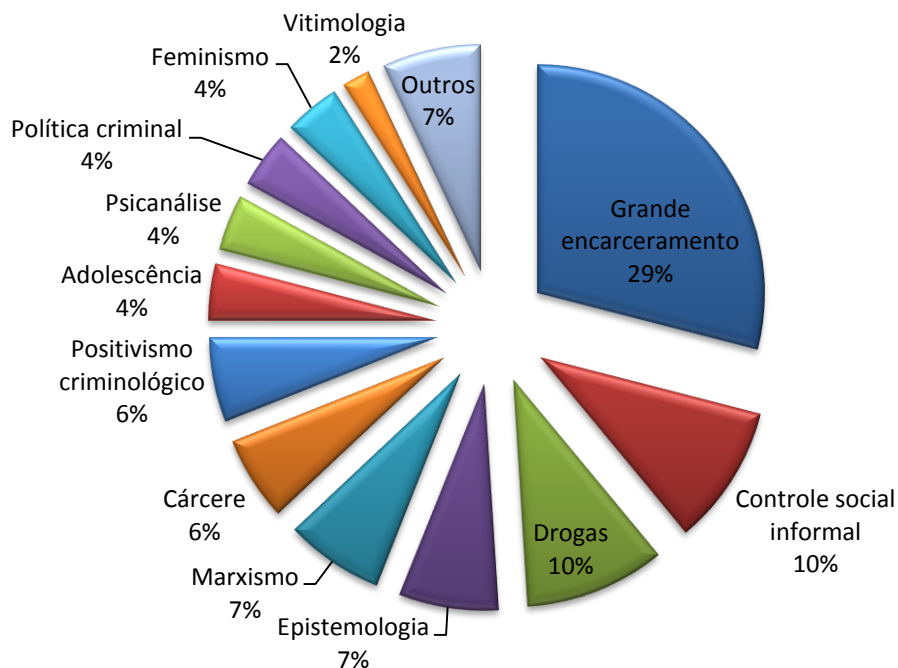
Por fim, cabe uma análise a respeito da homologia temática entre as seções *Direito*, *Crônica* e *Justiça*, as quais mostraram ser a separação feita mais em razão da forma do trabalho do que do conteúdo. Sendo assim, é possível concluir que não só 13% da produção da revista encontram-se dentro do “tema” *Direito*, mas ao contrário, que este compõe 27% do total.

Seção: Criminologia**Gráfico 10: Histórico da seção “Criminologia”**

A seção *Criminologia*, que sozinha responde por 26% da produção do período analisado, constituindo-se efetivamente na maior dentre as seções, demarca a originalidade do projeto editorial da revista *Discursos Sediciosos*, a qual se pretende uma revista da chamada questão criminal (Crime, Direito e Sociedade) que rompe com a divisão clássica das Ciências Criminais em que a Criminologia e a Política Criminal funcionam como “ciências acessórias” ao Direito Penal. Quanto a isso, corrobora ainda o fato de que as duas edições especiais, excluídas desta análise quantitativa e qualitativa, tratam exclusivamente de temas criminológicos, reforçando ainda mais a importância deste saber no âmbito da revista. Por se tratarem de numerosos artigos e de múltiplas temáticas, apresenta-se a seguir um segundo gráfico acerca de tais informações:

Gráfico 11: Distribuição temática da seção Criminologia

Gráfico 11: Distribuição temática



Como se depreende do gráfico, além da multiplicidade de temas, destaca-se a predominância daquele que foi chamado de “grande encarceramento”. A fim de esclarecer o devido alcance dessa expressão, reitero tratar-se de uma denominação frequente nos trabalhos consultados quanto a um processo de profunda transformação do panorama criminal em razão das mudanças estruturais sofridas pelo capitalismo desde a década de 1990 do século passado. Essas mudanças incluem um crescente processo de prisionização, de mudanças legislativas endurecedoras, de restrições à liberdade condicional, de mercantilização da vida e de intensificação das estratégias de controle e disciplinamento.

Nesse eixo, faz-se importante destacar a enorme contribuição de Loïc Wacquant, autor de 40% dos trabalhos sobre o assunto, cuja periodicidade se deu de maneira frequente e constante. Ficou a cargo de Katie Arguello, em “Do Estado social ao Estado penal: invertendo o discurso da ordem” e Otávio Bravo, em “Repensando Loïc Wacquant: do Estado social ao Estado penal. O nazismo está de volta?”, empreenderem o diálogo direto com o autor francês. Merecem destaque, ainda, os trabalhos “Ofensiva neoliberal, globalização da violência e controle social” de João Ricardo Wanderley Dornelles, “Controle de imigração, pós-fordismo e *less eligibility*. A economia política da punição e do hiperencarceramento dos imigrantes na

Europa” de Alessandro de Giorgi e “Medo, luta de classe, crime: que “realismo”?” de Dario Melossi.

A ampla participação de autores estrangeiros, aliás, é uma das características marcantes que diferenciam a seção das demais, nas quais a produção nacional é quase total. Nesse sentido, no eixo “grande encarceramento” além de 40% dos trabalhos pertencerem a Wacquant, 44% é da autoria de autores internacionais.

Em segundo lugar, identificam-se no gráfico os eixos chamados “Controle social informal” e “Drogas”, ambos representando 10% da produção do período. Quanto a este último, observo que 64% dos trabalhos é assinado por autores estrangeiros, nominalmente Rosa del Olmo e Sebastian Scheerer e que os autores brasileiros, Joel Birman, Lucilia de Almeida Elias e Thiago Rodrigues trabalham a questão a partir de um enfoque pluralista, sendo que os primeiros a partir da psicanálise e o segundo a partir do abolicionismo.

Quanto ao eixo “Controle social informal”, cabe destacar que ele constitui, para Lola Aniyar de Castro (2000), precisamente um dos traços característicos da criminologia produzida na América Latina, a qual teria percorrido criticamente todas as agências informais de controle para aprender que elas constituem a base ideológica das agências formais do controle penal, das quais qualquer afastamento se converteria em desvio. No que tange ao *corpus* encontrado na revista “Discursos Sediciosos”, destaco os trabalhos “O medo e o método” e “Arquitetura do medo”, ambos de Vera Malaguti Batista, magistrais pesquisas sobre o medo como afeto constituinte do controle social na cidade do Rio de Janeiro, refletido em sua própria organização espacial.

Em terceiro lugar, identificam-se no gráfico os eixos chamados “Epistemologia” e “Marxismo”, ambos representando 7% da produção do período. O que chamo de “epistemologia” são trabalhos que refletem sobre o objeto ou a história da Criminologia enquanto campo próprio do saber. É o caso dos trabalhos: “O triunfo de Lewis Carrol” de Lola Aniyar de Castro, “Criminologia latino-americana e norte-americana: uma visão a partir do Sul” de Luis Geraldo Gabaldón, “Importância e atualidade da escola de Chicago” de Sérgio Salomão Shecaira e “Alessandro Baratta, filósofo do Direito (penal) e da política” de Roberto Bergalli. O eixo “Marxismo”, por sua vez, trata de textos nos quais tanto o marco teórico quanto o objeto de análise referem-se ao marxismo, como é o caso de “Atualidade da barbárie” de Marildo Menegat, “Da contribuição do neorealismo de esquerda ao pensamento criminológico: um passo à frente, dois passos atrás” de Ney Fayet Júnior e Roberta Werlang Coelho, “A Criminologia da luta de classes” e “Marx e a secularização da Teologia jurídica Hegeliana nos Manuscritos de Kreuznach”, ambos de Matheus Felipe de Castro.

A seguir, constituindo eixos temáticos mais reduzidos, encontramos “Cárcere”, “Positivismo criminológico”, “Adolescência”, “Psicanálise”, “Política Criminal”, “Feminismos”, e “Vitimologia”. Por outro lado, foram encontrados alguns trabalhos que tratavam solitariamente de alguns assuntos. Foram eles: o artigo “No peito e na raça: a americanização do Brasil e a brasilinização da América” de Lindgren Alves - que trata do racismo; “Interpretação do direito e retórica nas decisões penais” de Nelson Camatta e Thiago Fabres de Carvalho - que trata do *second code* dos juízes; “Darcy Ribeiro e a massa marginalizada” de Gilberto Felisberto Vasconcellos, e “Justiça nos limites da comunidade: justiça e estranhos num tempo de medo” de Barbara Hudson - que trata da justiça comunitária.

Diante do exposto, resta claro que a seção *Criminologia* é, não somente o segmento que mais constitui a identidade do periódico, como é também um *locus* privilegiado de trocas e intercâmbios entre a Criminologia produzida no Brasil e a Criminologia produzida na América Latina, na Europa e nos Estados Unidos.

2. O “GRANDE ENCARCERAMENTO” NA REVISTA DISCURSOS SEDICIOSOS: O EIXO CENTRAL EUROAMERICANO

A pesquisa de que trata este trabalho desenvolveu-se, inicialmente, a partir de um estudo mais amplo e genérico acerca das características gerais, semelhanças e diferenças da produção criminológica crítica brasileira realizada pelas revistas científicas dirigidas pelo Instituto Carioca de Criminologia e Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, respectivamente, Revista Discursos Sediciosos e Revista do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Em momento posterior da pesquisa, centrou-se o estudo na primeira delas, especialmente na seção intitulada “Criminologia”, vez que o objetivo inicial era contribuir ao estudo sobre a produção criminológica crítica brasileira.

Delimitado o campo de análise, foi possível perceber a importância do debate em curso acerca de um movimento geral de recrudescimento das estratégias punitivas, cuja face mais visível é o uso do encarceramento massivo, ou, no dizer de Vera Malaguti Batista, “o grande encarceramento” (2011, p.99; Entrevista). Além disso, notou-se, na seção “Criminologia”, a predominância de textos, de autoria nacional e internacional, que se debruçavam sobre a questão criminal sob um enfoque macrosociológico, principalmente a partir do que Alessandro Baratta chamou de matriz econômica e político-econômica do desvio (BARATTA, 2011, p.191).

Esses trabalhos foram selecionados para fundamentar esta pesquisa monográfica, em razão dos limites deste espaço, cujo alcance não consegue, por razões práticas e metodológicas, abarcar a totalidade das seções da revista e os trabalhos que as compõem - objeto cuja complexidade exigiria instrumental teórico e metodológico inacessível ao espaço da graduação -, mas também pelo fato de conformarem importante eixo de trabalho criminológico no universo da revista e fora dele. Não obstante, para o desenvolvimento desta monografia foi necessário ampliar o leque dos textos analisados, de maneira que se conseguisse remontar, com a maior fidelidade possível, a ecologia de saberes que caracteriza a revista, a qual não é senão reflexo de seu próprio projeto político que, em tempos de simplificações reducionistas da questão criminal, traz sua complexidade em primeiro plano e integra, a um só tempo, análises jurídicas, criminológicas, históricas, midiáticas, literárias, entre outras, sobre a questão criminal, entendida de maneira ampla. Dessa forma, além da seção “Criminologia”, foram estudados textos das seções “História”, “Mídia” e “Justiça”, na medida em que eles dialogassem com o tema escolhido, bem como acessou-se as referências bibliográficas utilizadas pelos textos selecionados, quando necessário. Naturalmente, as

considerações que se faz neste trabalho refletem uma visão parcial da totalidade da publicação conquanto busque-se trabalhar o desenvolvimento das questões suscitadas pelo que se convencionou chamar economia política da pena, que será abordada a partir de duas perspectivas específicas. Trata-se de revisitar os textos publicados na revista que tangenciam as questões trazidas à tona por esse marco teórico, na tentativa de compreender o movimento do “grande encarceramento”, seja direta ou indiretamente, como é o caso da maioria dos textos analisados das seções “História”, “Mídia” e “Justiça”.

2.1. O grande encarceramento e suas manifestações visíveis

Os anos finais do século XX trouxeram consigo modificações radicais na economia mundial que, profundamente marcada pela revolução tecnológica e pela globalização, produziu profundos deslocamentos na reestruturação das relações de produção e, conseqüentemente, do trabalho, da assistência social, da violência urbana e da segurança pública. A composição do Estado e sua forma de atuação nos planos nacional e internacional foi modificada e, no que se refere à segurança pública, deu-se uma guinada na direção de um novo punitivismo, aparentemente contraditório ao processo iniciado na década de 50 de abrandamento das agências penais e estabilização dos níveis de criminalidade. Essa mudança é observada por Salla, Gauto e Alvarez (2006, p.330):

(...) a partir de meados da década de 1970 vem ocorrendo, na maior parte dos países do Ocidente, um deslocamento importante na forma como as sociedades modernas tratam os crimes e os criminosos, e que por certo guarda relação com os acontecimentos políticos, sociais e econômicos mais gerais que caracterizam o contexto histórico recente. A percepção em relação às causas dos crimes, aos mecanismos mais adequados para combatê-los, às medidas de tratamento penal a serem impostas aos criminosos irá alterar-se de modo significativo e praticamente no sentido contrário das tendências até então em vigor.

Esse movimento de “grande encarceramento” revela-se no plano material como um movimento global de recrudescimento das estratégias punitivas em diferentes níveis. O campo de sua manifestação é complexo, pois formado por diversos tipos de práticas, projetos políticos, estratégias funcionais que, longe de serem monolíticas, apresentam contradições e divergências. A sua compreensão neste início de século é obscurecida pelas perplexidades decorrentes das rápidas mudanças sofridas pela sociedade em função do desenvolvimento videofinanceiro do capital. No entender de Vera Malaguti Batista, tratar-se-ia de um paradigma caracterizado pelo fetiche do crime, por transformar toda a conflitividade social em

crime, de maneira a obliterar a compreensão dos processos sociais a ele subjacentes (Entrevista, 2010). Assim, além de um conjunto de práticas objetivas relacionadas ao aumento mundial do uso do encarceramento e demais estratégias penais em escala global, a autora relaciona-o intimamente com o desenvolvimento socioeconômico e a emergência específica do neoliberalismo. Para ela, é a agenda neoliberal quem traz o sistema penal para uma posição política de centralidade e ressignifica a pena de acordo com os novos sentidos do trabalho e da produção, aplicando-lhe os processos tecnológicos desenvolvidos na economia capitalista.

A esses novos desdobramentos punitivos, intensamente globalizados e globalizadores, vêm se dedicando diversos autores das ciências sociais. No entanto, a complexidade da realidade neste início de século, cada vez mais virtual, e dos impulsos punitivos e econômicos, tornam a tarefa árdua. Neste capítulo, busca-se apreendê-la a partir das matrizes econômica e político-econômica da pena, tal qual esboçadas na Revista em estudo, o que exige um recorte metodológico. Sendo assim, neste primeiro momentos buscar-se-á delimitar as principais manifestações da questão criminal como trabalhadas pelos autores consultados, de forma a delimitar o campo de observação desses trabalhos.

Encarceramento em massa

Ainda que a “onda punitiva” trate de um recrudescimento geral de práticas punitivas, o encarceramento é, ainda, sua face mais visível e ostensiva. A prisão, longe de uma instituição fadada ao fracasso, como se supôs em fins do século passado, permanece sendo um sucesso em relação às suas funções latentes (ANDRADE, 2003) e ocupando o centro das atenções em matéria de política criminal. Por esse motivo, o estudo da instituição prisional continua sendo de importância nodal para a Criminologia Crítica, como o fora para os discursos criminológicos que a antecederam. No contexto da Revista Discursos Sediciosos, o marco de estudo sobre o assunto é a edição de número treze, publicada em 2003 e que traz a reedição de um volume da Revista Etnography dedicado a etnografia prisional (volume 3, nº 4).

Para Lorna Rhodes, em trabalho publicado na Revista Discursos Sediciosos no ano de 2003, cuja análise pauta-se na tendência americana de criar prisões de controle - prisões de segurança máxima -, elas se parecem com as prisões panópticas europeias e americanas do século XIX, embora sejam o primeiro experimento histórico a utilizar o regime de *lockdown* permanente. Após pesquisa de campo na qual acompanhou o dia-a-dia de uma dessas instituições, no entanto, observou que ao passo em que ressocialização deixou de ser uma meta do sistema penitenciário - assim como a obediência voluntária deixou de ser esperada -, a instituição se tornou um “grande depósito humano” (RHODES, 2003, p.70), tendo em vista

que o único modelo de vida corrigida que promete é o da reinclusão à população carcerária geral.

Sobre a figura do apenado nessas condições, ela esclarece que a população das *supermax* é descrita pela administração penal como “os piores dos piores”, ou seja, autores dos crimes de maior gravidade, adjetivados como psicopatas, no entanto, observa que a alocação nesse tipo de prisão, costumeiramente, não diz respeito ao crime gerador da condenação, mas sim ao comportamento dentro do próprio sistema penitenciário. A classificação psiquiátrica, nesse contexto, serve de maneira legitimante aos expedientes penais, gerando contundente estigmatização, embora não seja uma categoria de diagnóstico do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (RHODES, 2003, p.70). Segundo ela, “As prisões de segurança máxima contemporâneas são o ambiente ideal para se observar como uma categoria como a psicopatia é fabricada juntamente com o seu objeto” (RHODES, 2003, p.63).

O psicopata seria então, enquanto símbolo, marcado pela contraposição entre o exibido e o oculto, porquanto afastado de quaisquer convivências sociais por camadas de segurança, porém exaustivamente exibido como modelo de conduta negativa, seja na televisão ou no próprio ambiente prisional, a fim de representar, através de seus rostos, perigos já existentes que justificam as tecnologias da punição. Ele representaria, ulteriormente, o próprio mal - no sentido bíblico - porque seria irrecuperável, intratável, incurável, sem consciência alguma, apenas vontade predatória. Dessa maneira, pondera Rhodes, tudo já estaria previamente justificado em relação ao prisioneiro diagnosticado como psicopata, excluído de qualquer tipo de apreciação sobre a ética das instalações penais e das recompensas em relação à própria conduta dentro da instituição.

Em sentido semelhante, em trabalho publicado na Revista *Discursos Sediciosos* no ano de 2003, Richard Sparks observou uma unidade de tratamento especial escocesa, conhecida à época como prisão de Barlinnie, para onde, na década de 70, foram mandados, em condição de progressão de regime, alguns prisioneiros da prisão de Peterhead – instituição que então se notabilizava por acolher aqueles condenados considerados de maior periculosidade num cenário de terror cinematográfico. A partir da relação entre essas duas instituições, o autor observou que “O sistema prisional tem a capacidade recorrente de desenvolver lugares cada vez mais fundamente enterrados, fins de linha, buracos, *termini*” (SPARKS, 2003, p. 149). Com isso, ele referia-se a uma capacidade do sistema de criar continuamente espaços de maior inflição de dor, espaços crescentemente distanciados de qualquer perspectiva

reintegradora ou positiva (por isso, fundamente enterrados), cuja função precípua é de depósito, visto que não há qualquer tipo de perspectiva de progressão (por isso, terminais).

Richard observa que nas condições de encarceramento profundo¹², esse tipo de instituição é inevitável, ainda que só possam existir no limite da legitimidade por contradizerem a lógica e o discurso da segurança pública (SPARKS, 2003, p. 150). Ele aduz que o discurso que mantém tais espaços vivos é utilitarista (“evitar a desestabilização da prisão”), no entanto, bem compreendido pelos destinatários em suas funções intimidatória e de dominação. Para ele, a administração opta por ignorar a existência desses “pontos terminais” porque, do contrário, seria uma desonra – a afirmação da própria incapacidade – e, como tal, uma ameaça à sobrevivência do sistema penal.

A expansão do “Estado Penal”

Conceito cunhado por Loïc Wacquant, a expansão do Estado Penal diz respeito ao aumento de severidade em relação a práticas punitivas, entre as quais estão o aumento do número de admissões nas prisões, condenações mais longas, programação legislativa criminalizadora, estigmatização penal, restrições à concessão de liberdade condicional, construção de prisões de segurança máxima (as *supermax*), expansão da pena de morte (ARGUELLO, 2012, p.207), políticas migratórias restritivas, militarização de fronteiras, seleção de imigrantes, etc.

Para Wacquant, em trabalho publicado na Revista Discursos Sediciosos no ano de 2012, a ampliação do “Estado Penal” ocorreria nos eixos verticais e horizontais, sendo o primeiro o que diz respeito a novas admissões nas instituições penais, as quais seriam, hoje, a principal causa de crescimento do sistema carcerário americano, em decorrência do hiperativismo policial (WACQUANT, 2012, p.231). Essa situação de “superpopulação” tende a impactar generalizadamente os serviços correcionais e a qualidade de vida na instituição, reduzindo-a a “sua função bruta de depósito de indesejáveis” (WACQUANT, 2002, p.8). O eixo horizontal refere-se à população colocada em liberdade condicional e vigiada, às sombras do sistema penal ostensivo. Um terceiro eixo diria respeito às despesas e pessoal necessários para fazer a grande locomotiva do encarceramento girar, patrocinado por um surpreendente consenso político

Em analogia paralela, Wacquant também diferencia os conceitos de encarceramento em massa e hiperencarceramento, sendo o primeiro caracterizado pela amplitude, enquanto

¹² Por encarceramento profundo, o autor refere-se à experiência dos presos condenados à prisão perpétua. Ele seria profundo pois totalizante.

que o segundo pela penetração, traduzida em vigilância intensa extramuros e atuação nos bairros marginalizados da cidade - os quais chama de hipergueto estéril, pois seriam caracterizados por um estado de “abandono social e moral” (WACQUANT, 2012, p.257). Para ele, esse processo estabelecerá uma relação de “continuidade estrutural, substituição funcional e sincretismo cultural” entre o inchaço prisional e a periferia de tal maneira que seus clientes estariam sempre confinados, em uma ou outra ponta (WACQUANT, 2012, p.257).

Muito embora a tese principal de Wacquant se debruce sobre a sociedade americana, o autor adverte que a experiência estadunidense seria um tipo de fenômeno geral, que teria atingido o continente europeu nas mesmas condições de permissividade dos mercados e limitação da assistência social, ainda que a experiência europeia apresente menores taxas de encarceramento e de seu crescimento, o qual afirma ser motivado pelo prolongamento das penas e não pelo crescimento vertical.

Já para Giorgi (2012, p.137), em trabalho publicado na Revista Discursos Sediciosos no ano de 2012, seria cedo para concluir que o modelo americano de segurança pública tenha atingido totalmente a Europa, ou que venha a ser inescapável às demais democracias mundiais. Por outro lado, entende que a construção de um “Estado penal europeu” passaria por um “quadro emergente de regulação penal e extrapenal das migrações em que a legalização e a hipercriminalização dos imigrantes opera simbioticamente para a reprodução da força de trabalho vulnerável adequada para a maioria dos setores de exploração da economia pós-fordista” (GIORGI, 2012, p.137). Assim, pondera que, a despeito do crescimento vertical moderado, a criminalização no continente é intensamente seletiva, especialmente no que concerne a construção do imigrante como classe perigosa e indesejável através de discursos retóricos e da “guerra contra a imigração”. Tal projeto político teria levado, no seu entender, a uma programação legislativa que funciona em dois níveis, a serem definidos de acordo com a posição em relação à fronteira. Num primeiro momento, as estratégias proibicionistas que visam a dificultar a entrada de determinado tipo de migrantes atuam de maneira a criminalizar a mera condição de “mau imigrante”. Cruzada a fronteira, diz Alessandro de Giorgi (2012, p.142): “O acesso limitado aos direitos (civis, políticos) e a constante ameaça de deportação e hiperreclusão contribui para criar uma “zona cinzenta de vulnerabilidade jurídica” que favorece a inserção dessa população nos setores mais inseguros da economia.” Dessa maneira, o autor expõe a simbiose existente entre a produção legislativa criminalizadora do imigrante e sua correlata condição de exploração no mercado de trabalho pós-fordista europeu.

A sociedade punitiva

David Garland, cuja obra procura compreender amplamente o sentido da punição na sociedade do capitalismo tardio, estuda através do caso britânico contemplado em trabalho publicado na Revista Discursos Sediciosos no ano de 1998, aquilo que chama de “as contradições da sociedade punitiva”. Segundo ele, as décadas de 80 e 90 viram emergir um novo fato social, que chama de “normalidade” das taxas elevadas de criminalidade:

(...) o crime e o medo do crime são amplamente vividos, hoje em dia, como fatos da vida moderna. Pouco a pouco, o crime se tornou, para as gerações atuais, um risco cotidiano a ser avaliado e administrado rotineiramente (...). O fato de as taxas de criminalidade elevada serem consideradas “normais” não resulta somente do hábito, mas também de serem consideradas como uma espécie de dado sociológico, como um traço distintivo de todas as sociedades similares que estejam num mesmo patamar de desenvolvimento. (...) São a contrapartida de nossas liberdades individuais e de nossos mercados não regulamentados, a dimensão exterior de nossas decisões econômicas, um derivado de nossos estilos de vida móveis e de nossa cultura de consumo desenfreado, um efeito de nossa preferência geral por um estilo de controle social não autoritário (GARLAND, 1998, p.72).

Paralelamente a esse processo, Garland conta do ressurgimento da ideologia retributiva no espaço público, segundo a qual o castigo aparece como um objeto penal válido e reivindicado. Esse novo panorama teria transformado a percepção oficial do crime, as ações do governo e as estruturas das organizações da justiça criminal, as quais teriam sido marcadas pela punitividade e pela ambivalência. Por um lado, expõe, um dos discursos oficiais é o que chama de criminologias da vida cotidiana, cada vez mais influente nos círculos de governo, e que se baseia no aspecto da banalidade do crime, entendido como uma interação social normal, explicável pelos esquemas de motivação clássicos. Garland o chama de “teoria da escolha racional” ou “teoria da atividade de rotina”, as quais esboçariam a ideia de “crime como oportunidade” e apostariam na “prevenção da criminalidade situacional”.

Marcado por um alto grau de simplificação da realidade, tal discurso insiste no crime como o resultado matemático de um juízo de oportunidade, evitável na medida em que se limitem as oportunidades para sua ocorrência, redistribuindo os custos sociais e criando um efeito dissuasivo, bem como aumentando os controles judiciais. Ele se estende para a concepção da própria figura do criminoso que, então, passa a ser um “homem situacional”, ou seja, um consumidor hedonista razoável, para quem a moral interna não diz muito respeito. Garland enxerga nessa figura uma versão nua do indivíduo moderno “cuja “identidade” depende de uma escolha de consumo e de imagens de si mais do que de formação moral, compromisso de valor ou autocontrole” (GARLAND, 1998, p. 78). Assim, diz o autor, está em curso um projeto de política criminal em que a “a prevenção do crime deveria tornar-se

(...) parte integrante da prática e da cultura rotineira e cotidiana de todos os organismos e de de todos os indivíduos” (GARLAND, 1998, p. 81) ou, posto de outro modo, uma “nova maneira de administrar à distância, um novo modo de administrar a criminalidade” (GARLAND, 1998, p. 81).

O que estria patente e escamoteado por debaixo desse tipo de criminologia expeditiva (GARLAND, 1998, p.77) seria a capacidade limitada do Estado, uma vez que a solução em termos de segurança pública se apresenta no âmbito das escolhas individuais (a reorganização da rotina diária e a proteção de áreas vulneráveis), minando, por fim, a responsabilidade da previdência social, dos serviços públicos e da experiência da cidadania; ressaltando, como sua nêmesis, os produtos e serviços oferecidos pelo mercado da segurança privada. Para David Garland (1998, p.81), “A relação política entre o cidadão e o governo é cada vez mais substituída por um contrato comercial entre comprador e fornecedor. Nesse quadro, a linguagem do Direito, dos direitos e da igualdade tem pouca importância”.

Sylvio Lourenço da Silveira Filho, em trabalho publicado na Revista Discursos Sediciosos no ano de 2007, ao analisar a relação entre mídia e neoliberalismo, apresenta o papel da mídia ocidental na conformação de uma sociedade punitiva, ou seja, uma sociedade em que o sistema penal se mostra cada vez mais presente na vida cotidiana. Ele ressalta o papel exercido pela mídia em criar uma “espécie de *every day theories*” (SILVEIRA FILHO, 2007, p.345), um tipo de senso comum penal, que virá a alcançar os operadores jurídicos e sua atuação na direção de uma disciplina social autoritária. Cobertos pelo manto da neutralidade, os jornalistas teriam se tornado instantaneístas de notícias, incapazes de uma análise social profunda, ainda que agentes indiretos do sistema penal (SILVEIRA FILHO, 2007, p.346).

Insegurança difusa e crise existencial (Unsicherheit)

Os desdobramentos punitivos que ocorrem em nível macro, já analisados – o encarceramento massivo, o recrudescimento das práticas penais, o aumento da violência no espaço público, a insegurança no trabalho provocada pela desregulamentação dos mercados, a conformação de uma sociedade punitiva – geram, também, consequências em nível micro, no âmbito subjetivo e emocional. Para João Ricardo Dornelles (2002), esse processos se inscreveriam no campo da violência na *crise* da modernidade. Para Katie Arguello (2012), seria um tipo de *crise* existencial. É preciso advertir sobre o uso livre que aqui se faz do termo crise, uma vez que não se pretende estabelecer um conceito determinado para sua apreensão, ou retomar um paradigma específico acerca da ideia de crise da modernidade. Pretende-se

apenas expor o que os citados autores entendem acerca de um processo fenomenológico que atinge o indivíduo no campo da intersubjetividade, como consequência de um processo marcado pela insegurança e violência a nível social.

Katie Arguello, em trabalho publicado na Revista Discursos Sediciosos no ano de 2012, entende que, diante da insegurança social provocada pela desregulamentação do mercado de trabalho baseada nas diretrizes neoliberais, as elites políticas teriam se tornado incapazes de apresentar soluções aos problemas coletivos e, por isso, teriam optado por dirigir suas energias em direção à segurança pública (ARGUELLO, 2012, p.209). Para ela, esses seriam sintomas do *unsicherheit*, como conceito proposto por Bauman acerca da experiência da insegurança (ou incerteza) em contraponto à *sicherheit*, a confiança na civilização como proteção contra os perigos (da natureza e das outras pessoas). Assim, a incerteza provocaria “a dissipação da autoconfiança e a tendência a buscar defeitos e apontá-los, a arranjar bodes expiatórios e a agredir” (ARGUELLO, 2012, p.209). Tais sentimentos permitiram culpabilizar o outro – o estrangeiro, o *outsider*, o diferente, o pobre – pelos problemas estruturais e coletivos enfrentados pela sociedade, de maneira geral. Nesse sentido também se manifesta David Garland: “Utiliza-se uma demonstração de força punitiva contra o indivíduo condenado para refutar qualquer confissão de incapacidade do Estado de controlar o crime. O ardor em condenar alguns indivíduos a penas severas mascara, na verdade, um fracasso na busca da segurança da população como um todo” (GARLAND, 1988, p.83).

Vera Malaguti Batista faz, em trabalho publicado na Revista Discursos Sediciosos no ano de 1999, uma análise sobre o medo, o genocídio e o lugar da ciência na qual observa que o medo é “a porta de entrada para políticas genocidas de controle social” (BATISTA, 1999, p.135). No seu entender “sociedades rigidamente hierarquizadas precisam do cerimonial da morte como espetáculo de lei e ordem” (BATISTA, 1999, p.135), em que o medo desempenharia, então, um papel central em erigir a figura do outro contra a qual se desencadearia a punição como forma de ritual-espetáculo. Assim, centrando sua análise na política social higienista como um exemplo desse tipo de processo, a autora identifica na ideia de sujeira e desordem em oposição à pureza e ordem, o ponto de início de desenvolvimento da era moderna, nos termos de Bauman (1998 *apud* BATISTA, 1999, p.135) para quem “a era moderna coincide com o momento em que o trabalho de higiene e purificação se converte em atividade consciente e intencional que se transforma em tarefa, proclamando “novas anormalidades””. A partir de tal excerto, ela finaliza dizendo que a definição do critério de pureza e sujeira, no contexto da pós-modernidade, ocorre a partir do mercado e da inserção no consumo, de maneira que o mau consumidor é construído como o novo impuro.

Em sentido semelhante, Anderson Moraes de Castro e Silva, em trabalho baseado em num estudo etnográfico cujo objeto foi o transporte ferroviário de passageiros do subúrbio carioca metropolitano publicado e publicado na Revista Discursos Sediciosos no ano de 2011, aduz que a forma da comunicação oficial entre a empresa administradora SuperVia e os destinatários do serviço era pautada pela inserção ou não nas relações de consumo próprias do regime capitalista. Expondo os níveis de sentido produzidos pelo sistema comunicativo da empresa (propagandas, jingles, comunicados oficiais e discurso direto), o autor acredita que ele visa a um propósito disciplinador baseado numa equação que descreve como sendo: “quanto maior for o poder de consumo do usuário, menor será a intensidade do aparato disciplinar a ele direcionado e vice-versa” (SILVA, 2011, p.82).

Para Dornelles, em trabalho publicado na Revista Discursos Sediciosos no ano de 2002, a violência na contemporaneidade, para além dos fatos da vida real, existiria, também, no plano subjetivo, refletido na situação de medo efetivamente experimentada pela população. Esse sentimento decorreria, segundo o autor, da divulgação exaustiva da violência real que terminaria por criar a sensação de estar-se exposto e fragilizado, ainda que nada tenha ocorrido objetivamente (DORNELLES, 2002, p.123). Paralelamente, retomando o pensamento de Hannah Arendt, o autor afirma que o mesmo processo de generalização da violência levaria à sua banalização, tornando-a um fim em si mesma, despida de significado socioeconômico, político ou cultural (DORNELLES, 2002, p.124).

Ele pondera que tal falta de sentido para a violência estende-se a própria ausência de sentido político para o sujeito, especialmente o moral, que não encontraria espaço dentro da lógica capitalista de mercantilização da existência. Nesse sentido, o autor retoma a psicanálise freudiana para explicar o atual quadro de violência da sociedade brasileira, marcada por uma violência estrutural, em especial na dimensão socioeconômica, e por um *ethos* privatista, conformador de uma ideologia do individualismo. A partir do pensamento de Freud, segundo o qual “quando o olhar não vê no “outro” um semelhante, quando não se formou a consciência de que o “outro” também é um igual, a dor, o sofrimento, a morte, o destino do “outro” deixa de ter sentido, não interessa” (DORNELLES, 2002, p.126), Dornelles conclui que, na sociedade brasileira, apenas o sujeito incluído no mercado e nas ideologias de mercado possuiria valor, de outro modo, visto como objeto, torna-se coisa, “alguma coisa experimental para o gozo e desejo do outro”.

Movimento de lei e ordem, política de “Tolerância Zero” e teoria das “Janelas Quebradas”

Os conceitos de “movimento de lei e ordem”, “tolerância zero” e “janelas quebradas” têm ocupado, nas últimas décadas, um espaço privilegiado nas discussões globais sobre o sistema penal, confundindo, muitas das vezes, seus sentidos e entremeando-se em seus significados. Essas ideias foram massivamente exportadas (e importadas) a diversos países¹³, tomando a forma de “nova solução” (miraculosa) ao problema da violência urbana e insegurança social. Em termos gerais, a teoria das “janelas quebradas” (ou “broken windows theory”) refere-se a uma hipótese não-científica esboçada em 1982 por George Kelling e James Wilson e retomada, em 1990, por Wesley Skogan¹⁴, a quem coube o embasamento de uma política criminal de “tolerância zero”, também chamada “política de qualidade de vida”, posteriormente adotada pelo ex-prefeito de Nova Iorque, Rudolph Giuliani, no começo dos anos 90.

Coutinho e Carvalho (2003) alertam para o fato de que o modelo novaiorquino não era inédito, tendo se iniciado já em 1992, em Chicago (um ano antes de Giuliani, então procurador do distrito sul de Nova Iorque, ser eleito prefeito), embora tenha sido a experiência nova-iorquina o grande catalisador da exportação de tal modelo político pelo mundo. A partir desse núcleo duro de práticas ideológicas, foi-se construindo uma rede mundial de processos e tecnologias diversificadas destinadas a incrementar o aparato punitivo em âmbito global, recrudescer as legislações penais e construir uma nova ideologia sobre o crime que é, a um só tempo, paternalista e liberal (DALRYMPLE, 2003; MACDONALD, 2003; FOREMAN, 1997). A esse desenvolvimento orgânico chama-se, a-sistematicamente, de “movimento de lei e ordem”, cujo correlato na literatura criminológica denomina-se eficientismo penal¹⁵ (ANDRADE, 2006).

A teoria das janelas quebradas foi esboçada pela primeira vez no artigo intitulado “The Police and neighborhood safety”, de George Kelling e James Wilson, o qual remonta à experiência ocorrida em Nova Jersey, na década de 70, chamada de “Programa de vizinhança segura e limpa” (Safe and Clean Neighborhoods Program), pensada para melhorar a qualidade de vida da comunidade em vinte e oito cidades. Uma parte desse programa destinava-se a

¹³ Loïc Wacquant (2000) chega a falar de uma “globalização do “Tolerância Zero”” em trabalho publicado na Revista Discursos Sediciosos

¹⁴ SKOGAN, Wesley G. Disorder and decline: crime and the spiral of decay in American Neighborhoods.

¹⁵ “De fato, o que está em curso na era da globalização neoliberal, não é a hegemonia de práticas minimalistas e abolicionistas, porém a mais gigantesca expansão e relegitimação do sistema penal orquestrada pelo eficientismo penal (ou “Lei e Ordem”), a partir de uma leitura da crise do sistema como crise conjuntural de eficiência” (ANDRADE, 2006, p. 178)

incentivar, através de financiamentos públicos, que a polícia local substituísse o uso de automóveis nas patrulhas policiais por um efetivo que percorresse a pé os bairros residenciais.

Desde sua proposição, a ideia fora totalmente descreditada, política e academicamente, e seus resultados objetivos confirmaram essa expectativa inicial, uma vez que as estatísticas criminais oficiais não sofreram nenhum tipo de redução advinda da medida adotada. Mesmo assim, em relatório oficial elaborado pela Polícia de Washington, concluiu-se que o sentimento geral da população era de maior segurança, pois havia a crença de que a ocorrência de crimes havia diminuído, assim como a confiança geral na instituição policial havia aumentado em razão da nova conjuntura.

Kelling e Wilson, ao tratarem dessa aparente contraditoriedade – uma vez que domina no senso comum a ideia de correlação entre crime e insegurança e os resultados do Programa contrariavam-no -, dirimem a controvérsia a partir do que enunciam como o entendimento real do que significaria o sentimento de insegurança. Eles argumentam que para além do medo do crime, outro medo experimentado pela população seria o medo de ser incomodado por pessoas desordeiras¹⁶ e pela própria desordem, ainda que não violenta.

Sobre a aplicação prática dessa teoria, os autores recontam como as estratégias dos polícias que patrulharam a pé comunidades majoritariamente negras baseava-se em operacionalizar uma divisão entre “moradores” e “estrangeiros”, sendo que os primeiros ainda se subdividiam em “pessoas decentes” e “bêbados e mendigos”. Nesse contexto, a função do agente policial era de vigiar intensamente os “estrangeiros” e certificar-se de que os moradores de má reputação (os “bêbados e mendigos”) “mantivessem-se em seu lugar”, através do reforço, por parte do policial, de um pretense conjunto informal, mas universalmente compreendido de regras, e que poderia exigir a tomada de medidas extralegais e ilegais¹⁷.

De maneira geral, a hipótese principal esboçada no trabalho de Kelling e Wilson é que a desordem e o crime estariam inextricavelmente ligados num tipo de desenvolvimento sequencial, ou seja, de que a desordem naturalmente evolui para o crime. Para comprovarem tal afirmação, é lançado uma espécie de argumento principal que viria a identificar a própria teoria das janelas quebradas:

¹⁶ “Not violent people, nor, necessarily, criminals, but disreputable or obstreperous or unpredictable people: panhandlers, drunks, addicts, rowdy teenagers, prostitutes, loiterers, the mentally disturbed” (KELLING, WILSON, 1982, s/p)

¹⁷ “(...) but just as often it involved taking informal or extralegal steps to help protect what the neighborhood had decided was the appropriate level of public order. Some of the things he did probably would not withstand a legal challenge.” (KELLING, WILSON, 1982)

Psicólogos sociais e agentes policiais tendem a concordar que, se a janela de um prédio é quebrada e deixada sem reparos, todas as demais janelas serão em breve quebradas. Isto é igualmente verdadeiro em bairros bons e em bairros precários. A quebra de janelas não ocorre necessariamente em larga escala porque algumas áreas são habitadas por determinados “quebradores de janelas” enquanto outras são povoadas por “amantes de janelas”, mas antes, ela ocorre porque uma janela quebrada e não reparada é um sinal de que ninguém se importa e, então, quebrar mais janelas não custa nada¹⁸ (KELLING, WILSON, 1982, tradução livre)

Do excerto percebe-se, então, que a ideia geral dos autores é do crime como um fenômeno ubíquo que *exige* comportamentos criminosos mesmo de pessoas que normalmente não considerariam agir de maneira criminosa. O contexto social, ou seja, o espaço urbano em que o crime ocorreria, importaria apenas como critério definidor da rapidez com que o processo de “decaimento urbano” atingiria a comunidade, após a ocorrência do ilícito. Assim, a depender da “natureza da vida comunitária” em cada bairro, ou seja, do grau de percepção e respeito quanto ao direito da propriedade privada e obrigações de civilidade, o processo de generalização da insegurança ocorreria naturalmente como consequência da mera desordem e do crime.

Dessa forma, já que crimes graves floresceriam nas áreas em que comportamentos desordeiros fossem irreprimidos, os autores propõe que a instituição policial deveria resgatar sua antiga função de mantenedora da ordem mais do que repressora de crimes. Pelos mesmos motivos, eles colocam-se firmemente contra a descriminalização de condutas de menor potencial ofensivo, atos sem dano e não violentos, na medida em que seria o imperativo de proteger toda a sociedade - e não apenas alguns indivíduos - que justificaria a adoção de medidas parcialmente injustas, porém compreensíveis, como a criminalização de condutas meramente desordeiras.

Charles Sahm (2007), *fellow* do Manhattan Institute, nos conta como William Bratton passou, no início dos anos 90, ainda como chefe da polícia de trânsito, a aplicar a teoria das janelas quebradas ao metrô novaiorquino - expulsando mendigos e perseguindo ladrões de carteira e outros tipos de pequenos criminosos – e que culminaria em sua nomeação como Chefe de Polícia sob a administração do recém-eleito Giuliani, numa parceria que pretendia trazer a “revolução” ocorrida no metrô para a superfície.

¹⁸ Social psychologists and police officers tend to agree that if a window in a building is broken and is left unrepaired, all the rest of the windows will soon be broken. This is as true in nice neighborhoods as in rundown ones. Window-breaking does not necessarily occur on a large scale because some areas are inhabited by determined window-breakers whereas others are populated by window-lovers; rather, one unrepaired broken window is a signal that no one cares, and so breaking more windows costs nothing (KELLING, WILSON, 1982, original)

Jonathan Foreman (1997), igualmente *fellow* do Manhattan Institute, retoma alguns acontecimentos da cidade de Nova Iorque que, tendo acontecido logo antes da administração do ex-prefeito Rudolph Giuliani, entende terem sido importantes para o posterior desenvolvimento da política de “tolerância zero/qualidade de vida” por ele implementada. Trata-se da “Revolta de Tompkins Square”, um episódio de confronto entre a polícia de Nova Iorque e as massas marginalizadas que à época ocupavam o parque de mesmo nome. O autor os identifica como “anarquistas, invasores e viciados” ¹⁹. Na sua descrição, o embate teria sido “curto, porém sangrento” e seus efeitos teriam sido sentidos principalmente após a reabertura do parque, já sob a administração do prefeito Giuliani. Segundo ele, antes do episódio o bairro de Alphabet City encontrava-se em estado assustador: sujo, os prédios abandonados, comércio ilegal de drogas, assaltos, espancamentos e “adolescentes ferozes”. Nas suas palavras: “o lugar ressentia-se até mesmo da ordem imposta pelo monopólio de uma gangue” ²⁰(FOREMAN, 1997, tradução livre). Essa descrição contrasta com o estado do parque após a reinauguração que, então, apresentava três novos parques para crianças, uma área para se passear com cachorros, a grama verde renascida e, principalmente, o chafariz da esperança se apresentava livre de grafitis. A partir de então, estava instaurada, como um todo, a política de “tolerância zero” por toda a cidade, a qual, segundo Jonathan, alterou profundamente todos os bairros urbanos, fechou bocas de fumo e casas de crack, vendo renascer, nos seus lugares, bares e restaurantes que desenvolveram a economia local.

Juntos, Bratton e Giuliani desenvolveram uma reforma policial ampla, que incluiu a introdução de critérios de contabilidade e uso de programas de computador para analisar dados e encontrar padrões criminais (o famoso “Compstat”), além de responsabilizar pessoalmente os comandantes policiais locais pela segurança em suas jurisdições. No período, as estatísticas criminais apontaram uma queda de 65% relacionada a crimes graves na cidade de Nova Iorque (SAHM, 2007), o que fez com que a Polícia municipal nunca mais abandonasse o modelo formulado e Bratton pudesse alçar ao gabinete da polícia de Los Angeles, onde passou a implementar o mesmo tipo de política criminalizadora dos pequenos desvios de comportamento.

Sylvio Lourenço da Silveira Filho, para quem a política de “tolerância zero” é, verdadeiramente, um processo de “criminalização das consequências da miséria do Estado mínimo neoliberal” (SILVEIRA FILHO, 2007, p.349), ao publicar trabalho na Revista Discursos Sediciosos, identifica seu nascimento, historicamente, como resultado do

¹⁹ “anarchists, squatters, and junkies” (FOREMAN, 1997)

²⁰ “the place lacked even the order imposed by a drug gang monopoly (FOREMAN, 1997)

desmantelamento, ocorrido na década de 70, nos Estados Unidos, de um “Estado caritativo” em um “Estado penal”. Na esteira do pensamento de Loïc Wacquant, o autor assevera que o sistema “Jim Crow”, um “sistema legal de discriminação e segregação do berço à tumba, que ancorava a sociedade agrária do sul dos EUA desde o fim da Reconstrução até a revolução dos direitos civis” (SILVEIRA FILHO, 2007, p.349), historicamente simultâneo ao aumento no uso do encarceramento como punição na sociedade americana, teria sido responsável por impedir que um Estado do bem-estar social chegasse a se efetivar, deixando, em seu lugar, apenas a conformação de uma semiprovidência, ou um “Estado de caridade” ²¹.

A mudança ocorrida em direção a uma política penal repressiva teria passado, segundo o autor, pelo uso massivo do encarceramento, bem como pela transformação dos serviços sociais em ferramentas de controle da população empobrecida, vez que condicionassem o acesso aos benefícios a determinadas condutas sociais e morais. Ideologicamente, Silveira Filho discerne em Hegel o gérmen da política adotada, conquanto considere que o projeto da modernidade foi realizado e que, por esse motivo, o Estado racional se encontra livre de elementos criminógenos, de forma que delito não poderia ser senão fruto de uma decisão individual que, no mínimo, implicaria sua retribuição (SILVEIRA FILHO, 2007, p.348). Para o autor, em termos teóricos, o nascimento da política de “tolerância zero” se daria na esteira do *novo realismo* de Ernest van den Haag, proposto na década de 70, professando a ordem e a utilidade como valores supremos; e no *pragmatismo burocrático* de Richard Herenstein, proposto na década de 80, cuja sugestão limitava-se a estabelecer pragmaticamente a maneira de reprimir o delito de modo eficaz (SILVEIRA FILHO, 2007, p.348).

Para Loïc Wacquant, em trabalho publicado na Revista Discursos Sediciosos no começo dos anos 2000, a política de “tolerância zero” seria a face de um processo maior de renúncia do Estado às suas funções sociais, que, tornadas ilegítimas a partir da administração dos presidentes Ronald Reagan e Bill Clinton, deveriam ser devidamente substituídas por medidas repressivas policiais e judiciais, as quais conformariam um “Estado do mal-estar capaz de “enquadrar” os segmentos da classe operária hostis à nova cultura do salário precário e de neutralizar os que se revelam por demais rebeldes” (WACQUANT, 2000, p.111). Para ele, a combinação da “teoria das janelas quebradas”, com o imperativo da “qualidade de vida” e o slogan “a prisão funciona”, teria gerado a expansão exponencial e indefinida do sistema penitenciário americano. Relembrando as palavras de William Bratton em 1996, “em Nova

²¹ Um Estado de caridade, como proposto por Wacquant e retomado por Silveira Filho, é a conformação de um Estado em que “(...) os programas sociais voltados ao contingente populacional pobre eram limitados, fragmentários e apartados das demais ações estatais” (WACQUANT *apud* SILVEIRA FILHO, p.348).

Iorque sabemos onde está o inimigo”²², Wacquant aponta a construção de um discurso de guerra ao subproletariado informal, mas afirma que a inovação mais profunda do chefe de polícia nova-iorquina foi “revolver a burocracia herdada, esclerosada e covarde, com a aplicação das últimas “teorias” da administração em reengenharia empresarial” (WACQUANT, 2000, p.112), através da qual teria transformado as delegacias policiais em protótipos empresariais, “centros de lucro” em que este seria a redução estatística do crime registrado.

Acerca dos resultados obtidos nesse sentido, Wacquant contrasta a experiência de Manhattan com a de San Diego que, no mesmo período, reduziu os números de forma idêntica, porém investindo em policiamento comunitário e utilizando 6% da receita usada em Nova Iorque. Além disso, ele elenca a miríade de efeitos colaterais danosos decorrentes da escolha feita pela política de “tolerância zero”, como a obstrução dos tribunais judiciais em vista do aumento exponencial dos processos criminais, e a agudização de uma relação de desconfiança entre a comunidade negra americana e a polícia, explicável pela seletividade com que essas práticas eram efetuadas conforme o alvo fosse branco ou negro. Em suas palavras: “O paradoxo é que esta tática de enfrentamento policial difunde-se de um lado a outro do planeta bem no momento em que é seriamente questionada em Nova Iorque, depois do assassinato, em janeiro de 1999, de Amadou Diallo²³” (WACQUANT, 2000, p.116). Na sequência, ele menciona como, após este fato, a brigada de choque - tropa de elite da política de “tolerância zero” – tornou-se objeto de diversos inquéritos administrativos que a colocou sob suspeita de ter realizado detenções por motivos raciais (*racial profiling*) e de desprezar sistematicamente direitos constitucionais da população (WACQUANT, 2000, p.116).

A difusão de que fala Wacquant, refere-se a um verdadeiro processo de exportação do movimento de lei e ordem pelo globo, patrocinado pelo suposto esplendor da experiência nova-iorquina, que teria feito de uma metrópole consumida pelas chamas da criminalidade o modelo de cidade segura; e pelo Manhattan Institute. Desembarcando em diversos países, a doutrina teria sido adotada pelas lideranças políticas locais como “o último trem da modernidade americana” (WACQUANT, 2000, p.114) e recurso retórico para, ao mesmo tempo, reafirmar o compromisso do Estado (penal) e isentá-lo das agendas sociais e

²² Segundo o autor, esse inimigo seria, no contexto, os “squeegee men”, moradores de rua que abordariam pessoas nos semáforos para lavar seus para-brisas em troca de algum dinheiro; pequenos traficantes de drogas, prostitutas, vagabundos de todo o tipo e grafiteiros (WACQUANT, 2000, p.112).

²³ Amadou Diallo foi um jovem imigrante guineense de 22 anos, que trabalhava como camelô na 14th Street a fim de juntar dinheiro para pagar uma faculdade, assassinado a tiros pela polícia nova-iorquina (41 foram disparados e 19 acertaram o alvo), no corredor em frente ao seu apartamento, enquanto estava desarmado. Após sua morte, foi iniciada uma série de manifestações civis por parte da comunidade negra americana.

econômicas. Como exemplos desse fenômeno, o autor cita, em 1997, o prefeito de Nápoles, Antônio Bassolino, e o governador de Milão, Máximo D'Alema; em 1998, o presidente do México, Ernesto Zedillo, o secretário da Justiça e Segurança de Buenos Aires, Leon Arslanian, o premiê francês, Jospin, o partido alemão União Democrata Cristã (CDU); em 1999, o ministro do Interior escocês Henry McCleish, o governador de Brasília, Joaquim Roriz, o chefe da polícia de Johannesburg, George Fivaz, o ministro da polícia da Nova Zelândia e o prefeito de Ontário, Mel Lastman.

2.2. A emergência do neoliberalismo e a convergência das práticas penais repressivas: liberdade apenas aos mercados?

A Criminologia, desde que iniciado o processo de transformação de uma ciência causal da criminalidade em uma teoria crítica e sociológica do controle social e penal, passa a ocupar-se do controle penal vigente em variados níveis: cultura, estrutura, conjuntura, funcionalidade etc (ANDRADE, 2012) o que implica a investigação acerca das relações de poder envolvidas no marco do poder mundial. No caso desta pesquisa, pautada na produção criminológica crítica da Revista Discursos Sediciosos desde 2000, observou-se a associação feita por diversos autores entre o processo de “grande encarceramento” em curso desde a década de 90, com o desenvolvimento do capitalismo, de forma geral, ou, em especial, com o neoliberalismo. Assim sendo, este tópico destina-se a recuperar estes estudos e evidenciar a conexão entre eles.

David Garland defende, em “As contradições da sociedade punitiva: o caso britânico”, que as práticas punitivas modernas combinam, em seu projeto mais amplo, a intenção de produzir segregação e incapacitação, a fim de que a pena funcione, respectivamente, para defender a sociedade e castigar o ofensor, exprimindo, através deste último, os sentimentos do público. É por isso, diz, que se imiscuem as detenções preventivas com o ressurgimento de formas de mortificação e humilhações públicas nas instituições penitenciárias (GARLAND, 1998, p.71). Para o autor, esse panorama seria reflexo de uma sociedade punitiva, caracterizada por uma “normalidade das taxas de criminalidade”, ou seja, pelo fato de que a alta frequência criminal passa a ser internalizada pela sociedade como um dado sociológico normal, resultante das escolhas estruturais econômicas e civilizatórias:

[O fato de as taxas de criminalidade elevada serem consideradas “normais”]
São a contrapartida de nossas liberdades individuais e de nossos mercados
não regulamentados, a dimensão exterior de nossas decisões econômicas, um
derivado de nossos estilos de vida móveis e de nossa cultura de consumo

desenfreado, um efeito de nossa preferência geral por um estilo de controle social não autoritário (GARLAND, 1998, p.72)

Esse pensamento ocorre na esteira da análise sociológica de Durkheim, para quem um aumento nos níveis de criminalidade seria consequência da incapacidade do Estado em prevenir e reprimir o crime em sociedades complexas e plurais, por faltar-lhe autoridade ou sensibilidade moral, vez que um código moral não poderia simplesmente ser imposto “de cima” (GARLAND, 1998, p. 89). De outro modo, as iniciativas para criarem-se novas formas de organização seriam sabotadas pela recusa em abalar-se o “antigo regime”, ou seja, “uma economia de livre mercado que exclui do trabalho remunerado massas populacionais e alimenta ativamente o crime, ao engendrar desejos e expectativas de consumo insaciável ao lado de novos níveis de pobreza da infância, da falência da família e da desigualdade social” (GARLAND, 1998, p.89).

Para Alessandro de Giorgi em “Controle de imigração, pós fordismo e *less eligibility*”, o desafio do controle penal atual seria reinterpretar o confinamento punitivo à luz da emergência de um sistema capitalista de produção “cuja economia política qualifica o corpo humano como um recurso a ser explorado no processo de produção” (GIORGI, 2012, p.132).

João Ricardo Dornelles identifica, em texto publicado na revista no ano de 2002, a chave para compreender o controle penal no contexto que chama de generalização (ou globalização) da violência no mundo contemporâneo, na relação entre ideologia neoliberal e o processo de globalização econômica. Em que pese haverem, até hoje, discussões acadêmicas acerca do alcance do termo neoliberalismo, o autor remonta suas origens ao ano de 1973, em Friedrich Hayek, para quem as exigências sindicais por maiores gastos públicos seriam a causa da crise econômica inglesa. Para ele, seria necessário enxugar tais gastos através da transferência da renda de programas sociais para empresas privadas, a fim de criar uma “nova e saudável desigualdade”, que funcionaria como um motor pra dinamizar a nova economia.

Na esteira desse pensamento, Dornelles esclarece que o neoliberalismo, em sua dimensão financeira, estabeleceu uma nova etapa no desenvolvimento capitalista, baseada em novos padrões de produção responsáveis pela concentração do capital, alta revolução tecnológica e a precarização das relações de trabalho. Isso teria levado a um maior contingente de dinheiro fluando no mercado, decorrente da participação cada vez menor da mão-de-obra no processo produtivo, e à reestruturação do consumo, agora mais intenso e baseado em artigos de luxo. Já no plano político, ter-se-ia organizado uma direita ultraconservadora, cujo discurso de pensamento único sobre as questões sociais recuperaria conceitos positivistas. Segundo o autor, esse discurso estruturar-se-ia em torno de três eixos:

tolerância relativa em relação às ideias e aos costumes; glorificação apaixonada do dinheiro e idealização do mercado; e crença de que as desigualdades sociais são necessárias e impossíveis de se erradicarem. A prevalência de tal discurso no espaço público explicar-se-ia na medida em que este vem sendo substituído pelo mercado pela linguagem de mercado, dentro da qual a violência é apenas expressão do caos e da fragmentação de um espaço coletivo cujos referenciais existenciais foram substituídos por aqueles do mercado.

A combinação desses planos de ação teria levado a uma nova visão sobre o papel do Estado que, tornado o obstáculo ao impulso de autosuperação do indivíduo (ou “o pai” na analogia do autor), reduziu-se ante a necessidade de flexibilização dos mercados. Dornelles entende ter-se tratado, conseqüentemente, da consolidação de um estado mínimo na esfera social que, ao gerar diversos efeitos sociais nefastos (miséria, marginalização, revoltas, criminalidade), exige como correlato um estado máximo na esfera da segurança pública (a criminalização dos problemas sociais).

Segundo o autor, esta é a trilha de migalhas neoliberal, o inevitável “custo social do progresso”, cuja causa – a saudável desigualdade – deve ser tratada com Estado máximo. Isso porque, diz ele, numa cultura dominada pelos conceitos de mercado, a desigualdade torna-se culpa unicamente do Estado, já que é ele o garante da segurança pública, cujas falhas (privilégios, parasitismo, ineficiência), especialmente em integralizar os referidos “custos sociais” nos próprios cálculos de segurança, estariam na origem do próprio déficit social. Destarte, o autor conclui que a desagregação do campo social, político e cultural ocorrida no vácuo do Estado, cujas consequências são a pobreza e a fome num contexto de máxima capacidade produtiva e tecnológica, produz uma economia informal de grandes impactos na questão da violência²⁴.

Em sentido semelhante, Cláudio Alberto Guimarães (2012), em análise sobre as ingerências históricas do capital na conformação dos sistemas punitivos, ao tratar da função da pena de prisão nas sociedades do capitalismo avançado, afirma que a disseminação da violência, em todos os seus níveis (estrutural, individual, oficial, etc), parece ser originada da exclusão social e ter como causa o modelo neoliberal de gestão das políticas públicas. Partindo daí, haveria a necessidade de recolocar as análises tradicionais Weberianas sobre violência, porquanto pautadas sobremaneira na atuação do Estado, ente cuja força tem sido progressivamente diminuída, na contemporaneidade, em razão de interesses externos e da

²⁴ Para Dornelles, a violência seria “todo ato em que o ser humano é reificado, é tratado como coisa, tratado como objeto. Perdendo a sua condição de sujeito, de sujeito detentor de direitos, passa[ndo] a ser ‘descartável’” (DORNELLES, 1997)

fragmentação cultural causada pela globalização. Para Dornelles (2002, p.128), a mundialização do capital teria feito com que a capacidade do Estado em regular a economia fosse a tão ponto reduzida, que iniciou um processo de privatização, tanto da economia quanto da violência, como meios de pilhá-lo ou de atribuir-se seus recursos e prerrogativas. É nesse contexto de declínio e superação do conceito de Estado-nação em que Dornelles reflete sobre a mudança ocorrida na concepção do Estado como causa e justificativa da violência, tal como fora na maioria dos conflitos ocorridos no século XX, para o momento em que é sua ausência quem passa a ser percebida como causa e justificativa da violência.

Loïc Wacquant trabalha, em textos publicados na Revista Discursos Sediciosos em 2002 e 2007, a ideia de um aparente “paradoxo do projeto penal do neoliberalismo”, que se explica no dualismo entre as agendas neoliberais em relação à política financeira e à segurança pública, uma vez que pretende-se majorar o Estado penal como solução ao “aumento generalizado da insegurança objetiva e subjetiva que é, ela mesma, causada por menos Estado no front econômico e social nos países avançados do primeiro mundo” (WACQUANT, 2007, p.203). O que Wacquant revela, no entanto, é que longe de um paradoxo, se tratam de processos concomitantes e complementares de continuidade ideológica.

Segundo ele, precisamente porque as elites estatais ter-se-iam convertido à ideologia dominante do mercado é que as prerrogativas estatais na gerência socioeconômicas são abandonadas e porque a segurança é reduzida apenas à dimensão criminal, já que dessa maneira se cria a “onipotência do leviatã no domínio restrito da manutenção da ordem pública” (WACQUANT, 2007, p.203), verdadeiro governo da miséria, traduzido pelo ferrenho controle penal dos grupos marginalizados através da prisão. Nesse contexto, o recurso às práticas do Estado penal lhes permitiria conter o próprio déficit de legitimidade política, uma vez que esvaziadas as função tradicionais do Estado, bem como abafar as desordens urbanas geradas na base da pirâmide social pela flexibilização crescente do mercado de trabalho e da seguridade social. Em suma, estaria posto o desenho de uma nova formação política, que o autor chama de “Estado-centauro”: “dotado de uma cabeça liberal que aplica a doutrina do “laissez-faire, laissez-passer” em relação às causas das desigualdades sociais e de um corpo autoritário que se revela brutalmente paternalista e punitivo quando se trata de assumir as consequências dessas desigualdades” (WACQUANT, 2002, p.13).

Katie Arguello, em trabalho publicado na Revista Discursos Sediciosos no ano de 2012 e intitulado “Do Estado Social ao Estado Penal: invertendo o discurso da ordem”, enuncia a hipótese de que “o recrudescimento geral das estratégias de segregação punitiva do

Estado em quase todos os países ocidentais” resultaria de “contradições inerentes à estrutura social política e econômica das sociedades contemporâneas, ao enfrentarem inúmeras crises” (ARGUELLO, 2012, p.208), entre as quais estaria a crise socioeconômica, consubstanciada pela autora na frase que encabeça um dos subtópicos deste texto: “liberdade apenas aos mercados”. O principal aspecto da crise, tal como delineada pela autora, seria o alto grau de insegurança do mercado de trabalho, especialmente no que concerne ao desemprego, em função do máximo grau de desenvolvimento tecnológico alcançado pelo capitalismo tardio.

Katie retoma a afirmação de Alex Fiúza de Mello, para quem “A fórmula bem-sucedida do livre mercado pode ser traduzida da seguinte maneira: o trabalho morto cristalizado no capital (mediante o desenvolvimento tecnológico) torna o trabalho vivo desnecessário” (ARGUELLO, p.208). Nesse sentido, ela remonta a um encontro que teria ocorrido na Califórnia, no hotel Fairmont, em que um grupo de milionários teria previsto a futura relação entre capital e trabalho a ser definida por um par de números: 20 por cento da população em condições de trabalhar no século XX bastariam para manter o ritmo da economia do planeta, ao passo que 80 por cento dela se tornaria dispensável. Tal reprodução vultosa do processo de acumulação do capital não seria possível, no entanto, não fosse a apropriação da mais-valia absoluta e relativa de maneira combinada, o que implica um processo de aumento considerável do desemprego e da taxa de juros (ARGUELLO, 2012, p.208).

O complemento funcional desse processo observável em termos econômicos encontra-se na discursividade política que cria as condições para que o mesmo aconteça, através da tendência atual geral de criar “condições favoráveis à confiança dos investidores” (ARGUELLO, 2012, p.208). Essas se tornam as palavras de ordem a dirigir a política internacional²⁵, ao passo que Estado “deve limitar-se ao papel de coadjuvante no cenário de sua própria desconstituição” (ARGUELLO, 2012, p. 208), pois condenado à realidade das fronteiras transnacionais, enquanto o capital torna-se ainda mais móvel e irrastrável. Sobre o assunto, Nils Christie havia dito, em texto publicado na Revista Discursos Sediciosos no ano de 2002, que “a recente revolução busca ser a negação da que a precedeu: há diferenças entre as pessoas e isso é correto, ou pelo menos inevitável; alguns devem ser sacrificados ao

²⁵ Já é conhecida a declaração do presidente do Banco Central alemão em 1996, Hans Tietmeyer: “A questão, hoje, é criar as condições favoráveis para um crescimento duradouro e a confiança dos investidores. É preciso, portanto, controlar os orçamentos públicos, baixar o nível das taxas e impostos até chegarem a um nível suportável a longo prazo, reformar o sistema de proteção social, dismantelar a rigidez do mercado de trabalho, de modo que uma nova fase de crescimento só será atingida outra vez se nós fizermos um esforço de flexibilização do mercado de trabalho” (BOURDIEU, 1998, BAUMAN, 1999).

progresso econômico. As leis do mercado substituíram o poder do Estado” (CHRISTIE, 2002, p. 96).

Nilo Batista (2002), analisando o caso específico da mídia e sua relação com o sistema penal no capitalismo tardio, busca desvelar a pretensa neutralidade da primeira ao recolocar em análise os interesses privados dos grandes conglomerados detentores dos veículos de comunicação e a extrema rentabilidade de sua exploração, que alçou o negócio das telecomunicações a uma posição econômica central. Nesse ínterim, ele identifica a congruência das agendas neoliberais e midiáticas ao afirmar que “O compromisso da imprensa com o empreendimento neoliberal é a chave de compreensão dessa especial vinculação mídia-sistema penal, incondicionalmente legitimante” (BATISTA, 2002, p.273). O empreendimento neoliberal aparece aqui como processo marginalizante de um enorme contingente de pessoas, para as quais exige a punição exemplar através de um poder punitivo onipresente. Sobre isso, Sylvio Lourenço da Silveira Filho entende que a dedicação incansável da mídia a uma propaganda do sistema penal revela igual dedicação da política neoliberal em manter acesa a ilusão do sistema penal, a fim que este continue a cumprir suas funções na manutenção do poder planetário, neste início de século.

O caso das fronteiras transnacionais

A reflexão que encabeça este tópico propõe analisar a quem beneficia, no contexto do capitalismo tardio, o imperativo neoliberal da busca pela liberdade, já que o recurso massivo ao cerceamento das liberdades individuais é a contrapartida da liberdade experimentada pelos mercados desregulamentados. Alessandro de Giorgi, em artigo publicado na Revista Discursos Sediciosos no ano de 2012, intitulado “Controle de imigração, pós fordismo e *less eligibility*”, faz um estudo preciso destas questões através da imigração no continente europeu, questão ainda viva e potente do controle penal nos países do Centro.

O paradoxo proposto pelo autor é enunciado nos seguintes termos:

Qual força faz com que as sociedades do capitalismo tardio, cujos cidadãos são regidos por imperativos neoliberais de flexibilidade, liberdade individual, iniciativa econômica, mobilidade social, etc., recorram a qualquer tecnologia de controle e de confinamento disponível tão logo os migrantes não ocidentais pareçam abraçar aqueles mesmos princípios e decidam sair em busca de melhores condições de vida? (GIORGI, 2012, p.236)

O que Giorgi chama de “novo regime de fronteira” seria um modelo de gestão proibicionista dos movimentos migratórios que se intensificou na Europa, na década de 70, especialmente no Reino Unido, Bélgica, França e Alemanha que, após terem importado uma

quantidade considerável de trabalhadores não qualificados, passariam a modificar a política das fronteiras em decorrência da crise econômica. Este novo regime incluiria um conjunto complexo de discursos e práticas criminalizadoras do imigrante, programação normativa restritiva, militarização das fronteiras, crescente uso da detenção administrativa e da deportação.

O discurso público retórico de guerra contra a imigração catalisou um verdadeiro processo de criminalização categórica da figura do imigrante, e seus efeitos foram responsáveis pelo que o autor chama de “inclusão subalterna em mercados de trabalho flexíveis”. A inclusão subalterna, nesse sentido, se dialetiza com a ideia de cidadania, ou adesão plena ao conjunto de direitos e prerrogativas reconhecidos aos cidadãos europeus. Em seu lugar, as posições mais viabilizadas aos migrantes dizem respeito a ocupações marginais nas economias ilegais das sociedades de destino, as quais operam segundo uma dupla fonte de criminalização: por um lado, a positivação de crimes formais de perigo abstrato relacionados a mera condição de imigrante ²⁶, de outro, a concentração de sua força de trabalho nas camadas mais baixas dos empreendimentos criminosos, naturalmente de alto risco, em virtude da marginalidade estrutural de sua própria posição. Dito de outro modo, a “articulação punitiva das migrações de trabalho” (GIORGI, 2012, p.141) se daria, em nível de fronteira, através de mecanismos que limitam o acesso legal às sociedades centrais e criminalizam a condição de imigrante; enquanto que, após a travessia da fronteira, mediante políticas que restringem o acesso dos migrantes a direitos civis e políticos de forma a criar o que o autor chama de “uma zona cinzenta de vulnerabilidade”. Por esses motivos é que Giorgi afirma que os imigrantes costumam envolver-se em “crimes de desespero”.

Para corroborar sua hipótese, Giorgi recupera a genealogia da punição ²⁷ e relembra como, no início da revolução burguesa, o confinamento de populações marginalizadas nas *workhouses* contribuiu para a transformação do “proletariado livre e sem direitos”, que então se configurava sobre os escombros da estrutura feudal, em uma força de trabalho laboriosa e dócil para as fábricas. Seguindo o caminho trilhado por Rusche e Kirchheimer, ele demonstra a importância do princípio do *less eligibility* na configuração contemporânea das tecnologias penais em relação à estrutura econômica, uma vez que, ao orientar as práticas da assistência pública em definir os padrões de vida para os apenados para abaixo daqueles experimentados pela classe proletária, opera a aceitação forçada de qualquer grau de exploração no mercado

²⁶ Como exemplo desse tipo estão a permanência não autorizada, a reentrada proibida, o fornecimento irregular de abrigo a parentes, entre outros dispositivos legais (GIORGI, 2012, p. 141)

²⁷ O autor retoma MELOSSI, PAVARINI, 1981; RUSCHE, KIRCHHEIMER, 1999; FOUCAULT, 1991

de trabalho capitalista por parte dos setores mais marginalizados (GIORGI, 2012, p.133). Em suma, Giorgi recupera as ideias tradicionalmente enunciadas pela economia política da pena e as aplica à situação dos imigrantes no continente europeu, a fim de evidenciar a necessidade capitalista básica de implementar o disciplinamento das “classes perigosas” ao trabalho, através das práticas penais, mas também através dos processos que determinam a mobilização ou imobilização forçada dessa mesma classe segundo os ciclos do capital, funcionando como um fator artificial de reprodução da força de trabalho.

O acúmulo teórico da economia política de pena é quem fornece as categorias de análise que permitem a Alessandro de Giorgi questionar: “estamos em direção a uma *less eligibility* global?” (GIORGI, 2012, p.141). A pergunta se justifica na medida em que, paralelamente à crescente imunização do capital em relação à dimensão territorial, ocorre um processo de limitação vigorosa do acesso, ao continente europeu, por parte das populações provenientes de países em que são sentidas com maior intensidade as consequências das políticas capitalistas de desregulamentação. É este o contexto da globalização, no qual o acesso à mobilidade foi elevado a mais alta categoria dentre os fatores de estratificação.

Deste modo, o estatuto simbólico das fronteiras e, sobretudo do processo de refrenteirização, fica exposto como um mecanismo de controle e seleção de determinadas categorias de pessoas, mais do que a mera delimitação geopolítica de prerrogativas soberanas. Outrossim, é contra categorias específicas de pessoas – os menos privilegiados, não ocidentais, imigrantes do “Terceiro Mundo” - que o processo de refrenteirização dirige sua violência simbólica e material. Aplicando o conceito de luta de classes a essa discussão, baseada na oposição entre mobilidade e imobilidade, Giorgi então deixa claro o jogo de forças em curso entre o capital e o trabalho a fim de controlar a mobilidade, recolocando a genealogia do capitalismo como a luta pela (i)mobilidade do trabalho.

É a partir dessa constatação que o autor encontra resposta ao aparente paradoxo entre a liberdade irrestrita experimentada pelo capital em países cujas fronteiras tornam-se crescentemente cerradas aos movimentos humanos. Para ele, a refrenteirização não representa uma exceção ao liberalismo, mas ao contrário, seria o complemento funcional à liberalização econômica e à construção de um sistema flexível de acumulação (GIORGI, 2012, p. 135), na medida em que “reproduz um exército de reserva mundial de trabalho, cuja localização forçada é instrumental para sua inserção em sistemas de hiperexploração e de produção intensiva do trabalho, baseados nas regiões mais pobres da economia global” (GIORGI, 2012, p.144).

2.3. As matrizes econômica e político-econômica do desvio na Revista Discursos Sediciosos (2000-2015)

No marco da Criminologia Crítica, a vertente teórica que se convencionou chamar economia política da pena tem sua gênese costumeiramente atribuída à já clássica “trindade” das obras “Punição e estrutura social”, de Georg Rusche e Otto Kirchheimer, “Vigiar e punir”, de Michel Foucault e “Cárcere e fábrica”, de Dario Melossi e Massimo Pavarini. A origem teórica desses trabalhos, por sua vez, encontra-se no marxismo e no materialismo histórico, como nos contam Baratta (2011), Anitua (2008), Vera Regina Pereira de Andrade (2003) e Vera Malaguti Batista (2011). Vera Regina Pereira de Andrade (2003) caracteriza as obras de Rusche, Kirchheimer, Melossi e Pavarini como “historiografias revisionistas com enfoque materialista-marxista”, ao passo que a obra de Foucault empreenderia uma “historiografia revisionista materialista político-econômica”, vez que nelas se empreende a ruptura do conceito jurídico-abstrato da pena, para inscrever a sua compreensão na relação histórica entre sistemas punitivos específicos e a estrutura que a eles correspondem.

Ao introduzirem, em suas pesquisas, o conceito de estrutura produtiva através da historiografia, esses autores retomavam um longo caminho empreendido pelo marxismo clássico que, embora não houvesse tratado do sistema penal de forma sistemática, lançou as bases metodológicas e materiais para que esses autores pudessem fazê-lo (BARATTA, 2011; BATISTA, 2011). Nesse sentido, o objeto de estudo sobre o campo punitivo passa a ser “o conjunto de interações entre o processo produtivo, a pauperização e a “criminalidade”, consubstanciando então uma economia política do crime (BATISTA, 2011, p.81). É esse enfoque macrosociológico que, levado a cabo por Rusche, Kirchheimer, Melossi e Pavarini, inaugura uma ruptura definitiva com as teorias biopsicológicas produzidas no marco de uma criminologia etiológica.

Em seu livro “Introdução crítica à criminologia brasileira”, Vera Malaguti Batista afirma que a fundação da Criminologia Crítica teria ocorrido a partir do encontro entre a vanguarda da criminologia liberal e o marxismo. Para ela, ainda que houvesse acusações quanto ao reducionismo determinista provocado por este último, somente a partir da repolitização da questão criminal operada por ele é que a criminologia pôde ser apreendida como uma ciência do controle social, mediante conceitos como hegemonia, dominação e luta de classes. A partir daí, revelou-se o papel de legitimação da norma jurídica e, portanto, do direito penal, em relação às formas de organização do grupo hegemônico – e, em última análise, do próprio capitalismo -, bem como o papel dos operadores do sistema penal, os quais seriam intelectuais orgânicos do processo de acumulação do capital. No entanto, a mudança

mais contundente provocada pelas análises marxistas foi, sem dúvida, a negação de que o objeto da criminologia tenha sentido por si mesmo (BATISTA, 2011, p.80).

Alessandro Baratta, no célebre “Criminologia crítica e crítica do Direito Penal”, nos conta que a passagem ocorrida da criminologia liberal à criminologia crítica se deveu ao contributo das teorias baseadas no *labelling approach* e das teorias conflituais. Ele entende que é dentro do movimento (não homogêneo) da criminologia crítica que se insere o trabalho de construção de uma teoria materialista, econômico-política, do desvio, dos comportamentos socialmente negativos e da criminalização (BARATTA, 2011, p.159). A isso corresponde um enfoque macrossociológico e historicizador sobre a estrutura política, econômica e social que opera um salto qualitativo entre o conceito ontológico e causal da criminalidade, característico do paradigma etiológico, ao conceito de criminalidade como um “bem negativo, distribuído desigualmente conforme a hierarquia de interesses fixada no sistema socioeconômico, conforme a desigualdade social” (BARATTA, 2011, p.89), característico do paradigma crítico que o sucedeu. É na esteira desse processo de superação e ruptura metodológica entre a fenomenologia criminal para os processos de criminalização, que Vera Malaguti Batista entende terem sido fundamentais as contribuições do marxismo (BATISTA, 2011, p.84).

Sobre as influências da escola marxista na questão criminal, Gabriel Anitua (2008) assevera que, embora Marx não tenha dela tratado de maneira aprofundada, alguns de seus trabalhos, como “A sagrada família” e “Crítica ao programa de Gotha”, influenciariam posteriormente alguns autores marxistas que dela se aproximaram mediante o emprego de três abordagens distintas, relacionadas ao objeto de estudo eleito, e representadas por Bonger, Pashukanis e Georg Rusche.

Bonger, autor da obra “A criminalidade e as condições econômicas”, cujo objeto de análise centrava-se sobre a figura do crime e do criminoso, identificava no capitalismo a causa do delito e no socialismo a sua cura, o que acarretava uma série de consequências teóricas importantes, sendo a principal delas a negação da “natureza perigosa” do “delinquente nato”, na medida em que seria a estrutura produtiva a responsável pelo fundamento da violência social, dentro da qual se encontra a delinquência delitiva, especificamente. Bonger substituíra, assim, o problema da natureza humana delitiva pela natureza do próprio capitalismo e suas consequências civilizatórias (BONGER, 1905 *apud* ANITUA, 2008, p.618).

Pashukanis, cujo trabalho abordava a lei, e neste íterim a lei penal, sob o enfoque político e filosófico, entendia que ela era produto do fetichismo capitalista e da falsa consciência que este produz, consubstanciada na ideia de contrato enquanto instrumento de direito privado e de compreensão da estrutura social como um todo. O que ele denunciava era

o conceito jurídico abstrato de sociedade, o qual esconde o embate constante de interesses contraditórios que se encontra na base das relações sociais e principalmente do direito, entendido aqui como produto do seu vencedor. Dessa forma, para Pashukanis (*apud* ANITUA, 2008, P.618), a função do direito é “conferir legalidade às relações econômicas desiguais, ao dotá-las de legitimidade e ao torna-las mais facilmente aplicáveis com o apoio das burocracias estatais”. Nesse sentido, a pena o exemplificaria, pois seu surgimento se dá, na teoria jurídica, como um acordo celebrado entre o Estado e o infrator para o pagamento de sua dívida. Tal acordo, modulado pela legislação penal e processual penal, conforma-se em um contrato como qualquer outro, firmado a partir da boa-fé e da livre vontade entre as partes - numa demonstração clara do significado ideológico da legislação penal.

Quanto a Georg Rusche, a originalidade de seu trabalho estaria na tentativa de evidenciar as relações históricas entre o sistema punitivo e o mercado de trabalho, independentemente dos conceitos jurídicos e do caráter do direito. Ao contrário, para ele, a pena “não era nem uma simples consequência do delito nem sua face oposta, nem um simples meio determinado para os fins que tem de ser levados a cabo” (ANITUA, 2008, p.620). A tese central do seu trabalho é de que a pena como tal não existe, mas tão somente sistemas punitivos concretos e práticas determinadas para o tratamento dos criminosos. Assim, mediante a elaboração de uma historiografia revisionista materialista marxista da Europa, desde o feudalismo até o nascimento do capitalismo, ele pôde demonstrar que o tamanho da população carcerária, bem como a vida dentro da instituição de segregação, dependiam do aumento ou da diminuição da mão-de-obra disponível no mercado de trabalho e das necessidades do capital. Rusche concluiu, então, que “o castigo desempenha uma função positiva, ainda que menor, na constituição da força de trabalho” (ANITUA, 2008, p.620), conectando de forma definitiva o sistema punitivo e o sistema de produção.

Escrito em 1938, o manuscrito de Rusche só veria a luz do dia muitos anos mais tarde, na década de 1970, após o fim da guerra e do trabalho de complementação de seu colega da Escola de Frankfurt, Otto Kirchheimer. Para Vera Malaguti Batista, com ele se cumpre o “círculo da fundação da criminologia crítica”, de onde seria influenciado Foucault em “Vigiar e punir” - obra que, em conjunto com “Punição e estrutura social” teria modificado todo o cenário criminológico que se esboçava até então. Com efeito, ao tratarem da vertente teórica da economia política da pena, no marco da Criminologia Crítica, Vera Malaguti Batista (2011), Alessandro Baratta (2011) e Vera Regina Pereira de Andrade (2003) tratam pormenorizadamente apenas das obras de Rusche, Kirchheimer e Foucault. Nada obstante, durante a pesquisa de que trata esta monografia, a influência significativa dessas duas obras

foi confirmada na produção criminológica crítica da Revista Discursos Sediciosos, revelando a atualidade do enfoque econômico e político-econômico nas análises macrosociológicas sobre o sistema penal, até os dias de hoje. Dessarte, diante da significativa importância para a própria estrutura deste trabalho, cumpre recuperar o acúmulo de informações epistemológicas quanto a essas duas obras antes que se passe a evidenciar as leituras e releituras que delas foram feitas nas fontes analisadas.

O que Baratta chama de “a perspectiva de Rusche e Kirchheimer” (BARATTA, 2011, p.189) se refere ao esclarecimento, absolutamente inovador, em relação ao tipo de dinâmica através da qual mercado de trabalho, sistema punitivo e cárcere interagiriam. Centralmente econômica, tal análise não é capaz de exaurir o campo das funções desenvolvidas pelo sistema penal na conservação e reprodução da realidade social, sobretudo porque a manifestação do que Rusche chama de “mercado de trabalho”, no sistema capitalista, escapa da dimensão meramente econômica e resvala, necessariamente, no campo político de exercício do poder estatal (BARATTA, 2011, p.189). É nesse vácuo que se encaixa, segundo Baratta, a obra de Foucault, porquanto fundada em reflexões tanto políticas quanto econômicas, como se percebe do excerto:

Para Foucault, o sistema punitivo tem uma função direta e indireta. A função indireta é golpear uma ilegalidade visível para encobrir uma oculta; a função direta é de alimentar uma zona de marginalizados criminais, inseridos em um verdadeiro e próprio mecanismo econômico (“indústria” do crime”) e político (utilização de criminosos com fins subversivos e repressivo). (BARATTA, 2011, p.190)

Para Vera Malaguti Batista, o trunfo de Foucault foi ter lido, em Rusche, a disciplina das instituições de confinamento, a partir das ideias de corpos dóceis, sujeições, subjetivações e assujeitamentos, derivadas do marxismo; de maneira que, em sua obra, as relações de poder (a “microfísica do poder”) não estão limitadas à luta de classes, mas abrangem uma série de outras relações entre dispositivos, manobras, táticas, técnicas e funções (BATISTA, 2011, p.94). O suplício, por exemplo, passa a ser lido como “uma técnica que repousa na arte quantitativa do sofrimento, um ritual organizado para marcar o poder no corpo do condenado”, cuja manifestação não se exprimia enquanto justiça, mas como “uma função jurídico-política, um cerimonial da reconstituição da soberania lesada” (BATISTA, 2011, p.94).

Vera Regina Pereira de Andrade, por sua vez, entende que a regra fundamental da historiografia de Foucault se encontra na “positividade do poder”, o que implica uma estreita

relação co-constitutiva entre poder e saber²⁸, dentro da qual deve ser apreendida a ideia de disciplina. Dessa maneira, sua genealogia se distanciaria do idealismo das teorias jurídicas da pena e também do marxismo, na medida em que rejeita a ideia de que o sistema penal resulte apenas das transformações econômicas, ressaltando a importância da espiral complexa entre poder e saber, no marco do sistema capitalista.

Epistemologicamente, os resultados dos trabalhos de Rusche, Kirchheimer e Foucault foram irreversíveis – é o que nos conta Baratta. Segundo ele, duas teses centrais sobre a história da prisão teriam sido absolutamente consolidadas nessas obras:

- a) para seu desenvolvimento histórico é necessário levar em conta a função efetiva cumprida por esta instituição, no seio da sociedade;
- b) para o fim de individualizar esta função, é preciso levar em conta os tipos determinados de sociedade em que o cárcere apareceu e se desenvolveu como instituição penal. Este modo de colocar os problemas epistemológicos, que consideramos correto e sugerimos denominar *enfoque ideológico* ou *idealista*. O núcleo central do enfoque idealista é representado pelas teorias dos fins da pena. A premissa fundamental destas teorias é o axioma segundo o qual a pena é uma resposta à criminalidade, um meio de luta contra ela (BARATTA, 2011, p.191)

Em sentido semelhante, Vera Regina Pereira de Andrade identifica três decorrências epistemológicas:

- a) O sistema penal não pode ser compreendido como realidade autônoma, mas como parte do sistema social concreto no qual se insere e a partir da conexão funcional que guarda com ele; ou seja, suas funções reais. Daí a necessidade de fundamentar o estudo das suas funções declaradas na base das funções latentes e reais.
- b) A reforma iluminista e a fundação do sistema penal moderno que dela decorreu não resultam unicamente de transformações das ideias, mas de transformações no sistema social, e suas funções declaradas ocultam exigências e funções latentes. O discurso declarado é ideológico.
- c) O desenvolvimento histórico e a situação presente da prisão e do sistema penal só podem ser compreendidos em relação à fundação do sistema e da unidade do Direito, isto é, entre a programação normativa e sua aplicação. (ANDRADE, 2003, p.190-191)

Substancialmente, a despeito da fecundidade e importância desses trabalhos, o tempo foi responsável por acumular críticas a eles direcionadas. Quanto a “Punição e estrutura social”, ainda que a correlação entre população carcerária e mercado de trabalho tenha sido mais recentemente confirmada pela análise estatística de Yankovic (1970), Baratta pondera que nela não esteve presente a essencial ideia educativa de disciplina. Já em relação a “Vigiar e punir”, ele aduz que a crítica se deteve no caráter historicamente abstrato com que a

²⁸ “Eis aí a materialização da espiral: o poder, como mecanismo produz o saber adequado ao seu domínio, e o saber reproduz o poder a que corresponde, nas relações entre classes e grupos sociais” (ANDRADE, 2003, p.197).

disciplina é retratada, dissociada das relações da produção, direcionada apenas a estratégia do “Poder” que, colocado de maneira anônima, toma para si a condição de *sujeito* da história (BARATTA, 2011, p.193).

Na contemporaneidade, outra crítica direcionada à trindade clássica da economia política da pena refere-se à uma alegada incapacidade de suas teorias em explicar as funções desempenhadas pela pena de prisão no capitalismo atual, videofinanceiro. Yankovic, responsável por colocar à prova matemática a “hipótese de Rusche e Kirchheimer”, ainda que a tenha confirmado em parte, já procedera a uma tentativa de sua atualização para os tempos atuais, como se verá adiante. Contudo, para Baratta, a crise da instituição carcerária se encontrava notavelmente traçada já nesses trabalhos. Ele defende que tanto Rusche, quanto Kirchheimer e Foucault estariam conscientes de que as funções que descreviam não mais encontravam suporte fático nas fases históricas finais que analisaram, e que sobreviviam, portanto, apenas enquanto ideologia (BARATTA, 2011, p.193).

Isso posto, ainda que conhecidas as críticas que se fazem pertinentemente a essas obras já clássicas, sua importância chega-nos até hoje, como mostrou um dos resultados desta pesquisa. De fato, através do estudo da seção “Criminologia” da Revista Discursos Sediciosos, sob o enfoque macrosociológico, foi possível perceber a influência significativa de “Punição e estrutura social” e “Vigiar e punir”, seja direta ou indiretamente, nos pressupostos teóricos e em títulos, tópicos, citações e referências dos trabalhos publicados. Em relação à primeira, prevaleceram os indicativos teóricos de que o mercado de trabalho se encontra diretamente ligado ao sistema produtivo e do princípio da menor elegibilidade. O momento mais significativo de sua recuperação se encontra na reedição brasileira de um dos volumes da revista “Actes de la recherche en Sciences Sociales”²⁹, intitulado “De l’État social a l’État penal”. Em relação à segunda, destaca-se o trabalho recente do francês Loïc Wacquant, um dos autores mais publicados na revista (e o autor estrangeiro mais vezes publicado), que embora se distancie substancialmente da tese de Foucault, dela se aproxima numa releitura do sistema penal americano em fim de século. Ademais, Foucault e o conceito por ele formulado de disciplina se encontram plenamente vivos em bom número de trabalhos publicados.

Assim sendo, esta monografia estrutura-se em dois eixos, os quais identifica através da classificação empreendida por Baratta quanto ao enfoque econômico, representado pela obra de Rusche e Kirchheimer, e político-econômico, representado pela obra de Foucault. Novamente, ressalta-se que o objeto desta pesquisa não se trata dessas vertentes teóricas em

²⁹ Publicação francesa, fundada em 1975, por Pierre Bourdieu.

si, cujo auxílio se torna necessário apenas a fim de nortear o olhar sobre a produção da Revista *Discursos Sediciosos*. A princípio, foram colocados de quais manifestações do “grande encarceramento” tratam os trabalhos em análise e, em seguida, evidenciou-se a relação que neles se estabelece entre a questão criminal e a estrutura social, política ou ideológica - a depender de cada autor. A partir de agora serão analisados mais detidamente de que maneira a Revista *Discursos Sediciosos* retoma Rusche e Kirchheimer e, por fim, empreender-se-á um remonte da tese esboçada por Loïc Wacquant nos trabalhos que publicou no periódico.

2.3.1. Crítica e atualização da hipótese de Rusche e Kirchheimer

A hipótese de Rusche e Kirchheimer

O trabalho de Rusche e Kirchheimer, desenvolvido na esteira do materialismo histórico, ao propor a análise historiográfica dos sistemas penais das sociedades ocidentais desde a Baixa Idade Média até o período da segunda guerra mundial, a partir do paralelo desenvolvimento do mercado de trabalho, expôs a importância da análise estrutural e da apreensão da totalidade a fim de que as complexas engrenagens que conformam o sistema penal, enquanto instância do controle social, não sejam obliteradas no processo de naturalização e neutralização de suas premissas fundamentais. Dessa forma, fixou as bases metodológicas para posteriores trabalhos que o seguiram e complementaram, como o de Foucault, em “Vigiar e punir”, e o de Melossi e Pavarini, em “Cárcere e fábrica”. A esses desenvolvimentos costumou-se chamar epistemologicamente economia política da pena, assentada sobre o princípio básico de que as práticas punitivas remetem às relações de produção (DA SILVEIRA, 2012, p. 291).

Em clássica passagem da obra *Pena e estrutura social*, já em sua introdução, encontramos o postulado que iria influenciar, até os dias atuais, a produção macrossociológica em criminologia:

A Punição como tal não existe; existem somente sistemas de punição concretos e práticas determinadas para o tratamento de criminosos. O objeto de nossa investigação, portanto, é a punição em suas manifestações específicas, as causas de seu desenvolvimento e transformações e os fundamentos para a escolha ou rejeição de métodos penais específicos em situações históricas concretas. Mesmo considerando-se que as demandas que dão origem ao combate da prática delitiva ocupem um lugar significativo na transformação dos sistemas penais, estes não podem ser explicados somente a partir de tais necessidades. Todo sistema de produção tende a descobrir punições que correspondem às suas relações de produção. É, pois, necessário

pesquisar a origem e o destino dos sistemas penais, o uso e a rejeição de certas punições, e a intensidade das práticas penais, uma vez que elas são determinadas por forças sociais, sobretudo pelas forças econômicas e, conseqüentemente, fiscais. (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 1984, p.3)

O excerto é de fundamental relevância para a compreensão do que mais tarde foi chamado de “a hipótese de Rusche e Kirchheimer” (JANKOVIC, 1977; YEAGER, 1979). No trecho analisado, os autores estabelecem um ponto irretornável para a compreensão do sistema penal, superando, a um só tempo, a visão ontológica e a-histórica do crime e da punição e inscrevendo definitivamente a estrutura produtiva como a fonte originária de seus desdobramentos e transformações. Daí deriva a ruptura entre o binômio crime-punição, uma vez que são expostos outros mecanismos através dos quais o fluxo de encarceramento aumenta(ou) ou diminui(u), segundo as necessidades das relações de produção, ainda que a ocorrência objetiva de crimes indicasse o contrário; bem como as finalidades latentes que determinavam a escolha e racionalização de métodos específicos de punição.

Revisitando a hipótese de Rusche e Kirchheimer

Não obstante a contribuição essencial de Rusche e Kirchheimer ao desenvolvimento da economia política da pena, desenvolvimentos posteriores do capitalismo trouxeram relevo a fatores ignorados em sua obra clássica, como foi o caso de “Vigiar e punir”, de Foucault (2008), que introduziu o conceito de disciplina e ampliou a compreensão da punição; e da obra de Dario Melossi e Pavarini, “Cárcere e fábrica”, na qual é enfatizada a importância da ideologia do trabalho e do “programa burguês” a fim de compreender o cárcere como forma de punição. Alessandro De Giorgi (2006, p.18) coloca em relevo também a questão da historicidade da análise feita em “Punição e estrutura social” e questiona de que maneira se poderiam adaptar hipóteses concebidas em perspectiva história para o contexto atual, bem como, em termos metodológicos, de que forma analisar apenas um estágio específico de desenvolvimento da economia capitalista, tomando como base uma obra que analisa seu desenvolvimento através de variados estágios de desenvolvimento.

Trabalhos publicados na Revista Discursos Sediciosos nos contam que, a fim de explicar a permanência do uso do aprisionamento como principal forma de punição nas sociedades contemporâneas, especialmente a sociedade americana, cuja organização produtiva se encontra consideravelmente distanciada do contexto em que a prisão emergiu como principal medida punitiva, teria sido necessário procurar certa “atualização” da “hipótese de Rusche e Kirchheimer”.

Nesse sentido, os trabalhos publicados na Revista *Discursos Sediciosos*, especialmente aqueles apresentados no volume de número 11, retomam ou recontam, em alguma medida, uma das primeiras tentativas³⁰ de testar empiricamente a “hipótese de Rusche e Kirchheimer”³¹, proposta por Ivan Jankovic em 1977, no trabalho intitulado “Labour market and imprisonment”. Ali, partindo do que ele considera as “duas falhas” na teoria dos autores da Escola de Frankfurt, a aparente inexplicabilidade do uso da prisão nas sociedades do capitalismo avançado e a supervalorização do uso das fianças como a típica forma capitalista de punição, Yankovic propõe perseguir duas hipóteses que estariam implícitas na obra referenciada.

A princípio, ele procura explicar porque, ao contrário do que fora previsto na parte final de “Punição e estrutura social”, o uso da fiança, a despeito de sua finalidade conceitual com o capitalismo, não havia se tornado a prática punitiva dominante, cedendo tal lugar à liberdade vigiada. Para ele, a liberdade condicional corresponderia às relações produtivas do capitalismo avançado, especializado no setor de serviços e de processamento de informações, cujo desenvolvimento é indispensável para elaborar uma rede confiável de supervisão máxima fora dos muros da prisão. Além disso, a liberdade vigiada não acarreta o rompimento dos vínculos empregatícios, mantendo, dessa forma, o processo produtivo – mesmo porque o emprego fixo é um dos requisitos para a sua concessão. Dessa forma, uma parte da força de trabalho é monitorada e controlada pelo Estado, enquanto se mantém inserida no processo de produção.

Em seguida, refletindo sobre o papel desempenhado pelo encarceramento no capitalismo avançado e suas funções na sociedade americana, o autor pondera ser possível que a chave para compreender a relação entre a economia capitalista pós-industrial e a punição não esteja na condição de explorabilidade do trabalho dos presos, como supunham Rusche e Kirchheimer. Isso o leva a elaboração de duas hipóteses derivativas da “hipótese de Rusche e Kirchheimer” que, de alguma maneira, encontram-se implícitas nos trabalhos de autores contemporâneos, no campo da economia política da pena (YEAGER, 1979; DA SILVEIRA, 2012; CHIRICOS, DELONE, 1992; LAFFARGUE, GODEFROY, 1989; WESTERN, BECKETT, HARDING, 2002)

³⁰ Estudos anteriores, mas que não atingiram o mesmo nível de publicidade na comunidade científica, foram o Research Memorandum on Crime in the Depression, de Thorsten Sellin (1937) e The Effect of the Depression on Prison Commitments and Sentences, de Sir Thomas Stern (1941).

³¹ No trabalho de Ivan Jankovic, a “hipótese de Rusche e Kirchheimer” seria a hipótese de que a punição é um fenômeno independente nas suas variadas relações com a estrutura social e econômica.

Teoria da Severidade

Da parte inicial da obra “Punição e estrutura social” compreende-se que existe uma relação negativa entre as condições econômicas e a severidade da punição, traduzível da seguinte maneira: quando a economia vai mal, as punições são mais severas. Por essa razão, quando a oferta de força de trabalho é pequena, a punição tende a se concentrar em explorar o trabalho dos presos, como no caso das *workhouses*, das galés e da servidão por trabalho nas colônias. De outro modo, quando a força de trabalho é abundante e o processo produtivo não está ameaçado, são utilizadas punições que de alguma maneira inutilizam ou desperdiçam o potencial de trabalho, como é o caso da pena de morte e das mutilações (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 1999). Conquanto essa dinâmica fosse verificável nas economias pré-capitalistas, os desdobramentos posteriores do capital financeiro e tecnológico desafiaram-na. A fim de sugerir uma relação alternativa entre o mercado de trabalho e o aprisionamento, Ivan Yankovic levantou dados relativos à economia e ao encarceramento americanos no período de 1926 a 1974, para demonstrar uma possível relação direta de covariação entre os índices de encarceramento e desemprego. Em suas palavras:

(...) a expectativa é de que um aumento na taxa de desemprego levará a um correspondente aumento nas admissões prisionais e na população prisional. Essa é uma reafirmação da hipótese da “severidade” de Rusche e Kirchheimer: quando a economia vai mal, as punições são mais severas. O desemprego é tomado como um indicador do estado da economia, e o encarceramento como um indicador da severidade da punição³² (YANKOVIC, 1979, p.20, tradução livre)

Os resultados encontrados por ele confirmaram que desemprego e encarceramento, sendo este último a variável dependente (ou variável resposta), covariam diretamente, independentemente do volume de crimes cometidos. Matematicamente, essa correlação foi significativamente maior do que zero, inalterada por mudanças no volume e frequência de atividades criminais. Daí inferiu-se que o encarceramento poderia crescer mesmo que o nível de crimes cometidos estivesse diminuindo, desde que o desemprego também estivesse se ampliando (o reverso também seria válido) (YANKOVIC, 1977, p.20). Yeager (1979) igualmente encontrou resultados que comprovavam a teoria da severidade revisitada por Yankovic, corroborando a hipótese de que o desemprego seria um forte indicador do tamanho

³² (...) the expectation is that a rise in unemployment will lead to an increase in prison commitments and prison population. This is a restatement of Rusche and Kirchheimer "severity" hypothesis: when the economy is bad, punishments are more severe. Unemployment is taken as an index of the state of the economy, and imprisonment as an index of severity punishment (YANKOVIC, 1979, p.20, original)

da população prisional, ainda que, devido ao defasamento de dados, não fosse possível concluir pela existência de uma relação causal entre tais variáveis (YEAGER, 1979, p.587). Ele concluiu, especificamente, que a taxa de desemprego, sozinha, explicava 54% das variações na população prisional no período de 1952 a 1978 e que, considerando as práticas de sentenciamento do mesmo período, as alterações sofridas eram mínimas. Outros estudos apontavam na mesma direção:

Especificamente, entre 1967 e 1974, Cox e Carr observaram que a população prisional da Georgia flutuara de acordo com mudanças nas taxas de desemprego. Similarmente, Brenner e Yankovic descobriram que taxas de admissão nas cadeias estaduais correlacionavam-se positivamente com a taxa de desemprego. De fato, Brenner atestou que para 1% de aumento na taxa de desemprego, as admissões em cadeias estaduais cresciam em 3,340 detentos, mesmo após controlar os dados para os efeitos do tempo, a porcentagem de homens na população, renda per capita e inflação³³ (YEAGER, 1979, p.586, tradução livre)

Mais recentemente, trabalhos publicados na Revista *Discursos Sediciosos* retomaram as referidas pesquisas, aprofundando a relação entre desenvolvimento econômico, índices de desemprego e taxas de encarceramento, a fim de explicar o movimento que então começava a se delinear de “grande encarceramento”. O contexto por elas analisado, no entanto, foi substancialmente diferente daquele em que se deram as pesquisas de Yankovic, Yeager, Cox e Carr e Brenner, pois desde os anos 80, os Estados Unidos parecia viver o “milagre do emprego” (FREEMAN, 2002, p.56; ANDERSEN, 1995, p.74), ao passo em que seu sistema penal sofria vertiginoso crescimento vertical (WACQUANT, 2012, p.232).

Nesse sentido, Richard Freeman, numa análise sobre o modelo econômico dos Estados Unidos publicada na Revista *Discursos Sediciosos* em 2002, explicou que o conhecido fenômeno da “máquina de empregos americana” - que fez com que a razão emprego/população no país passasse de 65,1 em 1973 para 73,5 em 1995 (OECD, *Employment outlook*, 1996)-, foi conseguido somente ao custo de uma generalizada insegurança no mercado de trabalho - aí incluídas reduções salariais, drástico aumento das horas trabalhadas e escalada da desigualdade³⁴. Ele pode concluir que a referida pujança da economia americana beneficiava apenas as elites, e que a redução das horas de trabalho

³³ Specifically, between 1967 and 1974, Cox and Carr observed that the Georgia prison population fluctuated with changes in the unemployment rate. Similarly, Brenner and Jankovic found that admissions to state prisons correlated positively with the unemployment rate. Indeed, Brenner testified that for every 1% increase in the unemployment rate, state prison admissions rose by 3.340 inmates, even after controlling for the effects of time, the percent of males in the population, per capita income, and inflation. (YEAGER, 1979, p.586)

³⁴ Em 1970, a proporção de jovens americanos vivendo no limiar da pobreza era de 15% e estava baixando; em 1993, essa taxa se elevava a 22%, cifra superior às registradas em todos os outros países economicamente desenvolvidos (FREEMAN, 2002, p.66)

cumpridas pelos assalariados menos qualificados e a taxa de criminalidade elevada constituiriam “uma resposta racional da oferta à redução dos salários” (FREEMAN, 2002, p. 65).

Western, Beckett e Harding, em estudo sobre o sistema penal e o mercado de trabalho nos Estados Unidos igualmente republicado em 2002, afirmaram que o aumento nos níveis de encarceramento americanos, verificado a partir de 1980, não estava relacionado a um aumento nas taxas de criminalidade, uma vez que os dados do Uniform Crime Report mostravam uma baixa de 3,5% nestes índices no período entre 1980 e 1989, enquanto que o número de encarcerados, no mesmo período, passava de 100 mil para 329 mil. Os autores concluem, então, que isto se dá em razão de uma política pública deliberada (WESTERN, BECKETT, HARDING, 2002, p.43), reafirmando a “hipótese de Rusche e Kirchheimer”.

Alessandro de Giorgi (2012) relaciona, ao analisar o controle de imigração na Europa em texto publicado na Revista em 2012, a insegurança dos mercados de trabalho das economias pós-fordistas com a regulação punitiva generalizada e consequente criminalização dos trabalhadores imigrantes da periferia do capitalismo para as áreas centrais. Segundo ele, a criminalização desse segmento específico da força de trabalho contribuiria para a “reprodução da força de trabalho vulnerável, cuja insegurança ontológica obriga-os a aceitar praticamente qualquer grau de exploração” (DE GIORGI, 2012, p.144).

Desta feita, observa-se que a insegurança dos mercados de trabalho no contexto da economia neoliberal tem tomado um papel central na atualização da teoria da severidade, proposta inicialmente por Rusche e Kirchheimer e revisitada por diversos autores, desde então.

Teoria da utilidade

Tomando o conceito de desemprego a partir da teoria marxista, Yankovic aduz que a existência de uma reserva de trabalho (ou exército industrial de reserva), é condição necessária ao desenvolvimento das economias capitalistas, em razão de seus próprios processos tecnológicos. O processo de mecanização e automatização, por sua vez, acentuaria tais processos, aumentando a razão entre capital e trabalho em favor do primeiro, já que reduz a quantidade de trabalho humano necessário para a produção da mesma quantidade de bens e produtos (YANKOVIC, 1977, p. 19-20). Conquanto que para a teoria marxista do valor somente o trabalho humano seria capaz de criá-lo, as tecnologias que substituem a força de trabalho necessário levariam, também, à necessidade de movimentação do capital para novas

e inexploradas áreas, potencialmente geradoras de lucro, estabelecendo, dessa forma, um novo ciclo de exploração para o qual a reserva da força de trabalho é requisito essencial.

O desemprego oficial, no entanto, representa apenas uma parte da reserva industrial de trabalho, conforme largamente entendido pelos economistas. Nessas condições, Yankovic sugere que o encarceramento poderia ser usado para regular o tamanho do exército industrial de reserva e, conseqüentemente, do desemprego oficial. Para ele, a massa de trabalhadores cuja força de trabalho é dispensável passa a depender diretamente do Estado para garantir seu bem-estar econômico, o que implica uma rede de projetos e serviços sociais custeados pelo mesmo. Na outra ponta da assistência social, complementando sua atuação, estaria o sistema de justiça criminal:

Dois dos principais componentes do esforço estatal para sustentar, e assim controlar, o excedente populacional são o sistema de bem-estar social e o sistema de justiça criminal. Dada a persistência e a magnitude do excedente populacional das sociedades do capitalismo avançado, o encarceramento pode servir a fim de conter uma fração do mesmo e manipular seu tamanho³⁵ (YANKOVIC, 1977, p.20, tradução livre)

A teoria da utilidade afirma, então, que as mudanças nas políticas penais acarretam modificações nas condições do mercado de trabalho. É uma hipótese derivativa da obra de Rusche e Kirchheimer, especificamente no ponto em que esta considera que todo sistema de produção tende a descobrir punições que correspondam às suas relações de produção, e sugere que o encarceramento pode ser usado para remover uma parte da força de trabalho ociosa do mercado de trabalho (YANKOVIC, 1977, p.21), reduzindo, dessa forma, as taxas de desemprego.

Os resultados encontrados por Yankovic ao operacionalizar matematicamente o impacto do encarceramento sobre o desemprego, na sociedade americana, foram considerados consistentes com sua hipótese (YANKOVIC, 1977, p.30), exceto em duas situações: no período de 1930-1940 (Grande Depressão) e no período 1926-1960, nas prisões federais. A respeito disso, ele comenta:

Os resultados encontrados foram consistentes com a hipótese. A relação entre desemprego e encarceramento foi positiva e estatisticamente significativa, independentemente do volume de atividade criminosa. Existiram duas exceções. Essa relação não foi obtida durante a Grande Depressão (1930-1940), e as taxas de encarceramento federais não correlacionaram com as taxas de desemprego antes de 1960. Foi sugerido

³⁵ Two main components of the state's effort to support, and thus control, the surplus population are the social welfare system and the criminal justice system. Given the persistence and the magnitude of the surplus population in advanced capitalist countries, imprisonment may serve to contain a fraction of it and to manipulate its size. (YANKOVIC, 1977, p.20)

que a extensão do desemprego durante a Grande Depressão e as políticas conciliatórias do New Deal preveniram a correlação positiva entre encarceramento e desemprego. Não foi encontrada nenhuma explicação satisfatória para o comportamento anormal da população prisional federal, mas foi tentado sugerir que, antes de 1960, a população das prisões federais incluía grande número de criminosos de colarinho-branco, atipicamente em relação aos membros da força de trabalho que populavam as prisões estaduais³⁶ (YANKOVIC, 1977, p.30, tradução livre)

Em recente trabalho publicado na Revista Discursos Sediciosos, Marco Aurélio Nunes da Silveira (2012) aduz que entre os estudos que relacionaram desemprego e encarceramento estão os de Theodore Chiricos e Miriam Delone (1992), Bernard Laffargue e Thierry Godefroy (1989) e Bruce Western, Katherine Beckett e David Harding (2002).

Chiricos e Delone analisaram quarenta e quatro estudos empíricos acerca das teorias da severidade e utilidade e concluíram que as evidências sugerem uma consistente e significativa relação entre a população carcerária e a reserva da força de trabalho, independentemente dos efeitos do crime. Também concluíram que essa relação mostra-se mais forte quando parâmetros de idade, raça e gênero são utilizados (CHIRICOS, DELONE, 1992, p.421).

Laffargue e Godefroy estudaram o caso francês, a partir do conceito de subproletariado, e relacionaram insegurança social e punitividade. Para eles, a aplicação da “hipótese de Rusche e Kirchheimer” pode testar a relação entre mercado de trabalho e encarceramento, ainda que não se possa concluir irrestritamente pela validade do modelo teórico (LAFFARGUE, GODEFROY *apud* SILVEIRA, 2012, p.304).

O trabalho de Western, Beckett e Harding (2002), acima referenciado, conseguiu demonstrar o fundamento de aplicabilidade da teoria da utilidade ao caso da sociedade americana (SILVEIRA, 2012, p.301), ao considerar o encarceramento como forma de desemprego oculto. Trabalhando com composições matemáticas que “corrigem” os dados americanos relativos ao desemprego, de maneira a incluir na população desempregada também a população carcerária; além de uma análise específica em relação ao desemprego e encarceramento da população negra, a pesquisa realizada concluiu que a persistência de um

³⁶ The finding were consistent with the hypothesis. The relationship between unemployment and imprisonment was positive and statistically significant, regardless of the volume of criminal activity. There were 2 exceptions. This relationship did not obtain during the Great Depression (1930-1940), and federal imprisonment rates did not correlate with unemployment rates prior to 1960. It was suggested that the extent of unemployment during the depression and the conciliatory policies of the New Deal prevented the positive correlation between imprisonment and unemployment. No satisfactory explanation was found for the aberrant behavior of the federal prison population, but it was suggested tentatively that, prior to 1960, federal prisoners included larger numbers of white-collar offenders, atypical of the marginal labor force member who populate the state prisons. (YANKOVIC, 1977, p.30)

baixo índice de desemprego nos Estados Unidos depende de um alto índice de encarceramento, e em constante elevação.

Com efeito, para esses autores, a despeito de notória opinião pública sobre a pretensa desregulamentação da economia americana, seu mercado de trabalho seria fortemente modelado através do sistema penal. Desmitificando o que chamam de as “novas ortodoxias no debate sobre o emprego” (WESTERN, BECKETT, HARDING, 2002, p.41), segundo as quais os Estados Unidos ofereceriam o modelo de mercado livre em que o “jogo puro e perfeito da oferta e da demanda produz salários e empregos em proporções históricas sem precedentes” (WESTERN, BECKETT, HARDING, 2002, p.41), os autores defendem que a política penal americana foi suplantando progressivamente a política social como resposta à crescente desigualdade, encarcerando em massa a fim de subtrair das estatísticas uma grande quantidade de adultos em idade de trabalhar, aumentando a desigualdade étnica face ao desemprego e reduzindo o potencial produtivo da população ativa, ao minar as possibilidades de emprego dos ex - apenados (WESTERN, BECKETT, HARDING, 2002, p.41, 45, 47).

2.3.2. Loïc Wacquant: Do Estado caritativo ao Estado Penal, na Revista Discursos Sediciosos

Loïc Wacquant, sociólogo francês radicado nos Estados Unidos, leciona, atualmente, na Faculdade de Direito da Universidade de Berkeley, as disciplinas “Formas elementares de dominação racial”, “Desigualdade urbana e marginalidade” e “Rastreando o Estado Penal”. É pesquisador-associado do Instituto de pesquisa legal da Faculdade de Direito de Berkeley (“Boalt Law School”), afiliado do “Programa de estudos metropolitanos globais”, do “Programa em antropologia médica”, do “Centro para estudos de raça e gênero”, do “Centro para etnografia urbana” e pesquisador do “Centro europeu de sociologia e ciência política”, em Paris. É também *fellow* da Universidade de Harvard, da Fundação MacArthur, da Fundação Russel Sage e do Centro para Estudos Avançados em Ciências Comportamentais e ganhador do prêmio Lewis A. Coser referente à seção teórica, organizado pela Associação Sociológica Americana, em 2008³⁷. Além disso, foi um dos fundadores da Revista *Ethnography* e professor visitante em diversas cidades, como Los Angeles, Rio de Janeiro, Paris e Nova Iorque.

Autor de inúmeros livros, entre eles “Prisões da miséria”, “Os condenados da cidade” e “Punir os pobres”, o seu trabalho tem ganhado importante espaço na criminologia produzida no Brasil. No caso da Revista Discursos Sediciosos esse fenômeno é notável quando se

³⁷ Informações retiradas da biografia fornecida pelo próprio autor, em seu site www.loicwacquant.net

considera que ele é o terceiro autor mais vezes publicado nas seções analisadas, e o autor estrangeiro mais publicado, em geral. Ao todo, entre 2000 e 2012, foram publicados, em português, nove textos que refletem a trajetória teórica e o amadurecimento de seu trabalho; além de diversos outros trabalhos, igualmente figurados na Revista, em cujo bojo sua influência é perceptível.

Wacquant estuda o cenário penal americano, especialmente o crescimento exponencial dos níveis de encarceramento e das práticas repressivas, em geral, que se encontra em ato desde o fim dos anos 90. Para tanto, ele dialoga com autores clássicos, como Rusche, Kirchheimer, Frances Fox Piven, Richard Cloward, David Harvey, e, principalmente, Michel Foucault e Pierre Bourdieu. Complexa, sua obra se distingue notadamente pela análise unificada das políticas de bem-estar social e de justiça criminal, e da matriz materialista e simbólica de análise sobre o sistema penal (representadas, na analogia do próprio autor, por Marx e Engels e Durkheim), além do emprego de um preciso recorte em relação à seletividade do sistema de justiça criminal.

No prefácio do livro “Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos”, Vera Malaguti Batista declara que o trabalho de Wacquant procuraria identificar, ulteriormente, para que serve a prisão no século XXI, na esteira de textos criminológicos clássicos como “Punição e estrutura social”. Ela destaca a importância do trabalho de atualização empreendido por Wacquant quanto à compreensão das relações entre as condições sociais, a estrutura de mercado de trabalho, os movimentos de mão-de-obra e a execução penal. A rota trilhada por Wacquant em seu trabalho, no entanto, privilegia a atuação e as simbologias construídas pelo Estado no campo penal, no lugar de apropriar-se do conceito de mercado de trabalho como fator primário de análise, aproximando-se, dessa maneira, do trabalho de Foucault e da teoria política sobre o desvio.

Para os fins deste trabalho, serão revisitados cronologicamente os artigos publicados por Loïc Wacquant na Revista Discursos Sediciosos, completando a divisão proposta por Alessandro Baratta quanto às matrizes teóricas (econômico e político-econômico) da análise macrossociológica sobre o desvio e o sistema penal.

No ano 2000, Wacquant empreende uma esmiuçada pesquisa sobre a difusão global das políticas de “tolerância zero” - gestadas nos Estados Unidos e em especial na cidade de Nova Iorque -, ou seja, políticas públicas criminalizadoras da marginalidade de rua, destinadas a incrementar o aparato repressivo policial e judicial sobre a pequena criminalidade. Ele revela a identidade ideológica e operacionalidade seletiva dessas políticas especialmente através da análise da criminalização dos imigrantes de terceiro mundo, na

Europa. Essas conclusões podem ser encontradas nos trabalhos “A globalização da “Tolerância Zero”” e em ““Inimigos incômodos”: estrangeiros e imigrantes nas prisões da Europa”.

Em “A globalização da “Tolerância Zero””, Wacquant descreve o modelo como uma **“uma ofensiva organizada visando solapar a legitimidade do Estado do bem-estar e substituí-lo, nas camadas inferiores da pirâmide social, por um Estado do mal-estar”** (WACQUANT, 2000, p.111, grifo nosso). Ao mencionar o solapamento da legitimidade do Estado do bem-estar, ele se refere ao processo iniciado pelo presidente Ronald Reagan e concluído por Bill Clinton, em 1996, na reforma dos serviços sociais, que instituiu a lei sobre a responsabilidade individual e o trabalho no âmbito das agências responsáveis pelos programas de *welfare*³⁸. A reforma destinou-se a condicionar a concessão dos benefícios relacionados ao *welfare* a uma série de restrições de cunho moral, entre elas a proibição de recusar qualquer posto de emprego oferecido pelas agências de trabalho e a manutenção do emprego já obtido – motivo pelo qual Wacquant as nomeia de políticas de *workfare* em substituição ao título oficial, *welfare*.

Quando se refere a um “Estado do mal-estar”, Wacquant está falando do que chama de “Estado penal”, ou seja, uma instituição complexa que se manifesta materialmente através de um conjunto de políticas públicas que visam a solucionar todas as conflitividade sociais com o uso da tecnologia punitiva e do encarceramento, principalmente. Uma de suas grandes funcionalidades seria a de neutralizar os segmentos mais rebeldes da classe operária à nova cultura econômica do salário precário - enquanto que as políticas de *workfare* serviriam a disciplinar essa mesma classe aos novos desenvolvimentos do trabalho e emprego (WACQUANT, 2000a, p.111).

Quando se refere a uma “ofensiva organizada”, Wacquant está falando de uma rede de *think tanks* neoconservadores, instalados principalmente na Costa Leste dos Estados Unidos, cujos maiores expoentes seriam o Manhattan Institute, o American Enterprise Institute e o Cato Institute. Através da atuação massiva dessas organizações, ter-se-ia construído um conjunto de saberes destinados a orientar a ação do Estado, legitimar e dotar de cientificidade

³⁸ Em “Punir os pobres”, Wacquant explicaria que essa reforma serviu a uma reorganização dos critérios para concessão dos benefícios sociais destinados a camada mais baixa do subproletariado urbano, baseada na ética protestante do trabalho. Para compreendê-lo, é preciso perceber que a previdência americana se distingue em dois tipos de programas: o *social insurance*, geralmente beneficiador das classes médias, responsável pelo pagamento das aposentadorias, historicamente ligado ao contrato fordista-keynesiano; e o *welfare*, beneficiador das famílias pobres, os enfermos e os indigentes, em suma, os *underclass*, historicamente relacionado à população negra, ainda que a maior parte de seus beneficiários sejam brancos (WACQUANT, 2003b, p.40-43).

a teoria das janelas quebradas e o movimento de lei e ordem como um todo, além de promover sua exportação, de Nova Iorque pelo globo.

Sobre a experiência nova-iorquina propriamente dita, Loïc vai dizer que foi a interação entre a teoria das janelas quebradas, o imperativo de “qualidade de vida” presente no discurso público oficial, e o slogan “a prisão funciona” que implementou uma política de limpeza de classe, de punição da precariedade, patrocinada pela expansão exponencial do sistema penitenciário. Para exemplifica-lo, ele relembra o discurso do chefe da polícia, William Bratton que, em 1996, disse: “Em Nova Iorque sabemos onde está o inimigo”. O inimigo seria, no contexto, os “squeegee men”, ou seja, “os sem-teto que abordam os motoristas nos sinais para lavar os para-brisas por uns trocados, os pequenos revendedores de droga, as prostitutas, os mendigos, os vagabundos e os grafiteiros. Em resumo, o subproletariado que vive do mercado informal e representa uma ameaça” (WACQUANT, 2000a, p.112).

Do ponto de vista administrativo, Wacquant aduz que a política de tolerância zero se caracterizou pela aplicação de técnicas de administração em reengenharia empresarial às delegacias policiais. Com isso, ele se refere a estratégias adotadas para aumentar a eficiência policial e o “lucro”, sendo este entendido como a redução estatística do crime registrado. Nesse sentido, se destacam o uso de programas computadorizados (o “Compstat”), a adoção da responsabilidade pessoal dos comandantes policiais e o aumento extraordinários dos recursos destinados aos efetivos policiais.

Do ponto de vista dos resultados, Wacquant aponta como os números atingidos em Nova Iorque (redução de 65% dos crimes registrados) mostraram-se quase idênticos aos conseguidos pela experiência de policiamento comunitário em San Diego, exceto pelo fato de terem custado 94% mais do que esta última. Ademais, influenciado por Malcolm Freeley, ele afirma que a política de “tolerância zero” também patrocinou intensa obstrução dos tribunais, mais gravosa à clientela das classes populares do que a pena em si (FREELEY, 1979 *apud* WACQUANT, 2000a, p.117-118). Por fim, indica também como essa política produziu um abismo de desconfiança entre a comunidade negra americana e as “forças da ordem”, cujo reflexo foi a erupção de diversas manifestações populares contra a seletividade racista da abordagem policial (*racial profiling*), a truculência da brigada de choque da polícia e o desrespeito aos direitos constitucionais dos indiciados, resultando na abertura de diversos inquéritos administrativos.

Para Wacquant, o paradoxo seria a difusão da política de “tolerância zero” pelo globo no exato momento em que ela passava a ser seriamente questionada em Nova Iorque (WACQUANT, 2000a, p.116). Quanto a essa difusão, ele traça sua trajetória: desembarcando

em diversos países, a doutrina teria sido adotada pelas lideranças políticas locais como “o último trem da modernidade americana” (WACQUANT, 2000a, p.114) e recurso retórico para, ao mesmo tempo, reafirmar o compromisso do Estado (penal) e isentá-lo das agendas sociais e econômicas. Como exemplos desse fenômeno, o autor cita, em 1997, o prefeito de Nápoles, Antônio Bassolino, e o governador de Milão, Máximo D’Alema; em 1998, o presidente do México, Ernesto Zedillo, o secretário da Justiça e Segurança de Buenos Aires, Leon Arslanian, o premiê francês, Jospin, o partido alemão União Democrata Cristã (CDU); em 1999, o ministro do Interior escocês Henry MCleish, o governador de Brasília, Joaquim Roriz, o chefe da polícia de Johannesburgo, George Fivaz, o ministro da polícia da Nova Zelândia e o prefeito de Ontario, Mel Lastman.

Em ““Inimigos cômodos”: estrangeiros e imigrantes nas prisões da Europa”, Wacquant aborda novamente a questão das políticas de “tolerância zero” a fim de refletir sobre o contexto europeu. A priori, ele defende que a sociedade europeia viveria um encarceramento quantitativamente bastante menor do que o americano, porém com este similar em ritmo de crescimento e padrão seletivo. É nesse sentido a sua afirmação de que a Europa estaria trilhando o caminho penal americano, notadamente através do encarceramento dirigido aos imigrantes e estrangeiros não-ocidentais, especialmente aqueles de etnia não caucasiana. O autor afirma que essas categorias de pessoas “são maciçamente representados na população de detentos, e a um grau comparável ou mesmo superior, em diversos lugares, à “desproporcionalidade” que atinge os negros da América” (WACQUANT, 2000b, p.122).

É nas condições econômicas, em especial no desemprego em massa e na flexibilização do emprego que atingiu o continente europeu e os Estados Unidos ao mesmo tempo, que Wacquant vislumbra a chave para compreender a razão das “ondas punitivas” que estariam sendo experimentadas por esses dois países. Nesse contexto, os grandes atingidos teriam sido precisamente os estrangeiros e os imigrantes não-ocidentais ditos de “segunda geração”, os quais passaram a ser alvos de uma nova política repressiva normativa, policial, administrativa, judiciária e prisional³⁹, orquestrada pela mídia e por políticos de todas as matrizes. Para Wacquant, tratar-se-ia prioritariamente de um *encarceramento por diferenciação ou por segregação*, a fim de manter à distância um determinado grupo de pessoas para subtraí-los com mais facilidade do corpo social (o banimento através da deportação), tornando-os verdadeiros inimigos cômodos. É assim que ele conclui ser possível falar de um “processo de

³⁹ Wacquant exemplifica essa instâncias de atuação através dos exemplos dos tratados de Schengen e Maastricht, os quais redefiniram a imigração como um problema de segurança continental, relacionando criminal e administrativamente a imigração, o crime e o terrorismo; o caso das detenções provisórias e das “zonas de espera” ou “centros de retenção”, etc.

criminalização dos imigrantes”. A evolução dessa política, nos diz Wacquant, permite entrever o grau de conformação do continente europeu ao modelo americano de criminalização da miséria como complemento da generalização da insegurança social (WACQUANT, 2000b, p.125).

Em 2002, na reedição carioca do volume 124, da revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, intitulado “Do Estado Social ao Estado Penal”, Wacquant volta a figurar dupla análise quanto ao modelo punitivo americano e a experiência europeia, substituindo a “tolerância zero” pelo conceito de “Estado Penal”. Nesse sentido, são reeditados “A ascensão do Estado penal nos EUA” - o qual viria a conformar um dos capítulos do livro que lançou alguns anos depois, “Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos” - e “A tentação penal na Europa”, os quais haviam sido publicados pela primeira vez na França, em 1998.

Em “A ascensão do Estado penal nos EUA”, o autor se detém sobre o que chama de “o grande confinamento”. Naquele início de século, Wacquant expressava sua perplexidade com o aumento desenfreado dos níveis de encarceramento americanos. Ele reconta como, apenas algumas décadas antes, nos anos 70, o governo americano havia sido informado de que não precisaria criar novas prisões por pelo menos dez anos, uma vez que os níveis de criminalidade e, portanto, de castigo, haviam atingido um equilíbrio homeostático (era a teoria corrente então, da autoria de Alfred Blumstein). Naquele período, as ciências sociais, muito representadas por Foucault, anunciavam o declínio irreversível da prisão para dar lugar a um controle social mais difuso e capilarizado. No entanto, e nisso Wacquant expressa sua perplexidade, a partir de 1973 os índices de aprisionamento passam a crescer de maneira contínua e exponencial, de forma que ao chegar à metade dos anos 90, quase todos os Estados americanos haviam aumentado sua população carcerária pela metade e alguns a haviam triplicado, atingindo uma situação de hiperinflação carcerária, ao mesmo tempo em que os índices de criminalidade haviam estagnado ou recuado.

Para Wacquant, as condições materiais que teriam interagido para esse processo ascendente de encarceramento seriam: o aumento de condenações em relação a crimes graves e leves, o alongamento das penas, a multiplicação das infrações levando à pena de prisão em regime fechado, perpetuidade automática no terceiro crime, aplicação de legislação criminal “adulta” aos menores de 16 anos, criação de bancos de dados informatizados para mapear jovens possivelmente envolvidos em gangues urbanas (“jovens shodi”) e a disponibilização ao público de arquivos judiciais sobre réus condenados (“Look up an inmate”). Além disso, o autor destaca a importância do controle judiciário sobre a população colocada em liberdade

vigiada e condicional e do processo de *net widening*, que se refere à ampliação das penas intermediárias, como a prisão domiciliar, o policiamento intensivo, a escuta telefônica, a supervisão eletrônica e os bancos de dados criminais.

Nessa tenda, o que o autor chama de “*big government*” carcerário, ou seja, a explosão do orçamento público destinado ao setor penal das administrações federais e locais figura como peça central da nova arquitetura penal. Tratando sobre a trilha do dinheiro, ele revelaria que os Estados Unidos, num momento de menor arrecadação fiscal (estava em ato uma grande diminuição dos impostos sobre a renda das classes mais altas), somente foi capaz de arrecadar os meios destinados ao cárcere através de profundos corte orçamentário dos programas sociais, de saúde pública e de ensino (WACQUANT, 2002b, p.26). Analisando o caso específico dos programas de habitação, ele diz:

Dessa evolução orçamentária pode-se concluir, indistintamente, que o Estado americano abandonou seu apoio à habitação dos mais carentes em proveito das penitenciárias, ou então, o que parece mais justo, que a construção de prisões tornou-se, de fato, o principal programa de habitação social do país. (WACQUANT, 2002b, p.26)

Nesses termos ele colocava, então, a discussão que afinal caracterizaria o seu trabalho: a análise conjunta do sistema de assistência social e justiça criminal. Já em 1998, esboçava a hipótese que viria a desenvolver com profundidade na trilogia “Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada”, “A onda punitiva” e “Deadly symbiosis: race and rise of penal state”, ou seja, de que a destruição deliberada do Estado caritativo e a ascensão do Estado penal são processos complementares que visam a construir uma nova maneira de controlar os problemas sociais que emergiram após os anos 60: o movimento negro de luta por direitos civis, o abandono do pleno emprego e a precarização do salário.

Assim, o autor deixa claro que a ascensão do Estado penal seria uma nova maneira de gerir a desordem e as populações miseráveis que se encontram na base da pirâmide social, através de uma igualmente nova formação política: uma espécie de “Estado-centauro”, “dotado de uma cabeça liberal que aplica a doutrina do “*laissez-faire, laissez-passer*” em relação às causas das desigualdades sociais e de um corpo autoritário que se revela brutalmente paternalista e punitivo quando se trata de assumir as consequências dessas desigualdades” (WACQUANT, 2002b, p.13).

Quanto à Europa, Wacquant novamente sinaliza no sentido de que os contornos da experiência americana se encontrariam presentes no continente europeu: para ele, “compreender as especificidades da experiência americana não significa considerá-la um caso particular” (WACQUANT, 2002a, p.7). Deste modo, ele demonstra como o continente

européu vivia um evidente desequilíbrio político do viés social para o penal no discurso público sobre o crime e sobre a desordem urbana; como, apesar de taxas menores de encarceramento e crescimento menor dessas mesmas taxas, os países europeus se encontravam prolongando a duração das penas e provocando, da mesma maneira, uma hiperinflação carcerária; como, a despeito da diversidade dos muitos países que conformam o continente europeu, suas políticas penais se apresentavam, em conjunto, mais duras e envolventes, abertamente dirigidas a simples proteção da ordem, ao patrulhamento das incivildades urbanas, enfim, à neutralização em detrimento da reinserção.

Wacquant elabora, então, a hipótese de que o encaminhamento para a gestão penal carcerária da miséria é mais provável quando a política econômica e social do país a ser considerada é fortemente baseada nas teorias neoliberais e o Estado do bem-estar é, desde o princípio, pouco desenvolvido (WACQUANT, 2002a, p.9). Tomando a Inglaterra como base, o autor se referia ao processo já em ato de flexibilização dos mercados e restrição dos programas sociais, concluindo que um possível alinhamento da Europa “social” por “baixo” levaria, indubitavelmente, a um alinhamento “penal” por “alto” (WACQUANT, 2002a, p.9).

Na re-edição sediciosa do volume 3, número 4, da Revista *Ethnography*, de dezembro de 2002, intitulado “In and out of the belly of the beast: dissecting the prison”, Wacquant figura o artigo “O curioso eclipse da etnografia prisional na era do encarceramento de massa”. Ele, que à época era também editor da revista, ressalta, nesse trabalho, a importância da análise etnográfica da prisão e realiza uma apresentação geral daquele número do periódico. Segundo ele, num momento em que as prisões fechavam suas portas para os pesquisadores em razão do abandono cada vez maior das ideologias de reinserção e reeducação, a função daquele volume se destacava por revigorar os estudos de campo sobre o mundo carcerário, recolocar a prisão tanto como microcosmos quanto como modelo de forças sociais e políticas mais amplas, além de internacionalizar a discussão etnográfica sobre a prisão ao apresentar textos de autores não americanos.

No mesmo artigo, Wacquant brinda o leitor com suas notas pessoais resultantes de uma visita a maior colônia penal do mundo livre, a Prisão do Condado de Los Angeles. Ali, ele reconstrói diversas considerações sensoriais e subjetivas resultantes de sua experiência, dentre as quais estão o tamanho monstruoso da prisão, seu orçamento gigantesco (na época, 1,1 bilhão de dólares), sua arquitetura retrógrada, a má qualidade das instalações físicas, a seletividade étnica e racial observada, a opressão do ambiente, etc.

Quatro anos depois, em 2007, o autor publica “Rumo a militarização da marginalização urbana”, trabalho em que figura uma análise sobre o sistema penal brasileiro,

especialmente o carioca. A princípio, ele descreve o estado da arte local: um país de longa história colonial, posição econômica global periférica, caracterizado por vertiginosa desigualdade social, pobreza disseminada e resquícios históricos do passado escravista que se refletem em estereótipos criminais perpetuados pelas agências de controle e na hierarquia de classes.

A esse amálgama social, Wacquant soma o estado de calamidade de nosso sistema penitenciário, cujo tamanho, em suas palavras, lembraria o primeiro mundo, mas cujas condições ostentariam os piores defeitos das cadeias de terceiro mundo (WACQUANT, 2007, p.208). Nesse sentido, ele menciona a crise de confiança de que sofre boa parte das agências policiais brasileiras em virtude de sua tradição secular de violência e controle dos despossuídos, pautada nas consequências produzidas pela escravidão colonial, nos conflitos agrários e nas ditaduras políticas. Nesse contexto, ele figura a instabilidade da democracia brasileira e o desafio que esta enfrentaria para existir além da mera fachada (WACQUANT, 2007, p.211), porquanto produza uma concepção de cidadania hierárquica e paternalista, inscrita na oposição cultural entre as classes sociais. Vale mencionar, também, a ressalva feita pelo autor quanto ao hábito brasileiro de importar políticas e teorias de outros países sem considerar sua exequibilidade às próprias condições, como no caso da teoria da “lei e ordem”.

A seguir, o autor elenca as semelhanças vislumbradas entre as experiências penais brasileiras e americanas:

- a) Os bairros “de abandono” seriam o palco principal das ações violentas da polícia e local onde se testam inovações penais e agressivas demonstrações ritualísticas da capacidade do Estado, criando um cenário de tensão constante e de “território ocupado”;
- b) Em ambos os países teria ocorrido uma mudança no motor econômico das metrópoles, da indústria fordista para os serviços empresariais, o que exigiu a reorganização das estratégias de vida nas favelas e nos guetos americanos, por desarticular suas bases materiais, gerando o esfacelamento das estruturas sociais;
- c) Nos dois países, a criminalização da pobreza recai prioritariamente na população negra, consequência da associação simbólica entre negritude e periculosidade herdada da tradição escravista e de seus desdobramentos posteriores e que seria endêmica à atuação das agências de controle. Ao fazê-lo, constitui e reforça o estereótipo de que se alimenta;
- d) Tanto o hipergueto americano quanto a favela brasileira estariam conexos ao sistema carcerário de seus respectivos países através de práticas de policiamento agressivo e

de tribunais repressivo pelo lado do Estado e da prisionização acelerada do tecido social urbano pelo lado da cidade (WACQUANT, 2007, p.214).

- e) Em ambos os países se fortaleceriam as “gangues de estilo corporativo” que tomam uma posição central na solidificação das relações sociais e culturais que unem os resíduos urbanos tornados simbolicamente inúteis pela economia ao cárcere.

Quanto às diferenças, Wacquant aponta, principalmente:

- a) No Brasil, a intervenção das forças de defesa da lei e da ordem agravaria a insegurança em vez de atenuá-la, porque mantém um clima de terror entre sua clientela habitual que banaliza a violência estatal;
- b) No Brasil, os estereótipos raciais agravariam a repressão, mas não seriam capazes de por si só disparar ou dirigir a ação penal, o que seria feito preferencialmente pelos estereótipos de classe – diferentemente dos Estados Unidos;
- c) Tomando o Rio de Janeiro como modelo para o país, Wacquant trata do processo de militarização da repressão penal que tomou forma na ocupação militar das favelas cariocas e que não encontraria paralelo nos Estados Unidos.

A conclusão do autor diante desse panorama é de que a política criminal brasileira se expressa como derramamento de sangue dos desprezíveis, a servir, simbolicamente, como performance pública para satisfazer o ânimo das elites e, materialmente, para confinar as desordens sociais ao perímetro favela-prisão. A chave para compreender esse processo estaria na relação mutuamente reforçadora entre as regras do livre mercado neoliberal, a reconstrução do Estado e a crescente instabilidade da divisão social: a autoridade estatal crescentemente privada de opções senão a penal. O recurso à militarização, no entanto, seria consequência de uma longa tradição política de eliminação penal dos resíduos humanos, característica de uma sociedade que costuma mercantilizar suas relações. De forma contundente, o autor finaliza a questão citando Hes Idamata: “Longe de ser um retardatário, o Brasil pode prover aos norte-americanos e aos europeus um deslumbre de seu futuro” (IDAMATA *apud* WACQUANT, 2007, p.216).

Em 2010, a Revista Discursos Sediciosos decide publicar na forma de artigo o posfácio à edição americana do livro “Punishig the poor: the new government of social insecurity”, originalmente publicado em 2007. Com o nome “Apêndice teórico: um esboço do Estado neoliberal”, o trabalho busca constituir um anexo teórico sobre as implicações analíticas do “grande encarceramento” americano e também do neoliberalismo, incluindo

apresentação e contrastação do seu ponto de vista com o de autores que se destacam no estudo de algumas questões-chaves de seu próprio trabalho, como Pierre Bourdieu quanto à ideia de Estado, Frances Fox Piven e Richard Cloward quanto às questões ligadas à seguridade social, Michel Foucault e David Garland quanto à punição, e David Harvey quanto ao neoliberalismo.

Em primeiro lugar, o texto elenca as rupturas analíticas que considera imprescindíveis para que se empreenda um diagnóstico da virada punitiva americana e os contornos que tem tomado de punição da precariedade. Seriam elas:

- a) **Romper o binômio crime e punição**, uma vez que a escalada do Estado penal não teria sido acompanhada por um aumento na ocorrência objetiva de crimes e não poderia ser por esse motivo explicada, mas ao contrário, se deveria ao incremento da insegurança social em função da fragmentação do trabalho assalariado e da implosão do gueto americano (WACQUANT, 2010, p.137);
- b) **Reatar a cisão teórica entre o campo das políticas sociais e da justiça criminal** porque, se em algum momento a maneira de articulação do Estado permitiu separá-los, as condições atuais da ação governamental os teriam reunido definitivamente. Para Wacquant, o bem estar, agora reformado em trabalho social, e a prisão despida das ideologias ressocializadoras compõe uma única malha organizacional orientada na filosofia behaviorista e dirigida ao grupo de pessoas que se encontra na marginalidade das novas condições do trabalho pós-industrial (WACQUANT, 2010, p.138);
- c) **Superar a costumeira oposição entre as dimensões materiais e simbólicas da questão criminal**, costumeiramente representadas por Marx e Engels e Durkheim, respectivamente. Wacquant entende que o Estado penal é uma instituição complexa que age nos dois registros simultaneamente, pois é um poderoso motor cultural de categorias, imagens e representações em diversos segmentos da vida cotidiana (WACQUANT, 2010, p.138);

Tratando de estabelecer um diálogo com autores que demarcam o campo teórico de seu próprio trabalho, Wacquant explica como é o conceito de Estado de Bourdieu que lhe permite encaixar na mesma moldura analítica espaços de atuação governamental (a princípio) dirigidos a situações tão distintas, como a seguridade social e a prisão. Destarte, ele nos conta como o conceito de (Estado como) campo burocrático supera a visão maniqueísta do ente estatal corporificado, coerente e homogêneo, e erige sua apreensão como um espaço fragmentado de disputas quanto à maneira de definir e distribuir bens públicos, travada entre

modalidades de capital existentes numa determinada formação social. A principal delas seria precisamente a modalidade de “capital jurídico”, que codificado como “capital simbólico” possibilita a monopolização sobre a administração da justiça.

Nesse sentido, importante é a atuação de duas forças antagônicas, as mãos direita e esquerda do Estado, a “grande nobreza do Estado” e a “pequena nobreza do Estado”, o conjunto de instituições formuladoras de políticas para o mercado e para o bem-estar, respectivamente. Suas funções são muito distintas e se dividem em promover a nova disciplina econômica e gerir as funções sociais tradicionais. No modelo proposto por Wacquant, o sistema penal passa a integrar os componentes da “mão direita” do Estado, juntamente com os ministérios da economia e do orçamento, o que implica uma modificação na estrutura de análise sobre os programas de governo de sua “mão esquerda” (WACQUANT, 2010, p.138-139).

Quanto a assistência social *per se*, Wacquant toma como anexo teórico o trabalho de Frances Fox Piven e Richard Cloward, “Regulating the poor”, o qual seria um “modelo germinal da administração da pobreza no capitalismo industrial” (WACQUANT, 2010, p.139). Sua hipótese é de que o Estado expande ou contrai ciclicamente seus programas sociais de acordo com as crises econômicas que ampliam ou contraem os mercados de trabalho. Isso significa que as políticas de bem-estar se expandiriam para acalmar as desordens civis provocadas pela redução de vagas e postos de trabalho, enquanto que se restringiriam quando fosse necessário orientar seus beneficiários de volta para o mercado.

Esse modelo, diz Wacquant, ficou obsoleto em virtude da remontagem neoliberal do Estado (WACQUANT, 2010, p.140), o qual transformou as políticas sociais em trabalho social, passando a exigir contração contínua do bem-estar (e não cíclica) e a expansão progressiva do regime prisional. A razão para isso seria que desde sua origem histórica as políticas sociais e a justiça criminal ocorrem juntas no plano prático, unidas por homologia organizacional e complementaridade funcional. Elas seriam destinadas a mesma clientela e operacionalizadas pelos mesmos princípios: desencorajamento, disciplina, desvio de atenção, supervisão individualizada, exemplificação moral, sanção de acordo com a divisão de trabalho pautada no gênero e cidadania dependente de submissão ao imperativo do trabalho (WACQUANT, 2010, p.142). Assim, os beneficiários dos programas sociais e os criminosos de rua são integrados no imaginário popular como categorias gêmeas que desafiam a ordem social com seu comportamento amoral, na dicotomia entre pobres bons e ruins.

Acontece, então, que a contenção punitiva passa operar no âmbito da política social, como uma maneira de administrar a marginalidade urbana que surge em função da

desigualdade gerada pela desregulamentação do trabalho e da assistência social tradicional. A assistência social, por sua vez, torna-se progressivamente punitiva, deixando de ser uma instituição que passivamente “processa pessoas” para ser um órgão que ativamente “muda pessoas”. Entre elas haveria uma profunda relação complementar e funcional (WACQUANT, 2010, p.141).

Sobre a punição especificamente, Wacquant pondera ser ela uma dimensão de alta fertilidade, imprescindível para a compreensão do poder contemporâneo, e tal como aduzira Foucault, uma força *produtiva*. No entanto, discorda do autor de “Vigiar e punir” em quatro pontos:

- a) Foucault teria errado quando previra o desaparecimento da pena de prisão (WACQUANT, 2010, p.144);
- b) As técnicas disciplinares descritas por Foucault não operariam no sistema carcerário atual que, gargantuélico e caótico, despido da intenção ressocializadora, serviria apenas como depósito, retribuição e neutralização (WACQUANT, 2010, p.144);
- c) Foucault teria errado quando previra que as técnicas disciplinares se espalhariam por toda sociedade, como vasos capilares. Em sentido contrário, Wacquant afirma que o Estado penal age de modo extremamente seletivo, não chegando a penetrar a sociedade em larga escala, mas tão somente incidindo sobre o subproletariado (WACQUANT, 2010, p.144);

Já em relação a David Garland, para quem a incapacidade da justiça criminal em conter as elevadas taxas de criminalidade demonstraria faces de um fracasso político, Wacquant justapõe o entendimento de que o Estado penal é um empreendimento extremamente bem-sucedido, cujo funcionamento reafirma ritualmente a soberania do Estado no teatralizado espaço da lei e da ordem, tornado prioritário em razão da renúncia em regular as fronteiras do capital (WACQUANT, 2010, p.146). Assim, as diferenças entre Garland e Wacquant seriam:

- a) Diferentemente do que Garland propõe, para Wacquant o aumento dos expedientes penais não se daria como resposta ao aumento da criminalidade, mas sim ao aumento da insegurança social, para além de sua dimensão subjetiva⁴⁰ (WACQUANT, 2010, p.146);

⁴⁰ A abordagem de David Garland notabiliza-se por abordar os aspectos da cultura do controle e da insegurança subjetiva difusa, que foi trabalhada nesta monografia como “crise existencial”. O que Wacquant pretende é

- b) Garland entenderia as alterações penais ocorridas na era do grande encarceramento como sendo mudanças culturais e por isso consideraria a resposta do Estado ambivalente⁴¹. Isso faria com que relacionasse as políticas sociais e penais somente no âmbito simbólico, como analogias, em vez de conectá-las estruturalmente (WACQUANT, 2010, p.147);
- c) Garland veria o “grande encarceramento” como uma criação reacionária de políticos conservadores, enquanto Wacquant demonstra ser ele um projeto político bipartidário, levado a cabo tanto pela direita como pela esquerda (WACQUANT, 2010, p.148);
- d) Garland entenderia que o retributivismo ao desviante, característico da modernidade tardia, seria uma resposta aos “riscos e ansiedades” experimentados pela sociedade moderna. Wacquant, por seu lado, entende que é a insegurança objetiva, gerada pela erupção do trabalho assalariado e pela hierarquia etnorracial (americana) que monopolizam o sentimento de honra dos brancos, na América, e dos nacionais, na Europa (WACQUANT, 2010, p.148);

Quando se trata da insegurança objetiva, metodologicamente Wacquant nos remete ao neoliberalismo, o qual representaria uma tentativa de *forjamento* do Estado, assim como o aparato penal funcionaria como veículo de produção política da realidade. Na obra de Wacquant, à ascensão do projeto neoliberal (ou “revolução capitalista a partir de cima”) corresponde um aumento nos expedientes penais e uma restrição dos expedientes sociais.

O conceito de neoliberalismo, no entanto, ainda permanece obscuro, constantemente atrelado à dimensão econômica de sua definição e por esse motivo Wacquant propõe uma especificação sociológica do termo. Nesse sentido, ele elenca quatro lógicas institucionais de funcionamento neoliberal: Desregulamentação econômica; delegação, retração e recomposição do Estado do bem-estar; alegoria cultural da responsabilidade individual e aparato penal em expansão.

O neoliberalismo é um *projeto político transacional* que visa a refazer o nexo do mercado, Estado e cidadania a partir de cima. Esse projeto é levado adiante por uma nova classe dirigente global em formação, composta pelos presidentes e executivos seniores de firmas transnacionais, políticos influentes, administradores estatais e altos funcionários de organizações e multinacionais (como a Organização a Cooperação e o Desenvolvimento

abarcam também a insegurança social objetiva, ou seja, aquela relacionada à desfragmentação do trabalho assalariado e ao abandono do pacto social fordista-keynesiano.

⁴¹ Garland considera ambivalente a resposta do Estado porquanto este afirma, a um só tempo, sua incapacidade em controlar a desordem urbana e seu compromisso em aumentar o expediente penal. Ele desvenda assim um discurso esquizofrênico por parte do Estado (rever o subtópico 2.1).

Econômico, a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e União Europeia), e especialistas técnico-culturais em suas áreas (destacando-se entre eles economistas, advogados e profissionais da área de comunicações com treinamento e categorias mentais apropriados nos diferentes países) (WACQUANT, 2010, p.151).

Nesse sentido, o conceito de neoliberalismo de Wacquant se contrapõe fortemente ao elaborado por David Harvey, para quem a punição surge, no contexto neoliberal, ainda umbilicalmente ligada à ideia de repressão criminal, como uma maneira de intervir socialmente apenas no colapso da ordem, das transações econômicas, das crises sociais. Harvey, nos diz Wacquant, alimenta a ideia do “complexo prisional industrial”, ou seja, a ideia de lucratividade do encarceramento na lógica de acumulação capitalista, ao passo que apreende a coerção penal como ferramenta temporária para corrigir as falhas funcionais do modelo neoliberal (WACQUANT, 2010, p.152-155).

Em 2012, Wacquant volta a publicar sua usual dobradinha. Mais de uma década havia se passado desde o primeiro artigo que divulgara na Revista, e tanto “Classe, raça e hiperencarceramento na América revanchista” quanto “A reinserção do prisioneiro como mito e cerimônia” trazem um tom metalinguístico, revisional da própria obra. No primeiro, o autor aprofunda o que já havia dito sobre o Estado penal, agora sob a ótica específica da seletividade racial. No segundo, ele corrige interpretações que haviam sido feitas sobre o seu trabalho.

“Classe, raça e hiperencarceramento na América revanchista” é um artigo que dialoga contundentemente com “A globalização da “Tolerância Zero”” e “A ascensão do Estado penal nos EUA”. Tanto o é, que seu primeiro subtópico “Ampliando o Estado penal” volta a elencar as dimensões do expediente penal americano: aumento no número de admissões nas prisões (crescimento vertical) em função do hiperativismo policial, crescimento “horizontal” desenfreado (liberdade condicional e vigiada, bancos de dados criminais) e ampliação do orçamento penitenciário e policial à custa de cortes no orçamento social (“*big government*”). A novidade fica por conta da introdução de uma quarta dimensão, referente ao bipartidarismo que teria caracterizado a adoção do empreendimento penal em todo o país.

Em seguida, no subtópico “Do encarceramento em massa ao hiperencarceramento”, Wacquant corrige o uso de um conceito de que se valera em diversos trabalhos anteriores, o que lhe permite dar um salto qualitativo em sua análise da questão penal em direção a uma descrição mais apurada da “virada punitiva” americana. O equívoco em utilizar o conceito de “encarceramento em massa”, diz ele, está no fato de que a rede penal não atingiu as massas indiscriminadamente - aqui entendidas como uma ampla fatia do espaço social e físico. Ao

contrário, a rede penal foi lançada com precisão em três níveis: em direção a uma classe social específica, a uma etnia particular e sobre um local privilegiado. Esse direcionamento foi o que levou ao *hiperencarceramento* de uma categoria singular de pessoas: homens negros, de baixa classe social e moradores do gueto. A terminologia integra, portanto, um processo diferente: tivesse o encarceramento atingido, de fato, as massas, o seu crescimento teria sido interrompido pela ação política (WACQUANT, 2012a, p.236).

A expansão penal passa, então, a figurar com mais razão como uma resposta política à implosão do gueto. Nesse ponto, Wacquant remonta ao que já havia dito, em grande medida, em “Deadly Symbiosis” e no capítulo cinco de “Punir os Pobres”, intitulado “A nova instituição peculiar dos Estados Unidos: a prisão como substituto do gueto”, cujas considerações faz-se aqui necessário retomar, por recolocarem historicamente o papel do gueto. Nesse outro espaço, o autor afirma que os Estados Unidos utilizaram, ao longo da história, quatro tipos de “instituições peculiares” para definir, controlar e confinar sua população negra: a primeira delas, a escravidão, definiu a matriz da divisão racial desde a época colonial até a guerra civil; seu substituto, o sistema Jim Crow, um sistema legal de discriminação racial que fundamentou os Estados do Sul até a Revolução dos Direitos Civis, na década de 60; o gueto, produto da urbanização e proletarianização dos negros americanos desde a década de 30 até os anos 60, nas cidades do Norte; e, por fim, o novo complexo institucional formado pelos escombros do gueto e pela prisão (WACQUANT, 2003b, p.107).

De volta a “Classe, raça e hiperencarceramento na América revanchista”, Wacquant aduz que desvendar a conexão entre o gueto em decomposição e a prisão requer, primeiramente, dois movimentos analíticos. Em primeiro lugar, far-se-ia necessário abandonar definitivamente o paradigma do “crime e castigo”, como já preconizado em “Punição e estrutura social”, para que se possa reconhecer que a prisão é, na verdade, o centro da capacidade do Estado, “voltada para administrar *populações despossuídas e desonradas*” (grifo do autor, WACQUANT, 2012a, p.239). Para ele, a função desempenhada pelo cárcere na construção do Estado moderno, de disciplinamento do proletariado urbano nascente, permaneceria intacta ainda hoje, sendo o disciplinamento necessário para adequar a metrópole dualizada ao capitalismo neoliberal (WACQUANT, 2012a, p.239).

Em segundo lugar, o autor imerge na história social para mostrar porque e como “hiperguetização” e hiperencarceramento estão ligados. Para compreendê-lo, é necessário que se entenda o gueto como mais do que apenas um bairro pobre, ou violento, ou “abandonado”; é preciso compreender que o gueto é “um dispositivo socioespacial através do qual uma categoria étnica dominante segrega um grupo subordinado e restringe suas oportunidades de

vida, no intuito tanto de explorá-lo quanto de excluí-lo da esfera de vida dos dominadores” (WACQUANT, 2012a, p.239) - que o gueto é, enfim, um instrumento de controle etnoracial na cidade, da mesma maneira como a prisão é um instrumento judicial de controle.

O gueto americano começa, no entanto, a se deteriorar ao mesmo tempo em que eclodem os movimentos civis, na década de 60. Para Wacquant, isso teria acontecido em decorrência de três fatores combinados: a transição econômica que deslocou os empregos da indústria para os serviços em países estrangeiros com menores salários, a migração branca para os subúrbios e o ativismo dos grupos negros, responsável por um maior diálogo dos bairros marginalizados com o restante da cidade (o que implicou no êxodo das famílias negras de classe média para outros espaços). Dessa forma, o gueto teria perdido sua função de concentração do exército industrial de reserva e o poder político em decorrência do enfraquecimento do peso eleitoral das cidades. A população que ali permaneceu se viu subitamente abandonada ao desemprego, à pobreza e ao crime, problemas para os quais o Estado ofereceu como solução o cárcere. Wacquant alerta que este não precisaria ter sido, necessariamente, o caminho adotado pelo Estado diante da situação que se delineava, mas que, ao contrário, foi a escolha que ele adotou como resposta ao medo difundido na população branca após as manifestações dos grupos negros. É somente aí que a prisão toma o contorno estrutural homólogo ao gueto, para substituí-lo como “instituição peculiar” de controle.

Assim se estabelece a conexão entre classe, raça, hiperencarceramento e revanchismo, tal como figura no título do artigo. Para Wacquant, o revanchismo se trataria das exigências feitas pelos segmentos brancos da população americana em direção à reformulação das políticas voltadas ao bem-estar e da justiça criminal - acusada de leniência - no contexto em que se encontravam de estagnação econômica e medo causado pelas manifestações sociais do movimento negro. Essas exigências se traduziram no abandono do Estado caritativo e na ascensão do Estado penal, nas novas políticas sociais baseadas em *workfare* e *prisonfare*⁴². A oposição entre esses conceitos, nascidos do jogo de palavras entre *welfare*, *work* e *prison*; revela o funcionamento do Estado penal tal como Wacquant o enxerga: transvestidos os benefícios sociais em formas de políticas penais, a prisão emerge, em si, como o maior programa estatal voltado a garantir o bem-estar.

⁴² *Workfare* designa programas públicos de assistência social destinados aos pobres que condicionam o recebimento do auxílio a uma determinada conduta relacionada ao emprego (aceitação de qualquer tipo de trabalho, submissão a estratégias de treinamento local etc). Já *prisonfare* designa os programas de penalização da pobreza dos bairros marginalizados via atividade direcionada da polícia, dos tribunais e da prisão (em todas as suas extensões) (WACQUANT, 2012c, p.1).

O artigo “A reinserção do prisioneiro como mito e cerimônia” encerra, até o momento, a participação de Loïc Wacquant na Revista Discursos Sediciosos. Nele, o autor tece algumas considerações em resposta aos papers apresentados no âmbito do Fórum “No Exit? The Prison Reentry Industry”, os quais julga comprometidos por três graves falhas conceituais referentes às ideias de “Complexo industrial prisional” e “Indústria de reinserção após prisão”. Ao corrigi-las, empreende, ao mesmo tempo, a uma revisão da própria teoria.

A principal discordância expressada pelo autor está na sugestão feita pelo emprego dos vocábulos “complexo” e “indústria”, os quais implicariam uma tecnologia articulada em termos organizacionais e políticos, o que não encontra respaldo. Wacquant ressalta que a função punitiva do governo é descentralizada, fragmentada e horizontal, sem organicidade suficiente para consubstanciar um “complexo”, uma “indústria”, ou ser absorvida como instância do setor privado (WACQUANT, 2012b, p.253).

Quanto ao “Complexo industrial prisional” especificamente, Wacquant refuta sua existência com argumentos contundentes. Em primeiro lugar, para que o encarceramento tomasse a forma de um complexo industrial, explica, ele precisaria gerar lucro, em alguma medida, e desempenhar um importante papel na economia, o que não acontece. Ele relembra que o orçamento americano destinado ao sistema penitenciário, mesmo com o crescimento astronômico da última década, ainda representa uma parcela ínfima do PIB do país.

Quanto ao lucro, ele seria virtualmente impossível considerando que os custos do encarceramento são exorbitantes, ao qual o trabalho carcerário, por questões estruturais, é incapaz de fazer frente. As prisões de hoje não mais confinam um exército industrial de reserva, mas ao contrário, armazenam prioritariamente os refugos do mercado de trabalho e as empresas e companhias que fazem ou já fizeram uso do trabalho do preso não o fizeram mais do que de forma acidental (ou incidental), em pequena escala. O reflorescimento do modelo de emprego prisional em massa já não é mais possível nas sociedades liberais do Ocidente avançado. Ainda que as condições de trabalho dentro das instituições carcerárias sejam degradantes, a maioria dos apenados padece mais de monótona indolência do que de trabalho escravo (WACQUANT, 2012b, p. 254; 2003b, p.152-153).

Para finalizar, ele assevera que mesmo num país como os Estados Unidos, onde prevalece uma longa tradição de confiança e delegação dos mais diversos serviços públicos e sociais ao setor privado, o encarceramento segue sendo a única exceção ao modelo nacional de economia mista porquanto permanece persistente e singularmente público. No seu entender, os estabelecimentos prisionais privados continuam sendo mais publicizados do que implementados, representando apenas pequena parcela da economia marginal. Ainda sobre o

encarceramento privado, ele acrescenta que, a despeito das previsões econômicas realizadas nos anos 90, o número de leitos nessas instituições sempre flutuou sem nunca chegar perto de corresponder a 10% da população carcerária americana (WACQUANT, 2012c, p.17) e deve permanecer dessa forma, uma vez que as perspectivas de privatização dos presídios sejam limitadas em razão de fatores econômicos. Sua permanência depende da capacidade de gerar lucro para seus acionistas, o que só pode acontecer com um rígido controle dos gastos e, portanto, da clientela assistida – nesse sentido, destacam-se os custosos gastos com a população prisional idosa, enferma, feminina, reincidente, etc (WACQUANT, 2012c, p.16) -. Além do mais, nos diz o autor, as experiências têm mostrado que quando todas as despesas são computadas, as instituições carcerárias com fins lucrativos têm custado ligeiramente mais ao Estado do que as instituições públicas, de modo que não deve seguir sendo mais do que mero complemento limitado ao Estado penal (WACQUANT, 2012c, p.17).

A razão para tudo isso, assevera Wacquant, estaria no verdadeiro caráter da instituição carcerária. Há, sem dúvidas, no cárcere, uma função econômica e de interação com os mercados, no entanto a chave de tal dimensão não se encontra no lucro propriamente dito. No seu entender, a prisão não é uma instituição econômica, mas sim uma instituição política basilar e, por esse motivo, o encarceramento permanece sendo a única função canônica do governo americano ainda ancorada na esfera da Administração pública. Nesse sentido, a prisão serviria para “disciplinar os indisciplinados e estocar o excedente”, para encenar a soberania do Estado através de um “teatro cívico” – a dramatização das normas coletivas – e, finalmente, para produzir “novas realidades”, novas categorias sociais, novos programas de governo, novas burocracias, novos alvos – realidades que vão, enfim, moldando uma nova forma de Estado (WACQUANT, 2012c, p.17).

Compreender essa diferenciação é essencial para compreender Wacquant e porque seu trabalho se dá através da matriz político-econômica do desvio. Partindo do acúmulo teórico da economia política da pena, sua análise coloca o Estado - tomado no sentido proposto por Pierre Bourdieu de *campo burocrático*⁴³ - como categoria de análise, o que lhe permite concluir pela predominância da **função política** do cárcere - o que não quer dizer que dele não se produzam efeitos econômicos, apenas que eles se dão de forma indireta. No trabalho de Wacquant a função de *disciplina* das instituições penais é trazida para o centro e dela decorrem, em grande medida, as suas conclusões. Enquanto dimensão de disciplinamento, o

⁴³ Por campo burocrático o autor entende o quadro de organizações que definem e distribuem bens públicos (WACQUANT, 2012c, p.7)

Estado pode adaptar as forças do proletariado às exigências de mercado (eis aí função econômica indireta) e reforçar a própria autoridade, de maneira simbólica.

O disciplinamento a que ele se refere, entendido por dentro do conceito de campo burocrático, permite combinar numa só moldura analítica a malha organizacional levado a cabo por dois sistemas complementares - o sistema de justiça e de assistência pública - sendo as políticas de *workfare* responsáveis por forjar a ética do trabalho nas porções *disciplináveis* (em grande medida as populações femininas) da força de trabalho, enquanto que o *prisonfare* se destina à neutralização das suas parcelas *dispensáveis* (e masculinas) (WACQUANT, 2012c, p.7). Percebe-se, então, a evidência de efetivas consequências econômicas dele advindas, porém não em decorrência da busca por lucro, e sim da capacidade política do Estado.

Ademais, enfatiza Wacquant, num plano mais amplo se dá a dimensão *produtiva* do encarceramento⁴⁴, em que epistemologicamente se rompe de maneira definitiva o binômio crime-punição. Não se trata de suprimir criminalidade, mas, em última instância, de produzir uma nova forma de Estado em consonância com o projeto dos ganhadores das lutas internas que se travam no seio das organizações que compõe o Estado. O uso da teoria de Bourdieu permite que Wacquant integre todas essas dimensões do aparato penal, superando a oposição materialista e simbólica para incluir a totalidade. Nas suas palavras,

De fato, o Estado Penal é uma instituição de múltiplas camadas, complexa o suficiente para operar nesses dois registros [material e simbólico] simultânea ou sequencialmente, logo, nós precisamos pôr fim a essa hostilidade hereditária entre essas duas visões e combiná-las como for necessário. O forte das teorias de Bourdieu ([1980] 1990) nessa frente é precisamente que elas nos compelem a tecer fatores materiais e simbólicos em uma análise integrada (WACQUANT, 2012c, p.12).

Já quanto a existência de uma “Indústria de reinserção após prisão”, Wacquant tece duas correções conceituais: A reinserção do prisioneiro pertence à cerimônia burocrática e não à economia industrial e a supervisão pós-prisão é um componente do *prisonfare*, que complementa o *workfare* e faz parte da política neoliberal do Estado. Passemos a cada uma delas individualmente.

O próprio emprego do vocábulo reinserção exige ponderação, quando se considera que, em primeiro lugar, dificilmente havia integração antes da institucionalização. Com isso se pretende chamar atenção para os problemas enfrentados pela clientela comum da prisão que, em geral, dizem respeito ao desemprego, invalidez, pobreza extrema, institucionalização

⁴⁴ Wacquant trabalha a dimensão produtiva do encarceramento na esteira do pensamento de Foucault em “A invenção da sexualidade”.

anterior ou de alguém da sua família (WACQUANT, 2012b, p.257). Em segundo lugar, a reinserção tomaria, na teoria wacquantiana, a forma de *circulação forçada* entre a instituição carcerária e o hipergueto dilapidado, numa relação de substituição funcional. Em terceiro, ele rejeita a associação entre o conjunto das instituições destinadas a acolher o apenado após o cumprimento da sentença com a ideia de indústria, por entender que elas não operam como instituições econômicas. Nesse ponto Wacquant se refere ao conhecido trabalho de Nils Christie “A indústria do controle do crime”, afirmando que a despeito de seu uso, a palavra indústria, no contexto em que Christie escrevia⁴⁵, não autoriza o uso em qualquer sentido do termo porque obscurece o sentido político e público das entidades de justiça criminal - o qual Wacquant entende como sendo seu *verdadeiro* sentido. Nos seus próprios termos: “Em resumo, a reinserção do prisioneiro não é uma indústria, mas sim uma charada burocrática” (WACQUANT, 2012b, p.260). O seu objetivo não é tanto reinserir como encobrir o processo de apenamento da miséria.

Por fim, quando Wacquant se refere ao fato de que os programas de reinserção se inscrevem no campo do *prisonfare* e não do *welfare*, ele o faz para que a experiência individual de cada (ex)-apenado (que pode ser positiva) não obscureça a realidade de que essas instituições operam num contínuo entre políticas penais e sociais, e são uma extensão da contenção punitiva como técnica de governo, ou seja, uma parte da engrenagem do hiperencarceramento, e não o seu antídoto. Em geral, o seu funcionamento se dá de maneira a ampliar os tentáculos da supervisão pós-prisão e o entendimento do autor é de que faz impedir que sua irracionalidade econômica e a farsa burocrática sejam efetivamente vistas.

⁴⁵ Wacquant explica que o emprego da palavra “indústria” por parte de Nils Christie se deveu ao seu espanto diante da magnitude do sistema penal americano em comparação com o europeu e não porque sua lógica fosse a lógica econômica industrial propriamente dita – o encarceramento só poderia ser uma tecnologia de processo de pessoas (WACQUANT, 2012b, p.257).

3. O “GRANDE ENCARCERAMENTO” NA REVISTA DISCURSOS SEDICIOSOS: EM BUSCA DA BRASILIDADE

3.1. A disjuntiva recepção x construção no debate criminológico latino-americano e a Revista Discursos Sediciosos

Vera Regina Pereira de Andrade (2012, p.79) nos conta que foi na década de 70 que a América Latina viu florescer o paradigma da reação social, o qual, chegando dos Estados Unidos e da Europa, fundamentava-se na tese de que o desvio (e, portanto, a criminalidade) “não é uma qualidade intrínseca da conduta ou uma entidade ontológica pré-constituída à reação (ou controle) social, mas uma qualidade (etiqueta) atribuída a determinados sujeitos através de complexos processos de interação social; isto é, de processos formais e informais de definição e seleção” (ANDRADE, 2003, p.205). Ela nos reconta como as teorias estrangeiras, ao serem recepcionadas no continente latino-americano, passaram por um processo de problematização quanto aos seus limites e potencialidades, o que levou a um duplo movimento de replicação e criação de conceitos. Para ela, “Estavam em jogo tanto a problematização e superação epistemológica e fundacional da Criminologia positivista quanto a definição da própria identidade que a Criminologia crítica deveria assumir na região” (ANDRADE, 2012, p.83).

Em “O triunfo de Lewis Carroll. A nova criminologia latino-americana”, publicado no ano 2000, na Revista Discursos Sediciosos, Lolita Aniyar de Castro nos conta em detalhes essa história. Situando a raiz internacional do novo momento criminológico no nascimento e no desdobramento das contraculturas (hippies, beatniks, Beatles) e nos movimentos políticos contestadores (o Maio francês, por exemplo), ela identifica o 23º Curso Internacional de Criminologia, realizado em Maracaibo, na Venezuela, em 1972, promovido pela Universidade de Zulia e pela Sociedade Internacional de Criminologia; como o momento de eclosão, na própria América Latina, dessa nova criminologia. Sobre isso, nos diz:

Desse curso participaram, além de muitos latino-americanos, e, com certeza, muitos venezuelanos, europeus com importantes produções intelectuais, e de tradição crítica, como o abolicionista Nils Christie, o antipsiquiatra italiano Franco Basaglia e Stanley Cohen.

Dissemos que o desenvolvimento desse curso foi particularmente radical. Era a década de 70, quando o espírito de contestação era habitualmente agressivo. Por exemplo, criticou-se a exposição de dois representantes da criminologia oficial brasileira – que, em consequência, se retiraram –, por terem realizado uma pesquisa sobre a violência nos delitos de trânsito em São Paulo, num momento em que no Brasil funcionava a tríplice A,

organização terrorista parapolicial (“Vergonha”!), acusava Franco Basaglia). Declarou-se *persona non grata* a representante enviada pelo governo de Pinochet. Fustigaram um participante de Porto Rico, porque quando lhe perguntaram se não considerava um ato de violência o fato que em sua terra o dólar fosse a moeda oficial, afirmou o seu orgulho de ter passaporte norte-americano. Isso motivou protestos ante a Sociedade Americana de Criminologia, e o conjunto desde a introdução que fiz do curso até as conclusões, gerou reservas publicadas pelo então presidente da Sociedade Internacional de Criminologia, professor Jean Pinatel, recentemente falecido.

Mas, nesse curso, também surgiu uma carta de protesto contra a Universidade de Berkeley, na Califórnia, que decidira encerrar – e encerrou – a Escola de Criminologia, como medida de controle tanto de suas publicações como das manifestações públicas, nas quais apareciam, vinculadas em solidariedade, professores, estudantes e setores marginalizados (mulheres e negros, por exemplo). Basaglia disse ali que “em Maracaibo, a velha criminologia havia morrido e que uma ciência alternativa abria espaço para visualizar o homem em uma dimensão humana”. (CASTRO, 2000, p.133)

É dessa forma que Lola narra os primeiros desdobramentos de um movimento intelectual e político que ainda alçaria voos mais altos, a despeito das violentas ditaduras que vigiam à época e que patrocinaram um triste capítulo de mortes, perseguições e assassinatos que atingiram também membros daquele novo pensamento, em grande medida representado pelos Grupo Latino-Americano de Criminologia Comparada (1972) e Grupo Latino-Americano de Criminologia Crítica (1981).

O que diferenciava, para Castro, a nova criminologia latina das criminologias produzidas além-mar, era um conjunto de premissas teóricas básicas, a abordagem interdisciplinar e o comprometimento político. As mais importantes linhas teóricas que teriam fundamentado o início de um processo de construção da identidade criminológica latino-americana são identificadas por ela como sendo:

- a) A nova criminologia latino-americana é uma ciência negativa (ou seja, uma ciência não positiva);
- b) A nova criminologia latino-americana rechaça o conceito de ciência aplicado à criminologia;
- c) A nova criminologia latino-americana afirma que a “causa” da delinquência é a lei e a seletividade do controle penal (formal);
- d) A nova criminologia latino-americana tomou como objeto as instituições políticas e jurídicas (fenomenologia do poder);
- e) A nova criminologia latino-americana denunciou a sujeição a que estavam entregues uma ampla porção de sua população;

- f) A nova criminologia latino-americana estudou os processos de legitimação e ideologização dos poderes;
- g) A nova criminologia latino-americana, de certo modo, se comprometeu com a transformação da realidade (a criminologia era considerada uma disciplina política).

O desenvolvimento desses pressupostos, aliado ao acúmulo criticamente produzido durante já mais de três décadas permitiram, no entender de Lola, a conformação de alguns temas tipicamente latino-americanos: as penas informais, as criminologias de base racial, o controle das drogas, os delitos internacionais assecuratórios da colonização, legislações legitimadoras dos delitos cometidos por regime ditatoriais, “o medo do delito para aglutinar consensos” e “a utilização de uma criminologia a serviço do poder” (CASTRO, 2000, p.143).

No mesmo artigo, ela ainda nos conta a história detalhada de dois debates cujo desenrolar marcou a história e a identidade da própria criminologia latino-americana. Trata-se dos debates sobre o objeto da Criminologia Crítica e sua epistemologia, representados, respectivamente, pelas controvérsias entre Lola e Roberto Bergalli e pelo trabalho intitulado “Desorientação epistemológica na criminologia crítica?”, de autoria de Eduardo Novoa Monreal.

Em 2011, após participar, na qualidade de jurada, do Simpósio Internacional de Criminologia, realizado anualmente em Estocolmo, desde 2005; Lola ressaltaria as diferenças efetivamente produzidas nas criminologias dos hemisférios norte e sul no artigo “O regresso triunfante de Darwin e Lombroso”, publicado na Revista Discursos Sediciosos no mesmo ano. Nesse trabalho, ela aduz que, “no mundo anglo-saxão, a visão pragmática da investigação universitária sobre a prevenção tem obedecido desde sempre ao clamor público e eleitoral por segurança” (CASTRO, 2011, p.164). Com isso, a autora faz referência à matriz epistemológica das psicologias comportamentais que comporiam com exclusividade o marco referencial da pesquisa em “Justiça Criminal”, nesses países, e que pautam incessantemente investigações biológicas, de caráter basicamente prevencionista e darwinista.

Como exemplo, Lola cita pesquisas sobre a prevenção de homicídios através de melhor nutrição em Ômega 3, pesquisas que relacionam conduta violenta e a enzima Minoamido Oxidase-A, além de pesquisas baseadas em córtex cerebrais e genoma humano. Ela ressalta que essas investigações caracterizam-se por eleger o “primeiro mundo” como

único panorama digno de estudo, mediante uma ideologia periculosista positivista que recuperaria triunfalmente Lombroso⁴⁶.

Contrariamente, nos diz Lola, o saber criminológico latino-americano teria construído, apesar do anunciado retrocesso da Criminologia Crítica e dos olhares reprovadores que para ela se voltam em razão de um hipotético e estereotipado ativismo social e político, “marcos sociopolíticos para um pensamento e investigações alternativos”, uma vez que vinculados a um contexto concreto específico (e dramático), comprometido em “teorizar sobre um marco transdisciplinar de grande amplitude, que é uma perspectiva integradora da história, política, interesses, definição e controle” (CASTRO, 2011, p.164).

Acompanhando de perto as reflexões propostas por Lola Aniyar de Castro, Luis Geraldo Gabaldón, em “Criminologias latino-americana e norte-americana: uma visão a partir do sul”, artigo publicado na Revista Discursos Sediciosos em 2012; vislumbra algumas características que diferenciariam a criminologia produzida na América Latina daquela produzida na América do Norte. Seriam elas: a preocupação epistemológica em delimitar os limites e o campo da Criminologia como disciplina; a busca pelo consenso e unidade política entre os pesquisadores e criminólogos; o enfoque estrutural e forte denúncia acerca da exclusão social e dos maus tratos cometidos pelas autoridades policiais. Em sentido contrário, então, a Criminologia produzida na América do Norte surgiria como um campo do saber destinado a explicar e prevenir o delito através da análise individual e baseado no uso de pesquisas quantitativas, sendo orientado pelos princípios da eficácia e gestão (GABALDÓN, 2012, p.283).

Quanto às ditas semelhanças, Gabaldón identifica na matriz teórica comum dessas “duas criminologias”, um ponto de identificação que permitiria amplas possibilidades para a investigação comparada entre as abordagens (GABALDÓN, 2012, p.283). Do ponto de vista latino-americano, trata-se de referência ao que chama de um “teor dogmático prescritivo” da Criminologia produzida na região, sem dúvida uma consequência da formação jurídica da maior parte de seus pesquisadores, e de onde resultaria o debate, o qual qualifica como estéril, acerca da definição de um campo de saber com um só propósito e uma só finalidade; bem como a posição de desconfiança em relação ao uso de análises estatísticas e pesquisas longitudinais ou transversais. Ele julga que o intercâmbio com as pesquisas desenvolvidas na América do Norte sob a perspectiva individual, a partir do uso de dados matemáticos poderia enriquecer as pesquisas feitas aqui.

⁴⁶ “já nem se trata mais de um paradigma etiológico: a tendência ascendente na criminologia dos países de língua inglesa é verdadeiramente um paradigma etológico” (CASTRO, 2011, p.163).

Do lado da Criminologia americana, Gabaldón entende que esta poderia beneficiar-se da “tendência intuitiva” e qualitativa latino-americana, cujo resultado é o desenvolvimento de pesquisas questionadoras da ordem e dos mecanismos formais de resposta ao delito. A proposta do autor é pautada no equilíbrio entre o quantitativo e o qualitativo produzidos nas Américas do Norte e do Sul (GABALDÓN, 2012, p.284).

Sem embargo, as possibilidades de um intercâmbio teórico entre os países do Centro e da Periferia tem constituído um rico campo de investigação para o criticismo latino-americano, comprometido com a renúncia de uma postura de importação acrítica de teorias exógenas e a efetiva construção de modelos alternativos desde a margem. A maneira como esse processo se deu, no entanto, não pode ser apreendida a partir das categorias imóveis de “recepção” e conseguinte “construção”, como nos explica Vera Andrade (2012, p.113):

Um reencontro com a trajetória percorrida pelo paradigma da reação social e pela Criminologia crítica na América Latina nos últimos quarenta anos demonstra **que não houve uma disjuntiva** entre recepção da Criminologia crítica norte-americana e europeia na América Latina “e” construção de uma Criminologia crítica Latino-americana, mas uma complementariedade mais sutil e complexa, pois tanto se recepcionou o paradigma da reação social e seus desenvolvimentos teóricos centrais quanto, quase que simultaneamente ou no próprio processo, conferiu-se-lhe uma continuidade latina periférica específica nos diferentes países, como o Brasil (grifos do autor).

A pesquisa condensada neste trabalho pôde, de fato, comprovar a hipótese esboçada por Vera Regina Pereira de Andrade, na medida em que na Revista Discursos Sediciosos se estruturam eixos diversificados de abordagem da questão penal, muitas vezes plenamente associados às teorias do centro e, por outras, tomados de perspectivas históricas brasileiras e características particulares da nossa sociedade, ou ainda no interregno do questionamento sobre a aplicabilidade das primeiras ao contexto nacional e continental periférico. A maneira como esses saberes se combinam é diversificada e plural, não hierárquica e caracterizada por uma interação dinâmica entre o acúmulo criminológico central sobre a modernidade e o acúmulo criminológico marginal, desde as perspectivas colonial e periférica. Da Revista emerge um mosaico ecológico de saberes, pois que constituído de rupturas e continuidades, notavelmente crítico, militante e liberto do colonialismo intelectual.

Neste capítulo, portanto, serão recuperados os trabalhos publicados na Revista Discursos Sediciosos (2000-2012) que se desenvolvem de maneira a apontar ou implicar as características brasileiras e periféricas relacionadas ao movimento do “grande encarceramento”, tomado a partir de perspectivas econômicas e político-econômicas, à semelhança do que foi feito no capítulo precedente, embora de forma mais alargada. Isso se

deve às características próprias tanto do saber criminológico latino-americano, quanto de sua realidade, para cuja apreensão faz-se necessário escapar das molduras tradicionais da economia política da pena e do que se definiu aqui como matriz política e político-econômica (BARATTA, 2011, p.191).

Em virtude da pluralidade da produção criminológica latino-americana, que se traduz ademais em uma diversidade de abordagens sobre a questão criminal (incluindo aí análises materialistas, culturais, sociológicas, político-jurídicas, étnicas, feministas, etc), foram consultados, na elaboração deste capítulo, textos das seções “Criminologia”, “História”, “Mídia”, “Polícia” e “Resenhas bibliográficas”, na medida em que dialogassem com os temas trabalhados no capítulo precedente, e indicassem especificidades brasileiras e latino-americanas, de onde a análise histórico-crítica mostrou-se essencial. Nesse sentido, a estrutura segue a lógica delimitada no item 2.3 do capítulo precedente, iniciando pela perspectiva socioeconômica, as relações entre punição e mercado de trabalho, e encaminhando-se para a perspectiva política, sobretudo as particularidades do Estado brasileiro, a fragmentação do seu território e o modelo de controle autoritário proeminente de suas instituições.

3.2. A perspectiva socioeconômica: inflexões a partir da relação entre punição e mercado de trabalho

Se, por um lado, a matriz econômica tradicional da punição, representada pela economia política da pena e, neste trabalho, por Rusche e Kirchheimer, encontra-se fortalecida na produção criminológica Central, o mesmo não pode ser dito em relação à produção brasileira e latina. As inflexões sobre punição e mercado de trabalho encontram-se, aqui, muito mais pautadas no criticismo histórico do que na categoria de mercado de trabalho. Cláudio Alberto Gabriel Guimarães e Marco Aurélio Nunes da Silveira, no entanto, são dois exemplos excepcionais a essa regra, pois, em 2012, publicam, respectivamente, “As históricas ingerências do capital na conformação dos sistemas punitivos” e “Economia política da pena: desemprego e encarceramento no Brasil”.

O trabalho de Guimarães trata da reconstituição histórica das funções da pena privativa de liberdade, desde sua origem até a contemporaneidade. Para fazê-lo, o autor utiliza a metodologia tradicional da historiografia revisionista, segundo a qual elenca “ciclos econômicos” diferenciados: o capitalismo mercantilista, o capitalismo industrial, o capitalismo intervencionista e o capitalismo neoliberal. Guimarães toma como referências bibliográficas predominantes, quanto ao primeiro período, Melossi e Pavarini (“Cárcere e

fábrica”) e Rusche e Kirchheimer (“Punição e estrutura social”); em relação ao segundo, Foucault (“Vigiar e punir”); e Wacquant em relação ao último. A análise do período identificado como capitalismo intervencionista é feita a partir dos trabalhos de Parsons e Merton, Baratta e Zaffaroni e a ideologia da “Defesa Social”.

Marco Aurélio Nunes da Silveira, por sua vez, busca indicar, através do seu trabalho, uma possível fundamentação teórica para a influência, inclusive no caso brasileiro, da questão econômica na moldagem do sistema punitivo e, portanto, nos volumes de encarceramento, tomando como marco teórico o trabalho de Rusche em “Punição e estrutura social” e utilizando o método estatístico. Assim, o autor trilha o caminho representado neste trabalho como “crítica e atualização da hipótese de Rusche e Kirchheimer” (item 2.3.1), especialmente as hipóteses formuladas por Jankovic (teoria da severidade e da utilidade). Em suma, Silveira pretende verificar as seguintes hipóteses: (a) há significativa correlação estatística entre os índices de desemprego e encarceramento; e (b) a computação da população encarcerada nos índices de desemprego permite supor o uso do sistema penal como meio de regulação do mercado de trabalho (SILVEIRA, 2012, p.305).

O método escolhido pelo autor para fazê-lo consiste em calcular o coeficiente de correlação linear de Pearson⁴⁷, em relação ao falseamento da hipótese (a), e em recalculá-lo os índices de desemprego apresentados pelo IBGE a partir da inclusão da população encarcerada, em relação ao falseamento da hipótese (b). Em virtude da mudança ocorrida nos critérios da pesquisa do IBGE quanto ao desemprego, ambas análises consideram dois períodos distintos (1976-1987 e 1993-2005).

Os resultados obtidos com o falseamento da hipótese (a) indicam o valor absoluto de correlação linear de Pearson na ordem de 0,72 para o primeiro período e 0,82 para o segundo período, o que significa uma forte correlação estatística nos dois casos, ainda que não possa demonstrar qualquer relação de causalidade entre as variáveis (desemprego e encarceramento) - já que essa dependeria, no entender do autor, de um estudo histórico-causal-comparativo do Brasil, nos moldes do que foi realizado em “Punição e estrutura social”.

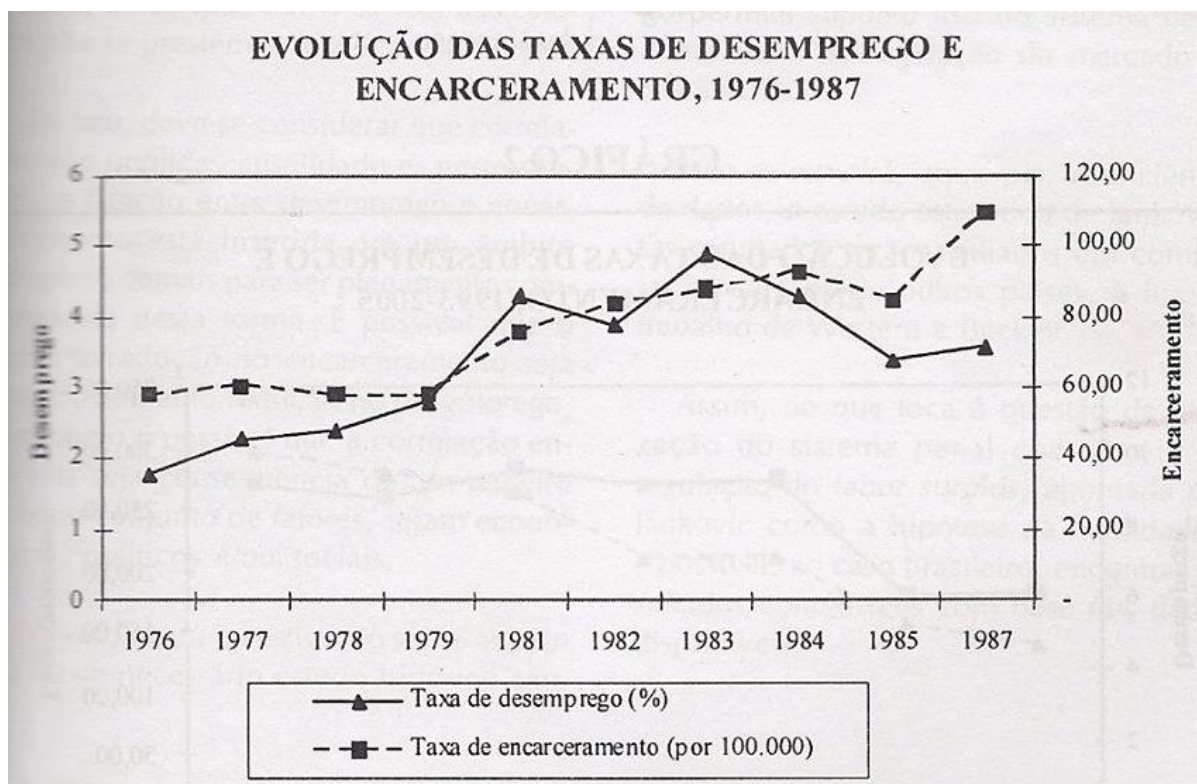
⁴⁷ O autor explica que o coeficiente de correlação linear de Pearson demonstra o grau de associação linear (intensidade da correlação) e o sentido da correlação (se positivo ou negativo) entre duas variáveis, sendo que o resultado +1 representa uma correlação perfeita e positiva (logo, direta) entre as variáveis, ao passo que o resultado -1 representa uma correlação perfeita e negativa (logo, indireta). Vale dizer, o resultado +1 indica que o aumento de uma das variáveis tende a implicar o aumento da outra, enquanto que o resultado -1 indica que a diminuição de umas das variáveis tende a implicar o aumento da outra. Esses valores, no entanto, são ideais. Considera-se que um resultado encontrado no intervalo 0-0,5 indica uma relação fraca, ao passo que um resultado no intervalo 0,7-1 indica uma correlação forte. Esse valor não indica, no entanto, nenhum tipo de relação de causalidade.

Os gráficos elaborados por Silveira para representar o primeiro período apresentam a linearidade de evolução entre as variáveis, interpretadas historicamente pelo autor. Ele aponta como a recessão experimentada em decorrência da crise do petróleo de 1979 teria feito explodir o desemprego e aumentar o encarceramento entre 1979 e 1981. Posteriormente, com a breve recuperação industrial de 1984 a 1986, o aumento no PIB teria feito cair o desemprego e o encarceramento. Logo em seguida, no entanto, seus valores voltaram a subir, possivelmente em decorrência da política do Plano Cruzado que era posta em prática.

Os gráficos que representam o segundo período permitem ver um aumento considerável nos valores absolutos dos índices de desemprego e encarceramento, o que indica um agravamento da situação social correspondente ao movimento do “grande encarceramento” uma vez que, ainda que o desemprego tenha se estabilizado em alguns momentos (2001-2003), os valores de encarceramento cresceram contínua e vorazmente. Isso leva Silveira a concluir que:

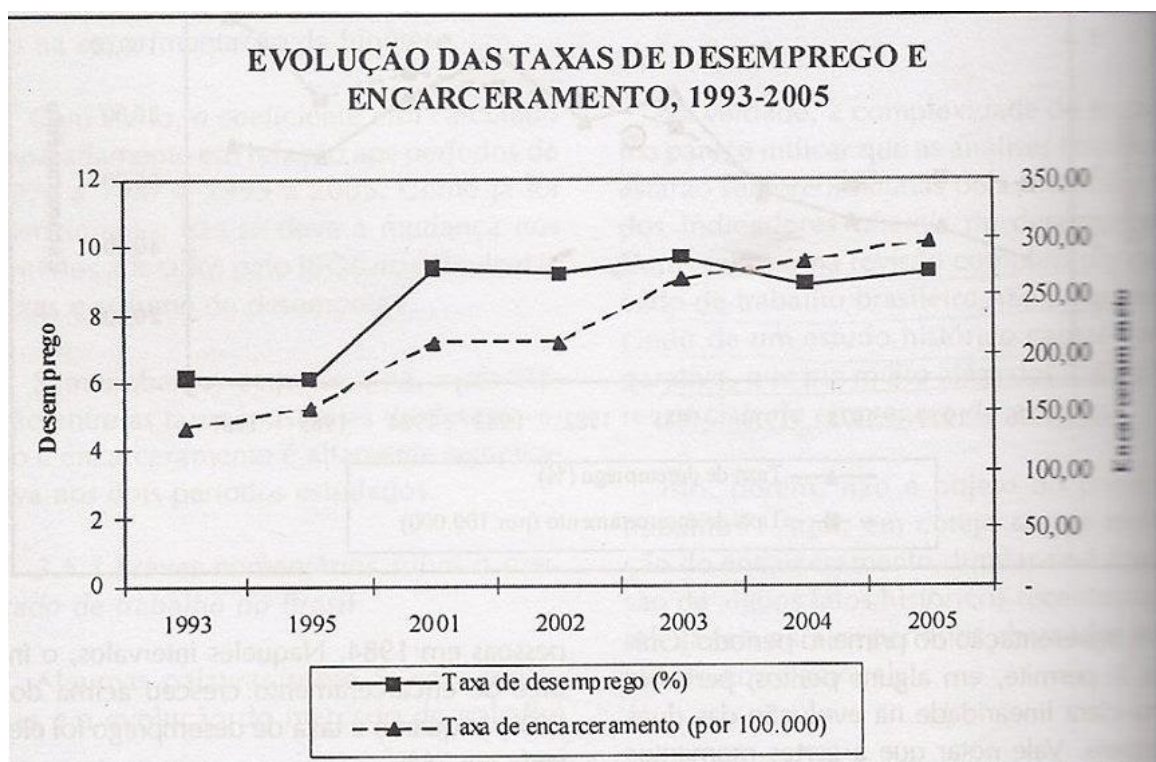
Com isso, pode-se dizer que, no Brasil, há evidência estatística da relação entre desemprego e punição, como preconizou Rusche, ainda que, como se viu, tais estudos não se prestem a “explicar” a relação. (...) Sem embargo, em conclusão, pode-se dizer que os resultados não sustentam plenamente a tese de Rusche, eis que uma relação de causa (desemprego) e efeito (encarceramento) não pode ser demonstrada. Importa perceber, porém, que, a despeito da questão causal, a relação entre aqueles fatores sociais restou estatisticamente comprovada. (SILVEIRA, 2012, p.311)

Gráfico 1: Evolução das taxas de desemprego e encarceramento no Brasil, 1976-1987



FONTE: SILVEIRA, 2012, p.309

Gráfico 2: Evolução das taxas de desemprego e encarceramento no Brasil, 1993-2005



FONTE: SILVEIRA, 2012, p.310

Os resultados obtidos com o falseamento da hipótese (b) permitiram a Silveira concluir que, no Brasil, o volume de encarceramento não é suficiente para regular o excesso da mão de obra, pois a taxa brasileira de desemprego ajustada (ou seja, em que inclui-se a população encarcerada) referente ao ano 1995⁴⁸ apresentou mínima alteração (de 6,1u a 6,3u) e se encontrava no patamar de países como a Holanda e a Dinamarca. De 95 a 2005, por outro lado, esse valor aumentou significativamente (de 6,1u a 9,3u e 6,3u a 9,7u), mas permaneceu longe dos encontrados nos Estados Unidos por Western e Beckett, que confirmaram a hipótese por lá (a pesquisa deles indicou a relação de 2,7 pessoas desempregadas para cada preso, já no ano de 95⁴⁹). Silveira alerta para o fato de que um estudo baseado também em critérios etários e raciais poderia indicar resultados mais próximos aos dos americanos, bem como ressalta indícios de uma forte relação entre prisão processual e mercado de trabalho.

Vem também de Silveira o alerta quanto ao fato de que os resultados encontrados precisariam ser interpretados consoante as particularidades do mercado de trabalho brasileiro, cuja posição de marginalidade na economia capitalista global desafia as análises empíricas. Sendo assim, faz-se oportuno recorrer a uma das fontes utilizada por Silveira, o artigo “Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil” de Claudio Salvadori Dedecca, que se destina a analisar a experiência do emprego no desenvolvimento sócio econômico brasileiro, dentro do contexto de crescimento do desemprego na maioria dos países capitalistas.

Dedecca nos fala da importância de dois momentos históricos para se compreender o problema brasileiro de recorrente abundância da força de trabalho disponível: o primeiro diz respeito ao fim do século XIX, antes da abolição do trabalho escravo, quando foram editadas duas leis que condicionaram a constituição do mercado de trabalho livre; e a segunda diz respeito precisamente ao movimento de transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Com efeito, em 18 de setembro de 1850, foi editada a Lei de Terras (Lei nº 601), no sentido de reconhecer a propriedade apenas das terras adquiridas no regime de sesmarias, destinando todas as outras ao Estado para delas dispor à propriedade privada. Assim, a população que ascendia à liberdade era impedida de ter-lhe acesso, sendo obrigada a se subordinar ao trabalho no latifúndio ou lançar-se à precariedade. Noutro sentido, em 1879, o decreto nº 2.827 garantiu ao proprietário de bem imóvel explorado no regime de colonato e parceria o direito de romper o contrato de maneira unilateral. Para o autor, esse modo de

⁴⁸ O ano de 1995 foi escolhido a fim de permitir comparação estatística com demais países da Europa ocidental e Estados Unidos.

⁴⁹ Para se estabelecer referência, em 2005, no Brasil, a pesquisa de Silveira indicava a existência de 24,74 pessoas desempregadas para cada preso (SILVEIRA, 2012, p.313).

regulação da propriedade privada constituiu-se na raiz do problema agrário no país, na medida em que impedia o acesso dos trabalhadores livres à terra e os subordinava ao trabalho de exploração no latifúndio (DEDECCA, 2005, p.95-96).

Mais tarde, na república, quando da baixa disponibilidade local de mão-de-obra enfrentada pela expansão cafeeira em São Paulo, o Estado brasileiro, pressionado pelas elites paulistas, decidiu financiar a política de migração externa em vez de incentivar a migração interna da abundante mão-de-obra disponível nos estados do Nordeste, gerando, assim, um excedente de força de trabalho que influenciou a economia brasileira durante todo o século XX. Dedecca explica que muitas hipóteses concorrem para explicar tal escolha, como os interesses dos latifundiários nordestinos, preocupados com a possível decadência da propriedade latifundiária; bem como a desconfiança dos cafeicultores paulistas em incorporar a mão-de-obra livre negra nas lavouras. De toda forma, observa-se que a montagem do mercado de trabalho livre no país se deu preservando atividades e espaços de ocupação originados em fases anteriores do desenvolvimento econômico colonial, na medida em que se estruturou sem aproveitar a disponibilidade de mão-de-obra existente decorrente da escravidão, eternamente destinada à informalidade ou à ilegalidade.

Então, durante o período concebido entre os anos 1930 e 1980, o país conviveu com um problema permanente de emprego apesar da ponderável capacidade econômica de geração de empregos, devido precisamente à estrutura fundiária e ao processo de formação do mercado livre de trabalho. Esse problema se manifestou como reprodução sistemática de um amplo setor informal ao mesmo tempo em que a industrialização patrocinava um movimento convergente entre crescimento da produção e do emprego.

Essa dinâmica só foi alterada na década de 90, quando irrompe um violento processo de reestruturação econômica, fundamentado no fluxo de recursos externos e na internacionalização da propriedade industrial estrutural. Aliada à dependência produtiva de insumos importados, a nova dinâmica gerou, paralelamente, uma explosão do desemprego e aumento na informalidade do trabalho. O discurso que a estruturava defendia as políticas de flexibilização adotadas como uma forma de modernizar a economia, justificando a expulsão de trabalhadores do grande setor como migração para serviços mais modernos absorvidos pelas multinacionais. Dedecca alerta, no entanto, para que as ocupações criadas no período dissessem respeito, na realidade, a pequenos empreendimentos de baixo rendimento e produtividade e pouca qualificação, voltados para o consumo familiar.

É por tudo isso que o autor conclui pelo conservadorismo da maioria das pesquisas sobre a extensão do desemprego no país, uma vez que desconsiderem aspectos históricos da

predominância do trabalho precário informal (DEDECCA, 2005, p.110). Seriam esses aspectos que distanciaríamos a experiência do desemprego experimentado por aqui daquela vivida pelos países europeus nas últimas três décadas, cujo resultado foi o dismantelamento das garantias sociais (ou do “Estado social”) e o rápido crescimento do encarceramento. Ao contrário, nos conta Dedecca, a rede de garantias sociais relacionadas ao trabalho nunca chegou propriamente a se estruturar no Brasil, ainda que sobre elas tenha recaído o discurso político-econômico dos anos 90 favorável à “modernização” do mercado de trabalho (DEDECCA, 2005, p.110).

Já Roberta Duboc Pedrinha, em “No espaço do cárcere e para além dele: a sociedade do trabalho abstrato, a dimensão do tempo e a (re)produção da “exclusão””, publicado em 2010 na Revista Discursos Sediciosos, aborda a questão do trabalho e da punição sob a perspectiva do tempo. Ela retoma, desde a física newtoniana, o conceito de tempo adotado pela sociedade ocidental, passando pelas inovações trazidas por Einstein quando da teoria da relatividade e a descoberta de que, também o tempo, é relativo.

Ela nos diz a respeito da “dimensão temporal dos “incluídos””, aqueles para quem o tempo é veloz, pois não podem esperar para consumir as novidades do mercado, para quem o tempo do processo penal deve ser acelerado e o tempo da pena, ao contrário, desacelerado. Do outro lado, para os “excluídos” no cárcere, o tempo seria perdido, pois passa numa excruciante morosidade - o tempo que “é posto entre parênteses na consciência” (PEDRINHA, 2010, p.344).

A aceleração dos tempos da contemporaneidade, nos diz Pedrinha, um período marcado pelos foguetes espaciais e pela comunicação instantânea, está relacionada à sociedade do trabalho abstrato⁵⁰ que se tornou a coluna vertebral da modernidade através de um violento processo de imposição do trabalho. O trabalho, então, passa a ser uma obrigação absoluta, tendo como referentes o gênero masculino, a raça branca e a cultura ocidental de tal forma que seu aspecto coercitivo deixe de ser percebido, pois, agora, a obrigação de trabalhar foi convertida em direito de trabalhar. Essa sociedade, chamada por Pedrinha de “a sociedade do trabalho abstrato”, é totalizante, nos diz ela, pois “toda dimensão do tempo se concentra nela. Nada lhe escapa, nem mesmo o tempo fora do trabalho, chamado “tempo livre”” (PEDRINHA, 2010, p.345).

O desenvolvimento da instituição trabalho no Brasil, no entanto, alerta a autora, apresentaria particularidades relacionadas ao uso da servidão involuntária no modelo

⁵⁰ Roberta Pedrinha retoma Marx em “O capital”, no sentido de um trabalho despidido de especificidades e considerado apenas como simples despesa de energias humanas, físicas e intelectuais.

escravista: primeiro, os indígenas que foram submetidos à escravidão desregulamentada e sustentaram a economia extrativista e a produção do açúcar (os caetés, os tupinambás, os carijós, tamoios e tapuias) e, em seguida, os negros vindos da África, os quais sustentaram os latifúndios monocultores e a extração aurífera, além de realizarem os serviços domésticos.

Com a abolição da escravidão e a passagem a um modelo de trabalho assalariado (ou servidão voluntária), dá-se a diversificação da natureza do trabalho, mas que atinge os negros de maneira perversa, pois, tornados livres, passaram a ser vistos no espaço público como “defeituosos”, “embrutecidos”, “sem preparo”, “sem desenvolvimento moral” para se inserirem no mercado de trabalho formal⁵¹. Assim, logo após a aprovação da Lei Áurea, o Ministro da Justiça Ferreira Vianna apresentou à Câmara dos Deputados uma proposta de lei denominada “Projeto de Repressão da Ociosidade” e que ambicionava reprimir a criminalidade potencial dos negros libertos, os quais eram vistos como ociosos e, portanto, criminosos em potencial, já que a ociosidade era vista pelo Ministro como a principal causa da criminalidade (DA SILVA, 2009, p.1).

O Brasil imperial substituíra, então, a senzala pelo cárcere, demarcando a política criminal que seria destinada aos negros durante a história brasileira. É nesse sentido que Pedrinha retoma a indagação de Galeano: “se a sociedade industrial europeia proletarizou os camponeses e impôs nas cidades a disciplina do trabalho, como pode impor agora a disciplina do desemprego?”. Dessa maneira, ela está relacionando tanto a passagem do escravo ao trabalhador livre como ao processo em curso no capitalismo tardio de dismantelamento do emprego nos moldes fordista-keynesiano e das garantias trabalhistas.

3.2.1. Trabalho e repressão penal do corpo negro

As inflexões (sócio) econômicas entre punição e mercado de trabalho na sociedade brasileira são altamente caracterizadas pela estrutura produtiva escravista que aqui imperou durante quatro séculos, como já o antecipa o trabalho de Claudio Dedecca. Andrade, Mayora e Garcia igualmente refletem sobre a questão, concluindo que o processo descrito pela matriz epistemológica da economia política da pena pouco ou nada diz respeito à sociedade brasileira, senão enquanto reflexo, na Colônia, das políticas da Metrópole. Aqui, eles nos contam, “o Estado ainda estava em formação, a burguesia engatinhando, mimetizando influências estrangeiras que surgiam vagarosamente. A ordem a ser defendida não era a do

⁵¹ Foi nesse sentido o discurso do deputado Ratisbona durante votação da Lei dos Sexagenários na Câmara de Deputados do Império (NUNES, 1995 *apud* DA SILVA, 2009).

capitalismo industrial, mas a escravocrata” (ANDRADE, MAYORA, GARCIA, 2015, p.110). Se, na Europa, a relação funcional entre cárcere e fábrica se dava na moldagem do proletariado urbano, tal necessidade era por aqui inexistente, uma vez que o modelo de produção era essencialmente agrário e exercido por escravos.

Na Revista Discursos Sediciosos, é a análise histórico-crítica de Maurício Stegemann Dieter em “Sistema econômico e tutela penal do escravo no Brasil Imperial”, publicada em 2012, que aprofunda essa questão, nos seguintes termos:

A criminalização preferencial dos negros é uma das características do direito penal brasileiro. A análise histórica evidencia que a perseguição dos escravos começa o percurso histórico de estigmatização do negro, identificado como sujeito com personalidade criminosa potencial. Como escravos no Brasil imperial ou marginalizados no Brasil contemporâneo, seguem sendo as principais vítimas da seletividade penal, que tem por objetivo manter a estrutura de classes (DIETER, 2012, p.635).

A matriz teórica que fundamenta o trabalho do autor é a mesma revelada por Rusche e Kirchheimer em “Punição e estrutura social” e tratada neste trabalho como “a hipótese de Rusche e Kirchheimer”, ou seja, a abordagem da pena a partir de suas verdadeiras relações e não mais como mera consequência do delito, como enuncia a teoria jurídica.

Rusche antevia na pena um processo independente da sua concepção jurídica e de seus fins sociais e, por isso, centrou-se em desvelar sua função econômica e estrutural. Nesse sentido, Dieter fundamenta-se na qualidade do direito penal enquanto técnica de controle social e de dominação de classes, cujo objetivo final é a manutenção da ordem econômica pela gestão diferencial da criminalidade (DIETER, 2012, p.613). A pena surgiria, nesse contexto, como instrumento a fim de garantir a existência e a continuidade da ordem enunciada, na medida em que “explicita a função real de controle social do direito penal, deslocando a função declarada de proteção a direitos fundamentais para um lugar subsidiário, fragmentário ou meramente ilusório” (DIETER, 2012, p.613).

É na relação entre tutela penal e sistema produtivo que Dieter procura identificar, através do estudo da tutela penal pública sobre o escravo no Brasil Imperial e as necessidades estruturais do Império traduzidas em discurso jurídico penal, a adequação de sentido entre punição e estrutura econômica, no Brasil. A organização econômica do Império baseava-se, então, na economia agrária fundada no latifúndio e sustentada pela mão-de-obra escrava, da mesma maneira como se desenvolvia no período colonial, inalterada pela declaração de independência. Com efeito, o processo de independência manteve inatingida não somente a estrutura produtiva, como também a estrutura política oligárquica que, preservada, consolidou

seu poder senhorial através do Estado (DIETER, 2012, p.614), num movimento aparentemente descompassado com a fundamentação jurídico-política que adotava o Estado Imperial e que era baseada no discurso liberal burguês recém-chegado da Europa.

Tendo em vista que a escravidão continuava a ser, mesmo após a proibição do tráfico negreiro, o pilar que sustentava a economia brasileira, o uso do trabalho escravo constituiu-se em um dos pontos de maior contradição entre os horizontes produtivo e normativo do Estado, exigindo um suporte retórico conservador no discurso político que fosse capaz de conter a penetração da ideologia liberal abolicionista.

Ainda que a tradição secular da cultura escravocrata tenha conseguido frear o programa liberal no que se referia à abolição da escravidão, não foi senão à custa da coerência de um discurso jurídico que passa a alocar programas antagônicos nos âmbitos constitucional, civil e, sobretudo, penal. Dessa forma, paralelamente ao programa criminológico liberal da Constituição de 1824, coexistiram as Ordenações Filipinas, uma legislação portuguesa do século XVII que se notabilizava pela brutalidade das penas cominadas⁵² e pela ausência de proporcionalidade em sua aplicação.

Do ponto de vista crítico, Maurício Dieter destaca que a aparente contradição entre a formulação jurídica liberal e o programa criminológico escravocrata não era senão lógica, levando-se em consideração que o direito penal seria um mecanismo de manutenção da ordem econômica e que a recém-independência política do Brasil, afinal, não houvera alterado significativamente as estruturas produtivas. Nesse sentido, o autor destaca como a tutela penal dos escravos era mantida, no âmbito das Ordenações Filipinas, conscrita ao costume local da punição doméstica e baseada no uso do poder privado para controlar a força de trabalho, enquanto que o caráter de intimidação da legislação penal geral servia funcionalmente para realizar o controle de eventuais “inimigos do império” (DIETER, 2012, p.617).

Assim, em 1830, dá-se a promulgação do Código Penal do Império, quando a necessidade de coerência do sistema jurídico passa a revestir a tutela penal dos escravos de um “verniz liberal”. É então constituída uma legislação paradoxal em que as penas de morte, açoite e de galés são cominadas aos escravos, a despeito de expressa proibição constitucional, a fim de atender as demandas do poder econômico das elites agrárias. Para Dieter, o novo programa liberal deixava intocados os abismos da brutalidade da exploração da força de trabalho porque os grupos responsáveis pela elaboração do código, eles mesmos frutos da

⁵² Dieter destaca as penas de morte natural (enforcamento seguido de sepultamento), morte natural cruelmente, morte natural pelo fogo e morte natural para sempre (enforcamento seguido de apodrecimento) (DIETER, 2012, p.616)

elite sustentada pela escravidão e enviados à Europa para apreender o saber jurídico, estavam pragmaticamente dispostos a preservar o próprio poder mediante a elaboração de concessões teóricas.

Como decorrência da nova codificação, é formalmente reconhecida, no âmbito penal, a natureza jurídica do escravo enquanto pessoa (no âmbito civil permanecia a natureza jurídica da “coisa”). Maurício Dieter alerta, a esse respeito, para que a técnica jurídica encobre o fato de que a pessoalidade do escravizado passava a ser politicamente interessante apenas na medida em que tornasse a pessoa do escravo sempre imputável - ou seja, inserida nas políticas de controle social típicas do Direito Penal contra a mão de obra não remunerada -, e não em razão do reconhecimento de sua humanidade. Nos demais casos, a natureza jurídica do negro voltava a ser complexa, ora equiparada ao gado, ora à coisa alheia, etc.

Ademais, o aspecto jurídico-penal mais significativo para compreender a utilidade da pena no Brasil imperial, no entender de Maurício Dieter, estaria na manutenção do poder punitivo privado para o castigo dos escravos dentro das unidades agrárias, já que a lógica política que se delineava então era a de um poder centralizado. Doutro modo, a utilidade da pena de açoites estava em que ela mostrava-se precisamente como a maneira mais adequada para “retribuir e prevenir o crime” através da submissão do trabalho escravo mediante sua execução privada (DIETER, 2012, p.634).

Tamanha a relevância dessa espécie de sanção, que os tribunais terminavam sempre por legitimar os excessos e a crueldade praticados por senhores de escravos em sua aplicação, ainda que a legislação prescrevesse, mediante a tipificação do delito de “ferimentos e outras offensas physicas”, a necessidade de cautela e ponderação na aplicação do açoite para “não danificar a força de trabalho ou motivar, pelo reforço negativo, a revolta da população escrava” (DIETER, 2012, p.634).

Ademais, além da pena de açoites, eram aplicáveis aos escravos também a pena de condenação a trabalho nas galés⁵³ e a pena de morte, cuja execução, ao contrário, dava-se no âmbito público. Em ambas, observa-se uma homologia entre as necessidades estruturais econômicas e a legislação, em detrimento da teoria e do sistema jurídico vigente. No caso das galés, subsistia uma discussão política e jurídica quanto à inconveniência da mesma, pois sua execução poderia ser menos penosa ao escravo do que a própria servidão, o que motivava a crítica de parte das elites intelectuais e políticas quanto à sua “insuficiência intimidatória” e

⁵³ Art. 44 do Código Penal de 1830: A pena de galés sujeitará os réos a andarem com calceta no pé, e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregarem-se nos trabalhos publicos da provincia, onde tiver sido commettido o delicto, á disposição do Governo.

justificava seu desejo pelo endurecimento na aplicação da medida até que se configurasse mais terrível do que a submissão no latifúndio (uma espécie de *less eligibility* escravocrata).

As vozes que respaldavam tal discurso denunciavam também um pretenso caráter de apropriação pública do bem privado que a pena de galés representaria, uma afronta, segundo eles, ao princípio constitucional da personalidade da pena, já que atingiria mais o senhor do escravo, em sua propriedade, do que o próprio réu (DIETER, 2012, p.626). Neste contexto, a teoria jurídica, quando confrontada quanto à aplicabilidade da comutação da pena de galés pela pena de prisão, prevista no artigo 45 do Código⁵⁴, decide, em substituição, por comutá-la em pena de açoites. Para Maurício Dieter, a razão para tal escolha justificar-se-ia na medida em que, a um só tempo, reafirma a estrutura política escravocrata, a autoridade senhorial e reduz as perdas econômicas que doutro modo adviriam aos latifundiários, os quais só recuperariam a força de trabalho do escravo após o inteiro cumprimento da pena de galés.

A respeito da pena de morte prevista no artigo 38⁵⁵ do Código Penal Imperial e regulamentada pela lei nº 4/1835, Dieter entende ter-se tratado de tácita violação constitucional⁵⁶ e de ofensa ao princípio da igualdade consagrado na Constituição de 1824⁵⁷, na medida em que cabia, de maneira geral, aos crimes de insurreição, homicídio agravado e roubo com morte; exceto no caso de réu escravo, quando se aplicava a todos os tipos de homicídio, mesmo que não agravados⁵⁸ e condicionava o réu a um processo penal diferenciado.

Por detrás da inovação legal de 1835, vislumbra o autor o clima de insurreição que chegava ao Brasil vindo do Haiti, e o conseqüente medo experimentado pelas elites escravocratas traduzido, finalmente, em pensamento político-criminal. A pena capital, doravante, apesar de se configurar como redução da força laboral, viveu no espaço público como instrumento disciplinar e intimidatório, indispensável à manutenção da ordem até que a

⁵⁴ Art. 45. A pena de galés nunca será imposta: 1º A's mulheres, as quaes quando tiverem commettido crimes, para que esteja estabelecida esta pena, serão condemnadas pelo mesmo tempo a prisão em lugar, e com serviço analogo ao seu sexo. 2º Aos menores de vinte e um annos, e maiores de sessenta, aos quaes se substituirá esta pena pela de prisão com trabalho pelo mesmo tempo. Quando o condemnado á galés, estando no cumprimento da pena, chegar á idade de sessenta annos, ser-lhe-ha esta substituida pela de prisão com trabalho por outro tanto tempo, quanto ainda lhe faltar para cumprir.

⁵⁵ Art. 38 do Código Penal de 1830: A pena de morte será dada na forca.

⁵⁶ Art. 179, XIX da Constituição de 1824: Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis.

⁵⁷ Art. 179, XIII da Constituição de 1824: A Lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, o recompensará em proporção dos merecimentos de cada um.

⁵⁸ Art. 1º da Lei nº 4 de 10 de junho de 1835: Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave offensa physica a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e ás suas mulheres, que com elles viverem. Se o ferimento, ou offensa physica forem leves, a pena será de açoites a proporção das circunstancias mais ou menos aggravantes.

proibição do tráfico tornasse a “mercadoria escravo” muito escassa para ser dispensada⁵⁹.

Dieter nos explica:

Uma análise crítica do tópico em questão constata que a execução da pena de morte parece contrariar a lógica utilitária econômica, pois tem como resultado a redução da força laboral. Isso porque, como percebe Batista, o sentido geral das penas aplicadas aos escravos era preservar a força de trabalho. Todavia, as ações que colocavam em risco a própria ordem da unidade de produção justificavam o “desemprego pela morte, ainda que na razão direta da oferta disponível no mercado de escravos”. Afinal, a utilidade que determina a aplicação da pena compreende também a eliminação de mão de obra irredutível à disciplina laboral: os escravos que constituíam uma ameaça ao sistema produtivo eram eliminados, servindo subsidiariamente sua execução como exemplo para os demais. (DIETER, 2012, p. 631).

Em suma, o que Maurício Dieter intenciona demonstrar é que o sistema jurídico-penal imperial, instrumentalizado na pena, ao instituir um direito penal diferenciado aos escravos, revelava as necessidades econômicas estruturais do país e o caráter legitimador que o Direito, enquanto instrumento, possui a fim de controlar uma dada ordem social. Através de sua exposição, é revelada a maneira pela qual a tutela penal foi utilizada a fim de moldar uma determinada estrutura político-econômica centralizada em torno do poder Moderador, embora ainda economicamente fundada no latifúndio e na escravidão.

Enquanto, na Europa, a pena privativa de liberdade era utilizada de maneira a mimetizar a disciplina da fábrica, por aqui, ela só existia como pena destinada à população branca, porquanto fosse a única sanção prevista pelo Código Penal de 1830 não aplicável aos escravos, os quais continuavam, preferencialmente, sob o jugo da disciplina privada publicamente autorizada. O programa ideológico-jurídico brasileiro da punição servia, por sua vez, a fim de controlar, através da pena, qualquer tipo de indisposição contra o regime político e qualquer rachadura no sistema econômico. Diante disso, Maurício Dieter (2012, p.635) conclui:

Estudar a disciplina penal do escravo no período imperial é especialmente interessante diante do atual contexto de criminalizações no início do século XXI. A abordagem histórica dos sistemas punitivos permite identificar na atualidade o retorno às velhas práticas do controle social, com objetivos políticos semelhantes, reapresentadas como novas medidas de política criminal. Sem dúvida há aqui também uma lição fundamental sobre a possibilidade de o Poder Judiciário servir como garantia dos marginalizados, sejam eles escravos ou favelados.

3.3. A perspectiva política: inflexões a partir do simbólico

⁵⁹ Promulgada em 1835, no começo do século XIX, a Lei nº 4 só foi revogada 51 anos mais tarde, em 1886, já em fim de século, pela lei nº 3.310.

Política, como tradicionalmente enunciada pela ciência política, costuma referir-se aos estudos sobre o poder e o Estado, na forma de um “metadiscurso epistêmico das relações de poder”, um “recorte objetivo das instâncias sociais de onde se manifesta o poder” (WARAT, 1992, p.37). Neste trabalho, no entanto, trabalhamos o conceito de política tal como idealizado por Warat (1992), por entendermos que este se adequa melhor ao objeto ora estudado, vez que marcado pela construção da complexidade e do pluralismo:

Minha proposta faz referência a todos os mecanismos simbólicos que possibilitam a própria existência da sociedade, a instância na qual se geram os mecanismos de identificação das relações dos homens entre si e sua localização no mundo. Neste sentido, a política faria referência genericamente a todas as dimensões simbólicas da instituição imaginária da sociedade (WARAT, 1992, p.37).

A proposta de Warat pressupõe, então, que o simbólico é uma dimensão do político e o político uma dimensão do simbólico, o que lhe permite pensar uma cena política para a singularidade, ou seja, para todos, e não apenas para um “corpo independente de profissionais e administradores que tomassem o lugar do espaço público respaldados por um conjunto de representações idealizantes” (WARAT, 1992, p.37-38). Sem negar o conceito tradicional da ciência política, o que Warat nos propõe é um olhar alargado para nós mesmos, que toma a política como o espaço em que uma sociedade, historicamente, se interroga sobre seus contornos. Nas palavras dele, “falar de política neste contexto implica situar-nos interrogativamente num território que nos permita pensar os modos em que em uma sociedade se articularão significativamente o poder, a produção de bens materiais, a lei, o saber e a personalidade” (WARAT, 1992, p.36).

Nesse sentido, buscaremos retomar, neste tópico, as linhas mestras dos discursos sediciosos enunciados nas seções “Criminologia”, “História”, “Justiça”, “Mídia” e “Polícia” quanto à dimensão do político e do simbólico na sociedade brasileira e na Criminologia brasileira.

O processo de formação e as continuidades do Estado brasileiro

Em “Troféus da ordem”, publicado na Revista Discursos Sediciosos em 2011, Nilo Batista nos descreve brevemente o “grande encarceramento” como essa “conjuntura estranha” em que “o político deve ser representado policialmente” (BATISTA, 2010, p.554). Neste espaço específico, ele se referia à exposição simbólica dos “capturados” - dos jovens negros marginalizados – a fim de cumprir a função política de manutenção dos valores senhoriais -

da “ordem” -, levada a cabo pela polícia. Mas, de fato, do estudo da Revista Discursos no marco do grande encarceramento, emerge a importância do Estado brasileiro, da sua formação e operacionalização através das instituições que o compõe.

Quanto a essa questão, é oportuna a lição de Wolkmer, o qual identifica, na América latina, uma tradição estatal periférica, fundamentada em marcos histórico-políticos da latinidade, dentro do qual a cultura política e jurídica surge como reflexo de diferenças histórico-estruturais vivenciadas no continente, que o tornam expressão de uma relação duplamente contraditória. Essa contradição se exprime num Estado que se afirma soberano, mas cuja base econômica é, desde a gênese, dependente. Nesse sentido, destaca-se a complexa relação entre os fatores internos e externos, pois, “a dependência é produto tanto das condições criadas pelo sistema de dominação político-econômico mundial quanto das relações de [...] domínio) e da ação étnico-cultural dos agentes e dos grupos na esfera de cada Nação e cada Estado” (WOLKMER, 1994 *apud* WOLKMER, 2008).

Nesse contexto, o Estado, enquanto instituição na América latina, seria operacionalizado de forma a abranger, em seu seio, estruturas múltiplas e complexas que justificaram diversas interpretações, seja como Estado Oligárquico, Estado do Capitalismo Dependente, Estado Patrimonialista ou Burocrático-estamental, Estado Autoritário-Burocrático, Estado do Subdesenvolvimento Capitalista, Estado Corporativo, etc (WOLKMER, 2008, p.13). Trata-se da desmitificação do modelo liberal clássico e que implica “a necessidade de se repensar, criticamente, um novo conceito de Estado, adequado às particularidades socioeconômicas e político-culturais da América Latina” (WOLKMER, 2008, p.13).

Isso porque o percurso da tradição estatal latino-americana se distinguiria da europeia em razão de sua formação heterogênea, em primeiro lugar, por não ser produto de uma sociedade nacional politicamente organizada. Ao contrário, explica Wolkmer (2008, p.12), é o Estado como próprio artífice que vai atuar de forma a definir os grupos e as formas sociais existentes. O modelo de Estado que se projeta, nessas condições, é um modelo que busca estruturar a sociedade independentemente da participação de setores políticos minoritários e regionais, através da distribuição clientelista de favores. Essa situação é significativamente diferente da que se desenrolou no processo de constituição dos Estados modernos europeus:

Ora a dinâmica de formação moderna do Estado, em alguns países como Inglaterra e EUA, edificou-se como resultado do desenvolvimento da Sociedade e da Nação organizada, bem como da ascensão de uma elite burguesa treinada na prática parlamentar representativa. Contudo, outros países localizados na periferia latino-americana, marcados por um

capitalismo tardio e sem possuir uma sociedade burguesa estratificada experimentam uma modernização conservadora, instaurada pelo próprio Estado, que se fez representar por elites providas geralmente de setores da burocracia civil e militar (WOLKMER, 2008, p.13-14).

A modernização conservadora a que o autor se refere é proeminente na experiência brasileira, em que o Estado formalmente independente e soberano é erigido no espaço deixado após a volta da família real portuguesa a Portugal. Foi, então, o próprio Estado quem passou a recrutar, dentro dos grupos superiores, - que até então se dedicavam a mineração, ao comércio e ao latifúndio - a elite burocrática para ocupar a administração do governo imperial. Ao fazê-lo, recicla as tradições do mercantilismo, do patrimonialismo e do absolutismo português, de forma que “desde suas origens e prosseguindo em toda história brasileira, as nossas elites oligárquicas e latifundiárias controlaram o Estado e exerceram a dominação política, alheias totalmente aos intentos da população, e sempre muito servis ao capital internacional” (WOLKMER, 2008, p.14).

Evidencia-se, dessa forma, que o Estado brasileiro, além de incorporar a montagem burocrática e centralizadora do sistema de administração lusitana, surge sem uma identidade nacional, completamente desvinculado dos objetivos de sua população e origem, e da Sociedade como um todo. Alheia à manifestação e à vontade do povo, a Metrópole transfere o poder real para a Colônia, implantando uma estrutura de poder monárquica que serve de uma burocracia estamental, originada dos senhores de escravos e proprietários de terras. A aliança entre o poder aristocrático da coroa com as elites agrárias locais permite construir um modelo de Estado que defenderá sempre, mesmo depois da independência, os intentos de segmentos sociais possuidores da propriedade e do capital. Naturalmente, mesmo com as mudanças políticas e econômicas do país (nos exemplos históricos da Independência, Proclamação da República, Revolução de 30 etc), e com os deslocamentos sociais das elites, imperiais e republicanas, o Estado age como uma “instância” contraditória, assumindo diante da cerceada, tutelada e fragmentada Sociedade, os ares de administrador, empresário e implementador do desenvolvimento capitalista-industrial. Em certos momentos da evolução nacional (período pós-30), diante da inércia dos setores hegemônicos dissidentes e de uma Sociedade fragmentada pelos poderes regionais, o Estado acaba se projetando para ocupar o vazio existente, como o “*único sujeito político*” (PIRES, 1986, p.51) capaz de unificar, nacionalmente, a Sociedade oligárquica e de fomentar o moderno arranque do desenvolvimento industrial (WOLKMER, 2008, p.14)

Quando adentramos a dimensão jurídica propriamente dita, essa modernização conservadora traduz-se na transposição das diretrizes jurídicas luso-hispânicas e das fontes históricas romano-germânicas às colônias, ainda que aqui se desenvolvessem práticas econômicas e políticas avessas à realidade das primeiras. De fato, a imposição do Direito extemporâneo ignora a maioria da população do continente latino-americano, formada por indígenas e escravos, e não reconhece seus modos de organização (as práticas jurídicas

autóctones). Ao contrário, positiva-se um “aparato jurídico corporativo, patrimonialista e repressivo” sob a égide de uma “cultura humanista anacrônica”, marcada pelo “idealismo abstrato jusnaturalista, pelo formalismo dogmático-positivista e pela retórica liberal-individualista” (WOLKMER, 2008, p.18) cujas bases estruturais concretas são, contraditoriamente, o profundamente violento sistema latifundiário escravocrata e a oligarquia política individualista. Disso resulta uma especificidade chamada por Wolkmer de “mimetismo cultural”, pois, se absorvermos, aqui, as matrizes jurídicas europeias, tanto a distorcemos para abarcar a realidade marginal que nunca chegamos a efetivamente vive-las, ao custo da eterna ausência de representação da cultura e prática autóctone, original e autônoma.

Na Revista Discursos Sediciosos, fica a cargo de Gilberto Felisberto Vasconcellos, em “Darcy Ribeiro e a massa marginalizada”, publicado em 2010, interseccionar essas questões a partir do pensamento crucial de Darcy Ribeiro e a criminologia. Retomando a estrutura de classes da sociedade brasileira delineada por Darcy, Gilberto nos fala dessa “massa marginalizada” que, em oposição às “classes subalternas” – o campesinato e o operariado de fábricas e serviços -, compõe um “enorme contingente excedentário, espécie de bolsão agigantado” que vive em condições subumanas, inserido no mercado de trabalho apenas em posições precárias e instáveis, alheio às instituições oficiais (VASCONCELLOS, 2010, p. 113) – as classes oprimidas, detritárias.

Darcy conta, através de Gilberto, que são precisamente essas comunidades que conferem especificidade à estratificação social no Brasil – “volantes, biscateiros, vendedores ambulantes, carregadores eventuais, lavadeiras, engraxates, catadores de lixo, operários da construção civil, costureiras pobres, mendigos, prostitutas empregados domésticos” (VASCONCELLOS, 2010, p.113) – e cuja integração à sociedade formal constitui o maior problema nacional a nível continental.

Na Europa, ao contrário, embora também tenha havido força de trabalho marginalizada⁶⁰ durante a acumulação capitalista industrial, essa população teria sido gradativamente incorporada nas atividades produtivas, senão em âmbito doméstico, através das migrações para as colônias. Já na América Latina, o dilema se coloca na medida em que não se trata de mero exército industrial de reserva, de desempregados, mas verdadeiramente de uma população inassimilável pelo mercado, cuja força de trabalho é excedentária à produção e que, por esse motivo, se encontra impedida de participar política e

⁶⁰ Suas denominações são muitas: “exército industrial de reserva”, “superpopulação relativa”, “lumpenproletariado”, etc.

institucionalmente. Nas palavras de Gilberto: “Daí a bela verdade conceitual contida na expressão de que se valeu Darcy Ribeiro ao definir o empreendimento colonial: somos “moinho de gastar gente”. Todavia, no estágio do imperialismo, essa gente nem consegue ser explorada e triturada” (VASCONCELLOS, 2010, p.116).

A modernização brasileira e o crescimento das cidades, nos conta Vasconcellos, despertou, nas elites econômicas, antigos medos provocados pela visão dos pobres e dos miseráveis nos espaços compartilhados e justificou a adoção de uma postura que alterna entre a abordagem fenomenológica e estatística da pobreza e a defesa do genocídio e da penalização carcerária da massa marginalizada. Após 1945, com a chegada das grandes corporações multinacionais, chamada por Darcy de “industrialização recolonizadora”, o processo de estratificação social que fora iniciado pelo colonialismo ibérico e, mais tarde, pelo imperialismo anglo-americano, passa a ter na figura da corporação multinacional, como agente do colonialismo interno, o grande ator e mantenedor da superestrutura capitalista. Através do emparelhamento do Estado, da ingerência nas políticas financeiras e do domínio sobre as mídias essas corporações conseguem tornar sua própria ideologia a ideologia dominante em toda a sociedade.

Essa industrialização recolonizadora, segundo Darcy Ribeiro, gera na sociedade brasileira uma “modernização reflexa” incorporando parcialmente as inovações tecnológicas exógenas, com um progresso estruturalmente não generalizável a toda população. O fator causal determinante da população excedentária, impedida de ser absorvida como mão de obra regular e empregada, é a organização produtiva mais moderna e dinamizada do capitalismo monopolista: as grandes corporações multinacionais (VASCONCELLOS, 2010, p.115).

É precisamente essa população excedentária a massa marginalizada de que falam Gilberto e Darcy, a massa originária da estrutura agrária do latifúndio e do “putting out system” do sistema capitalista, aquela para a qual não existem perspectivas de emprego senão como clientes do Estado assistencialista que busca mal e mal assegurar sua sobrevivência, enquanto anui com a produção multinacional da mais-valia e com o aparato religioso da caridade (VASCONCELLOS, 2010, p.116). Nesse panorama, a criminalização da pobreza desponta na ideologia das elites como solução inevitável, tal como nos diz Gilberto: “A estrutura desigualitária na sociedade brasileira se processa da pobreza para a mendicância e desta para a massa sobrança, encarada como uma vergonha e não como um problema, por isso deve ser erradicada pela repressão policial e pelas formas genocidas” (VASCONCELLOS, 2010, p.116).

A inevitabilidade do tratamento penal da miséria surge, no discurso das elites, fundadas sobre a teoria do excedente populacional e o economicismo burguês – “atrapalham o desenvolvimento econômico do país”, pois não produzem e não consomem –, cuja solução de curto prazo – contenção demográfica – convive com a alternativa mais ostensiva do uso da violência do aparato penal.

Sobre isso, Vasconcelos nos relembra a lição de Darcy Ribeiro segundo a qual essa adesão só é possível, na sociedade brasileira, na medida em que se combina a uma síndrome sadomasoquista resultante da engrenagem colonial. Conforme Darcy, o nascimento de um autêntico povo brasileiro não estivera no plano dos colonizadores, os quais buscavam, através da colonização, apenas a melhor maneira para saquear as riquezas coloniais, de forma que seu nascimento inevitável (e mesmo indesejado) não se deu senão como “subproduto não esperado do empreendimento colonial” (VASCONCELLOS, 2010, p.114).

A importância e atualidade da pesquisa histórica acerca da punição no Brasil não escapa a Vera Malaguti Batista que, uma década antes, já havia trabalhado em “A arquitetura do medo” a compreensão sobre o processo brasileiro de modernização conservadora a partir da ideia de discurso do medo. Tomando o panorama nacional histórico-político desde o período pós-emancipação do século XIX até a década de 30 do século passado, ela passeia por entre os dilemas do liberalismo numa sociedade escravista, pelas revoltas populares, pela construção ideológica da família e da figura do *paterfamilias*, pela concepção de cidadania tornada positiva no Código Penal de 1830 que contrapunha proprietário (cidadãos) a escravos, mulheres e não proprietários (não cidadãos), o processo de urbanização hierarquizada das cidades e, sobretudo, pela legislação editada na período - a qual incluía a cominação de pena de morte para crimes cometidos por escravos contra o senhor, o feitor ou seus familiares; a aplicação do crime de insurreição aos africanos libertos que retornassem à província depois de expulsos (Lei nº 9/1835), etc.

Importa, para Vera Batista, demonstrar que o processo de independência nacional deu-se mediante a ação de um ente político específico, a classe senhorial, apoiada fundamentalmente em um discurso de medo que tomava a forma de medo das “classes perigosas”. Para a autora, “a classe senhorial tinha que contrapor aos seus medos a imposição de suas vontades, que já sabemos são acompanhadas de suas fantasias de inviolabilidade” (BATISTA, 2002, p.103).

Daí precisamente teria emergido a possibilidade de modernizar as estruturas jurídicas e econômicas do país, ao tempo em que se levavam para o futuro os traços característicos de um sistema penal público-privado que incide preferencialmente sobre a massa marginalizada:

a indiferenciação entre religião, moral e princípios jurídicos, um modelo de controle minudente e totalitário, a mistura entre crime e pecado, “o sentido expiatório das penas, o Estado como guardião do sagrado e, principalmente, o caráter autoritário da prática jurídica” (BATISTA, 2002, p.103).

Nesse sentido, o medo ganharia a dimensão de opção ideológica e estética, ou, posto doutro modo, “uma maneira de interpretar a realidade que se tornou hegemônica na vitória política de um discurso e de uma estética conservadora” (BATISTA, 2002, p.104), um discurso que se naturaliza no cotidiano da cidade e ganha forma como fio condutor discursivo de uma política repressiva que se perpetua em tempo de capitalismo tardio:

No capitalismo tardio periférico, alguns aspectos podem ser observados: primeiro, uma estetização radical da cultura, que cola o simbólico no econômico, produzindo uma realidade cotidiana, que entra pelos olhos, que naturaliza uma rígida e hierarquizante ordem social. Segundo, a luta pela ordem contra o caos, que passa pela criminalização e desqualificação da pobreza, dos novos hereges. Por último, a confluência dessa estetização radical e dessa luta pela ordem através da criminalização da pobreza desemboca na herança escravocrata de um sistema penal genocida, que converteu a América Latina como um todo numa colossal instituição de sequestro, num *apartheid* criminológico natural, dirigido aos desaparecidos de nascença, ontem escravos e capoeiras, hoje favelados e traficantes. Enfim, é assim que os discursos do medo se cristalizam, do perigosismo do discurso jurídico às concretudes exigidas pelas políticas criminais, produzindo especialidades apartadoras, fronteiras indissolúveis e zoneamentos invisíveis (BATISTA, 2002, p.104-105).

Sobre a “massa marginalizada” de que fala Vasconcellos, espécie de desejo sobranter, igualmente havia escrito, em 2004, Vera Malaguti, na resenha bibliográfica do livro de Joel Rufino dos Santos, “Épuras do social”. Lá, ela ressaltava a importância dos conceitos de territorialização e desterritorialização para a compreensão da categoria do excluído e da exclusão na direção de “uma inclusão exclusiva”, ou seja, de um processo dialético que produz a exclusão de alguns mediante sua inclusão como pobre, explorado, discriminado - desejo sobranter. Vera usa o original de Joel dos Santos para explicar que é através do desejo não satisfeito de alguns que se estimula o desejo de tantos outros:

O uso acrítico do termo [‘o excluído’] pode consolidar a ideia ingênua de que há duas sociedades brasileiras (a dos incluídos e a dos excluídos) quando na verdade a inclusão é função da exclusão, uma é a negação da outra, sua antítese. Essa é uma armadilha que costuma conduzir o uso de categorias como ‘exclusão’, ‘marginalização’ e mesmo ‘dualidade da economia brasileira’, ‘dois Brasis’ etc (...). Se perde de vista sua persistente reciprocidade, pois na verdade o pauperismo da banda atrasada e miserável é criado e recriado sem cessar pela banda moderna e industrial. Se oculta que todo pauperismo é pauperização (DOS SANTOS *apud* BATISTA, 2004, p.271)

Desse modo, para Vera Malaguti, o desafio brasileiro estaria em produzir categorias que alcançassem, sobretudo, o contingente de pessoas que não são capitalistas, nem latifundiárias e nem trabalhadores assalariados. Doutro modo, um exemplo dos custos da invisibilidade política do Brasil profundo estaria no projeto político petista, o qual teria teorizado para os operários do ABC paulista e deixado de fora precisamente o primeiro grupo.

No campo penal propriamente dito, Angela Mendes de Almeida postula, em “Estado autoritário e violência institucional”, publicado na Revista Discursos Sediciosos em 2012, que a situação da Segurança Pública no Brasil resultaria da combinação de elementos externos e internos na “evolução particular de um Estado periférico ao capitalismo que incorpora elementos oriundos da sua história e da nova conjuntura do capitalismo internacional” (ALMEIDA, 2012, p.483).

A nova conjuntura do capitalismo internacional a que a autora se refere trata do processo em curso desde o final dos anos 90 - com honrosa menção ao episódio de atentados ocorridos em nova Iorque, em 2001 – de recrudescimento das práticas penais repressivas, punitivas e de vigilância, as quais são descritas por Ângela como um processo de “corrosão dos Estados Democráticos de Direito”. Para ela, tratar-se-ia do desmantelamento do sistema de proteção internacional dos Direitos Humanos sob o manto da “guerra ao terrorismo”, que passa a exigir, tanto no âmbito internacional quanto doméstico, legislações severamente punitivas (o USA Patriot Act e seus semelhantes europeus), prisões arbitrárias, expulsões, deportações, etc.

Em paralelo, misturar-se-iam novos e velhos elementos da experiência brasileira, um processo chamado por Angela de “conservação e recriação do velho estilo de convivência social entre as classes herdado do regime escravista” (ALMEIDA, 2012, p.484), cujo fim foi marcado por um intenso sentimento de pânico experimentado pelas classes dominantes em relação a possíveis levantes e revoltas dos ex-escravos e justificou a adoção de um modelo de controle social que os destinou ao cárcere ou aos serviços domésticos (ALMEIDA, 2012, p.484).

Após o processo de industrialização havido nas décadas de 30 e 80, a rápida urbanização que se seguiu recolocou nas ruas e diante das elites beneficiadas pelo capitalismo as massas marginalizadas, o que fez renascer nas primeiras o medo outrora experimentado pelos ex-senhores de escravos. Dessa forma, teriam sido criados, no âmbito democrático, parâmetros legais diferenciados na ação e na execução penal, conforme o estrato social daquele que é acusado de delinquir. Segundo a classe de cada um, a gravidade do delito

cometido e o interesse em sua recuperação, os “cidadãos” ou os “outros” - categorias que se dialetizam e se complementam.

A combinação desses elementos, nos diz Angela, é a incorporação, no âmbito interno, do fenômeno externo da “guerra ao terrorismo” que, adaptada, elege como inimigo interno (tal como durante a ditadura) o “imenso contingente das populações periféricas pobres das cidades, formado em grande parte por negros” (ALMEIDA, 2012, p.485), cuja vulnerabilidade social os torna facilmente alvejáveis.

A execução de tal política autoritária é potencializada no contexto de continuidade com o governo ditatorial que marca o Estado brasileiro em suas organizações mais profundas - como o processo eleitoral, a censura à imprensa e a repressão penal. Nesse sentido, a autora afirma que o aparelho repressivo do Estado brasileiro permaneceu estruturalmente o mesmo que fora criado pela ditadura, quando seu objetivo era a “guerra contra o inimigo interno”, de forma que a violência institucional “passou a ser essencialmente uma forma de controle social dessas “classes perigosas”” (ALMEIDA, 2012, p.485) no âmbito de um Estado que, embora livre da ditadura, não consegue fazer chegar a todos os Estado Democrático de Direito (ALMEIDA, 2012, p.482).

Tal como Angela Mendes de Almeida recoloca a existência de um verdadeiro Estado Democrático de Direito, no Brasil, Katie Arguello, na mesma edição, pondera sobre a existência de “fábricas da exclusão” em Estados Democráticos de Direito, a partir de Agamben. Ela reitera que a própria noção de Estado Democrático é frágil, pois subsiste diante da tensão de duas forças opostas, uma instituinte e outra destituente, cujo máximo ponto de tensão constitui o Estado de exceção, ponto em que ambas as forças tornam-se indiscerníveis (ARGUELLO, 2012, p.219).

O Estado de Exceção seria, portanto, uma zona de indistinção entre exclusão e inclusão, na medida em que a última só pode dar-se pela primeira, pela vida nua - ou seja, invisível aos demais, despojada de qualquer direito -, no paradoxo que é a situação em que “o soberano cria a exceção para que o direito possa continuar a existir, mas na qual ironicamente há a suspensão do próprio direito” (FURBINO, SILVEIRA, 2010, p.4). Caracterizado, portanto, o Estado de Exceção como a zona de indistinção entre o mundo fático e o mundo jurídico; e a vida nua como o conceito de *homo sacer* - a quem qualquer um pode matar sem cometer homicídio - este surge como pressuposto do primeiro.

De acordo com Katie Arguello, os efeitos da vida nua são sentidos constantemente nas sociedades modernas, ao contrário do que fora programado no projeto da modernidade, através da violência e da exceção, a que a autora chama de “totalitarismo moderno”, “em que

a vida nua se inclui na política através da exclusão” (ARGUELLO, 2012, p.219). Essa forma de totalitarismo, diz ela, “parece ter sido desde o início a moldura da cidadania no Brasil” (ARGUELLO, 2012, p.219).

Uma releitura de Agamben e do totalitarismo moderno já havia sido brevemente tentada uma década antes por Vera Malaguti Batista em “Vida nua e soberania”, onde a autora resenha o “Homo sacer” de Agamben. Naquela ocasião, ela dizia que o trabalho do autor se dava na “compreensão da inclusão da vida nua na política e no âmago do poder soberano” dentro da intersecção entre o jurídico e o poder biopolítico, propondo a seguinte reflexão “porque as políticas do Ocidente se constituem através de uma exclusão (que é simultaneamente uma inclusão) da vida nua?” (BATISTA, 2002, p.386).

Vera nos conta que, para Agamben, o significado de *sacer* como sagrado constituir-se-ia no primeiro paradigma do poder político ocidental, que gradualmente passa a coincidir com o reinado da vida nua até encontra-se numa zona de indistinção: o Estado de exceção, que se torna o fundamento de todo o sistema político, quando a vida nua passa a ser, a um só tempo, o sujeito e o objeto da vida política. A inclusão da vida nua mediante sua exclusão, nos diz Vera, constitui o formato da cidadania em terras brasileiras – um tipo negativo de cidadania -, somente conhecida pelos setores vulneráveis de sempre pelo seu oposto. Tomando a periferia como campo específico de análise, Vera os compara a campos modernos de concentração⁶¹:

Esses contingentes de trabalhadores informais, do subemprego, do tráfico de drogas, são a vida nua dos campos de concentração contemporâneos. Para Passeti, uma “rede impalpável multiculturalista” os esquadrinha para tecer a ilusão de estarem participando do jogo democrático. Participam de uma democracia midiática, de um panóptico invertido que produz verdades e transforma a democracia no seu inverso. (...) Assim, ao contrário do que a modernidade gosta de se representar, como espaço dos direitos do cidadão, do livre-arbítrio e do contrato social, “só a vida nua é autenticamente política do ponto de vista da soberania”. E é por isso que para ela o fundamento do poder soberano não está num contrato social, mas na prerrogativa de que o soberano conserve seu direito de punir (BATISTA, 2002, p.388).

Otávio Bravo, em 2012, no artigo “Repensando Loïc Wacquant: do Estado Social ao Estado penal. O nazismo está de volta?” trabalha o crescente autoritarismo das formas estatais ocidentais a partir da experiência nazista, a fim de refletir sobre a teoria proposta por Wacquant. Sua análise desenvolve-se a partir do ponto originário de reconhecimento em relação ao caráter crescentemente autoritário dos Estados modernos no âmbito do “grande

⁶¹ “(...) um espaço de fora da cidade, lugar de investimentos de política de contenção do Estado, centros de auto-exclusão que recebem equipamentos sociais mínimos para ali permanecerem” (PASSETI, 2002 *apud* BATISTA, 2002, p. 387)

encarceramento”, os quais se assemelhariam a uma espécie de Estado Policial ou Estado Penal⁶², de toda maneira muito próximos ao Estado Policial nazista⁶³.

Compreendendo o nazismo como uma obra engenhosa e planejada, Otávio Bravo considera-o um fenômeno *normal* e não uma aberração histórica causada por loucos e doentes. Ao contrário, ele explica, o nazismo não teria sido um momento de degeneração da civilização contemporânea, mas a consequência funesta de alguns procedimentos típicos dessa civilização

Assim, Otávio considera que o nascimento dos Estados totalitários europeus da década de 30 deu-se como reação ao fracasso das manifestações iniciais do *Welfare State*, cuja alternativa antinômica era o marxismo. Nesse sentido, o nazismo surgiria como uma ideologia que visava utilizar o Estado como meio de proteger a acumulação burguesa. A tese do autor é de que a Segunda Guerra Mundial foi resultado de um choque entre diferentes sistemas político-econômicos que se adiantavam no fracasso do *Welfare State* de outrora: o regime soviético marxista, regime totalitário que visava a resguardar as elites econômicas; e o regime de livre-mercado norte-americano.

Então, após a falência dos regimes totalitários europeus e o fim da Segunda Guerra, Bravo entende que a polarização que se seguiu entre o sistema norte-americano e soviético funcionava como um mecanismo de pressão para que o primeiro adotasse políticas que remetessem a um Estado de bem-estar (como o foi o New Deal), visando fazer frente ao discurso soviético de igualdade de oportunidades para todos.

Com o fim da Guerra Fria e a falência do socialismo soviético, o sistema de livre-mercado teria se visto livre de barreiras ideológicas e geográficas, o que teria significado, também, o fim do compromisso com algum tipo de Estado de bem-estar, cuja degeneração teria dado lugar ao que Bravo chama de “uma nova espécie de Estado Policial (ou Estado Penal)” em que são percebidos mecanismos típicos do Estado nazista. Nesse sentido, ele aponta as seguintes semelhanças entre este último e o Estado Policial (ou Penal) moderno:

- a) A personificação do discurso de defesa que, outrora centrado na figura do Führer, visualiza-se em rompantes de popularidade associados a figuras como Rudolph Giuliani, Jean-Marie Le Pen, etc;

⁶² Bravo diferencia o Estado Policial do Estado Penal dizendo que, no primeiro, o indivíduo está completamente subordinado ao poder, enquanto que, no segundo, a repressão penal funciona de forma a sustentar a aparência de um Estado de Direito.

⁶³ “Nunca, após a Segunda Guerra Mundial, o Estado moderno se aproximou tanto do Estado policial nazista quanto no início do século XXI” (BRAVO, 2012, p.391).

- b) A potente propaganda do medo e “guerra” em que Goebbels foi substituído pelas mídias tradicionais;
- c) A continuidade de métodos de “sujeição e docilização” impostos por agências policiais de criminalização secundária cuja operacionalidade seletiva recai sobre as classes consideradas inferiores;
- d) A concentração de indesejáveis em zonas de exclusão permanece característica, embora agora como decorrência natural do jogo de livre-mercado;
- e) O extermínio patrocinado pelo Estado, cuja execução deixa de se dar de forma oficial, como no nazismo, e passa a ser resultado de um “poder punitivo paralelo” (ilegal ou subterrâneo) que se encontra fora da programação oficial;

Por conseguinte, ao aproximar o Estado penal contemporâneo das práticas do Estado nazista, Otávio pode abordar o pensamento de Wacquant e propor sugestões pontuais. A primeira deles trata da diferenciação que o autor francês faz em relação à experiência penal americana e europeia, e que Bravo considera em extinção. Ademais, ele tece duas conclusões a serem justapostas ao pensamento de Wacquant:

A primeira se refere às razões do processo brutal de homogeneização pelo qual passam as zonas de exclusão dos países de primeiro mundo, cuja expansão está inegavelmente ligada à hipertrofia do sistema penal. Esse alargamento da punição como *instituição social* se dá, na verdade, pela simples vitória do sistema de livre mercado na *Terceira Guerra* que chegou ao final no início da década de 1990. Expandir o Estado Penal é mais barato do que tentar viabilizar um Estado Social justo e igualitário. A questão é de simples custo e benefício. Prender ou exterminar é mais barato do que ressocializar. A segunda conclusão é ainda mais assustadora. As referências feitas acima, a respeito do Estado Policial nazista, não foram vãs. Como já se disse, nunca o Estado de Direito – ou o que se apresenta como tal – se pareceu tanto com o Estado Hitlerista (BRAVO, 2012, p.395)

No ano anterior, em 2011, Anderson Moraes de Castro e Silva já havia tecido algumas considerações envolvendo a teoria de Wacquant e a constituição autoritária da cidadania brasileira em “Supervia: transportando preconceitos, (in)criminando os excluídos”. Baseado em um estudo etnográfico cujo objeto foi o transporte ferroviário de passageiros do subúrbio carioca metropolitano, Anderson analisara os contornos da comunicação oficial entre a empresa administradora SuperVia e os destinatários do serviço, bem como o histórico de sua prestação e a operacionalidade da administração a fim de apontar o modelo de controle, formal e informal, que vem se delineando no país.

A princípio, ele constata que a comunicação oficial da empresa se divide em níveis, os quais promoveriam um recorte seletivo dentre do grupo de destinatários do serviço conforme a inserção nas relações de consumo - reforçando a dicotomia entre “pobres bons e ruins” e a relação inversamente proporcional entre poder de consumo e vulnerabilidade penal. Anderson observa então que, ao nível das propagandas, importava divulgar os serviços da empresa SuperVia ou produtos destinados às classes C e D. Noutro nível, os informes institucionais se destinariam a promover a gestão administrativa dos serviços fornecidos, através de recados unilaterais da empresa. Já as normas disciplinadoras visariam à implementação de um projeto de controle do comportamento de alguns usuários, especialmente pautado no discurso repressivo e criminalizador⁶⁴.

Essas observações levam Castro e Silva a concluir que, para além da intenção publicitária, a comunicação produzida pela empresa SuperVia consubstanciariam-se um instrumento disciplinador cuja ideologia representa os moradores das favelas e dos subúrbios como criminosos, ou potencialmente criminosos, numa “elaboradora releitura contemporânea do fantasma das “classes perigosas”” (CASTRO E SILVA, 2010, p.81), ao construir o indivíduo que segura ou danifica a porta do trem como um ser “do mal”, desrespeitoso e sem educação, para quem se destina a instituição prisional.

Aprofundando-se na história do transporte ferroviário carioca, o artigo explica que durante a década de 90 a exploração das ferrovias costumava ser feita pela Flumitrens, uma empresa pública estadual, até que parte das suas linhas foi privatizada e concedida à empresa SuperVia, em razão das condições precárias em que o serviço era fornecido, à época. Nesse sentido, a falta de segurança representava um dos problemas mais graves apresentados até então, especialmente no que concernia aos “surfistas de trens”⁶⁵ e ao sistema tecnológico ultrapassado. A partir da privatização, no entanto, as instalações ferroviárias teriam sido modernizadas e um novo modelo de comunicação e, portanto, de cidadania teria sido delineado pela concessionária do serviço. Para ilustrar essa transformação, Castro e Silva transcreve o texto de informativos encontrados nos vagões dos trens antes e após a mudança:

“Para seu conforto e segurança este veículo não circula com as portas abertas”

⁶⁴ Na transcrição de um dos jingles produzidos pela SuperVia, lê-se: “Ando neste trem, porque eu sou do bem!/ Respeito o cidadão, tenho educação!/ Quem segura as portas comete crime e pode parar na prisão” (CASTRO E SILVA, 2010, p.81).

⁶⁵ Os surfistas de trens são passageiros, em geral jovens, que empreendem acrobacias e malabarismos no topo do vagão.

“Não deixe ninguém danificar os trens. Eles precisam da sua proteção. Cuidando deles você está ajudando a manter um serviço que foi feito para atendê-lo. Vamos melhorar cada vez mais” (Informativos da Flumitrens)

“Atenção: Forçar a abertura das portas é crime!

Conheço o artigo 260 do Código Penal

“Perigo de desastre Ferroviário

Art. 260. Impedir ou perturbar o serviço de estrado de Ferro:

I – Destruindo, danificando ou desarranjando, total ou parcialmente, linha férrea, material rodante de tração, obra de arte ou instalação;

Pena – Reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa”

VOCÊ NÃO VAI QUERER SER UM FORA DA LEI, VAI?”.
(Informativo da SuperVia)

Da análise dos informes, Anderson conclui que o discurso de cidadania e civilidade produzido pela empresa pública - para quem a condição de circular de portas fechadas interessava à segurança e conforto do usuário, ambos objetos de sua própria responsabilidade – foi totalmente substituído por uma postura pedagógica de endurecimento punitivo contra as classes consideradas perigosas, da onde os vendedores ambulantes e os “surfistas de trens” eram os principais expoentes. No seu entender, através da norma disciplinadora a empresa pôde “criar no plano simbólico a figura do criminoso para uma conduta “real” em que inexistia tal previsão legal” (CASTRO E SILVA, 2010, p.83).

Tal padrão de conduta viria na esteira de um processo iniciado duas décadas antes, quando o setor jurídico da Companhia Brasileira de Trens Urbanos elaborara um parecer sobre o crescente número de indenizações a serem pagas em função de acidentes ocorridos na ferrovia e concluía que ou o Estado deveria investir pesado em vagões totalmente seguros e com portas fechadas ou deveria modificar a legislação de forma a apenas com maior rigor os passageiro e facilitar a prova da sua culpa. Tomando todos esses fatos e relacionando-os estruturalmente, Anderson identifica um projeto de hipertrofia do poder punitivo da SuperVia dirigido aos passageiros, centralizado na criminalização de condutas, na incriminação dos autores e na associação do comportamento dos surfistas de trens e vendedores ambulantes às ideias de crime e criminoso, conformando uma divisão simbólica entre os pobres dignos e não dignos.

Sobre isso, o autor relembra o trabalho de Wacquant acerca do processo em curso no Ocidente, especialmente nos Estados Unidos, de substituição do Estado do Bem Estar por um Estado Penal cuja causa seria a expansão neoliberal do modelo capitalista de produção desses países. Partindo da premissa Wacquantiana de que o Estado Penal trata de punir (com prisão) os indivíduos marginalizados que neoliberalismo cria, Anderson coloca em questão se o caso da SuperVia poderia ser compreendido sob este signo, o que o leva a uma indagação ainda

maior sobre a ocorrência ou não, na sociedade brasileira, do mesmo processo descrito por Wacquant nos Estados Unidos e na Europa.

Esse questionamento dirige a reflexão de Anderson para a tradição brasileira de importação de teorias sem o devido sopesamento de suas próprias singularidades e para as consequências, no sistema de justiça criminal, da implantação de modelos importados. Respondendo à própria pergunta, então, ele diz não ser possível afirmar que o movimento descrito por Wacquant encontra-se ou não em ato, no Brasil; pois, ao passo em que ainda seja cedo falar aqui da plena existência de um Estado Penal, certamente o ritmo de crescimento do encarceramento permitiria entrever seus passos. Isso porque falar de “enfraquecimento do Estado do Bem-Estar social” seria incongruente considerando que ele aqui nunca chegou a existir plenamente e também porque os contornos do neoliberalismo que se observa na Europa e nos Estados Unidos não seriam os mesmos tomados por aqui, vez que estamos inseridos no capitalismo tardio de maneira específica e periférica.

Além do mais, Anderson reflete, a SuperVia é apenas uma empresa privada concessionária de um serviço público, cuja autonomia administrativa não permite extrapolar sua conduta para compreender um fenômeno nacional, mesmo porque ela se constitui num tipo de controle informal não descrito por Wacquant. Por outro lado, o transporte ferroviário é um serviço público essencial cuja exploração depende de autorização do Poder Executivo e implica na sua fiscalização, o que permitiria concluir que o Estado não se opõe ao projeto repressivo adotado pela concessionária, pois está com ela alinhado. Por fim, Anderson argumenta que a conduta criminalizadora da SuperVia emula um modelo de hipertrofia punitivo característico do que chama de um “Estado Penal à brasileira”:

Neste, o instrumento de controle disciplinar destinado aos pobres “não dignos” deve ser a rigidez da legislação criminal burguesa, assim como compete à instituição prisional deter, isolar e controlar os marginais do sistema capitalista que abundam nas regiões periféricas. Talvez por isso, a constante ameaça de aprisionamento seja um dos argumentos intrínsecos das “normas disciplinadoras” (CASTRO E SILVA, 2010, p.89).

3.3.1. As instituições políticas

3.3.1.1. A assistência social e instituições políticas periféricas

Gizlene Neder publica, em 2004, trabalho intitulado “Entre o dever e a caridade: assistência, abandono, repressão e responsabilidade parental do Estado”, no qual empreende ampla pesquisa histórica acerca das políticas públicas adotadas pelo Estado brasileiro

republicano no campo assistencial, em especial suas ideologias e operacionalidades. A ela interessa investigar o paradoxo do Estado que se agigantava autoritariamente no espaço público, enquanto escondia-se timidamente em relação a sua responsabilidade parental. Através do estudo de aspectos histórico-culturais de fontes documentais primárias obtidas nos arquivos de instituições assistenciais periféricas e correspondências oficiais de autoridades do terceiro ou quarto escalão do serviço público, durante o período compreendido entre o fim da guerra do Paraguai (1865) e a década de 30 do século passado, sua pesquisa evidencia que o Estado brasileiro adotou uma postura ambígua em relação a sua responsabilidade parental em razão de obscuridades ideológicas e políticas que conformavam os segmentos institucionais.

As conclusões a que Neder chega após a pesquisa incluem a observação de que:

É como se o processo de passagem à modernidade e de estruturação da arquitetura político-institucional periférica do Estado estivesse a meio-caminho, onde algumas permanências histórico culturais que moldaram o processo de ideologização colonial e escravista convivessem com a introdução de algumas estratégias e procedimentos da modernidade republicana (NEDER, 2004, p.226).

Ela percebe que a cultura político-institucional brasileira é caracterizada pela intensa disputa entre as forças do conservadorismo clerical e da instituição familiar (identificada no *paterfamilias*), produzindo extensos efeitos ideológicos que sustentam a forma de atuação política do Estado, incluída aí a limitação em profissionalizar e institucionalizar políticas públicas eficazes. Assim, fundamentado na simbólica naturalização tomista da miséria e o dever de caridade dela consequente, o Estado brasileiro delegaria ao *paterfamilias* ou à Igreja as atribuições que doutro modo deveriam ser cumpridas por instituições de assistência, como asilos, orfanatos, escolas e prisões.

O caso específico do Asilo dos Meninos Desvalidos revela com clareza essa lógica, na medida em que, durante o período imperial, competia a tal instituição o acolhimento e educação de meninos de 6 a 12 anos de idade que se encontrassem “vagando” ou “em estado de pobreza” (Decreto nº 5849/1875). Apesar de ser uma instituição pública mantida com recursos do tesouro nacional, o projeto assistencial do asilo era baseado nas Santas Casas de Misericórdia e contava também como importante fonte de receita com as doações feitas tanto por pessoas físicas quanto por associações caritativas, religiosas ou não, e que frequentemente aludiam à “caridade” ao “favor” e à “graça”.

Neder percebe, no projeto institucional do Asilo dos Meninos Desvalidos, semelhanças diversas tanto com o modelo institucional das Santas Casas de Misericórdia portuguesas e dos Hôpitaux Généraux franceses, quanto com as casas de correção

(*workhouses*) europeias do início da era moderna. Quanto as primeiras, ela ressalta as semelhanças entre o modelo luso-brasileiro e francês, considerando que foram os Hôpitaux os primeiros a lançarem mão do atendimento indistinto a enfermos, idosos, viúvas e órfãos, pautado na concepção religiosa de influência jesuítica - embora também tenham sido os primeiros a se secularizarem após a Revolução Francesa, o que não aconteceu em Portugal e no Brasil. A autora verifica, também, que o modelo ideológico adotado pelas *workhouses*, no sentido de separar a pobreza apta e inapta para o trabalho, era seguido de perto pelo Asilo dos Meninos Desvalidos, uma vez que nele só poderiam ser acolhidas crianças (do sexo masculino) que se mostrassem capazes de trabalhar e, portanto, de escapar da condição de “desvalido” ao adquirir “valor” mediante o ensino profissionalizante que lhe seria fornecido.

De toda maneira, chama-lhe a atenção as continuidades ou, posto de outra forma, a ausência de rupturas nos projetos institucionais assistenciais pesquisados, quando da passagem da monarquia à república. Tanto no caso do Asilo dos Meninos Desvalidos quanto no do Hospício Nacional de Alienados e no Imperial Instituto de Meninos Cegos (mais tarde tornado Instituto Benjamin Constant), mantêm-se num e noutro período as marcas político-ideológicas do empreendimento neoabsolutista, sobretudo no que se refere às concepções sobre responsabilidade parental e autoridade política.

No caso do Imperial Instituto de Meninos Cegos (inaugurado em 1854), a pesquisa encontra muitas semelhanças com o modelo de atendimento do Asilo dos Meninos Desvalidos, inclusive na extensão do uso do vocábulo “desvalido” para designar os cegos. Em sentido parecido, a admissão dos assistidos dependia de sua capacidade para o trabalho ou outra aptidão considerada útil, vez que o objetivo da Instituição era, igualmente, o acolhimento para fins de preparação para a vida “produtiva e honesta” em sociedade, tal como o modelo francês de Institution Nationale de Jeunes Aveugles. Em sentido contrário, neste admitiam-se também crianças do sexo feminino. De fato, dentre as instituições pesquisadas, Neder considera que o Instituto de Meninos Cegos apresentava “maior organicidade e continuidade enquanto política pública para assistir uma parte “desvalida” da população” (NEDER, 2004, p.216), o que atribui ao fato da cegueira ser uma condição médica que atravessa e vulnerabiliza verticalmente o tecido social, independentemente da classe.

Em relação ao Hospício Nacional de Alienados, a autora identifica “um quadro de tensão ideológica entre a visão científica e profissional dos médicos e as forças políticas que vinham tradicionalmente conduzindo a assistência aos alienados, através de obras de caridade articuladas pela Santa Casa de Misericórdia” (NEDER, 2004, p. 219). Com isso ela se refere ao movimento de articulação da classe médica (o chamado “movimento alienista”) pela

medicalização e cientifização da assistência psiquiátrica, o qual implicava distanciamento do projeto de administração religiosa caritativa e maior aproximação com um modelo de assistência pública profissional. Através da pesquisa a autora pôde confirmar a hipótese de que fora precisamente da classe médica que havia partido as primeiras iniciativas de projetar um modelo de ação governamental secularizado e comprometido com a responsabilidade parental do Estado, em função da adoção do pensamento científico positivista.

De maneira geral, Gizlene Neder vislumbra uma ação estatal pendular entre a assistência pública e a repressão, na medida em que se tratava com polícia tanto a vadiagem, como a indigência e a mendicância. Assim, ao compulsar as teses defendidas nas “Conferências Judiciário-Policiais” de 1917, a autora recupera as teses do desembargador Antônio Ferreira de Souza Pitanga quanto a assistência a “loucos” e “mendigos” e de Edgar Costa sobre a assistência à infância abandonada. Ela nos conta como Souza Pitanga defendia uma política assistencialista diferenciada da pura repressão aos doentes mentais, para os quais deviam ser destinados a assistência profissional ou o manicômio criminal, quando verificada a ocorrência de “atos ofensivos à ordem pública ou dos direitos alheios”. O mesmo jurista reconhecia, em relação à mendicância, a necessidade de ampla malha assistencialista que, em sendo impossível, deveria ser substituída pela repressão violenta ou pela tolerância omissa.

Já Edgar Costa sugeria, quanto à infância abandonada, tanto o financiamento estatal de associações caritativas privadas, como a criação de um juizado de crianças que substituiria a “família desorganizada”. Em face disso, Neder reforça sua conclusão quanto ao caráter ambíguo adotado pelos discursos político-institucionais que pendiam ora pelo reconhecimento do dever e da responsabilidade do Estado, ora pela caridade, traduzindo-se no plano prático por uma atuação igualmente pendular entre a assistência, a repressão e o abandono.

Sobre o assunto, corrobora Jefferson de Almeida Pinto em “O que fazer com os pobres? Repressão ou caridade: antigos dilemas no processo de controle social das “classes perigosas””, publicado na Revista Discursos Sediciosos, em 2012. Procurando entender os contornos e as tendências do sistema penal na contemporaneidade, ele revisita o processo de modernização conservadora havido no Brasil quando da passagem do Império à República, em fins do século XIX. No seu entender, o projeto republicano trazia, em seu bojo, a substituição da imagem da pobreza sagrada e funcional pela ideia de pobreza perigosa, como “praga social”, em razão do fortalecimento político da ideologia positivista e da medicina higienista.

Pautada na análise dos discursos políticos, policiais, midiáticos e eclesiásticos do período, a pesquisa de Pinto revela um panorama de construção de um novo projeto de

sociedade que, mais enriquecida, ansiava por adotar os modernos padrões urbanos e estéticos de inspiração europeia, porém se deparava com a periculosidade exposta das “classes perigosas”. Enquanto que, na Europa, a ameaça à ordem burguesa era identificada na difusão do socialismo entre o proletariado, no Brasil teria sido o negro quem personificou este medo, principalmente no período que antecedeu à Lei Áurea.

A lenta e progressiva substituição da mão-de-obra escrava e a modernização urbana foram responsáveis por deixar expostos, no espaço público, um grande número de pessoas cuja sociabilidade era encarada com assombro pelos setores tradicionais da sociedade brasileira, os quais passavam a exigir um controle mais direcionado. Foi assim que se delinearam duas políticas dirigidas à mesma classe, tensionadas na divisão entre pobres aptos e inaptos para o trabalho. Para os primeiros, destinava-se o controle penal mediante a criminalização da vadiagem e o acolhimento efetuado pela instituição policial, que “passava a atuar também como “braço direito” de antigos senhores que agora necessitavam de seus serviços para controlar o mercado de trabalho, então em formação” (PINTO, 2012, p.599). Para os pobres inaptos ao trabalho, destacava-se a atuação da Igreja Católica como instituição de controle informal, cuja responsabilidade “era acolher os que estavam em situação de “perigo social” atuando num processo inverso ao da polícia, isto é, recolhendo apenas os necessitados e deixando à mostra toda a vadiagem” (PINTO, 2012, p.601). No contexto de secularização em que se encontra o Estado brasileiro, era através da apropriação da caridade e da assistência social que a instituição eclesiástica lograva manter seu poder de ingerência nos assuntos estatais.

A observação feita por Gizlene Neder quanto à adoção do paradigma positivo de ciência e do positivismo ideológico pela classe médica brasileira nos leva a considerações feitas também por outros autores quanto às implicações ideológicas de tal fato histórico sobre a concepção sobre a criminalidade que se desenvolveu no Brasil. Das conclusões obtidas por esta pesquisa, desponta o lugar privilegiado do estudo sobre o positivismo criminológico e o paradigma etiológico de criminalidade que o sucedeu na produção brasileira, predominantemente tomado a partir das ciências médicas.

Nesse sentido, em 2002, Nilo Batista apresenta na Revista a resenha bibliográfica intitulada “Um mergulho no discurso médico-policial”. O trabalho tratava de resenhar a dissertação de mestrado de Pedro Tórtima, “Crime e castigo para além do Equador”, em que eram analisadas as teses defendidas na Conferência Judiciária-Policial de 1917, igualmente pesquisada por Gizlene Neder no artigo acima pesquisado. Nilo relembra, brevemente, a calorosa receptividade que o positivismo criminológico logrou encontrar na América Latina e

no Brasil, em razão de sua utilidade como legitimação científica da supremacia racial branca. Ele ressalta, do trabalho de Tórtima, três principais aspectos encontrados na Conferência: a apropriação pelo discurso médico-policial das consequências da insalubridade do trabalho como meios de identificação criminal; a analogia feita pelo discurso policial, identificada no Tenente Coronel Paes de Andrade, entre criminalidade e micróbios - para cuja cura era exigida valorosa educação moral; e a outrora existência da disciplina “História Natural dos Malfetores”, na Escola de Polícia.

Em 2004, Halina Ulysses Ferreira dos Santos, comenta, na Revista Discursos Sediciosos, a tradição do pensamento criminológico positivista na classe odontológica. Em sua pesquisa, “Deveres, discriminação, direitos humanos e a tríade do crime na classe odontológica, ou odontologia legal ou legal?” a diferença gritante do tratamento oferecido aos pacientes pertencentes das classes menos favorecidas surge como resultado da seletividade positivista que os enxerga como “mulambos”, para quem a saúde disponibilizada seria precária, preconceituosa e pífida.

Quase uma década depois, em 2012, Camila Cardoso de Mello Prando e Mário Davi Barbosa revisitam a questão, embora sem o enfoque médico, tecendo um panorama histórico mais amplo a respeito da recepção brasileira do paradigma etiológico e sua posterior elaboração, em Tobias Barreto. Para isso, eles retornam até fins do século XIX, quando a transição da Monarquia para a República contrapõe as novas concepções biologicistas de sociedade ao programa liberal já constituído. Sob a égide do novo regime, entre em cena uma política estatal higienizadora, justificada a partir do discurso político-jurídico que naturalizava a desigualdade e promovia a hierarquização da cidadania. Pois neste contexto, é precisamente a Criminologia desenvolvida na Europa a partir das teorias do evolucionismo e do determinismo biológico que desponta como o discurso científico legitimador do “estatuto da desigualdade”, no seio de um regime político republicano.

Prando e Barbosa destacam, nesse processo, o papel da Faculdade de Direito do Recife como locus formador da nova “*intelligentsia* local”, formada principalmente por médicos e bacharéis em Direito, que se lançava na tentativa de “superar os problemas da nação em desenvolvimento”. Recife passa a despontar, então, como o “centro de produção científica nacional, embasada nas teorias raciais, evolucionistas e deterministas” (PRANDO, BARBOSA, 2012, p. 174) que, a partir dessas leituras, desenvolve um modelo teórico que enxerga na mestiçagem e na possibilidade de “branqueamento” das classes marginalizadas, a solução no sentido de tornar factível o “*tipo de homem brasileiro* capaz de levar ao cabo um novo projeto social e político” (PRANDO, BARBOSA, 2012, p. 169).

Destarte, tomando a obra de Tobias Barreto como principal referência para compreensão da produção realizada pela Escola de Recife, os autores ressaltam a negação do determinismo biológico como a principal característica diferenciadora do pensamento brasileiro em relação à Criminologia Positiva ortodoxa. Para Tobias, o direito seria precisamente a ferramenta cuja finalidade é adaptar as condutas humanas, “mudar o rumo das índoles e o curso dos caracteres que a educação não pode amoldar” (BARRETO, 2003 *apud* PRANDO, BARBOSA, 2012, p.176).

3.3.1.2 A mídia

O papel da Mídia enquanto instituição informal do controle penal ocupa espaço de relevo na produção da Revista Discursos Sediciosos, a ponto de constituir, por si, o objeto de uma das seções do periódico. Nesse espaço, dividem-se trabalhos diretamente ligados a questões éticas e jornalísticas, bem como análises macroeconômicas a respeito da atuação da mídia como verdadeira instância de controle social e penal. O aspecto que nos interessa, aqui, diz respeito a este último segmento, que encontra sua maior racionalização nos trabalhos “A executivização do sistema penal através da mídia” e “Mídia e sistema penal no capitalismo tardio”, ambos de autoria de Nilo Batista e publicados em 2002.

O ponto de onde parte o autor é de que as agências de comunicação passaram, mais e mais, a exercer funções características das agências executivas do sistema penal, travestindo-se em verdadeira *instância* da execução penal, no contexto de consolidação de um direito penal simbólico que “outorga à lei a função venalizada de peça publicitária” (BATISTA, 2002, p.404). Nesse sentido, as agências midiáticas despontam precisamente como uma instância a fim de prestar ao público o serviço de controle das deficiências do sistema penal, avocando para si a tarefa de fazer “a justiça funcionar como deveria”.

Batista vislumbra, nesse processo de ultrapassagem da mera função comunicativa por parte da mídia, uma forte vinculação estrutural com as características do capitalismo tardio e do neoliberalismo, especialmente nas condições sociais que propiciaram sua transição econômica. Embora, no Brasil, a imprensa tenha se colocado historicamente como instância legitimadora do poder punitivo exercido pela ordem burguesa – tal como nos relembra Batista –, é a necessidade do empreendimento neoliberal por um poder onipresente e capilarizado que eleva as empresas de telecomunicações a uma posição política centralizada. Ou seja, as características próprias assumidas pela mídia no capitalismo tardio se devem, justamente, à forma de funcionamento neoliberal de produção das marginalidades que se esforça para punir.

Mediante o uso das empresas de telecomunicações que lhe fazem reflexo, o empreendimento neoliberal encontra um discurso eternamente legitimante da sua própria agenda.

É precisamente no discurso midiático que o autor vai encontrar aquilo que chama de “o novo credo criminológico da mídia”: a pena como rito sagrado de solução do conflito. Derivados dele, vamos encontrar tanto o incômodo causado pelo processo penal geral, tanto quanto a fé na criminalização provedora. Nilo nos conta que “tensões graves se instauram entre o delito-notícia, que reclama imperativamente a pena-notícia” (BATISTA, 2002, p.273) num contexto em que não há tempo a perder com o processo que averigua culpa e que garante o contraditório.

No mesmo sentido, a confiança de que a criminalização de determinada conduta fará com a que a mesma seja evitada irrompe como reflexo da escassez que dispõe o governante neoliberal para administrar os conflitos que, em alguma medida, ele próprio criou – ela figura como resposta simbólica a um problema real. Transmutada em “recurso epistemológico para compreender o mundo”, a pena passa a exigir uma ética simplista (a “ética da paz”) e a fidúcia em um passado idílico que nunca existiu, contra os quais não há debate possível. A lição de Nilo (BATISTA, 2002, p.273) é esclarecedora:

A posição estratégica da questão criminal não se justifica apenas porque “sangue aumenta as vendas”, mas também porque o discurso midiático quer se constituir num instrumento de análise dos conflitos sociais e das instituições públicas (...). Esse discurso se traduz da seguinte maneira: a modernidade cumpriu suas promessas, elas estão cumpridas, se o resultado final é decepcionante, vamos atenuá-lo através do voluntariado, da caridade, de campanhas publicitárias, mas a lei é a lei.

Doutro modo, o trabalho de Vera Malaguti Batista acerca das relações simbólicas entre o discurso do medo e a barbárie, consolidado em artigos como “A arquitetura do medo”, “Medo, genocídio e o lugar da ciência” e “O medo e o método”, é riquíssimo para compreensão daquilo que Nilo Batista enuncia nos artigos supracitados. Embora sem tratar do tema da mídia especificamente, Vera nos fala da construção simbólica do discurso do medo e suas consequências estéticas enquanto marca do controle penal, no Brasil. Reunindo história, sociologia, criminologia e psicanálise dentro do paradigma das ciências de cultura, ela procura compreender o medo como afeto constituinte da sociedade brasileira. Desde o que chama de genocídio inicial, ou seja, aquele decorrente do encontro entre “os dois mundos” na América – no qual a comunicação escolhida não foi a falada, mas a bruta realidade a colonização -, até o genocídio diário do Brasil contemporâneo, Vera enxerga o medo como meta-mercadoria cuja difusão induz e justifica políticas autoritárias de controle social.

O discurso do medo seria, dessa forma, um arranjo estético “no qual a ocupação dos espaços públicos pelas classes subalternas produz fantasias de pânico do “caos social”” (BATISTA, 2000, p.188), tal como um fio condutor a orientar políticas públicas contenciosas das revoltas populares. Para Vera Malaguti Batista, a difusão das imagens de terror em forma de espetáculo, tão característica da contemporaneidade e das mídias contemporâneas, conformaria um conjunto de alegorias do poder, imagens herdadas de uma longa tradição ideológica adotada pela sociedade brasileira:

O nosso dia-a-dia pós-moderno, o espetáculo de sangue, ao vivo e a cores, são na verdade um conjunto de alegorias do poder, imagens de morte e terror que já vieram com a bagagem da inquisição moderna ibérica e que “vincaram o processo de ideologização social rígida e hierarquizada; nesta organização, as classes subalternas, mais que compreender, a nível da razão, foram (e seguem sendo) levadas a *ver* e a *sentir* seu lugar na estrutura social (BATISTA, 2000, p.188).

É dessa forma que a autora reúne, numa sofisticada reflexão, afeto, estética e racionalidade para compreender as tensões decorrentes do velho e do novo, no Brasil. Partindo dos processos originais que decorrem de nossa brasilidade, como a modernização conservadora das estruturas nacionais e a existência de um Brasil profundo, Vera constrói um novo plano de sentido que nos fala das imagens do medo e da morte e do espetáculo da dor - tão característicos de nosso dia-a-dia punitivo -, traduzindo em palavras a complexidade da realidade punitiva brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu recuperar, dentro da produção criminológica crítica da Revista Discursos Sediciosos, a contribuição da análise político-econômica da pena sobre o movimento de grande encarceramento e suas especificidades, no Brasil. Para isso, trabalhou-se com fontes primárias e buscou-se seguir a trilha de indícios e sugestões contempladas na história do periódico. A adoção da revista científica como objeto de estudo implica grandes potencialidades e desafios em deixar-se levar para onde as fontes apontam, e só então colher seus sentidos. Trabalhar com o universo de produção da Revista Discursos Sediciosos exigiu da pesquisadora o engajamento em uma viagem ao seu centro, de onde se espera tenha sido possível retornar com uma narrativa interessante.

Da análise histórica e do estudo transversal de suas seções, verificou-se que a interdisciplinaridade característica de seus colaboradores se reflete fortemente no perfil do periódico, notadamente diversificado e alternativo, comprometido militantemente com uma criminologia crítica radical (as seções “arte e literatura” e “florilégio” também comprovam-no). Além disso, foi possível distinguir o espaço privilegiado concedido pela publicação aos autores nacionais e o trabalho de fina recuperação do melhor criticismo criminológico produzido além-mar.

Talvez o que melhor se possa dizer acerca de seu caráter editorial já esteja antecipado no próprio título da revista, o qual é justificado com esmero na contracapa, em que se lê: *“Mostra-se que entre os chefes e cabeças da Conjuração, o primeiro que suscitou as ideias de República foi o Réu Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, Alferes que foi da Cavallaria paga da Capitania de Minas, o qual há muito tempo que tinha concebido o abominável intento de conduzir os povos daquela Capitania a uma rebelião, pela qual se subtrahissem da justa obediência devida à dita Senhora, formando para este fim publicamente discursos sediciosos”* (trecho do acórdão de 18 de abril de 1792, constante dos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira).

O compromisso crítico e militante incorporado no título da publicação tornou-se evidente na pesquisa de conteúdo realizada, vez que rapidamente ficou clara a preocupação editorial em refletir sobre as urgentes questões criminais, especialmente o grande encarceramento, em curso desde o final do século passado. Embora descrito de maneiras díspares a depender da orientação do olhar de cada autor, a denominação refere-se à percepção de um movimento geral de recrudescimento penal e punitivo em escala global que se traduz como objeto mediato da publicação e da maioria dos trabalhos publicados. A

pesquisa de conteúdo efetuada verificou que foi na seção “Criminologia” em que se atingiu o maior grau de desenvolvimento quanto a esse movimento, com importantes contribuições da matriz epistemológica da economia política da pena.

Aprofundando-se no estudo desses trabalhos, foi possível delinear entre eles uma diferença metodológica que foi traduzida, neste espaço, como abordagens provenientes de matrizes materialista-marxista - intimamente relacionada ao trabalho de Rusche e Kirchheimer em “Punição e estrutura social” - e político-econômica - esta representada predominantemente por Loïc Wacquant. De fato, a pesquisa revelou um processo dialógico estabelecido entre a publicação, o ICC e o autor Loïc Wacquant durante o período analisado, traduzido na publicação de oito de seus trabalhos, um de seus livros (“Punir os pobres”, publicado em 2002), na reedição do número 124 da Revista “Actes de la recherche en sciences sociales” - intitulada “De l’État social à l’État penal” -, cuja empreitada foi intermediada por Wacquant, na reedição do volume 3 da Revista Ethnography - intitulada “In and out of the belly of the beast: dissecting the prison” -, cujo co-editor era, à época (2003), o próprio Wacquant; e também da publicação do livro “Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal”, em 2012. Além disso, notou-se, que o autor foi sendo crescentemente referenciado por autores brasileiros na seção “Criminologia”, tendo seu auge em 2012, quando então foram publicados dois trabalhos que diretamente dialogavam com sua teoria⁶⁶.

Entre essas duas perspectivas, encontramos mais semelhanças do que diferenças: ambas são protagonizadas por autores estrangeiros e buscam erigir um modelo teórico que remete o desvio às categoriais estruturais de análise, tomando como lugar de fala o movimento do grande encarceramento nos países da modernidade central. No entanto, existe significativa diferença entre elas, vez que a obra de Wacquant utiliza pressupostos predominantemente políticos e simbólicos, em detrimento do conceito de “mercado de trabalho”, cuja posição de centralidade caracteriza a perspectiva econômica.

Consolidou-se, então, a recuperação de um eixo teórico que reflete a modernidade central e os respectivos desenvolvimentos do capitalismo. Assim, a fim de cumprir a proposta inicial do projeto no qual se insere a presente pesquisa, passou-se a um trabalho de identificação da leitura feita sobre o Brasil e para o Brasil, por dentro da perspectiva político-econômica do desvio. Para tanto, foi necessário alargar tanto as categorias metodológicas quanto as fontes de pesquisa, pois o objeto se mostrava muito mais fluido e de maior complexidade. Trabalhou-se com o objetivo de encontrar, dentro do universo da produção

⁶⁶ Tratam-se dos artigos “Do Estado Social ao Estado Penal: invertendo o discurso da ordem”, de Katie Arguello, e “Repensando Loïc Wacquant. Do Estado social ao Estado penal: o nazismo está de volta?” de Otávio Bravo.

criminológica brasileira, a narrativa que melhor contrapusesse especificidades político-econômicas nossas às teorias contempladas no capítulo anterior.

A busca pela brasilidade nos levou diretamente a uma antiga questão colocada pela Criminologia latino-americana e que se refere ao processo de importação acrítica de teorias estrangeiras, em detrimento de uma produção teórica de raiz periférica. Em termos metodológicos, este debate tomou a forma de uma oposição conceitual entre “recepção” e “tradução” das teorias produzidas no Centro para a Periferia. Da pesquisa emergiu, no entanto, a confirmação da hipótese de Vera Regina Pereira de Andrade (2012, p.113), para quem não teria havido uma disjuntiva entre recepção da Criminologia crítica norte-americana e europeia na América Latina “e” construção de uma Criminologia crítica latino-americana, mas, ao contrário, “uma complementariedade mais sutil e complexa”, ao passo que tanto se recepcionou o paradigma central quanto que “quase que simultaneamente ou no próprio processo, conferiu-se-lhe uma continuidade latina periférica específica nos diferentes países, como o Brasil”.

Assim, a produção criminológica crítica brasileira contida na Revista Discursos Sediciosos despontou como um conjunto diversificado e pluralista de saberes, caracterizado por uma interação dinâmica entre o acúmulo criminológico central sobre a modernidade e o acúmulo criminológico marginal, desde as perspectivas colonial e periférica e que toma a forma de um mosaico ecológico de saberes, pois que constituído de rupturas e continuidades, notavelmente crítico e liberto do colonialismo intelectual. Devido às suas próprias características, seria impossível abordá-lo com um olhar homogeneizador que pretendesse absorvê-lo monoliticamente. Ao contrário, optou-se por preservar-lhe a complexidade mediante o uso conceitual da busca pela narrativa.

Acreditando que o universo do período permite encontrar diversos caminhos, entende-se que esta pesquisa consolidou apenas uma das suas narrativas possíveis. No caso do terceiro capítulo, verificou-se que foi a análise histórica quem mais forneceu subsídios para discernir especificidades marginais, especialmente aquelas que apontavam um processo constante de modernização conservadora das formas estatais e políticas, na história nacional. De fato, o estudo sobre a modernização conservadora, no Brasil, congregava tanto aspectos da análise materialista, quanto de simbologia política e por esse motivo foi escolhido como fio condutor da narrativa que se pretendeu recontar.

No que se refere às inflexões sobre punição e mercado de trabalho, embora hajam sido consultados dois artigos que trabalham tradicionalmente a matriz econômica da punição, foi mais frequente encontrar trabalhos pautados no criticismo histórico do que na categoria de

mercado de trabalho. A análise histórica do período escravista, em especial do período imperial, mostrou-se bastante profícua para refletir sobre as relações que se estabeleciam entre o sistema penal e as necessidades produtivas, primordialmente no papel desempenhado pelo primeiro, através do Direito Penal, em manter atendidas as exigências do sistema produtivo a despeito da modernização jurídica em direção ao liberalismo constitucional.

Tratando mais acuradamente da perspectiva simbólica e política, buscou-se priorizar análises em que o Estado figurasse como objeto central, a fim de fornecer um contraponto ao trabalho apresentado por Wacquant e abordado no segundo capítulo referente ao processo de desmantelamento do Estado social em penal, nos Estados Unidos. Nesse sentido, mais uma vez o fio condutor da modernização conservadora do Estado brasileiro forneceu o subsídio metodológico a fim de orientar a pesquisa. Foram consultados e recuperados trabalhos de autores brasileiros que refletem sobre as modernizações e continuidades do Estado brasileiro em diversas épocas históricas, sua fragmentação e dificuldade em penetrar no “Brasil profundo”, a homologia de seus interesses e os das elites econômicas e sua cultura política autoritária. Em um segundo momento, recuperou-se análises acerca do funcionamento de algumas das instituições políticas brasileiras, entre elas a assistência social e a mídia.

Como resultado final, foi possível recuperar e aprofundar importantes reflexões sobre a perspectiva político-econômica do grande encarceramento e seus contornos específicos no contexto da sociedade brasileira, considerando-se que a compreensão do contexto periférico-marginal exige situar tanto o seu posicionamento na dinâmica do capitalismo global quanto suas especificidades próprias.

FONTES PRIMÁRIAS

Discursos Sediciosos nº 9/10. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000. 375p.

Discursos Sediciosos nº 11. Rio de Janeiro: Revan, 2002. 206p.

Discursos Sediciosos nº 12. Rio de Janeiro: Revan, 2002. 413p.

Discursos Sediciosos nº 13. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 167p.

Discursos Sediciosos nº 14. Rio de Janeiro: Revan, 2004. 283p.

Discursos Sediciosos nº 15/16. Rio de Janeiro: Revan, 2007. 392p.

Discursos Sediciosos nº 17/18. Rio de Janeiro: Revan, 2010. 556p.

Discursos Sediciosos nº 19/20. Rio de Janeiro: Revan, 2012. 694p.

FONTES DIRETAMENTE CONSULTADAS

ALMEIDA, Angela Mendes de. Estado autoritário e violência institucional. In: **Discursos Sediciosos nº 19/20.** Rio de Janeiro: Revan, 2012

ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. Do Estado social ao Estado penal: invertendo o discurso da ordem. In: **Discursos Sediciosos nº 19/20.** Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BATISTA, Nilo. A executivização do sistema penal através da mídia. In: **Discursos Sediciosos nº 12.** Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. In: **Discursos Sediciosos nº 12.** Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BATISTA, Nilo. Troféus da ordem. In: **Discursos Sediciosos nº 17/18.** Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BATISTA, Nilo. Um mergulho no discurso médico-policial. In: **Discursos Sediciosos nº 12.** Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BATISTA, Vera Malaguti. A arquitetura do medo. In: **Discursos Sediciosos nº 12.** Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BATISTA, Vera Malaguti. Desejos sobranes. In: **Discursos Sediciosos nº 14.** Rio de Janeiro: Revan, 2004.

BATISTA, Vera Malaguti. Medo, genocídio e o lugar da ciência. In: **Discursos Sediciosos 7/8.** Freitas Bastos Editora, 1999.

BATISTA, Vera Malaguti. O medo e o método. In: *Discursos Sediciosos* nº 9/10. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000.

BATISTA, Vera Malaguti. Vida nua e soberania. In: **Discursos Sediciosos nº 12**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BRAVO, Otávio. Repensando Loic Wacquant: do Estado Social ao Estado Penal. In: **Discursos Sediciosos nº 19/20**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

CASTRO E SILVA, Anderson Moraes de. "SuperVia": transportando preconceitos, (in)criminando os excluídos. In: **Discursos Sediciosos nº 17/18**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

CASTRO, Lolita Aniyar de. O regresso triunfante de DarwIn: e Lombroso: as diferenças humanas na Criminologia dos países de língua inglesa nos Simpósios Internacionais de Criminologia de Estocolmo. In: **Discursos Sediciosos nº 17/18**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

CASTRO, Lolita Aniyar de. O Triunfo de Lewis Carrol. In: *Discursos Sediciosos* nº 9/10. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000.

CHRISTIE, Nils. Elementos de geografia penal. In: **Discursos Sediciosos nº 11**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

COMBESSIE, Philippe. Definindo a fronteira carcerária. In: **Discursos Sediciosos nº 13**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

COMFORT, Megan. "A casa do papai": a prisão como satélite doméstico e social. In: **Discursos Sediciosos nº 13**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

DIETER, Maurício Stegemann. Sistema econômico e tutela penal do escravo no Brasil Imperial. In: **Discursos Sediciosos nº 19/20**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

DORNELLES, João Ricardo Wanderley. Ofensiva neoliberal, globalização da violência e controle social. In: **Discursos Sediciosos nº 12**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

FREEMAN, Richard B. O modelo econômico dos EUA num teste comparativo. In: **Discursos Sediciosos nº 11**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

GABALDÓN, Luis Geraldo. Criminologias latino-americana e norte-americana: uma visão a partir do sul. In: **Discursos Sediciosos nº 19/20**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

GARLAND, David. As contradições da "sociedade punitiva": o caso britânico. In: **Discursos Sediciosos nº 11**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

GIORGI, Alessandro de. Controle de imigração, pós fordismo e less eligibility. In: **Discursos Sediciosos nº 19/20**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

GUIMARÃES, Cláudio Alberto Gabriel. As históricas ingerências do capital na conformação dos sistemas punitivos. In: **Discursos Sediciosos nº 19/20**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

GUIMARÃES, Cláudio Alberto Gabriel. As históricas ingerências do capital na conformação dos sistemas punitivos. In: **Discursos Sediciosos nº 19/20**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

MARCHETTI, Anne-Marie. Empobrecimento carcerário. In: **Discursos Sediciosos nº 13**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

NEDER, Gizlene. Entre o dever e a caridade: assistência, abandono, repressão e responsabilidade parental do Estado. In: **Discursos Sediciosos nº 14**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

PEDRINHA, Roberta Duboc. No espaço do cárcere e para além dele: a sociedade do trabalho abstrato, a dimensão do tempo e a (re)produção da “exclusão”. In: **Discursos Sediciosos nº 17/18**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

PINTO, Jefferson de Almeida. O que fazer com os pobres? Repressão ou caridade: antigos dilemas no processo de controle social das “classes perigosas”. In: **Discursos Sediciosos nº 19/20**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

PRANDO, Camila Cardoso de Mello; BARBOSA, Mário Davi. Homens de ciencia e a desigualdade como desafio: a apropriação da criminologia em Tobias Barreto. In: **Discursos Sediciosos nº 19/20**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

RHODES; Lorna A. A psicopatia e a cara do controle na supermax. In: **Discursos Sediciosos nº 13**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SANTOS, Halina Ulysses Ferreira dos. Deveres, discriminação, direitos humanos e a tríade do crime na classe odontológica, ou odontologia legal ou legal? In: **Discursos Sediciosos nº 14**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SILVA, Anderson Moraes de Castro e. “SuperVia”: transportando preconceitos, (in)criminando os excluídos. In: **Discursos Sediciosos nº 17/18**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

SILVEIRA FILHO, Sylvio Lourenço da. Neoliberalismo, mídia e movimento de lei e ordem: rumo ao Estado de polícia. In: **Discursos Sediciosos nº 15/16**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

SILVEIRA, Marco Aurélio Nunes da. Economia política da pena: desemprego e encarceramento no Brasil. In: **Discursos Sediciosos nº 19/20**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

SPARKS, Richard. Sair da Digger: a honra do guerreiro e o observador culpado. In: **Discursos Sediciosos nº 13**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

THOMPSON, Augusto. Sistema prisional. In: **Discursos Sediciosos nº 13**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

VASCONCELLOS, GILBERTO FELISBERTO. Darcy Ribeiro e a massa marginalizada. In: **Discursos Sediciosos nº 17/18**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

WACQUANT, Loïc. A ascensão do Estado penal nos EUA. In: **Discursos Sediciosos nº 11**. Rio de Janeiro: Revan, 2002b.

WACQUANT, Loïc. A Globalização da “Tolerância Zero”. In: **Discursos Sediciosos nº 9/10**. Rio de Janeiro: Revan, 2000a.

WACQUANT, Loïc. A reinserção do prisioneiro como mito e cerimonia. In: **Discursos Sediciosos nº 19/20**. Rio de Janeiro: Revan, 2012b.

WACQUANT, Loïc. A tentação penal na Europa. In: **Discursos Sediciosos nº 11**. Rio de Janeiro: Revan, 2002a.

WACQUANT, Loïc. Apêndice teórico: um esboço do Estado neoliberal. In: **Discursos Sediciosos nº 17/18**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

WACQUANT, Loïc. Classe, raça e hiperencarceramento na América revanchista. In: **Discursos Sediciosos nº 19/20**. Rio de Janeiro: Revan, 2012a.

WACQUANT, Loïc. Inimigos cômodos – Estrangeiros e imigrantes nas prisões da Europa. In: **Discursos Sediciosos nº 9/10**. Rio de Janeiro: Revan, 2000b.

WACQUANT, Loïc. O curioso eclipse da etnografia prisional na era do encarceramento de massa. In: **Discursos Sediciosos nº 13**. Rio de Janeiro: Revan, 2003a.

WACQUANT, Loïc. Rumo à militarização da marginalização urbana. In: **Discursos Sediciosos nº 15/16**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WESTERN, Bruce; BECKETT, Katherine; HARVING, David. Sistema penal e mercado de trabalhos nos EUA. In: **Discursos Sediciosos nº 11**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSEN, Gosta Esping. O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política, nº.35**. São Paulo: 1995

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. 2ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Minimalismos, abolucionismos e eficientismo: a crise do sistema penal entre a deslegitimação e a expansão. In: **Revista Sequência, nº 52**, p. 163-182, jul. 2006.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro, Revan, 2012.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de; MAYORA, Marcelo; GARCIA, Mariana Dutra de Oliveira. O controle penal na sociedade escravocrata: contributo da economia política da pena para compreensão da brasilidade. In: CIMOLIN, V; CORTINA, M. O.C. (Org.). **Criminologia Crítica**. Curitiba: Multideia, 2015, v. 2, p. 101-124.

ANITUA, Gabriel Ignacio. **História dos pensamentos criminológicos**. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2008. (Pensamento criminológico; 15).

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. Introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Editora Revan: ICC, 6ª. Edição, outubro de 2011.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica a criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; CARVALHO, Edward Rocha de. Teoria das janelas quebradas: e se a pedra vem de dentro? In: **Boletim do IBCCRIM**, nº 131, Outubro de 2003.

DA SILVA, Anne Cacielle Ferreira. **Reprimindo a ociosidade: legislação e controle social no pós-abolição**. Curitiba, 2009 (Monografia) – Curso de graduação em História.

DALRYMPLE, Theodore. How Criminologists foster crime. **City Journal**. Autumn, 1999

DALRYMPLE, Theodore. Less than Zero Tolerance. The British approach will give this idea a bad name. **City Journal**. 2003

DE GIORGI, Alessandro. **Re-thinking the Political Economy of Punishment: Perspectives on Post-fordism And Penal Politics** (Advances In: Criminology). Ashgate Pub Co, 2006

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 25, nº 1 (97), p. 94-111. Disponível em <<http://www.rep.org.br/pdf/97-6.pdf>>

Entrevista com Vera Malaguti Batista. In: Jornal “O Globo”. Miguel Conde. 2010. Disponível online <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2010/12/18/vera-malaguti-discute-grande-encarceramento-350304.asp>

FOREMAN, Jonathan. After the Uprising. **City Journal**. Autumn, 1997

FOUCAULT, Michel Foucault. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis, Vozes, 2008.

FURBINO, Renata Esteves; SILVEIRA, Rodrigo Dias. O Estado de Exceção e o homo sacer: um enfoque jurídico sociológico da importância do processo, a partir da obra memórias do cárcere de Graciliano Ramos. In: **XIX Encontro do Conpedi**, 2010, Fortaleza. Direito, arte, literatura e interdisciplinaridade, 2010.

JANKOVIC, Ivan. Labor market and imprisonment. In: **Crime and Social Justice**, nº 8 (fall-winter, 1977), p. 17-31

LUCA, Tânia Regina de. História dos. Nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org). **Fontes históricas**. São Paulo:Contexto, 2005. p. 111-153.

KELLING, George L; WILSON, James Q. The Police and neighborhood safety. In: **The Atlantic**. 1982.

MACDONALD, Heather. How to straighten out ex-cons. It's time to hold wardens and parole officers accountable for cutting recidivism. **City Journal**. Spring 2003

MARTINS, Fernanda. **A (des)legitimação do controle penal na Revista de Direito Penal e Criminologia (1971 – 1983):** O Direito Penal, a Criminologia e a Política Criminal como campos de análise crítica ao sistema punitivo brasileiro. 2012. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014

PRANDO, Camila Cardoso de Mello. **O saber dos juristas e o controle penal:** o debate doutrinário na Revista de Direito Penal (1933-1940) e a construção da legitimidade pela defesa social. 2012. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012

RAMIDOFF, Mário Luiz; LÓS, Leandro de Col. Tolerância zero, para quem? Origens e consequências da panaceia punitiva. In: **Revista Jurídica**. Curitiba, 2011, nº 26, v.1, 164-187

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1999.

SAHM, Charles Upton. Broken windows turns 25. And it has worked wonders on both coasts. **City Journal**. Spring 2007.

SALLA, Fernando; GAUTO, Maitê; ALVAREZ, Marcos César. A contribuição de David Garland a sociologia da punição. In: **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 18, n. 1, 2006. p. 329-350

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2008b.

WACQUANT, Loïc. A política punitiva da marginalidade: revisitando a fusão entre “workfare” e “prisonfare”. In: **Revista Epos**. Rio de Janeiro, 2012c, p. 1-28.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro, Revan, 2003b.

WARAT, Luis Alberto. A fantasia jurídica da igualdade: Democracia e direitos humanos numa pragmática da singularidade. In: **Revista Sequência**, v.13, nº 24. Florianópolis, setembro de 1992, p.36-54.

WOLKMER, Antonio Carlos. Repensando a questão da historicidade do Estado e do Direito na América Latina. In: WOLKMER, A.C; VIEIRA, R. S (Org.). **Estado, política e direito**. Relações de poder e políticas públicas. Criciúma: UNESC, 2009.

YEAGER, Matthew G. Unemployment and Imprisonment. In: **Journal of Criminal Law and Criminology**. Vol. 70, nº 4 Winter, 1979. p.586-588.

ANEXO 1 – CAPAS DA REVISTA DISCURSOS SEDICIOSOS

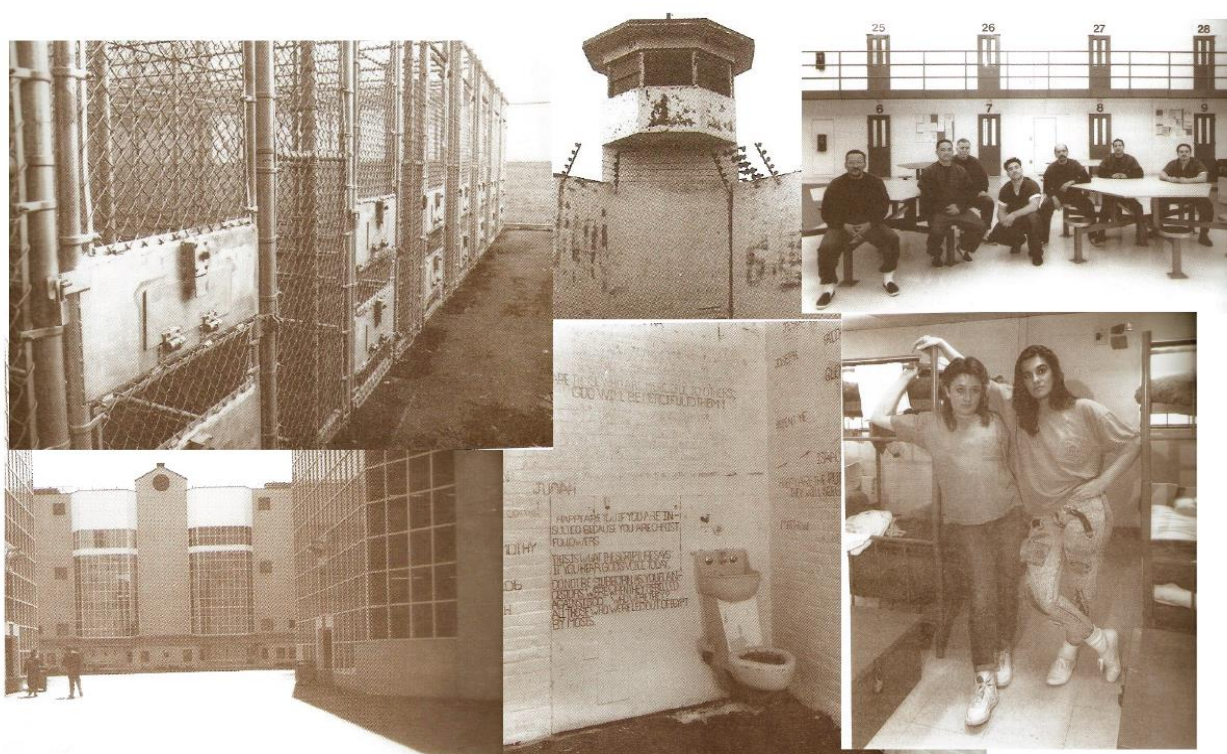
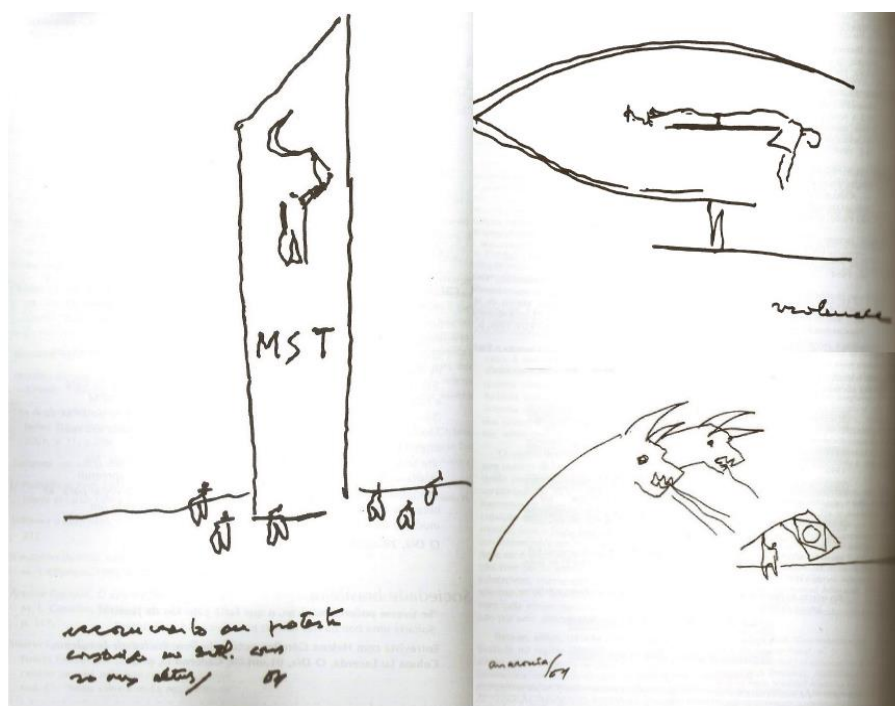


Observação: Não foi obtida a capa da edição 9/10. A edição 21/22 se apresenta opaca, pois não foi consultada.

ANEXO 3 – IDENTIDADE VISUAL DAS EDIÇÕES 12 (2002) E 13 (2003)

Ilustrações de Oscar Niemeyer

Fotos de Michael Jacobson-Hardy



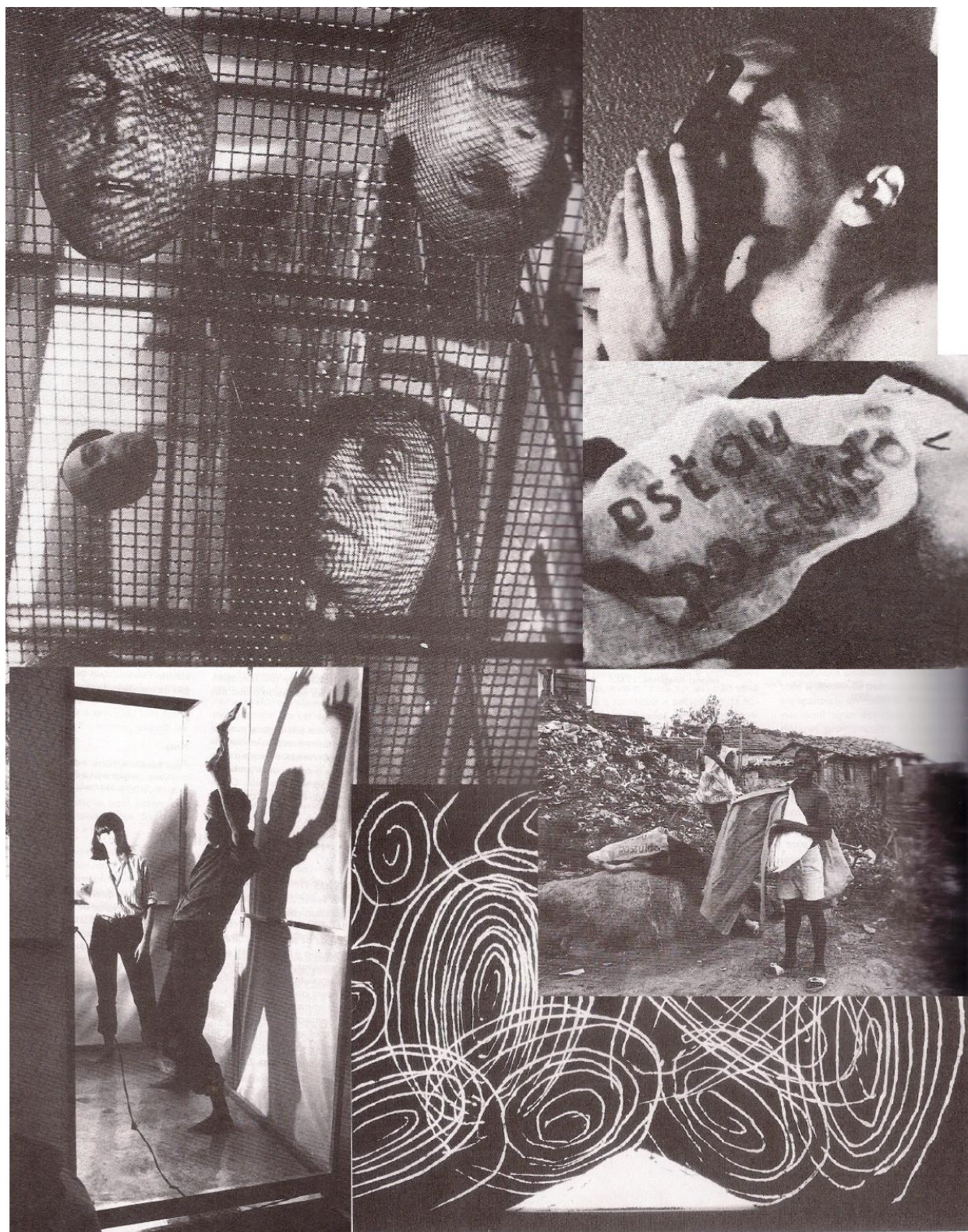
ANEXO 4 – IDENTIDADE VISUAL DA EDIÇÃO 14 (2005)

Ilustrações de J.S Batista



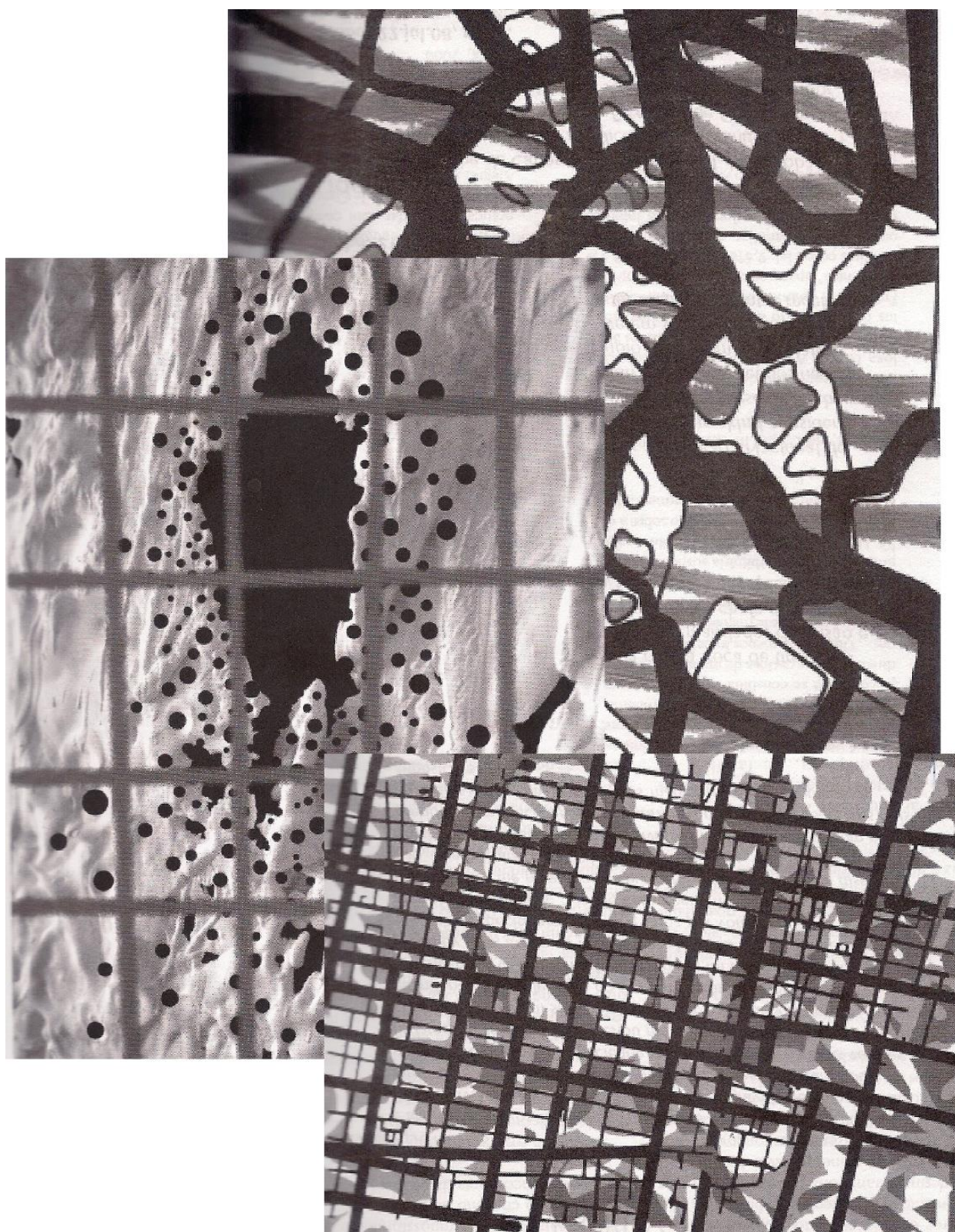
ANEXO 5 – IDENTIDADE VISUAL DA EDIÇÃO 15/16 (2007)

Fotos de Ivan Cardoso



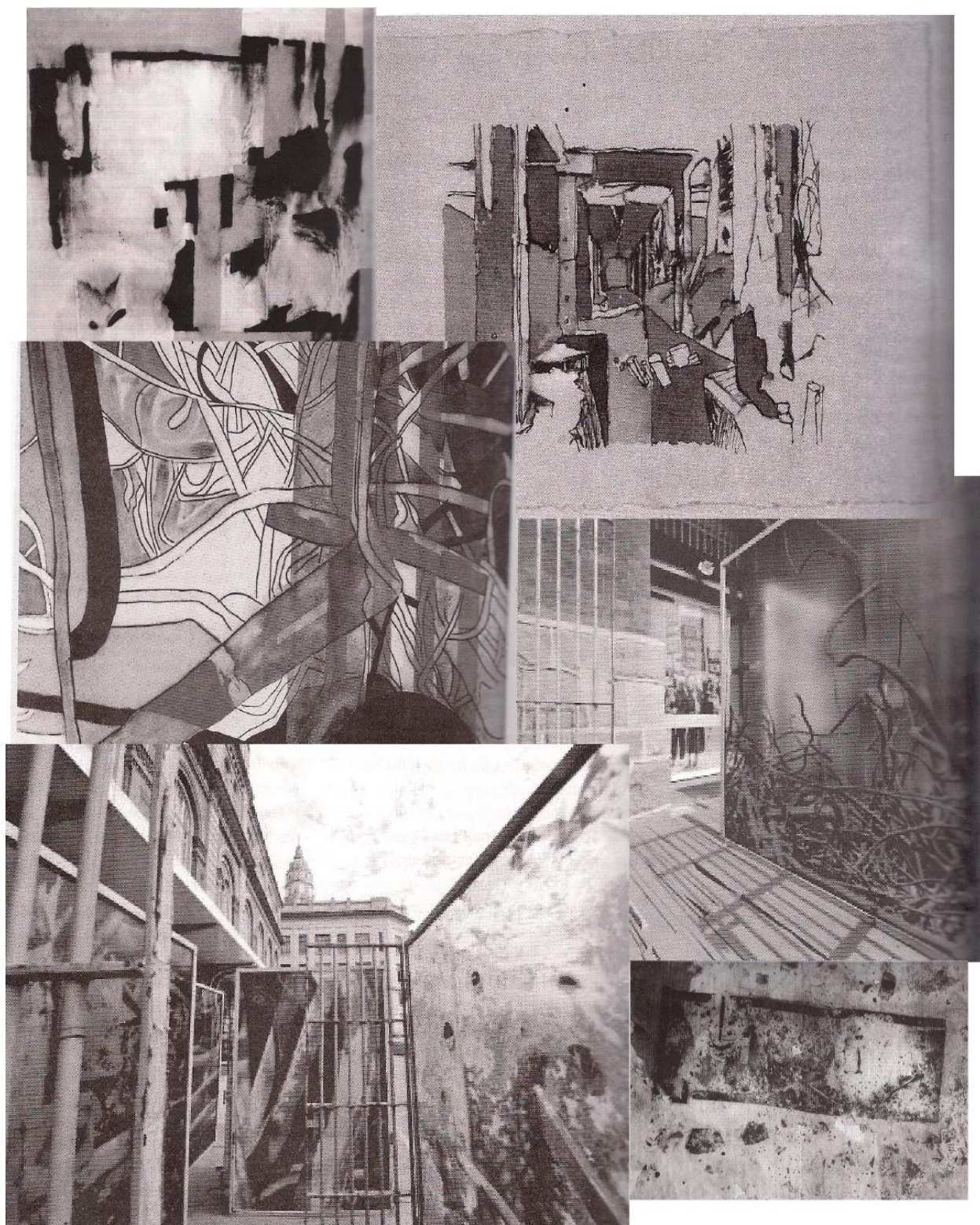
ANEXO 6 – IDENTIDADE VISUAL DA EDIÇÃO 17/18 (2010)

Ilustrações de Suzana Queiroga



ANEXO 7 – IDENTIDADE VISUAL DA EDIÇÃO 19/20 (2012)

Obras de Carlos Vergara



ANEXO 8 – RELAÇÃO COMPLETA DOS ARTIGOS, POR SEÇÃO E AGRUPADOS POR TEMÁTICAS (SEÇÕES ARTE E LITERATURA, CRÔNICA JUDICIÁRIA, POLÍCIA, JUSTIÇA E MÍDIA)

Seção ARTE E LITERATURA

1. Machado de Assis

DE ASSIS, Machado. Crônica criminológica. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

DE ASSIS, Machado. Crônica criminológica. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

DE ASSIS, Machado. O conto do vigário. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, v. 14

DE ASSIS, Machado. O punhal de Martinha. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, v. 14

DE ASSIS, Machado. Crônica criminológica. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, v. 15/16

DE ASSIS, Machado. Crônica. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 19/20

2. Forma literária opinativa

CALEIRO, Maurício de Medeiros. Um assalto na tarde quente. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

CASTRO, Lolita Aniyar de. O espião que saiu do trópico. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 19/20

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Sobre a intolerância. In: 12

DE AZEVEDO, Paulo Emilio Machado. A mancha e o “Mancha”: a pureza e a ralé no espetáculo de 12 de junho de 2000, no Jardim Botânico. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 19/20

GALEANO, Eduardo. Criminologia. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, v. 14

PASSETTI, Edson. Quase tudo sobre um assalto. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, v. 17/18

SANTAYANA, Mauro. Os bancos dos jardins e a pira de molambos. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 19/20

3. Criminologia a partir do aporte artístico

BARRETO, Jubel. Poe, o inventor da narrativa policial. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000, v. nº 9/10

BOCAYUVA, Helena. Clara dos anjos, o “gênero” e o “nervoso”. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, v. 15/16

CALEIRO, Maurício de Medeiros. A infância marginalizada e o moderno cinema brasileiro. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000, v. nº 9/10

CAMPOS, Enne de Paula. Pobres no shopping. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000, v. nº 9/10

DOS SANTOS, Joel Rufino. Quase dois irmãos. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, v. 14

Seção CRÔNICA JUDICIÁRIA

1. Direito penal

BORGES, Nadine. A segunda condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 19/20

BRAVO, Otávio. A má conduta social do jogador Edmundo. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000, v. nº 9/10

DOS SANTOS, Juarez Cirino. As ideias erradas do professor Lecey sobre criminalização de pessoas jurídicas. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, v. 14

PRADO, Geraldo. Justiça penal consensual. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000, v. nº 9/10

2. Processo penal

NASCIMENTO, André. Defesa preliminar do funcionário público e denúncia precedida de inquérito policial. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

NASCIMENTO, André; MAGALHÃES, Wagner. Devido processo legal em perigo. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, v. 17/18

SOUZA, José Barcelos de. Os recursos cabíveis do indeferimento da suspensão condicional do processo. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, v. 15/16

SOUZA, José Barcelos de. Prisão por efeito de acórdão condenatório recorrível. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

3. Outros

FACHIN, Luiz Edson. Caso Glória Trevi: o princípio do melhor interesse da criança. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

Seção POLÍCIA

1. Transformações, reformas e mudanças da Polícia

DE ALMEIDA, Ângela Mendes. Estado autoritário e violência institucional. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 19/20

DO AMARAL, Thiago Bottino. A segurança como princípio fundamental e seus reflexos no sistema punitivo. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, v. 15/16

LOPES, Edson. Política e segurança pública: uma vontade de sujeição. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, v. 17/18

MATOZINHOS, Déa Rita. Robocop, o policial do futuro. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

RAMOS, Beatriz Vargas. Nas botas do Capitão Nascimento. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 19/20

RODRIGUES, Rafael Coelho; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Sociedade do controle e Estado Penal: o Programa Delegacia Legal como dispositivo de análise. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 19/20

SOZZO, Máximo. Polícia, governo e racionalidade. Incursões a partir de Michel Foucault. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 19/20

THOMPSON, Augusto. Reforma da polícia: missão impossível. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000, v. nº 9/10

2. Seletividade

COIMBRA, Cecília. Discursos sobre segurança pública e produção de subjetividades. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000, v. nº 9/10

JESUS, Damásio de. Só os pobres vão sujar os dedos. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

MAZZURANA, Leonardo. Concepções criminológicas e polícia: caminhando no mesmo sentido. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, v. 17/18

SALÉM, Marcos David . A Polícia na República Velha: a serviço das classes dominantes. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, v. 15/16

ZACCONE, Orlando. Sistema penal e seletividade punitiva no tráfico de drogas ilícitas. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, v. 14

3. Especiais

LENIN, V. I. Soltos ocasionais. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, v. 17/18

PASSADO... (ilustrações de Marcia Folleto). In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, v. 14

Seção JUSTIÇA

1. Política criminal

BORGES, Rafael. Análise preliminar da Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 19/20

BUTTES, Rita. Necessário, somente o necessário... A perspectiva da redução de danos na clínica da adolescência. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, v. 17/18

CARVALHO, Salo de; WEIGERT, Mariana de Assis Brasil e. As alternativas às penas e as medidas socioeducativas: Estudo comparado entre distintos modelos de controle social punitivo. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 19/20

FERREIRA, Pedro Evangelista. Os programas de redução de danos (PRDs) e a política criminal de drogas no Brasil. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, v. 17/18

2. Dogmática penal

BATISTA, Nilo. Justiça e linchamento. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

COSTA, Cláudio; MALAN, Diogo. A inconstitucionalidade da ausência de fundamentação na decisão de recebimento da denúncia. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000, v. nº 9/10

DOS SANTOS, João Ricardo Ferreira. Preso em flagrante, quando vítima do Estado. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, v. 17/18

DOTTI, René Ariel. Carta para Maria Thereza. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, v. 14

FRASSETO, Flávio Américo. Ato infracional, medida socioeducativa e processo: a nova jurisprudência do STJ. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

MADEIRA, Ronaldo. O interrogatório do réu e a lei ° 10.792, de 1º de dezembro de 2003. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, v. 15/16

PRANDO, Camila Cardoso de Mello. Sobre a paz e o Estatuto do Desarmamento. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 19/20

SOUZA, José Barcelos de. Proibições, crenças e liberdade: o debate sobre o aborto. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, v. 14

THOMPSON, Augusto. Nova classificação dos ilícitos penais. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, v. 15/16

VIEIRA, Luis Guilherme. *Habeas Corpus* – sustentação oral: um direito do advogado de ser intimado para a sessão de julgamento. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

3. Instituições jurídicas

DA SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. O rábula e advogado Evaristo de Moraes: Discurso jurídico e defesa das classes subalternas. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 19/20

FIGUEIRA, Luiz. O Promotor de justiça e a construção jurídica dos fatos: dos fatos do mundo ao mundo dos fatos (jurídicos) nos informa sobre pouco comentadas práticas disciplinares institucionais. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, v. 17/18

KARAM, Maria Lucia. O processo de democratização do Estado e o Poder Judiciário) – É basicamente um texto para a magistratura. Vai na contramão das tendências do CNJ (celeridade, por exemplo. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

TELES, Humberto. Origem da advocacia. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000, v. nº 9/10

4. Outros

BUGLIONE, Samantha. A mulher enquanto metáfora do direito penal. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000, v. nº 9/10

PEDRINHA, Roberta Duboc. No espaço do cárcere e para além dele: a sociedade do trabalho abstrato, a dimensão do tempo e a (re)produção da “exclusão”. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 19/20

Seção RESENHA BIBLIOGRÁFICA

1. Nilo Batista

BATISTA, Nilo. Atualizando a teoria do delito. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000, v. nº 9/10

BATISTA, Nilo. Crimes financeiros. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000, v. nº 9/10

BATISTA, Nilo. Um mergulho no discurso médico-policial. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

BATISTA, Nilo. A executivização do sistema penal através da mídia. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

BATISTA, Nilo. Castigos escravistas na prisão republicana. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, v. 15/16

BATISTA, Nilo. Contra a onda punitiva. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, v. 15/16

BATISTA, Nilo. Troféus da ordem. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, v. 17/18

BATISTA, Nilo. Greve: uma criminalização desnecessária. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 19/20

2. Vera Malaguti Batista

BATISTA, Vera Malaguti. Controle social no fim do milênio. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000, v. nº 9/10

BATISTA, Vera Malaguti. Vida nua e soberania. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

BATISTA, Vera Malaguti. Desejos sobranes. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, v. 14

BATISTA, Vera Malaguti. Desvelando a imagem criminalizada do MST. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, v. 15/16

BATISTA, Vera Malaguti. No tempo da delicadeza. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, v. 17/18

3. Outros

VEJA, Pablo; RAIZMAN, Daniel. Rumo a um novo paradigma do Direito Penal. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Homenagem a Baratta. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

MARANHÃO, Helena Ponce. Notas sobre (re)produção simbólica do poder na modernidade: corpo disciplinado. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, v. 14

FACHIN, Edson. Direito Penal e as premissas ideológicas do poder punitivo. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, v. 17/18

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Uma revisão epistemológica em criminologia (a propósito do livro de Wayne Morrison). In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 19/20

Seção MÍDIA

1. Sylvia Moretzsohn

MORETZSOHN, Sylvia. A ética jornalística no mundo ao avesso. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000, v. nº 9/10

MORETZSOHN, Sylvia. O caso Tim Lopes: o mito da “mídia cidadã”. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

MORETZSOHN, Sylvia. Em nome da “justiça”, contra o direito: os escândalos do jornalismo nas denúncias de pedofilia. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, v. 14

MORETZSOHN, Sylvia. De Carcavelos ao Leblon: arrastões do preconceito. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, v. 15/16

MORETZSOHN, Sylvia. O crime que chocou o Brasil mídia, justiça e opinião pública na primeira fase do caso Isabella Nardoni. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, v. 17/18

MORETZSOHN, Sylvia. “Eu não sou eu, nem sou o outro”: questões éticas sobre as dificuldades do jornalismo em lidar com “qualquer coisa de intermédio”. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 19/20

2. Funções estruturais da mídia

BASILE, Marcello Otávio. O levante dos marinheiros na Ilha das Cobras. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000, v. nº 9/10

BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

SILVA, Jaqueline de Paiva. A Broadcast, o mercado financeiro e a cobertura da economia da grande imprensa. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, v. 15/16

SILVEIRA FILHO, Sylvio Lourenço da Silveira. Neoliberalismo, mídia e movimento de lei e ordem: rumo ao Estado de polícia. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, v. 15/16

MENDONÇA, Kleber. Lembrando Galileia: 50 anos de luta pela terra nos jornais. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, v. 17/18

3. Outros

CASTELLO, João Carlos. Violência, imprensa e mudanças na lei penal. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

CALEIRO, Maurício Medeiros de. O Clone: mistificação, omissão e o marketing social como discurso totalitário. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

MENDONÇA, Kleber. A não-voz do criminoso: o Linha Direta como crônica moral contemporânea. In: **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

SOUZA, Hugo R. C; GRASSINI, Paula. Tecnicamente ético por trás das lentes do mundo perfeito. In: **Discursos Seditiosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

SOUZA, Hugo R. C; GRASSINI, Paula. Peruas Caridosas e lobos maus. In: **Discursos Seditiosos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, v. 12

ANEXO 9 – QUADRO DOS ARTIGOS DA SEÇÃO HISTÓRIA, AGRUPADOS POR TEMÁTICA.

1. Primeira República

O olhar da elite sobre a multidão nas reformas urbanas da Primeira República	Adjovanes Thadeu Silva de Almeida	9/10	2000
O medo do outro: violência, imigração e expulsão	Lená Medeiros de Menezes	9/10	2000
Eu não errei, eu amei! O adultério feminino e os crimes de paixão – São Paulo, anos 20 e 30	Andrea Borelli	9/10	2000
Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930)	Magali Gouveia Engel	9/10	2000
Os espaços vigiados: cidade e controle social	Ana Paula Guglianelli	12	2002
Entre o dever e a caridade: assistência, abandono, repressão e responsabilidade parental do Estado	Gizlene Neder	14	2004
Impregnações religiosas no discurso jurídico-penal no Brasil em meados do século XX	Rivail Carvalho Rolim	15/16	2007
Alcoolismo e embriaguez no Rio de Janeiro do início do século XX	Ary Fialho de Menezes	17/18	2011
A arte perniciosa, a repressão aos capoeiras na República Velha	Renato Neves Tonini	17/18	2011
O que fazer com os pobres? Repressão ou caridade: antigos dilemas no processo de controle social das “classes perigosas”	Jefferson de Almeida Pinto	19/20	2012

2. Império

O degredo no Brasil no século XIX: um estudo de caso através da freguesia de Nossa Senhora do Belém de Guarapuaba (1809-1830)	Francisco Ferreira Jr	17/18	2011
Sistema econômico e tutela penal do escravo no Brasil Imperial	Maurício Stegemann Dieter	19/20	2012

3. Modernidade europeia

Iluminismo jurídico e circulação de ideias e livros	Gizlene Neder; Gisálio Cerqueira Filho	9/10	2000
As contraditas no processo inquisitorial	Lana Lage da Gama Lima	15/16	2007
Imputabilidade penal: entre a história e a pré-história	Rodrigo Codino	19/20	2012

4. Historiografia

Proteção à infância: por uma pesquisa histórica	Jorge Davila e Maria Lívia Nascimento	9/10	2000
Justiça criminal	Mario Sbriccoli	17/18	2011
As históricas ingerências do capital na conformação dos sistemas punitivos	Cláudio Alberto Gabriel Guimarães	19/20	2012

5. Ditadura militar

Pelo buraco da fechadura: os arquivos do DOPS (RJ e SP)	Beatriz Kushnir	12	2002
Direito, história e política nos anos 1937-1964	Carlos Henrique Aguiar Serra	17/18	2011

ANEXO 10 – QUADRO DOS ARTIGOS DA SEÇÃO DIREITO, AGRUPADOS POR TEMÁTICA

1. Globalização e mudanças no Direito Penal

O papel do pensamento economicista no direito criminal de hoje	Jacinto Nelson de Miranda Coutinho	09/10	2000
As perspectivas do direito penal por volta do ano 2010	Alberto Silva Franco	09/10	2000
Crítica à legitimidade do direito penal funcionalista	Heitor Costa Júnior	09/10	2000
A pena em uma sociedade democrática	Luigi Ferrajoli	12	2002
Direito penal contemporâneo: da tutela penal a uma lesão à proteção de riscos	Olga Gaitán	12	2002
Comunicação ao encontro de constitucionalismo mexicanos e brasileiros	Marcello Cerqueira	14	2003
A era do controle: introdução crítica ao direito penal cibernético	Túlio Vianna	14	2003
A hipocrisia e a dor no sistema de sanções do Direito Penal	Juan Manuel Otero	15/16	2007
Mutações e controvérsias do saber penal contemporâneo	Alejandro W. Slokar	15/16	2007

2. Questões jurídicas específicas

Crimes contra o mercado de capitais	José Carlos Tórtima	12	2002
A ideologia da propriedade intelectual	Túlio Lima Vianna	15/16	2007
Conflito aparente entre a Lei 8.666/93 e o Decreto-Lei 201/67	Cezar Roberto Bitencourt	19/20	2012
Crimes contra a liberdade sexual: a representação para fins penais e a dignidade da pessoa humana (comentários a ADI nº 4301 em curso no STF)	João Carlos Castellar	19/20	2012
Os objetos simbólicos da proibição: o que se desvenda a partir da presunção de evidência	Juarez Tavares	19/20	2012

3. Funções da pena

Fins educativos da prisão: interdiscursividade e produção de sentidos	Selmo Haroldo de Rezende	09/10	2000
Tribunal Penal Internacional. Prisão perpétua: inconstitucionalidade	Cezar Roberto Bitencourt	09/10	2000
Política criminal: realidade e ilusões do discurso penal	Juarez Cirino dos Santos	12	2002
Teoria agnóstica da pena: entre os superfluos fins e a limitação do poder punitivo	Salo de Carvalho	15/16	2007
Crítica do humanismo penal moderno no pensamento de Michel Foucault	Alexandre Fabiano Mendes	17/18	2010

4. Seletividade

Culpabilidade por vulnerabilidade	Eugenio Raúl Zaffaroni	14	2003
O injusto penal e os elementos subjetivos de justificação	Marco Antônio Santos Reis	17/18	2010
O “Direito Penal do inimigo” e o “Direito Penal do Homo Sacer da baixada”: exclusão e vitimação no campo penal brasileiro	Thiago Fabres de Carvalho	19/20	2012

5. Doutrina alemã

Sobre a teoria da ação em G.H. von Wright	Cássio Murilo Granzinoli	14	2003
A ciência penal alemã e as exigências político-criminais da América Latina	Eugenio Raúl Zaffaroni	17/18	2010
Breves apontamentos in memoriam a James Goldschmidt e a incompreendida concepção de processo como “situação jurídica”	Aury Lopes Júnior e Pablo Rodrigo Alflen da Silva	19/20	2012

ANEXO 11 – QUADRO DOS ARTIGOS DA SEÇÃO CRIMINOLOGIA, AGRUPADOS POR TEMÁTICA

1. Grande encarceramento

A Globalização da “Tolerância Zero”	Loïc Wacquant	9/10	2000
Inimigos cômodos – Estrangeiros e imigrantes nas prisões da Europa	Loïc Wacquant	9/10	2000
Ofensiva neoliberal, globalização da violência e controle social	João Ricardo Wanderley Dornelles	12	2002
Direitos humanos: delinquentes e vítimas, todos vítimas	Lolita Aniyar de Castro	15/16	2007
Rumo à militarização da marginalização urbana	Loïc Wacquant	15/16	2007
Apêndice teórico: um esboço do Estado neoliberal	Loïc Wacquant	17/18	2011
Alarme de incêndio do gueto francês: uma introdução à Era da Emergência	Paulo Eduardo Arantes	17/18	2011
Controle de imigração, pós-fordismo, e less eligibility. A economia política da punição e do hiperencarceramento dos imigrantes na Europa	Alessandro De Giorgi	19/20	2012
Medo, luta de classe, crime: que “realismo”?	Dario Melossi	19/20	2012
Do Estado social ao Estado penal: invertendo o discurso da ordem	Katie Silene Cáceres Arguello	19/20	2012
Classe, raça e hiperencarceramento na América revanchista	Loïc Wacquant	19/20	2012
A reinserção do prisioneiro como mito e cerimônia	Loïc Wacquant	19/20	2012
Economia política da pena: desemprego e encarceramento no Brasil	Marco Aurélio Nunes da Silveira	19/20	2012
Repensando Loïc Wacquant: do Estado Social ao Estado Penal. O nazismo está de volta?	Otávio Bravo	19/20	2012

2. Controle social informal

O medo e o método	Vera Malaguti Batista	9/10	2000
A arquitetura do medo	Vera Malaguti Batista	12	2002
Pega o bandido corno!”: práticas e representações de crime e violência num	Rejane Valvano Corrêa da Silva; Luiz Alberto	15/16	2007

bairro da zona sul do Rio de Janeiro	Couceiro		
“SuperVia”: transportando preconceitos, (in)criminando os excluídos	Anderson Moraes de Castro e Silva	17/18	2011
Primeira página: jornais populares e identidade	Carlos Eduardo Machado Fialho e Tatiana Barboza Miranda	19/20	2012

3. Drogas

Psicanálise e Toxicomania	Lucilia de Almeida Elias	9/10	2000
A legislação no contexto das intervenções globais sobre drogas	Rosa Del Olmo	12	2002
Economia dirigida e perspectivas da política de drogas	Sebastian Scheerer	14	2004
Sociedade sitiada	Joel Birman	14	2004
Proibicionismo e abolição da pena	Thiago Rodrigues	15/16	2007

4. Epistemologia da Criminologia

O Triunfo de Lewis Carrol	Lolita Aniyar de Castro	9/10	2000
Importância e atualidade da escola de Chicago	Sérgio Salomão Shecaira	9/10	2000
Alessandro Baratta, filósofo do direito (penal) e da política	Roberto Bergalli	15/16	2007
Criminologia latino-americana e norte-americana: uma visão a partir do Sul	Luis Geraldo Gabaldón	19/20	2012

5. Marxismo

A atualidade da barbárie	Marildo Menegat	14	2004
A criminologia da luta de classes	Matheus Felipe de Castro	15/16	2007
Marx e a secularização da Teologia Jurídica Hegeliana nos Manuscritos de Kreuznach	Matheus Felipe de Castro	19/20	2012
Da contribuição do neorrealismo de esquerda ao pensamento criminológico: um passo à frente, dois passos atrás	Ney Fayet Júnior e Roberta Werlang Coelho	19/20	2012

6. Cárcere

Encarceramento em massa e transformação de relações amorosas nos Estados Unidos	Megan Comfort	15/16	2007
A punição além do infrator legal	Megan Comfort	17/18	2011
Administrando o cotidiano da prisão no Brasil	Sacha Darke e Maria Lúcia Karam	19/20	2012

7. Positivismo criminológico

Deveres, discriminação, direitos humanos e a tríade do crime na classe odontológica, ou odontologia legal ou legal?	Halina Ulysses Faria da Silva	14	2004
O regresso triunfante de Darwin e Lombroso: as diferenças humanas na Criminologia dos países de língua inglesa nos Simpósios Internacionais de Criminologia de Estocolmo	Lolita Aniyar de Castro	17/18	2011
Homens de ciência e a desigualdade como desafio: a apropriação da criminologia em Tobias Barreto	Camila Cardoso de Mello Prando e Mário Davi Barbosa	19/20	2012

8. Psicanálise

Encarceramento em massa e transformação de relações amorosas nos Estados Unidos	Megan Comfort	15/16	2007
A punição além do infrator legal	Megan Comfort	17/18	2011
Administrando o cotidiano da prisão no Brasil	Sacha Darke e Maria Lúcia Karam	19/20	2012

9. Política Criminal

Abolicionismo penal: um saber interessado	Edson Passetti	12	2002
O uso da tecnologia na segurança pública: um estudo sobre o monitoramento eletrônico de liberdade nos "saidões" de presos no Distrito Federal	Cristina Zackseski (grupo de pesquisa política criminal/CEUB)	17/18	2011
Proibicionismo e abolição da pena	Thiago Rodrigues	15/16	2007

10. Adolescência

O adolescente infrator e os direitos humanos	Juarez Cirino dos Santos	9/10	2000
--	--------------------------	------	------

Adolescência e risco	Silvia Alexim Nunes	17/18	2011
----------------------	---------------------	-------	------

11. Feminismo

O amor no mundo dos contratos	Eduardo Leal Cunha	14	2004
O sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher: a soberania patriarcal	Vera Regina Pereira de Andrade	15/16	2007

12. Vitimologia

Dilema do movimento de vítimas	Nils Christie	19/20	2012
Direitos humanos: delinquentes e vítimas, todos vítimas	Lolita Aniyar de Castro	15/16	2007

13. Outros

No peito e na raça: a americanização do Brasil e a brasilinização da América	Lindgren Alves	12	2002
Interpretação do direito e retórica nas decisões penais	Nelson Camatta Moreira; Thiago Fabres de Carvalho	15/16	2007
Darcy Ribeiro e a massa marginalizada	Gilberto Felisberto Vasconcellos	17/18	2011
Justiça nos limites da comunidade: justiça e estranhos num tempo de medo	Barbara Hudson	19/20	2012